

Maio de 2012

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

DW CEDOC

DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.Org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Trabalhadores exigem melhores	1
1.2	Fome em Angola I	1
1.3	Fome em Angola II	1
1.4	Aposta no trabalho doméstico	2
1.5	Angola com maiores ganhos em desenvolvimento humano	2
1.6	Executivo faz ajustamento salarial este mês	3
1.7	Potencial perigo Social	3
1.8	Desde o Semba rumba ao Kuduro, a regra é não ficar parado	4
1.9	Educação longe dos objectivos do milénio	5
1.10	A criação de empregos	6
1.11	Angola com problemas alimentares mas entre os 12 países com maiores ganhos em desenvolvimento humano	7
1.12	Reconhece melhoria	8
1.13	Em busca de emprego	8
1.14	Angola regista redução de mortalidade materna	10

2. MICROFINANÇAS

2.1	A corrida ao micro crédito e ao bue	11
2.2	Micro crédito está estimular empreendedores do luena	11
2.3	Governo disponibiliza mais de USD 800 milhões para implementação do prpgrama de micro-crédito	12
2.4	Programa de Crédito dá formação a beneficiários	12
2.5	Crédito agrícola oportunidades em Benguela	12
2.6	Camponeses com dificuldades para reembolsar crédito agrícola	14
2.7	Resultados do crédito já são visíveis	14
2.8	Concessão de Microcrédito melhora condições de vida	15
2.9	Fome preocupa autoridades da Chibia	15
2.10	Camponeses na Chibia receberam microcréditos	16
2.11	Verbas para financiar empreendedores estão disponíveis nos bancos públicos	16
2.12	Apoio da Liga às associadas para obtenção de crédito	17
2.13	Bankita rende 60% ao mês	17

3. MERCADO INFORMAL

3.1	Venda de garrafas é negócio na cidade de Luena	19
3.2	Cronstrução de novos mercados será benéfica para o povo	20
3.3	Novas operadoras de táxis clamam por solução urgente	20
3.4	Domésticas custarão mais caro	22
3.5	Comissões aprovam relatório-parecer à proposta sobre sociedades unipessoais	23
3.6	Mais ataques dos fiscais	24
3.7	Kupapatas sensibilizados sobre as regras de trânsito	24
3.8	Ardinas obrigados a zungar	24
3.9	Governador de Luanda anuncia constução de novos mercados	25
3.10	Ferro velho	25
3.11	Um universo entre peças, óleo e chapa	26
3.12	Zungueiros vivem em grupos lutando pela sobrevivência	27
3.13	Administração do Sambizangae donos de armazéns de costas viradas	28

3.14	Armazens engolem o Hoji Ya Henda e criam dificuldades aos moradores	29
3.15	O crédito mal pensado dos bue	30
3.16	Luanda recebe dezena de balcões para dinamizar pequenos negócios	31
4.	OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	32
4.1	Executivo corta expectativa de crescimento	32
4.2	O tributo das importações	32
5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	34
5.1	Governo do Huambo define prioridades	34
5.2	Estimular o exercício da cidadania	34
5.3	Dez anos a formar quadros para as autarquias	35
5.4	Estratégia Nacional de descentralização assegura a implantação das autarquias	35
5.5	Poder local e desenvolvimento	36
5.6	Não temos governo em Angola	37
5.7	Divisão territorial atrai investidores	37
5.8	Administrador do Kilamba Kiayi despacha em casa	38
5.9	Falta de apoio pode condicionar participação da sociedade civil	38
5.10	Greve nas administrações municipais sacode governantes	39
5.11	Carta sobre governação local foi decidida em conferência	40
5.12	Actualização da cartografia	40
5.13	Ine prepara agentes para o senso populacional	41
5.14	Funcionários dos Serviços Comunitários queixam-se do baixo salário	41
5.15	Técnicos aptos para o censo populacional	42
5.16	Sambilas insatisfeitos com Posto de Identificação	43
5.17	Senso populacional já tem data	43
5.18	Executivo aguarda fim do processo para acelerar as reservas fundiárias	44
5.19	Projecto apresentado aos gestores	45
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	46
6.1	Aldeia do Senga em Cabinda com casas sociais até Agosto	46
6.2	Luanda colhe experiência sobre cidades energéticas	46
6.3	Vice-ministro capacita agentes sobre os planos	47
6.4	Luanda colhe experiência sobre cidades energéticas	47
6.5	Angolanos residentes em França fazem visita à cidade do Kilamba	47
6.6	Os projectos e os prazos	48
6.7	PGR ouve burlados da Build-Angola	49
6.8	É humilhante juntar três famílias numa casa	50
6.9	Chicombo com novas habitações	50
6.10	Legislação reforça acções do Executivo	51
6.11	Casas novas em Cambambe	51
6.12	Job Capapinha está satisfeito com habitações	52
6.13	Construído no chinga bairro para juventude	52
6.14	Habitações sociais concluídas este ano	52
6.15	Plano urbano melhora cidade do Huambo	52
6.16	Construção de habitações e escolas dominam realizações sociais	53
6.17	Populares falam sobre condições básicas	53
6.18	O Kilamba já tem mais de 10 habitantes	54
6.19	Novo condomínio habitacional	54
6.20	Lançada primeira pedra para habitações sociais A	56
6.21	Gentanas de fogo em construção	56
6.22	Vítimas das cheias alojadas em em tendas foram instaladas em novas habitações	57

6.23	Demolições iniciam na avenida Salvador Correia	57
6.24	Cabinda contará com duas centralidades	58
6.25	Anunciada a construção de moradias de baixa renda	58
6.26	Habitantes de Catete recebem casas	59
6.27	As empresas em Angola e a legalidade dos negócios	59
6.28	Mais moradias em Benguela	61
6.29	Clientes do « bem morar » com poucas esperanças de reaver o dinheiro	61
6.30	Requalificação do Sambizanga e Cazenga em curso	62
6.31	Mais acções de urbanização estão a ser implementadas	63

7. TERRA 64

7.1	Demolição de prédio em fase de conclusão	64
7.2	Projecto integra jovens empreendedores em práticas de desenvolvimento agrícola	64
7.3	Camponeses e executivo em pé de guerra	65
7.4	Vizinhos esperam por demolição	66
7.5	Demolições iniciam na avenida Salvador Correia	67
7.6	Governo provincial Cede lotes de terreno	67
7.7	Oito mil aguardam por realojamento	68
7.8	Requalificação dos municípios longe das expectativas	71
7.9	Demolições na calada da noite	71
7.10	ONU apresenta programa sobre os sistemas agrários	72
7.11	Titulo Ordenamento esta em debate	73

8. SERVIÇOS BÁSICOS 74

8.1	Ampliada rede de energia no Cazenga	74
8.2	Prevenção das doenças causadas pela água	74
8.3	Recolha de lixo degrada via	74
8.4	EPAL	75
8.5	Água rara, água cara!	75
8.6	Pequenos empreendedores estimulados a recolher lixo	75
8.7	Milhares de famílias beneficiam de energia	76
8.8	População do Cangambo já consome água potável	76
8.9	Projecto Água para todos inaugurado em Cangambo	77
8.10	Definido plano alternativo para abastecer a população	77
8.11	A recolha de resíduos sólidos urbanos e a fiscalização	77
8.12	Água para todos em expansão	78
8.13	Casa no morro torna água potável difícil	80
8.14	Programas garantem acesso a água	81
8.15	Mais água potável para a Vila Branca	82
8.16	População do município do Pango Aluquem beneficiado program Água para todos"	83
8.17	Luanda privada de água até ao dia 12	83
8.18	Projecto do Executivo Água para Todos beneficia população da vila de Cambuengo	83
8.19	Gestão de resíduos é hoje analisada	84
8.20	Sistema de recolha de resíduos deve mudar	84
8.21	Ordem na gestão de resíduos	85
8.22	GPL Vai criar novas operadoras de recolha de lixo	85
8.23	Três famílias num T3	86
8.24	Falta de girafas concorre para o aumento do garimpo	86
8.25	Falta água nas torneiras de Luanda	87
8.26	Garimpo de água inferniza vida dos moradores do Benfica	88
8.27	Melhorias longe de solução	88
8.28	Estações de transferência de resíduos sólidos	89
8.29	Furos garantem água a bairros de Ondjiva	91
8.30	Moradores do Kapalanca pagam cem mil kwanzas	91

8.31	Mais de 2 milhões de toneladas de lixo obrigam à criação de incineradora	92
8.32	Administração do Sambizanga promove a campanha de recolha de lixo	93
8.33	Falta de água	94
8.34	GPL vai comprar lixo	94
8.35	A transportação dos resíduos sólidos	95

9. GÉNERO E VIOLENCIA

97

9.1	Combate cerrado reduz marginais em Benguela	97
9.2	Violência doméstica reduz no seio da PN	97
9.3	Estudantes da província de Luanda querem reforço da segurança escolar	98
9.4	Ainda há muitos casos de violência doméstica	99
9.5	Violência doméstica está a diminuir	99
9.6	Mortes em menos de dois anos	99
9.7	Polícia	100
9.8	Fim da felicidade e início da amargura	100
9.9	Incêndios deixam moradores do panguila	100
9.10	Aumentam as denúncias de violência doméstica	102
9.11	Registados vários casos de violência doméstica	102
9.12	Polícia Nacional comete excessos contra cidadãos indefesos	102
9.13	Queremos mais Polícias mais polícia	103

10. AMBIENTE

105

10.1	Angola trabalha na concretização de projectos de energias renováveis	105
10.2	Ministros do Ambiente assinam acordo sobre a preservação das áreas florestais	105
10.3	Seca dispersa votos no deserto do Namibe	106
10.4	GPL trava exploração ilegal de inertes na costa	107
10.5	Recursos florestais em análise no Huambo	108
10.6	Exploração ilícita de inertes prejudica o Estado	108
10.7	Seca compromete colheitas na Chibia	108
10.8	Executivo disponibiliza milhões de dólares na recuperação de estações de investigação	109
10.9	Começa hoje ciclo de debates sobre participação de Angola	109
10.10	População atravessa crise alimentar devido à seca	110
10.11	Fábrica de montagem de energia solar inaugurada em Viana	111
10.12	Chuva destrói habitações	112
10.13	Seca prolongada ameaça populações no interior da província do Namibe	112
10.14	Obras para estancamento de ravinas ficam concluídas em Agosto próximo	113
10.15	Técnicos Angolanos regressam ao país	114
10.16	Exposição tecnológica abre hoje em Luanda	114
10.17	ADRA ajuda a repovoar áreas florestais da Caála	115

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Trabalhadores exigem melhores

Agora

05 de Maio de 2012

A marcha, que decorreu sob o lema "Trabalhadores Unidos lutemos pela estabilidade do emprego", percorreu a avenida Ho Chi Mim até ao Largo da Independência.

No final da marcha, foi apresentada uma declaração conjunta das diferentes forças sindicais do país, em que salientam que os trabalhadores angolanos emprestam os seus esforços no programa do Executivo, destinado à reconstrução de infra-estruturas económicas e sociais, almejando que os postos de trabalho a si proporcionados sejam duradouros, visando garantir, o auto sustento das famílias e promover a justiça social.

O movimento sindical realça a contínua instabilidade no emprego, nos sectores público e privado, a baixa cobertura do salário mínimo nacional, em relação à cesta básica alimentar, o constante aumento dos preços dos produtos alimentares e a depreciação do poder de compra do salário.

O acentuado aumento do custo de vida, a precariedade da protecção social, desvalorização do diálogo social nas relações laborais e as violações sistemáticas dos direitos dos trabalhadores constam das preocupações do movimento sindical angolano.

Diante destas adversidades socio-económicas, as centrais sindicais, Unta-CS, Cgsila e Força Sindical Angolana (Fsa) consideram precisos a defesa e consolidação dos direitos e das liberdades sindicais nas empresas, nos centros de trabalho e nas instituições públicas, a organização e elevação da capacidade de intervenção dos sindicatos.

O aumento do actual valor do salário mínimo exige a participação das centrais sindicais na discussão das políticas sobre o primeiro emprego.

1.2 Fome em Angola I

Folha 8

05 de Maio de 2012

Segundo um relatório recentemente realizado em onze das dezoito províncias de Angola uma descoberta aterradora foi feita a propósito da pujante economia angolana e do nosso fulgurante crescimento económico: 300 mil pessoas, angolanos de gema, encontram-se em situações de extrema carência, o que dito por outras palavras quer dizer que estão pura e simplesmente em situação de fome. E muito maior seria o número de pessoas mergulhadas em desespero ao quotidiano se as chuvas não tivessem começado a cair. Isto contradiz claramente a prosápia dos arautos do Executivo, eivada até à garganta de mentiras a granel. A fome já não existe em Angola, os níveis de pobreza diminuíram drasticamente desde 2002., a esperança de vida caminha para a eternidade, etc., etc .. Tudo mentira grosseira, tudo falácias inseridas a martelo numa campanha eleitoral perfeitamente ilegal, mas legalizada pelos brejeiros do Governo .

1.3 Fome em Angola II

Folha 8

05 de Maio 2012

Segundo o Índice da Fome no Mundo 2010, apresentado pelo relatório anual do Instituto Internacional de Pesquisas de Políticas de Alimentação (IFPRI, na sigla em inglês), da Concern Worldwide e do Welthungerhilfe, Angola está no nível alarmante com 20 pontos. O índice apresenta os países numa escala de 100 pontos, sendo zero a melhor pontuação - sem fome - e 100 a pior, apesar de nenhum desses dois extremos ser alcançado na prática. Uma pontuação maior que 20 revela níveis alarmantes de fome num país, e mais de 30 é "extremadamente alarmante". O índice da fome no mundo é calculado através de três indicadores: a proporção de população subnutrida, o baixo peso infantil e a taxa de mortalidade infantil. Afeganistão, Angola, Chade e Somália tiveram a maior taxa de mortalidade infantil, com a morte de menores de 5 anos de 20% ou mais em cada um desses países». Este relatório da IFPRI, foi feito em Outubro de 2010, indicando pela mesma ocasião que a situação tinha piorado em relação ao tempo em que Angola se encontrava ainda em plena guerra civil!! Angola sempre a crescer.

1.4 Aposta no trabalho doméstico

Jornal de Angola
9 de Maio de 2012

O número de empregadas domésticas na vila do Andulo, província do Bié, que garantem o sustento de várias famílias da região tende a crescer. Dentre as atividades destas mulheres, destacam-se as que têm a ver com cuidados de crianças, lavar e passar a roupa, cozinhar, acarretar água e arrumar casas ou estabelecimentos comerciais.

As empregadas, norma geral, trabalham em residências de funcionários públicos, comerciantes e até estudantes, que residem na emblemática vila do Andulo. Algumas delas chegam a trabalhar até três dias por semana na mesma casa. O pagamento é de preferência feito ao fim de cada jornada de trabalho.

Maria Silepo, de 36 anos, possui cinco filhos sob sua dependência. A empregada doméstica disse que o Preço cobrado pelos serviços prestados varia de acordo com o trabalho efectuado, sendo 100 kwanzas Pela lavagem da louça e 200 para cozinhar.

O trabalho conjunto que envolve a louça e arrumação da casa custa 200 kwanzas. Já acarretar água num Bidon de 20 litros é tabelado em 100 kwanzas.

Inácia Cuyanda, de 22 anos, que há três anos trabalha nesta actividade, disse ao Jornal de Angola que o Dinheiro que ganha não resolve todos os seus problemas, mas ajuda na compra da alimentação e vestuário para os filhos.

Além do trabalho como empregadas domésticas, as mulheres dedicam-se às actividades do campo. Muitas delas são chefes de família.

Maria Nassongo, mãe de duas filhas, diz que o segredo para conseguir emprego consiste na boa apresentação. "O dinheiro que consigo não é muito, mas é suficiente para manter as duas filhas na escola", disse.

Maria lamenta não poder contar com a pensão dos filhos, porquanto o pai das pequenas falta às suas obrigações no que se refere ao subsídio de alimentação.

A secretária municipal da OMA do Andulo, Elisa da Graça, aconselhou as mulheres a autovalorizarem-se para puderem ser respeitadas pelos seus parceiros.

A responsável da OMA afirmou que a organização que dirige realiza encontros quinzenais com algumas delas, incentivando-as a participar nas aulas de

alfabetização e outros cursos, como de corte e costura e cozinha.

1.5 Angola com maiores ganhos em desenvolvimento humano

Semanário Angolense
11 de Maio de 2012

DEZ DOS DOZE PAÍSES com maiores ganhos no índice de desenvolvimento humano da ONU desde 2000 são da África Subsaariana e entre eles estão Moçambique e Angola, indica um relatório do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento.

O relatório, o primeiro do PNUD sobre desenvolvimento humano em África, mostra que o Ruanda (2), Serra Leoa (3), Etiópia (4), Moçambique (5), Mali (6), Burundi (7), Níger (8), Tanzânia(9), República Democrática do Congo (10) e Angola (12), por esta ordem, estão entre os 12 países com maiores subidas no índice de desenvolvimento humano (IDH) entre 2000 e 2011.

a relatório lembra que a região da África Subsaariana tem estado a convergir com o resto do mundo em termos de crescimento económico, com taxas superiores à média mundial, o que poderá explicar as melhorias ao nível do desenvolvimento humano.

Mas, mesmo quando se retiram ao IDH os critérios relacionados com os salários e se analisa o desenvolvimento humano com base em critérios como a saúde e a educação, dez dos 12 países com melhores desempenhos são daquela região: Ruanda (2), Níger (3), Burundi (4), Mali (5),Tanzânia(7),Etiópia(8),Serra Leoa (9), Moçambique (10), Angola (11) e Libéria (12).

O relatório sublinha o paradoxo de as melhorias impressionantes no crescimento económico e no desenvolvimento humano não terem resultado em progressos comensuráveis na nutrição da população e na segurança alimentar.

"Apesar de o caminho do desenvolvimento na última década ter sido esperançoso, a região continua a sofrer de insegurança alimentar, uma condição precária que ameaça os seus ganhos recentes e a expõe a súbitos revezes", pode ler-se no documento.

O relatório alerta que a África Subsaariana continua afetada por "níveis intoleráveis de malnutrição" que, se não forem mudados, podem resultar em "deficiências físicas e mentais irreversíveis nesta geração e nas seguintes".

"Estima-se que a malnutrição crónica, medida pela percentagem de crianças enfezadas, tenha diminuído apenas dois pontos percentuais (de 43 para 41 por cento) entre 1990 e 2010 e este número só deverá cair mais um ponto percentual na próxima década".

Além disso, o número absoluto de crianças malnutridas tem aumentado na última década e estima-se que continue a aumentar até 2020. De acordo com o relatório do PNUD, um quarto dos 856 milhões de cidadãos da África Subsaariana - perto de 218 milhões de pessoas - estão malnutridos.

O texto identifica dois problemas essenciais: a aposta nas cidades e não no mundo rural e a aposta nos homens e não nas mulheres, já que estas são produtoras alimentares significativas, mas o seu controlo da terra na África Subsaariana é menor do que em qualquer outra região do mundo.

O PNUD afirma que os governos africanos investem menos de 5 a 10 por cento dos orçamentos na agricultura, muito abaixo da média de 20 por cento que os governos asiáticos dedicaram ao sector durante a sua revolução verde.

O programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento advoga que, para melhorar a segurança alimentar na região, é preciso actuar a quatro níveis: produção agrícola, nutrição, acesso aos alimentos e dar mais poder aos pobres das zonas rurais.

1.6 Executivo faz ajustamento salarial este mês

Jornal de Angola
11 de Maio de 2012

O ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto, anunciou ontem que o Executivo vai fazer, a partir deste mês, um novo ajustamento salarial na função pública.

O governante deu esta informação na conferência de imprensa realizada para apresentação do balanço das actividades do Executivo no primeiro trimestre de 2012, e explicou que no ajustamento salarial efectuado vai ser adoptado como critério a taxa de inflação esperada.

Pitra Neto esclareceu que "com as políticas em vigor, houve uma recuperação do poder real de compra com a diminuição das taxas de inflação, que tem sido visível há sensivelmente um ano e que se foi acentuando nos últimos meses".

Ao falar sobre a formação profissional, disse que o país conta com cerca de 60 mil postos formativos, a nível dos municípios, comunas, bairros, com uma cobertura nacional que foi crescendo a partir de 2002.

"Estimamos que hoje o nosso nível de crescimento, em termos de capacidade formativa no período 2002-2011, tenha sido mais de 250 por cento. Para isso, contribuíram não só as unidades formativas públicas, mas também as privadas", clarificou.

Formação profissional Explicou que o sistema de formação profissional está estruturado em quatro níveis, sendo o de nível um aquele que atende os jovens sem o perfil académico mais adequado para entrar no mercado de trabalho.

O Estado tem de atender esta procura de jovens sem formação alguma e para isso apareceram os pavilhões de artes e ofícios, em todo o país, especificou o titular da Administração Pública, Emprego e Segurança Social. O nível dois destina-se a preparar uma mão-de-obra mais qualificada, e que deve responder à procura do médio e grande investimento. Existem centros de formação para este nível e para três e quatro, destinados à mão-de-obra altamente qualificada.

Para António Pitra Neto a questão que se põe é saber se é possível um país como Angola, com as suas limitações, insuficiências e debilidades, ter capacidade para formar a quantidade e qualidade de mão-de-obra que os seus desafios de reconstrução e de crescimento impõem.

O país ainda precisa de mão-de-obra estrangeira para auxiliar os angolanos nos próximos desafios de reconstruir o país, sublinhou. "Temos necessidade de criar políticas, através das quais possamos orientar a presença de mão-de-obra não nacional, em sectores onde as nossas possibilidades não permitem ter técnicos nacionais com a quantidade e qualidade necessária", frisou. Angola tem de ter capacidade para formar, a todos os níveis, e em particular no sector primário e secundário da economia, mão-de-obra nacional especializada, para a médio prazo possuir técnicos fortes nos postos de trabalho e fazer face aos grandes desafios, concluiu o titular da pasta do MAPESS.

1.7 Potencial perigo Social

Semanário factual
De 12 a 19 de Maio de 2012

Sempre que se aborda o fenómeno criança de rua e na rua, pouca gente repara que, sem a atenção devida,

esse grupo alvo pode vir a ser, no futuro, o delinquente jamais previsto.

No entanto, é sabido que é possível gerir o mundo infantil, desde que ele seja dotado de condições próprias para uma vivência sadia.

Mas pode-se afirmar que o fenómeno criança de rua é um mal da Africa a sul do Sahara, onde as famílias desestruturadas pela guerra, por conflitos étnicos e regionais, não conseguem cuidar dos filhos, ao que se acrescenta o desemprego, a falta de dinheiro e, acima de tudo, de amor e compreensão.

As crianças nascem inocentes, crescem com diversos problemas à volta e, nesse ambiente, a fuga de casa é uma razão principal, dado que mais vale a paz na rua do que o barulho infernal de uma casa onde "não há pão, todos ralham, mas ninguém tem razão".

É a própria sociedade a promotora do fenómeno criança de e na rua, porque ela não dota as famílias de condições alimentares, com água potável e de energia elétrica e sossego. Claro que seria possível retirar as crianças e interná-las em lares ou outros locais onde pudessem viver, estudar e até distraírem-se, convivendo com outros menores que também não têm lares saudáveis e com todas as condições.

Mas é de pequenino que se torce o pepino, como diz o ditado, e não acontecendo isso, o atual menor será amanhã um potencial criminoso, ávido de dinheiro para suprir as suas necessidades, uma das quais é o consumo de drogas.

Os hábitos bons são obtidos em lares felizes, onde os pais proporcionam aos filhos o sustento, acompanhando a sua escolaridade e investindo para um futuro risonho da sua prole.

Mas em famílias onde tudo falta e com pais desempregados, as crianças não têm solução, sendo os portentosos fornecedores de-dinheiro aos progenitores, no caso dos rapazes a lavagem de viaturas, a venda de diversos bens pelas ruas e, algumas vezes, assaltos à mão armada, e no caso das raparigas, a prostituição.

Esse quadro, nada abonatório, é patente em muitos países, onde o desemprego faz morada, onde a corrupção é o *modus vivendi* e a pobreza é o manto que cobre a maioria da população.

Só que as pessoas se esquecem do provérbio bíblico de que "filho és, país serás", e após crescerem essas crianças tornar-se-ão adultos com pendor delinquente, porque não puderam estudar, arranjar emprego seguro, e então só o mundo do crime as satisfaz.

Daí a "tonelada" de jovens pelas ruas, a dormirem em qualquer lugar, junto de estações de combustíveis, em jardins e de baixo de prédios em construção ou inabitados.

Em Angola, o fenómeno criança de e na rua foi famoso, principalmente durante o conflito armado de mais de trinta anos. Mas, hoje por hoje, e com as políticas do Executivo de melhorar a vida dos jovens, com empregos seguros, com formação técnico profissional, com a entrega de kits de trabalho, incluindo empréstimos bancários, foi possível que milhares de jovens, antes virados para o mal, pudessem beneficiar, aumentando, desse modo, a força de trabalho disponível para o processo de reconstrução nacional.

Porque é normal formar gente trabalhadora, desde que a ela seja dada a oportunidade, mesmo depois de uma vivência vegetativa e virada para o lado penoso da vida.

Porém, é de crer que com o "boom" económico do país, com as políticas de apoio à Juventude, com a intervenção das Igrejas, as crianças de e na rua podem arrear caminho e convir, também, para um trabalho honesto, mesmo que às vezes mal pago.

O importante é trabalhar para a dignificação do ser humano e as crianças de rua, ontem delinquentes, poderão, no futuro, enveredar pelo caminho do bem, contribuindo, dinamicamente, para o desenvolvimento do país, nas suas variadas vertentes

1.8 Desde o Semba rumba ao Kuduro, a regra é não ficar parado

O I ndependente

12 de Maio de 2012

Viver em Luanda não é nada fácil, como um amigo comparou a "semelhança do campeonato inglês de futebol", bastante duro, começando pelo engarrafamento, trânsito desordenado, travessia de peões em qualquer lado das estradas, lixo em determinados locais, venda ambulante em tudo que é canto e buracos em varias ruas, de entre outras anomalias.

A cidade é enorme, uma das maiores de África com mais de sete milhões de habitantes e apesar dos projectos de requalificação e a criação de polos habitacionais, ainda cresce desordenadamente.

Há construção em todos os cantos da cidade (estradas, pontes, edificios, ...) o que torna certos trajectos caóticos e as vezes impossíveis. Quando chove, e ainda bem que São Pedro mandou pouca

água para baixo, nesta época, mas quando cai, muitos locais ficam alagados ou cheios de lama e desencadeia ainda mais o caos.

Há locais privilegiados, com água, luz e limpos, assim como estabelecimentos comerciais com higiene, como os casos de talatona, novas centralidades e outros condomínios aqui ou ali, ou melhor com realce para zona sul da urbe. Consequentemente eles custam excessivamente caros por constituírem um privilégio que poucos podem acessar.

Como o cidadão precisa de certas coisas (roupas, alimentos, electrónicos, automóveis, peças ...) o acesso é bom, mas a certos centros comerciais, onde a tal não é possível, não cabe para qualquer bolso, então recorrem ao paralelo, um mercado imenso e eficaz, como o Cantintom e Km 30, os mais famosos e em muitas praças espalhadas pelos bairros .

Apesar da subida da onda de criminalidade de diversos de fórum comum porém, contrariamente ao que se poderia pensar, não há violência extrema ou grupos (gangs) delinquentes organizados, que aterrorizam a cidade, a polícia tem sabido dar resposta a estes.

Não há abastecimento de água, luz e esgoto a toda a população. Mas é possível comprar, há prestadoras particulares de energia que oferecem isso em certos bairros onde a rede pública não chega é mas irregular do que regular.

Também há geradores de energia à venda em muitas lojas e o combustível é barato. Mas esta semana, em alguns pontos da cidade verificamos filas nas bombas de combustível.

Na minha cidade a troca de moeda na via pública continua a ser um facto, uma troca ilegal e muito perigosa, onde aqui ou ali se recebe notas falsas de dólares norte americanos ou mesmo o nosso kwana, com realce para notas de dois mil e mesmo as chamadas " Kinguilas", sofrem assaltos dos meninos de motos rápidas, com recurso a arma de fogo e homicídios a mistura de vez em quando.

Os roubos de viaturas e as violações sexuais, com destaque para a periferia tomaram conta da cidade a já muito tempo, aliado ao consumo e revenda de drogas pesadas ...

O transporte público não é rápido nem eficiente. O transporte táxi, vulgo (candongueiro) ainda não é seguro, os carrama sua maioria em mau estado técnico e velhos e os motoristas não cumprem as Leis de segurança.

Os autocarros das diversas operadoras ainda são poucos, demorados, mas mais baratos. Os engarrafamentos são diários e intermináveis. Carro próprio se torna a melhor forma de locomoção (também é sinal de status social ...). Cresce o habito de comer na rua sandes, as chamadas " Magog ou Motorola", alguns confessionados na via pública, fora dos padrões de higiene, acompanhada com um refrigerante de plástico também conhecido por (orgulho).

Existem restaurantes e lanchonetes (caríssimas) apenas em certas regiões da cidade.

Apesar dos vários modelos anunciados, a recolha de lixo ainda não é eficientemente e nos musseques e bairros pobres, a própria população escolhe um terreno e ali deposita seus resíduos: em valas , ou beira das estradas.

Na verdade não há consciência ambiental e é comum as ruas e praias conterem lixo, inclusive cacos de vidro deixados pelos banhistas. Também não há lixeiras na praia, nem mesmo na Ilha do Cabo, um dos espelhos turísticos da cidade, que esta a ganhar nova imagem, mas la para as praias dos quilómetros as coisas deixam muito a desejar (...)

As agressões verbais e os constrangimentos aos «gringos» são constantes, inclusive e continuamos a assistir os agentes da polícia de ordem pública ou de trânsito sempre a pedir uma « gasosa ».

Na minha cidade, com dinheiro tudo se arranja e quase não há situações às quais os seres humanos não sejam capazes de se acostumar ... para quem tem ancas dá-se a oportunidade de rebolar. Semba, rumba, kilapanga, sungura, ou kuduro a regra é não ficar parado.

1.9 Educação longe dos objectivos do milénio

Agora

12 de Maio de 2012

Segundo dados da Unesco, apenas 35 em cada 100 crianças que ingressam na educação primária conseguem concluir o primeiro nível, havendo necessidade do aumento de investimentos no sector.

O país, ao lado de Moçambique e Guiné-Bissau, integra a lista de 30 nações da África Subsaariana que não irão cumprir os pressupostos do Milénio no sector da educação.

A coordenadora de educação da Unesco para África, Zulmira Rodrigues acrescenta: "No país ainda investe-se muito pouco no ensino primário".

A meta recomendada é que 50% dos recursos da educação sejam dirigidos ao ensino primário. "Em Angola, infelizmente, esses recursos estão a 28,6%, um valor um pouco menos de metade, o que significa que o país terá que fazer um exercício um pouco mais regulado".

A executiva da Unesco indicou que o país tem meios suficientes para melhorar o sistema de educação, faltando investimentos em conformidade com as recomendações da ONU.

A responsável referiu-se também à necessidade de impulsionar a qualidade de ensino com o aumento da formação de professores

1.10 A criação de empregos

Jornal de Angola

18 de Maio de 2012

A criação de empregos em Angola está a transformar o mapa de pessoas ocupadas profissionalmente em todo o país, sendo um indicador importante de geração de riqueza. Cresce todos os dias o número de empregos na agricultura, na indústria e no comércio, três sectores que contribuem para a diversificação da economia angolana.

Um país apenas cresce quando parte significativa da sua população se encontra no ativo, nas mais diversas atividades económicas.

Em Angola, o Executivo está empenhado na criação de empregos de forma sustentada em todo o país, adaptando para isso várias medidas. As reformas económicas e as de natureza fiscal que estão a ser ensaiadas pelo Executivo têm como objetivo fundamental proporcionar emprego, condições de trabalho e negócios aos angolanos.

Os números da criação de empregos, nos últimos anos, provam que as estratégias no sentido de tornar Angola um país inclusivo em termos de oferta de emprego estão a resultar. E ainda bem que é assim, atendendo aos desafios de reconstrução e desenvolvimento em que Angola se encontra e pretende acelerar.

E motivo de satisfação ouvir que entre 2009 e 2011 foram criados em todo o país cerca de 600 mil postos de trabalho pelos vários sectores registados no Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS). Criar 200 mil postos de

trabalho anualmente não está ao alcance de muitos Estados, neste mundo que vive uma crise económica e financeira que teima em se manter. Há motivos para pensar

que seremos capazes de manter o atual ritmo de criação de empregos no país, nos próximos anos.

Angola está no bom caminho porque as políticas sobre o emprego colocam o país numa direção certa para concretizar a viabilidade e sustentabilidade do seu desenvolvimento.

Os sectores que mais geraram emprego foram os do comércio, da agricultura e pescas, seguidos da hotelaria e turismo. Trata-se de um reflexo do crescimento económico que o país regista, numa altura em que se adequa este desenvolvimento à criação de empregos.

Acreditamos que os incentivos fiscais, nas suas várias dimensões, constituem uma forma importante para acelerar o investimento, o desenvolvimento e a criação de empregos. Em poucas palavras, podemos dizer que estas iniciativas impulsionam as atividades económicas e comerciais e, portanto, a sustentabilidade de um país.

Angola está a caminhar de forma sustentável na criação de empregos graças a uma estratégia previamente traçada pelo Executivo, que está a dar os seus frutos.

A construção e a reabilitação de várias barragens em todo o país são também contributo directo e indirecto à criação de empregos. Não temos dúvidas de que a recuperação de centrais hidroeléctricas vai diretamente contribuir para o emprego de milhares de pessoas em todo o país. Hoje, a energia elétrica passou a ser um meio vital no arranque de atividades de natureza económica, comercial e dos serviços.

A reparação das subestações de fornecimento de água, um pouco por todo o país, contribui também para que milhares de postos de trabalho diretos e indirectos sejam criados.

A todo este processo junta-se a perspectiva dos impostos baixarem gradativamente, com o objectivo de estimular os investimentos que, como sabemos, estão na base da criação de empregos. Sabemos que o Imposto industrial deve baixar este ano e que nos anos subsequentes vão suceder outras reduções.

Podemos dizer que com estas iniciativas. Tendo como um dos alvos o fomento do emprego no país, os nossos empresários vão ter motivos para satisfação.

Estamos lembrados que para os nossos empresários o imposto industrial, aquele que incide sobre os lucros resultantes do exercício de uma actividade de natureza comercial ou industrial, constituía um entrave a novos investimentos.

São ainda frequentes as queixas sobre os valores pagos ao Estado como imposto industrial, uma realidade que as autoridades pretendem romper, com uma redução progressiva e substancial.

O investimento na economia nacional vai ser mais viável, do ponto de vista dos encargos com os impostos, o que vai facilitar a criação de numerosos postos de trabalho.

Creemos que as medidas traçadas pelo Executivo vão continuar a privilegiar a ocupação profissional dos angolanos, Criar as condições para que muitos se mantenham ocupados, gerando rendimentos para si, faz também parte da estratégia do Executivo.

1.11 Angola com problemas alimentares mas entre os 12 países com maiores ganhos em desenvolvimento humano

Jornal Agora
19 de maio de 2012

Dez dos doze países com maiores ganhos no índice de desenvolvimento humano da ONU desde 2000 são da África Subsaariana e entre eles estão Moçambique e Angola, indica um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O relatório, o primeiro do PNUD, sobre desenvolvimento humano em África, mostra que o Ruanda (2), Serra Leoa (3), Etiópia (4), Moçambique (5), Mali (6), Burundi (7), Níger (8), Tanzânia (9), República Democrática do Congo (10) e Angola (12), por esta ordem, estão entre os 12 países com maiores subidas no índice de desenvolvimento humano (IDH) entre 2000 e 2011, O relatório lembra que a região da África Subsaariana tem estado a convergir com o resto do mundo em termos de crescimento económico, com taxas superiores à média mundial, o que poderá explicar as melhorias ao nível do desenvolvimento humano.

Mas, mesmo quando se retiram ao IDH os critérios relacionados com os salários e se analisa o desenvolvimento humano com base em critérios como a saúde e a educação, dez dos 12 países com melhores desempenhos são daquela região: Ruanda (2), Níger (3), Burundi (4), Mali (5), Tanzânia (7),

Etiópia (8), Serra Leoa (9), Moçambique (10), Angola (11) e Libéria (12). O relatório sublinha o paradoxo de as melhorias impressionantes no crescimento económico e no desenvolvimento humano não terem resultado em progressos comensuráveis na nutrição da população e na segurança alimentar.

"Apesar de o caminho do desenvolvimento na última década ter sido esperançoso, a região continua a sofrer de insegurança alimentar, uma condição precária que ameaça os seus ganhos recentes e a expõe a súbitos revezes", pode ler-se no documento.

O relatório alerta que a África Subsaariana continua afetada por "níveis intoleráveis de malnutrição" que, se não forem mudados, podem resultar em "deficiências físicas e mentais irreversíveis nesta geração e nas seguintes". "Estima-se que a malnutrição crónica, medida pela percentagem de crianças enfezadas, tenha diminuído apenas dois pontos percentuais (de 43 para 41 por cento) entre 1990 e 2010 e este número só deverá cair mais um ponto percentual na próxima década".

Além disso, o número absoluto de crianças malnutridas tem aumentado na última década e estima-se que continue a aumentar até 2020.

De acordo com o relatório do PNUD, um quarto dos 856 milhões de cidadãos da África Subsaariana perto de 218 milhões de pessoas estão malnutridos.

O texto identifica dois problemas essenciais: a aposta nas cidades e não no mundo rural e a aposta nos homens e não nas mulheres, já que estas são produtoras alimentares significativas, mas o seu controlo da terra na África Subsaariana é menor do que em qualquer outra região do mundo.

O PNUD afirma que os governos africanos investem menos de 5 a 10 por cento dos orçamentos na agricultura, muito abaixo da média de 20 por cento que os governos asiáticos dedicaram ao setor durante a sua revolução verde.

O programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento advoga que, para melhorar a segurança alimentar na região, é preciso atuar a quatro níveis: Produção agrícola, nutrição, acesso aos alimentos e dar mais poder aos pobres das zonas rurais.

1.12 Reconhece melhoria

Semanário Factual

De 19 à 26 de Maio de 2012

cambial para as empresas petrolíferas requererá que uma grande parte das transacções financeiras das empresas petrolíferas, anteriormente efectuadas offshore, passe pelos bancos domésticos".

Prevê-se que esta medida aumente as possibilidades de intermediação financeira doméstica e sirva para promover maior concorrência e inovação financeira.

Executivo é incentivado a prosseguir melhoria do capital humano e físico

Porém, esta medida pode também resultar numa rápida expansão nos balanços dos bancos. Para que o processo de aprofundamento financeiro seja sustentável, seria aconselhável reforçar significativamente a supervisão prudencial, mesmo antes da implementação paulatina da lei.

Com base nos esforços já existentes, o Fundo recomenda que as políticas económicas devam continuar a facultar a transformação estrutural e diversificação da economia.

Para desencadear o enorme potencial económico de Angola e impulsionar um crescimento inclusivo, as autoridades são incentivadas a prosseguir políticas que facultem e melhorem o capital humano e físico, ao continuar a reequilibrar o orçamento para programas sociais e investimento em infra-estruturas.

1.13 Em busca de emprego

A Capital

26 de Maio de 2012

Ana Júlia, (nome fictício), 30 anos, concluiu há alguns anos um curso profissional. Obviamente, não tem a experiência de trabalho que, geralmente, é requerida para os nossos primeiros empregos. Dois a cinco anos.

Ainda assim, partiu para a luta, deixando cópias do seu currículo vitae em várias empresas, até que, um dia foi admitida numa empresa, graças à fiança de alguém, como é da praxe.

Foi lançada "às feras", em regime de estágio. Ficou nessa condição mais do que o tempo suficiente para passar ao quadro do pessoal da instituição. Só que, os pagamentos dos seus ordenados não obedeciam qualquer regularidade.

Segundo ela, havia meses em que, nem mesmo auferia os salários. Ora sim, ora não, até que, mesmo depois de pedir explicações sem nunca ser satisfeita, impaciente, deixou de comparecer. Viu-se vilipendiada ao cabo de dois anos, com os direitos sacrificados.

Já Miguel Ângelo, 40 anos, pai de dois filhos, viu encerradas para si as portas da empresa para a qual trabalhou muito tempo, tudo porque, por várias razões que provocaram descontentamento a ele e colegas, decidiram paralisar.

Lá o patronato avaliou caso a caso. Contudo, marcou os mais incisivos no movimento reivindicativo. Ele era um. Uma boa maioria voltou ao serviço, mas Ângelo, que pontificou a reclamação, nunca mais foi aceite. Está desempregado.

A procura de emprego continua a ser um fardo pesado ainda carregado por muitos angolanos.

Na verdade, não há estatísticas objectivas relativas à população desempregada no país, mas, na verdade, jovens, mulheres e homens sem nada para fazer, representam uma grande maioria. O mercado informal é reflexo disso.

Entretanto, o mais espantoso é que, à mesma velocidade com que cresce a busca por um emprego, cresce, igualmente, a desistência do emprego.

Prova disso é um fenómeno que, há bastante tempo, passa despercebido, mas é frequente. O abandono de trabalho. Todos os dias ao comprar-se o único diário do país, *Jornal de Angola*, nas suas páginas de publicidade não faltam pedidos de comparência de trabalhadores, de diversas empresas, por alegado abandono de trabalho.

O facto é tão recorrente que começa a pedir que entidades competentes, juristas e estudiosos, avaliem os seus contornos, o que estará na sua origem. E é que os pedidos nem sempre se repetem, mas há-os a cada dia.

Para alguns entendidos na matéria, esta triste realidade pode decorrer do facto de, muitos dos empregos que aparecem, serem, em grande medida, feitos a base de contratos precários, sem a mínima observância daquilo que a legislação laboral do país indica, com o agravante de, a situação já não se restringir ao sector privado.

Com métodos rudimentares de contratação de pessoal, defendeu um especialista, os patrões, mais do que aplicar os trabalhadores, estabelecendo com eles uma relação vinculativa jurídico-laboral estável, acabam, implicitamente, por explorá-los, o que, por

sua vez, vai gerar nestes, um permanente estado de insegurança quanto ao seu futuro no emprego:

Os critérios de regulação dos salários, por exemplo, é aleatório, os descontos como penalização, feitos à socapa, despedimentos, muitas vezes sem causas aparentes, enfim, como admitiu o especialista, trata-se de uma situação, que sugere, ou uma ampla revisão da Lei Geral do Trabalho vigente, ou, então, uma afinação dos métodos de fiscalização à aplicação da mesma.

E as coisas não ficam por aí. O problema chega a assumir outros contornos se se tiver em conta que, de um lado está o empregador mais preocupado com a aplicação dos preceitos da lei que o trabalhador deve respeitar, esquecendo-se, contudo, dos direitos daquele que é sua mão-de-obra, numa sã perspectiva do princípio de "custo rendimento, rendimento custo".

Abusos do empregador

Do outro lado está o próprio empregado que, infelizmente, pouco ou nada sabe sobre seus direitos legais, o que nutre nos empregadores a tendência de despedirem pessoas por tudo e por nada, ou, quando não, criando situações de pressão psicológica conducentes à desistência do trabalhador.

Tudo isto ocorre, também, segundo analistas, porque é grande a procura por um emprego. Uma, que nos foi descrita como, grande aberração, é a forma como algumas empresas chinesas estão a "contratar" jovens para seus serviços. Relatos de alguns desses jovens dizem que entram para o trabalho e são pagos por hora e, geralmente, por tempo indeterminado, com um rendimento mínimo de 500 kwanzas.

Centenas de trabalhadores noutras empresas vivem inseguros por estarem empregados, uns, sem contratos com a entidade empregadora, são assalariados, descontam para a Caixa Social, mas não possuem cartões que o atestem. Outros, há anos de serviço, continuam na condição de trabalhador eventual, nesta condição, sem condições de ser qualificado.

Cresce, contudo, a consciência reivindicativa em alguns trabalhadores que, através de sindicatos, vão pedindo melhorias.

Nos últimos dias, assistiu-se a importantes levantamentos reivindicativos com os empregados a exigirem melhorias nas condições laborais. Houve paralisações nos Carninhos-de-Ferro de Benguela, (CFB), Caminhos-de-Ferro de Luanda, (CFL) e nos Caminhos-de-Ferro de Moçamedes, (CFM).

Em greve estiveram ainda os serviços administrativos do Governo da província de Benguela, os enfermeiros e técnicos de enfermagem da província de Luanda, os trabalhadores da Empresa Nacional de Construção de Infra-estruturas Básicas, (ENSIB), bem como nos centros de formação profissional do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, sem esquecer a empresa SM, em Luanda.

1.14 Angola regista redução de mortalidade materna

Jornal de Angola

30 de Maio de 2012

A mortalidade materna em Angola baixou de 610 para cerca de 450 casos, por cada 100 mil, revelou ontem em Luanda a vice-ministra da Saúde. Evelize Frestas, que fava na abertura de um seminário sobre as principais causas da mortalidade materna em Angola, que _"marcou as comemorações do dia de Ação Internacional da Saúde da Mulher, assinalado ontem, disse que as Nações Unidas e o Banco Mundial confirmaram que o país registou melhorias nesse campo. Segundo Evelize Frestas, devido ao conflito armado e conseqüente desestruturação dos serviços de saúde, a mortalidade materna chegou a atingir 1.400 casos por cada 100 mil. Em 2010, devido ao progresso registado no sector, verifica-se uma redução para 610 casos por cada 100 mil, disse.

"Esta evolução muito animadora resulta do clima de paz estabelecida em 2002 e das políticas públicas fomentadas pelo Executivo", sublinhou. Evelize Frestas afirmou que o Executivo pretende reduzir a mortalidade materna, até 2015, para 250 a 400 casos em cada 100 mil.

Segundo a responsável, em Angola, cerca de dois terços da mortalidade materna deve-se a causas directas, decorrentes da gravidez. As principais causas da mortalidade materna no país são as hemorragias, seguidas das toxemias, infeções, abortos e roturas uterinas. No Mundo, mais de um milhão de mulheres morrem a cada ano por causas relacionadas com a gravidez ou o parto, afectando principalmente jovens entre os 15 e 19 anos de idade.

A taxa de mortalidade nessa faixa etária é duas vezes maior que a das mulheres entre 20 e 24 anos, o que significa que é preciso dedicar uma maior atenção às jovens e adolescentes.

Condições especiais

Com vista a acelerar a redução da mortalidade materna e neo-natal em Angola, os municípios passaram a receber, em 2010, financiamento directo para a saúde materno-infantil. Segundo a vice-ministra da Saúde, Evelize Frestas, o financiamento está consolidado no "Roteiro para acelerar a redução da mortalidade materna e neo-natal em Angola (2007/ 2015) " e insere-se na estratégia de revitalização dos serviços de saúde municipais.

A responsável falava em Luanda durante um seminário sobre as principais causas da mortalidade materna em Angola.

A vice-ministra Evelize Frestas disse que os serviços de saúde pública desenvolvem programas de educação sexual, com particular atenção aos jovens e adolescentes, explicando como evitar uma gravidez indesejada e aconselhando o sexo responsável.

2. MICROFINANÇAS

2.1 A corrida ao micro crédito e ao bue

Continente

5 de Maio de 2012

É com imensa satisfação que muitos cidadãos receberam a notícia, da aprovação de um fundo de risco por parte do estado angolano, com o objetivo principal de apoiar as iniciativas de pequenos negócios.

Com certeza que reação diferente não teriam os cidadãos, pois são inúmeros que têm boas iniciativas de negócios, mas muitas vezes viam as suas pretensões voltadas apenas a sonhos, pois o acesso ao crédito bancário no nosso país ainda deixa a desejar em muitos casos. Assim, surgiu então a iniciativa do governo, por formas a estimular os pequenos empreendedores, onde para além do fundo de risco, criou-se também o balcão único de empreendedor "BUE".

As movimentações em tomo de tudo isto, estão já muito patentes, pois muitos estão num corre-corre tremendo para a abertura de contas, para a obtenção das fichas de inscrição das administrações e o formulário do Banco, enquanto outros estão a conceber os projetos de investimentos para então apresentarem as instituições bancárias para as devidas avaliações e por conseguinte ganharem a devida confiança, por formas a sem muitas dificuldades terem a sua disposição o dinheiro do referido crédito.

Por outro lado esta também o BUE, que no momento em que escrevo conta já com 3 unidade em Luanda e já algumas em outras províncias do país.

Após toda esta explanação que fiz acima, quero aqui trazer alguns aspectos que acho que se deve ter conta neste todo processo. Primeiro a questão da educação financeira e do micro gestão, pois independentemente de se tratar de um fundo de risco, as pessoas devem ter um cuidado elevado com os negócios de deverão fazer, e devem procurar seriedade por formas a que possam dar o retomo que se espera, e ainda findo o prazo dos pagamentos, poderem dar sequência no negócio, e sentirem que realmente valeu apenas o investimento, contando ainda a questão da geração de empregos, o aumento das receitas fiscais, entre outros aspectos. Assim se precisa de pessoas que realmente saibam da responsabilidade que terão em mãos, a partir do momento que tiverem em posse o dinheiro que

deverão receber. A meio de tudo isto está o INAPEM, que tem desde já a responsabilidade de certificar cada empresa, qualificando a sua dimensão.

Neste sentido é preciso que esta instituição, esteja bem preparada para este desafio, pois muitos problemas são frequentes nestes processos, porque muitos acabam de sentindo injustiçados, pelo facto de terem melhores condições para levarem em frente um negócio,

mas por falta de sorte, má fé, ou ainda por falta de influencias acabam sendo relegados para um segundo plano, ou nem sequer conseguem entrar no sistema e terem a devida certificação.

Por outro lado ainda estão os BUEs, que ao que se sabe, muitos funcionários que estão a fazer parte do mesmo, eram os brigadistas

que estiveram envolvidos no processo de actualização e registo eleitoral, passando estes agora a funcionários públicos. Até aí nada de mal, mas importa que estes também estejam bem preparados para este novo desafio, pois estes serviços devem servir a população, e não se tomarem mais uma dor de cabeça, como tem sido em outros casos que não adianta aqui citar.

Deve haver uma grande seriedade em todo este processo, porque ainda vivemos com os vícios das gasosas, e os padrinhos na cozinha, conforme se diz na gíria. Um atendimento aos que acorrerem a estes serviços deverá ser o melhor possível, pois trata-se de um possível Empreendedor, e antes mesmo de um cidadão que quer dar o seu contributo a economia do país. Que todos os envolvidos neste processo, sejam os que deverão solicitar os créditos, a banca, os BUEs e o INAPEM, vejam este processo como uma forma de impulsionar a economia do país, e que possam dar o máximo de si, para que no final os resultados sejam satisfatórios e se possa alcançar os objetivos deste processo.

2.2 Micro crédito está estimular empreendedores do luena

Jornal de Angola

04 de Maio de 2012

O programa de microcrédito para pequenas e médias empresas, aprovado pelo Executivo, para beneficiar jovens empreendedores, vai proporcionar mais emprego, rendimentos às famílias e combate à pobreza.

O secretário provincial do Comité dos Jovens Empreendedores do Moxico, Jacob Ngangula, disse que o programa contribui para o desenvolvimento

económico e social das comunidades e das famílias, particularmente.

Jacob Ngangula referiu ainda que as acções a serem executadas, no âmbito deste programa, vão contribuir para o aumento das receitas fiscais e aduaneiras do governo provincial e diminuir o índice do desemprego na região.

O responsável ressaltou que, na cidade do Luena, já se nota iniciativas de jovens no ramo do empreendedorismo, através do crescimento de vários estabelecimentos comerciais, uma mostra de que a juventude quer resolver os seus próprios problemas financeiros e sociais.

O secretário daquela organização juvenil esclareceu que o seminário realizado recentemente, no Luena, pelo Ministério da Economia e orientado pelo titular da pasta, Abraão Gourgel, serviu de instrumento para que os jovens com iniciativa empresarial comesçassem a trabalhar mais.

O Comité Provincial dos Jovens Empreendedores do Moxico controla mais de 300 associados.

2.3 Governo disponibiliza mais de USD 800 milhões para implementação do programa de micro-crédito

O Independente

05 de Maio de 2012

Oitocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos é o valor que o Governo angolano vai disponibilizar ainda este ano para a implementação dos programas de "Micro, Pequenas e Médias Empresas" a nível do país. A informação foi avançada à imprensa, na cidade do Kuito, província do Bié, pelo assessor do ministro da Economia, Licínio Vaz Contreiras, após o jantar conferência promovido pela JMPLA, que decorreu sob o lema "Micro, Pequenas e Médias Empresas".

Licínio Vaz Contreiras assegurou que o Executivo seleccionou 14 agências bancárias para facilitar o acesso ao microcrédito aos pequenos, médios e grandes empresários. Questionado sobre a burocracia que se regista nas instituições bancárias, aquele responsável asseverou, por outro lado, que neste momento o Governo criou uma política que permitirá aos bancos corresponderem com as exigências do Executivo, no tocante à celeridade na concessão dos empréstimos.

Nesta vertente, de acordo com o assessor, o Governo angolano entregou um dossier às agências bancárias que deve ser respondido num prazo de quinze dias. As pequenas empresas serão contempladas com um milhão e meio de dólares, enquanto as empresas de média dimensão receberão até USD 10 milhões.

2.4 Programa de Crédito dá formação a beneficiários

Jornal de Angola

05 de Maio de 2012

Os beneficiários do Programa Crédito Jovem estão a receber uma formação destinada a apetrechá-los de técnicas de gestão financeira antes de receberem os fundos que solicitam, para garantir melhores resultados na administração dos recursos, anunciou na quinta-feira, no Lubango, o director provincial da Juventude e Desportos.

Francisco Barros disse que os cursos, promovidos pela Direcção da Juventude e Desportos em parceria com o Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), são necessários porque elevam a educação financeira dos beneficiários e potenciam os jovens para o início de negócio.

Este ano, a formação já atingiu 200 jovens da cidade do Lubango, com perspectiva de extensão para outros municípios, à medida que as secções municipais forneçam dados sobre os potenciais beneficiários. "A formação está garantida para todos. Além do nosso parceiro permanente (o INAPEM), estamos a estabelecer contactos com uma associação de empreendedores para reforçar os conteúdos e aumentarmos o número de formadores", disse Francisco Barros.

O director disse que o Crédito Jovem está aberto a todos cidadãos nacionais dos 18 a 35 anos, desde que reúnam os requisitos exigidos no regulamento do programa e estejam organizados em cooperativas. A técnica de microfinanças do BPC, Prudência Justina, sublinhou que a formação procedimentos financeiros lhes permite ter a noção dos custos e proveitos.

2.5 Crédito agrícola oportunidades em Benguela

Jornal de Angola

06 de Maio de 2012

Os incentivos ao sector agrícola estão a ajudar as famílias do meio rural de Benguela a sair da pobreza,

graças à aposta do Executivo no crescimento da produção agrícola, através da disponibilização do crédito de campanha. Muitas famílias, que viviam nas grandes cidades fugidas da guerra, voltam para as suas terras de origem com filhos já adultos, e que tiveram poucas oportunidades de enquadramento laboral.

De regresso ao meio rural, muitas recuperaram as suas terras abandonadas e estão a fazer delas o ponto de partida para o seu sustento e para a criação de rendimento, disse à reportagem do Jornal de Angola Simão Januário, presidente da União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA) em Benguela. A produção agrícola emprega pessoal a tempo inteiro, devido às melhorias do sistema de produção, tanto a nível de métodos manuais como mecanizados.

Simão Januário considera que o sector pode absorver mão-de-obra desempregada, dado que "as condições de trabalho no campo são agora incomparavelmente melhores". Ao mesmo tempo, é essencial que se atinja o objectivo da autosuficiência em valor. "Queremos a todo o custo que a produção nacional cubra o consumo e se compensem os produtos que forçosamente o país tem de importar", salientou.

Empréstimo abrange milhares

O Crédito Agrícola de campanha já beneficiou 3.274 camponeses organizados em cooperativas agropecuárias e associações de camponeses. O montante disponibilizado foi de 490 milhões de kwanzas.

Simão Januário referiu que os bancos BCI, BPC e SOL são as instituições que lidam com os processos dos camponeses e têm disponibilizado os valores em função das facturas pró-forma apresentadas. "Oportunamente, o BAI vai juntar-se aos restantes operadores do Crédito Agrícola", esclareceu.

O responsável da UNACA explicou que os camponeses não recebem os valores monetários disponibilizados em mão. A operação é feita pelos respectivos bancos junto dos fornecedores, que depois lhes entregam os imputs agrícolas e outros materiais para aumentarem os níveis de produção.

O ano agrícola estava bem encaminhado, com os camponeses satisfeitos com o progresso do plantio e a aguardarem grandes resultados, mas a estiagem pôs em causa as culturas.

Com uma certa tristeza, Simão Januário sublinhou que "os camponeses que mais sofreram foram aqueles que têm as suas parcelas de terra longe do rio ou de vales, uma vez que ficaram com a produção comprometida". Dadas as circunstâncias, as autoridades

estão a estudar modalidades para compensar os bancos credores, para que ninguém saia prejudicado.

A UNACA possui um programa destinado a ensinar os camponeses a estimular o processo de modernização da lavoura, abandonando as práticas tradicionais de produção no campo, que exigem muito esforço. "O programa procura, essencialmente, conduzir os camponeses a novas formas de actuação no campo, para evitar que, de futuro, o caso particular da estiagem seja um grande quebra-cabeças. Existem rios e lagos nas proximidades dos campos. Agora que muitos agricultores vão dispor de moto bomba para facilitar o regadio em tempo de estiagem, o processo de produção passa a ser menos sofrido", sublinhou.

Água e terra

Existe, em Benguela, muito trabalho para se fazer no campo. Empenhado no crescimento do sector agrícola, o Executivo está a reabilitar as estações zootécnicas do Cubal e Ganda, e a construir o centro de formação profissional, com vista à qualificação das novas gerações de agricultores.

"A minha esperança é que haja novos agricultores e novas gerações a apostarem no sector. E o maior desafio que temos pela frente. A profissão de agricultor tem de ser multifuncional", salientou.

Dadas as características do meio rural em Benguela, a agricultura pode criar multifuncionalidades com o turismo rural, o eco turismo, a exploração de espécies cinegéticas, as envolventes, como a gastronomia ou o artesanato.

Feira no Balombo e Caibambo

O município do Balombo realizou a denominada feira do feijão, por ser o produto que resultou da safra agrícola na localidade em quantidade considerável, enquanto o Caibambo apresentou a feira da galinha. Estas iniciativas ajudam a promover mais actividades semelhantes nos restantes municípios.

As feiras são um importante canal para a comercialização dos produtos do campo que, muitas vezes, encontram entraves ao escoamento para as grandes cidades, onde o poder de compra é maior. O objectivo principal é a promoção das trocas comerciais, estimular a produção e consumo.

A Administração Municipal, na qualidade de organizador, define os regulamentos do certame, datas

de realização, horário de funcionamento, perfil dos expositores e estabelece as regras do evento. Dentro das regras estabelecidas, compete aos expositores tirarem o máximo aproveitamento do espaço disponível, divulgar os seus produtos, equipamentos, maquinaria, inovações e serviços.

Os agricultores enfrentam sérias dificuldades com o escoamento dos produtos e para evitar a deterioração dos mesmos começaram a ser realizadas na província de Benguela feiras rurais, certames que estão a ter algum sucesso, principalmente na agricultura familiar, por estar a atrair consumidores das cidades de Benguela, Lobito, Baía Farta e mesmo do Huambo e Huíla.

"As feiras não vieram substituir os mercados informais de venda de produtos hortícolas. Às vezes, possuem alguns problemas de infra-estrutura, como a falta de arborização, de estacionamento, principalmente quando há trânsito "irritante" nas vias onde as mesmas são realizadas", concluiu o presidente da UNACA, em Benguela.

2.6 Camponeses com dificuldades para reembolsar crédito agrícola

Jornal de Angola
08 de Maio de 2012

A amortização do Crédito Agrícola de Campanha por parte dos camponeses organizados do município da Chibia, província da Huíla, está comprometida, em função da estiagem que assola a região, disse ontem a administradora municipal, Otilia Vianney.

O empréstimo contemplou 140 dos 270 camponeses organizados em cooperativas e associações, que receberam 43,7 milhões de kwanzas em instrumentos de trabalho, máquinas, sementes diversas e fertilizantes.

"Os camponeses da Chibia estão actualmente impossibilitados de fazer o reembolso do valor à entidade credora, o Banco Sol, pois as sementeiras foram danificadas por falta de chuva", disse aduela responsável à Angop.

Os camponeses apostaram mais no cultivo de cereais, como o milho, massango e massambala, e de feijão, culturas que mais foram arrasadas pela ausência de chuvas.

Otilia Vianney lamentou o atraso que se verificou na concessão dos empréstimos, pois alguns produtos foram entregues fora da época apropriada para o seu cultivo, assim como o facto de os instrumentos e máquinas não oferecerem a qualidade desejada.

Situado a 42 quilómetros a sul do Lubango, o município da Chibia possui uma população estimada em 200 habitantes, que se dedicam, sobretudo, à agro-pecuária.

2.7 Resultados do crédito já são visíveis

Jornal de Angola
08 de Maio de 2012

O atraso na aprovação de processos de crédito agrícola de campanha está a preocupar a direcção da União Nacional de Camponeses da Lunda-Norte, disse ao Jornal de Angola o responsável da UNACA. Daniel Mutambuleno referiu que dos 357 processos remetidos ao BPC no ano passado apenas foram concedidos créditos a 26 processos, que beneficiaram 408 camponeses, e disse existirem 58 novos processos, já com contrato lavrado e que aguardam apenas por algumas formalidades administrativas.

Na Lunda-Norte existem 486 associações de camponeses e 103 cooperativas agrícolas, mas segundo o presidente da UNACA, o número de beneficiados do crédito agrícola de campanha é inferior. "Os fornecedores também têm influenciado na morosidade do crédito, com entrega tardia do material agrícola, pois levam tempo para adquirirem os inputs agrícolas, mesmo tendo disponibilidade financeira", referiu.

Daniel Mutambuleno frisou que esta situação afecta a campanha agrícola, porque a agricultura manual é muito mais lenta que a mecanizada, o que dificulta a avaliação da campanha. Não obstante esses constrangimentos, o presidente da UNACA reconheceu que os camponeses na Lunda-Norte apostam no aumento da produção.

Actualmente na Lunda -Norte já são visíveis resultados positivos na produção agrícola, com abundância de produtos do campo em diferentes mercados. No município de Capenda Camulemba os níveis de produção "são satisfatórios", disse Mutambuleno, como resultado da aquisição pela administração local de tractores, charruas e outros meios mecanizados. O responsável da UNACA reconheceu haver dificuldades com o escoamento de produtos do campo para a cidade e apelou as administrações municipais a criarem condições para o transporte e para a realização de feiras para que os camponeses comercializem os produtos e consigam reembolsar os valores.

2.8 Concessão de Microcrédito melhora condições de vida

Jornal de Angola

10 de Maio de 2012

O incremento dos projectos ligados à juventude na província do Moxico tem contribuído para melhorar as condições de vida de muitos jovens, com a entrega de microcréditos aos pequenos empreendedores, revelou ao Jornal de Angola o director provincial da Juventude e Desportos, Angelino Liló.

O Crédito jovem, acrescentou, é um projecto do Executivo que tem como objectivo integrar os jovens de vários estratos da sociedade, para minimizar as dificuldades sociais e económicas, através de iniciativas como pequenos negócios.

Angelino Liló esclareceu que o programa de microcrédito já abrangeu 137 jovens associados, com um valor de mais de 11 milhões de kwanzas, financiados pelo Banco de Poupança e Crédito. Foram criadas 58 novas associações, compostas por 332 jovens, que aguardam por microcrédito.

"Para dar continuidade ao projecto, a direcção da Juventude e Desportos está a trabalhar na mobilização de mais jovens para aderirem à segunda fase do programa", referiu Angelino Liló.

No âmbito do programa de integração social, foram distribuídos, por orientação do Ministério da Juventude e Desportos, vários kits de trabalho aos jovens, para montarem os seus próprios negócios. Quanto à habitação, os municípios do Moxico e dos Bundas foram abrangidos pelo programa de construção de 52 e 40 casas sociais para a juventude, respectivamente.

"Outros jovens aguardam a conclusão das 23 casas nos próximos dias", adiantou o director da Juventude e Desportos.

Na cidade do Luena foi erguida uma casa para a juventude, numa área nobre, e que compreende 22 dormitórios, uma sala de teatro, auditório, um campo de ténis, outro polivalente, posto médico e refeitório. O empreendimento foi construído para facilitar o intercâmbio cultural e associativo, e a ocupação dos tempos livres.

2.9 Fome preocupa autoridades da Chibia

Folha 8

12 de Maio de 2012

Mais de dez famílias no Município da Chibia, situado a sul da cidade do Lubango estão desprovidos de bens alimentares fruto da estiagem que se fez sentir em várias partes do país.

A população da área na sua maioria dedica-se a agricultura e a pastorícia grandes formas de sobrevivência da mesma que neste momento para além da falta de mantimentos também junta-se o crédito agrícola que os mesmos através de cooperativas receberam do Banco Sol e não têm meios para saldar a dívida.

As informações de que a sementeira posta no solo na sua maioria não germinou é um facto incontornável segundo os visados que fizeram chegar tal preocupação a administração local encabeçada por Otilia Noloty Vianey que neste momento esta a fazer o levantamento dos afectados.

De acordo com relatos no local vindos de autoridades tradicionais e religiosas a situação é preocupante basta ver que o milho na sua maioria secou, o feijão já não se fala, apenas se safam um bocadinho os que cultivaram tubérculos como mandioca e batata-doce explicou um dos seculos da comuna do Jau.

A Administradora Otilia Noloty Vianey confirmou o facto em entrevista adiantando mesmo que ainda duros momentos se avizinham para as famílias da região e que as autoridades superiores já foram informadas sobre a situação real.

Embora não tenha avançado as áreas mais atingidas pela seca, Otilia Noloty Vianey, disse ser preocupante a realidade actual daí que a intervenção de outras áreas como a direcção da Reinserção social é apontada como uma das vias para se poder minimizar o quadro pois são mais de dez famílias nestas condições.

Segundo relatos de populares, na localidade do Jau o mês passado morreram quatro pessoas de fome facto até agora não confirmado pelas autoridades locais.

2.10 Camponeses na Chibia receberam microcréditos

Jornal de Angola

12 de Maio de 2012

Camponeses associados em cooperativas, no município da Chibia, a sul do Lubango, estão a intensificar a produção agrícola, fruto dos apoios do Executivo na concessão de créditos, traduzidos em sementes e instrumentos de trabalho, garantiu ao Jornal de Angola a administradora da circunscrição.

Otília Noloti esclareceu que no Município da Chibia 270 camponeses concorreram, até Abril, ao processo de crédito agrícola de campanha, referindo que do universo de agricultores associados em cooperativas, 140 beneficiaram do crédito, traduzido em inputs diversos.

Efeitos da estiagem

O ano agrícola 2011/2012 não é dos melhores, apesar dos apoios recebidos pelo Executivo, devido à longa estiagem registada no período que vai de Novembro até princípio de Fevereiro deste ano, salientou a administradora municipal.

"A produção estimava-se em 3.528 toneladas de produtos diversos, da qual se prevê uma redução em cerca de 60 por cento.

As culturas mais afectadas no município da Chibia foram o milho, massango, massambala e as leguminosas", precisou. Otília Noloti considerou difíceis os meses que se avizinham no concernente à segurança alimentar, tendo solicitado às instâncias superiores sementes diversas, para serem ultrapassados eventuais constrangimentos.

2.11 Verbas para financiar empreendedores estão disponíveis nos bancos públicos

Jornal de Angola

19 de Maio de 2012

O Executivo angolano abriu uma linha de crédito para os pequenos e micro-empresários que aderirem ao programa "Meu Negócio, Minha Vida", uma iniciativa coordenada pelo Ministério da Economia e por dois bancos públicos.

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Banco de Comércio e Indústria (BCI) foram indicados para gerir a linha de crédito e reservaram, isoladamente, 31 milhões de dólares para empréstimos.

Para a execução do programa, foi rubricado em Luanda um acordo para a concessão de crédito aos pequenos e micro-empresários. Foram signatários do acordo, o ministro da economia, Abraão Gourgel e os presidentes dos conselhos de administração do BPC e do BCI, Paixão Júnior e Filomeno Ceita, respectivamente.

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, anunciou que, nos termos desse programa, será concedido crédito aos empresários que se habilitarem a um empréstimo de sete mil dólares, com prazo de reembolso de dois anos, a uma taxa de juro de dois por cento ao ano.

"Vamos conceder um crédito limite de sete mil dólares aos pequenos empresários", disse Carlos Alberto Lopes, que alertou, entretanto, para a monitorização dos beneficiários do programa.

"Por via da criação de um observatório vamos verificar a capacidade empresária de todas aquelas entidades que acederem ao crédito,

para que no futuro possamos ter uma base de dados que identifique os futuros empresários", declarou o ministro das Finanças.

O presidente do Conselho de Administração (PCA) do Banco de Comércio e Indústria, Filomeno de Ceita, disse que "a entrada em funcionamento dos postos de atendimento do Balcão Único do Empresário (BUE) vai permitir levar as comunicações ao sistema geral do banco". Filomeno de Ceita sublinhou que a linha de crédito tem como objectivo dar possibilidade ao micro-empresário de entrar no mercado, o que pode ter um enorme efeito multiplicador quando o programa atingir todas as províncias e municípios de Angola.

Por sua vez, Paixão Júnior, PCA do BPC, confirmou estarem criadas todas as condições para iniciar o ciclo de concessão de crédito aos pequenos empresários.

"O objectivo é transferir todas as pessoas ligadas ao mercado informal para o formal, onde estão protegidas e com um lugar para exercer as suas actividades", disse Paixão Júnior.

O presidente do BPC aconselhou os pequenos empresários a informarem-se sobre esse processo junto dos serviços do BUE, frisando que as exigências para a habilitação aos empréstimos são mínimas. Paixão Júnior garantiu a concessão de um ciclo de crédito aos pequenos empresários que honrarem os seus compromissos.

2.12 Apoio da Liga às associadas para obtenção de crédito

Jornal de Angola

20 de Maio de 2012

A Liga das Mulheres de Negócio do Município de Viana, em Luanda está a trabalhar no sentido de dar as associadas na obtenção de crédito no Balcão Único do Empreendedor, com o objetivo de acelerar os projetos preconizados.

Em declarações prestadas na terça- feira à Angop, a presidente instituição, Clarisse Ambrósio adiantou que existem contactos com ministração Municipal de Viana no sentido de trabalhar com o Balcão Único do Empreendedor para acelerar no processo de acesso ao crédito.

Numa primeira fase, o crédito vai beneficiar 70 mulheres que em função da formação que possuem podem administrar os seus negócios com sucesso. Relativamente às próximas atividades, a presidente da associação salienta que nos próximos dias a Liga vai realizar uma feira rotativa, na zona adjacente a estrada nova, destinada a venda de diversos artigos e motivar as mulheres a aderirem ao Balcão Único do Empreendedor através desta instituição.

Constam também das acções da organização uma campanha de limpeza e recolha de resíduos sólidos nos campos de jogos de Luanda- sul, locais onde se realizam com frequência as feiras. Clarisse Ambrósio pediu às mulheres para deixarem de vender os produtos na via pública e aderirem à Liga para evitar confronto com os fiscais.

2.13 Bankita rende 60% ao mês

Semanário Angolense

26 de Maio de 2012

No lançamento da Conta Bankita, do Banco Nacional de Angola, na localidade de Wako Kungo, município da Cela - Kwanza Sul, na terça-feira da semana passada (22), o director regional daquela instituição bancária, José Martins Nunes, fez saber que os depósitos de 100 kwanzas feitos no âmbito do referido programa beneficiam de um rendimento mensal equivalente a 60% do valor depositado.

De acordo com o responsável do BNA pela região integrada por Benguela e Kwanza Sul, citado pela Angop, «o cidadão ao aderir ao projecto "Bankita", em cada 100 Kwanzas depositados, ganha 60 Kwanzas depois de 30 dias», frisando que tal programa vai permitir aos vendedores, camponeses, funcionários e outros a aderir aos vários produtos que a banca está a oferecer. Durante a cerimónia de inauguração do programa Bankita no Waku Kungo, 150 contas foram abertas nos bancos BPC, Keve, BIC, BFA e SOL.

A julgar por este rendimento a Conta Bankita apresenta-se como uma das melhores opções onde se pode aplicar o dinheiro já que o ganho representa mais da metade do montante que é depositado. Fazendo as contas, conforme os dados revelados pelo director do BNA no Kwanza Sul, quem deposita mil kwanzas tem um rendimento de 600 kwanzas depois de trinta dias. E quem pode depositar 10 mil kwanzas ao fim de um mês tem seis mil kwanzas a mais na conta bancária.

A Conta Bankita é um produtos do BNA que foi lançado no ano passado integrando uma acção que visa não somente incluir pessoas de baixa renda no circuito bancário como também empreender uma «educação bancária» para essa faixa da população. Por outro lado há também o objectivo do banco central de resgatar 200 bilhões de kwanzas que circulam fora do sistema bancário.

Para a abertura de uma Conta Bankita bastam apenas 100 kwanzas (valor equivalente a 1 dólar) em vez dos 10 mil ou 20 mil kwanzas (100 ou 200 dólares respectivamente) exigidos normalmente nos bancos para a abertura de uma conta. O depósito Bankita também dispensa a obrigatoriedade de apresentação do bilhete de identidade. Basta preencher um formulário. A abertura da conta dá direito ao cartão multicaixa.

Junto com a Conta Bankita foi lançada também a Conta Bankita a Crescer. O público alvo, nesse caso, são clientes de maior poder financeiro dentro da

dentro da camada de baixa renda. A «Bankita a Crescer» exige um valor mínimo de 1000 kwanzas para a abertura de uma conta bancária.

Quando foram lançados esses dois tipos de conta o governador do BNA, José de Lima Massano, tinha afirmado que os produtos visavam captar não apenas a poupança, mas igualmente a estimular o investimento. Pode ser por isso que a Poupança Bankita tem esse rendimento fabuloso.

Contando que o novo programa de incentivo as pequenos negócios, o Balcão Único do Empreendedor (BUE), que acaba de ser lançado pelo Executivo, dirige-se à mesma população contemplada pelas Contas Bankita e Bankita a Crescer, esse rendimento só podia mesmo contar com a subvenção do Estado.

Para dar corpo a esses dois produtos bancários o BNA tem um acordo de parceria com o Banco de Poupança e Crédito (BPC); Banco de Negócios Internacional (BNI); Banco Sol; Banco Comercial Angolano (BCA); Banco de Fomento Angola (BFA); Banco Keve; Banco Bai Micro-Finanças (BAI) e o Banco de Investimentos e Crédito (BIC).

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Venda de garrafas é negócio na cidade de Luena

Jornal de Angola
02 de Maio de 2012

A venda de vasilhame começa a tornar-se um importante meio de sobrevivência para diversas famílias do Luena. Recolhidas em vários locais, as garrafas são posteriormente vendidas a um grupo de revendedores, que seguem para Luanda, onde o preço por que são compradas é mais lucrativo. Para lá do negócio, a actividade tem uma outra virtude: a cidade está a ficar mais limpa.

Domingas Jamba, de olhar simples e determinado, passa de uma rua para outra, levando na cabeça um saco cheio de garrafas, recolhidas em aglomerados de lixo. De 38 anos, a mulher faz da recolha de garrafas o seu ganha-pão: depois de as apanhar, vende-as a um grupo de senhoras. Para isso, tem de percorrer várias artérias da cidade, aguentando as buzinas dos carros, medo e o cansaço.

Mãe de cinco filhos, vive maritalmente com um homem desempregado, razão pela qual se vê obrigada a assumir mais de 80 por cento das responsabilidades inerentes às despesas da casa. Apesar das dificuldades que vive, afirma que, desde que começou o negócio da venda de garrafas, os miúdos em casa já não passam fome e a compra do material escolar deixou de ser um bicho-de-sete-cabeças.

Antes de entrar neste negócio, Jamba trabalhou como empregada doméstica. "Era lavadeira e sentia-me muito cansada quando chegava a casa. No final das contas, o pagamento não compensava o esforço que fazia", salienta. Tal como Domingas Jamba, dezenas de pessoas optaram por este negócio de comercialização de garrafas de cerveja que, a cada dia que passa, ganha mais adeptos no Luena.

Jamba explica que o negócio está a ganhar corpo, por permitir que os vendedores sejam pagos na hora em que entregam as garrafas. "Quanto mais recolhas fizer, mais dinheiro se leva para casa", disse, com um sorriso no rosto. Segundo ela, o negócio tem duas fases. A primeira é a entrega das garrafas a um grupo de compradoras, que pagam um montante em função da quantidade de garrafas. Depois, estas mesmas mulheres transportam as garrafas em camiões, para a província de Luanda, onde são revendidas a preços mais altos.

Por 24 garrafas pagam-lhe 500 kwanzas, daí que a luta seja sempre por conseguir a maior quantidade possível. O negócio é rentável, até certo ponto, diz.

A maioria das pessoas envolvidas são mulheres provenientes das províncias do Uíge, Saurimo e Luanda. A nível do Luena, ainda são muito poucas as envolvidas no negócio, por ser um mercado quase que desconhecido pela maior parte delas.

O lado positivo do negócio

Se para muitas famílias o negócio de recolha de garrafas serve para ajudar a minimizar os problemas financeiros, para outros a prática tem contribuído para o saneamento da cidade e arredores.

O munícipe Mário Samatete salienta que, desde que esta prática começou a ganhar corpo, a cidade começou a ter outra imagem. "Hoje, é raro encontrar muitas garrafas pelas ruas do Luena". A recolha começou em grande escala em 2010, mas, actualmente, dado o aumento do consumo de cerveja, a cidade está a ser o destino de dezenas de mulheres que procuram melhorar as suas vidas através da recolha e venda de vasilhame.

A Rosa de Luanda

Rosa Nita, 42 anos, é natural de Luanda. Mãe de quatro filhos, já vende garrafas há quatro anos, desde Luanda. Mas a concorrência na capital do país levou-a para o Luena, onde diz que os lucros são maiores. "Em Luanda temos muita gente a recolher garrafas, por isso vim parar aqui, onde consigo um maior espaço de manobra, para dar de comer aos filhos", disse Rosa Nita, acrescentando que perdeu o marido durante o conflito armado.

Deficiente de um dos membros superiores, tem grandes dificuldades em levantar coisas muito pesadas, mas, na luta por dar sustento aos filhos, faz das tripas coração e vai em busca do pão de cada dia.

Homens na actividade

Fernando Motonga é proprietário da casa onde são depositadas as garrafas, para depois serem transportadas para Luanda.

Ele afirma que o negócio começou apenas com 25 pessoas, mas hoje envolve mais de 100 mulheres. Entre as mulheres, a reportagem do Jornal de Angola encontrou Nelito António, um antigo bolseiro em Cuba, que se formou em mecânica. Após regressar ao país, o consumo excessivo de álcool tomou conta dele e atirou-o para o desemprego.

Desprezado pela família, encontrou na venda de garrafas um alívio e o caminho para voltar a aproximar-se da família, que garante muito amar.

O jovem diz que o negócio, além de sacrifício, requer paciência. "É preciso que também se saiba os sítios onde encontrar as garrafas, para evitar andar em vão", disse, para adiantar que, em Luanda, elas são comercializadas para fábricas de vidro e bebidas.

3.2 Cronstrução de novos mercados será benéfica para o povo

O País

04 de Maio de 2012

O administrador do mercado dos Congolezes, Raul Bonifácio da Silva, garante que o espaço que dirige tem todas as condições para albergar os comerciantes, mas estes preferem o lado exterior para desenvolverem as suas actividades de forma anárquica e sem condições dignas.

"Eu penso que com a construção de novos mercados o Governo não vai dar oportunidade a essas pessoas de continuarem a fazer estas vendas", disse o responsável.

O administrador do mercado assegurou que após a reinauguração do mercado, em 2008, foram distribuídas bancadas de forma gratuita aos vendedores que faziam parte do elenco que já comercializava no local. Embora reconheça que não existe espaço para todas as pessoas que vendem nas imediações do mercado, o administrador lamentou o facto de muitos dos beneficiários terem abandonado as suas bancadas e instalaram-se no exterior.

Além das mais de mil bancas, o renovado mercado dos Congolezes possui uma câmara de conservação e outra de congelação. Há também um armazém para produtos secos, um tanque de 500 mil litros de água e um gerador de 500 kilowatts para o abastecimento do recinto e facilitar a conservação dos produtos depositados pelos vendedores.

Com todas condições apresentadas, no período da tarde as senhoras, que são a maioria, retiram-se para um local mal conservado e o mercado transforma-se num espaço vazio. "O nosso povo é complicado", desabafou Raul da Silva.

Segundo o responsável da fiscalização, Jorge Yabo, actualmente o mercado é preenchido com vendedores provenientes do então Mercado do Roque Santeiro.

"Eles estão para preencher o vazio deixado pelos proprietários dos lugares, mantendo assim o equilíbrio", assegurou o chefe da fiscalização, assegurando que o que está fora "é uma pracinha, mas nos arredores tem tudo e fica mais fácil para os clientes".

Jorge Yabo explicou que muitas das senhoras só regressavam ao interior do mercado por pressão das autoridades policiais. Por isso, defende um maior controlo, organização e intervenção por parte do Estado para se acabar com os espaços de venda criados na parte exterior de cada mercado.

3.3 Novas operadoras de táxis clamam por solução urgente

O Independente

05 de Maio de 2012

O estado degradante em que se encontram algumas estradas da cidade de Luanda e arredores tem dificultado a abertura/ manutenção de rotas pela empresa Afritaxi, argumentou hoje, domingo, o coordenador da comissão instaladora da referida instituição.

Segundo José Manuel Rasak, que falava em entrevista ao Semanário o Independente, a propósito da prestação do serviço de táxi no recinto aeroportuário, a empresa vê-se obrigada em algumas ocasiões a deixar de operar em rotas com bastante solicitações, apenas porque as estradas nestas zonas são quase que intransitáveis.

A título de exemplo, apontou a rua Kima Kienda, na zona da Boavista (arredores do Porto de Luanda), em que, não obstante um grande número de solicitações para aquela zona, a Afri-taxi vai deixar de circular, devido ao péssimo estado em que a via se encontra.

"Naquela zona a circulação faz-se em péssimas condições e vezes sem conta as nossas viaturas adquirem avarias, causando-nos sérios prejuízos", frisou.

Apelou às autoridades governativas a prestarem maior atenção àquela e outras vias, como a Senado da Câmara, Ngola Kiluange, Lueji Ankonda e outras, de modo a se facilitar o trabalho das operadoras de transporte público e a vida dos cidadãos.

Por outro lado, José Rasak considerou que a Afritaxi por si só, não tem capacidade para dar cobertura ao número crescente de passageiros que solicitam os seus serviços no recinto aeroportuário.

Saudou a entrada no segmento aeroportuário de novas operadoras privadas de táxi, como a Morvic, que têm ajudado a responder a demanda, dando resposta satisfatória às inquietudes dos passageiros.

" Um voo internacional transporta em média cerca de 250 passageiros que chegam já cansados e têm ansiedade em rever os familiares. Se metade dessas pessoas necessitarem de serviço de táxi, certamente que uma só operadora não é capaz de dar cobertura, pelo que a entrada de outras é bemvinda", advogou.

Entretanto, apelou a uma maior organização dos taxistas informais, vulgo " candongueiros", para não criarem embaraços no normal funcionamento das empresas legalmente constituídas e evitem concorrência desleal.

Os serviços da empresa no Aeroporto Internacional de Luanda são feitos por dois turnos de forma faseada, sendo o primeiro das 6h00 da manhã até às 12h30, enquanto que segundo vai até às 22h00. A operadora tem 100 viaturas a circular pela província de Luanda.

José Manuel Rasak deu a conhecer que, quanto aos preços, o passageiro paga inicialmente 300 kwanzas ao solicitar o serviço e, em seguida, em função à subida da quilometragem o cliente é obrigado a acrescentar 30kz por cada novo quilómetro.

Por sua vez, passageiros no aeroporto de Luanda manifestaram, o desejo de ver funcionar, nos terminais internacional e doméstico, serviços de táxis formais permanentes, isto é 24 horas ao dia.

A solicitação dos viajantes surge pelo facto das duas empresas formais de prestação de táxis no aeroporto (Afri- Táxi" e "Morvic - Táxi) terminarem os seus serviços às 22h00, havendo apenas no local os taxistas privados, vulgos " candongueiros" que não oferecem segurança tendo em conta a criminalidade em Luanda.

Para Brito Candala, funcionário de uma empresa petrolífera em Cabinda e residente em Luanda, a necessidade de haver serviço de táxi permanente 24/24horas ao dia é algo urgente, apelando às autoridades ligadas aos transportes públicos a levarem em consideração, para que a vida das pessoas seja facilitada e se garanta maior segurança.

" No meu caso, disse, quando chego a Luanda depois das 23H00, e o carro da minha empresa ou de um amigo não me apoia, tenho que ficar no aeroporto até de manhã por falta de táxi, o que já não é aceitável", desabafou o jovem.

Edmila Caála, jovem empregada de uma loja no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, concorda igualmente com a ideia, pois que, ao surgir tal serviço, as pessoas que saem do aeroporto depois da partida dos voos nocturnos ficam também beneficiadas.

Andrade Soares, que viaja regularmente em negócios, chama também atenção aos empresários nacionais e responsáveis governamentais do sector a levarem em consideração os apelos das pessoas, "porque a cidade está a tomar-se cada vez mais extensa e é preciso a reposição de certos serviços", realçou.

Apenas duas empresas continuam a prestar serviço no aeroporto de Luanda, ao lado dos taxistas privados vulgos "candongueiros". No local deixaram de operar, há algum tempo, as viaturas "Macom Táxi", por razões desconhecidas.

A empresa privada de transporte público AfriTáxi, mantém funcional o serviço de táxi nos aeroportos de Luanda, Cabinda e Lubango (Huila), segundo o coordenador da Comissão Instaladora da empresa, José Manuel Rasak.

O responsável referiu que a empresa inaugurada aquando da realização no país do Campeonato Africano das Nações (CAN 2010), nas províncias de Cabinda, Benguela e Huila, apoia para além de passageiros nos aeroportos, turistas interessados em conhecerem localidades do interior.

Informou que no Aeroporto Internacional de Luanda, os serviços funcionam em dois turnos, isto é das 6h00 da manhã as 12h30, enquanto que o segundo vai até às 22h00. Nas restantes províncias o turno da noite termina às 20h00.

Quanto aos preços praticados, informou que o passageiro paga inicialmente 300 kwanzas ao solicitar o transporte e, em seguida, em função da subida da quilometragem, adiciona 30 kzs por cada quilómetro ou tempo pré-definido.

Com relação aos meios utilizados o coordenador informou que em Luanda a empresa funciona com 100 viaturas enquanto que nas restantes províncias trabalha com aproximadamente 40 automóveis em cada urna.

Disse que para além dos serviços prestados no aeroporto e em outros pontos onde existem postos permanente a empresa conta igualmente com um "call center", área de apoio aos clientes junto de hotéis e outras instituições públicas e privadas.

3.4 Domésticas custarão mais caro

A Capital

05 de Maio de 2012

Marta de Carvalho já sabe o que fará, tão logo seja aprovado o projecto de diploma que vai, num futuro próximo, regular o trabalho doméstico em Angola: desfazer-se da empregada por si contratada para a ajudar nos afazeres caseiros.

A funcionária pública pondera tal decisão por uma razão simples: o facto de o regime jurídico em questão prever deveres e obrigações que, ao seu ver, não-de revelar-se em peso inoportuno para quem, como ela, tem sob sua responsabilidade alguém a trabalhar, para si, em questões domésticas.

É que, por força do diploma que continua a receber contribuição dos vários segmentos da sociedade, as empregadas domésticas terão o direito de serem inscritas no Instituto Nacional de Segurança Social, bem como de auferir o décimo terceiro mês, subsídios de férias, por parte da sua entidade empregadora depois da aprovação do ante-projecto de lei criado a propósito.

Olhando para tais obrigações e após contas do que gastaria, anualmente, com a jovem que cuida da sua casa, Marta de Carvalho chegou a conclusão que a levou a considerar como uma "aventura" manter alguém a trabalhar para si sob um regime jurídico como o que está a ser proposto para o mercado de trabalho doméstico em Angola.

"Não vamos aguentar", disse Marta, servindo-se disso para justificar a razão da ideia de, ela própria, vir a ser forçada a assumir os deveres domésticos, dispensando os préstimos de Maria, a jovem que há cerca de um ano toma conta da higiene e arrumação da casa, acumulando com o biscoito de lavandaria.

Em salários para com a sua empregada, Marta despende mensalmente 35 mil kwanzas, equivalente ao câmbio actual a 350 dólares, o que, para essa patroa, representa para si um custo um pouco acima daquilo que corresponde com as suas capacidades financeiras, na medida em que faz o salário servindo-se do pouco que auferi enquanto funcionária pública.

Por essa razão, segundo ela, "não me vejo com capacidade de arcar com os custos decorrente das contribuições para a segurança social", para além de ser obrigada a pagar o décimo terceiro mês, subsídio de férias e mais ainda o imposto de rendimento de trabalho, como prevê o futuro regime jurídico para o mercado de trabalho doméstico.

No fundo, o diploma em questão procura conferir alguma dignidade às pessoas que vivem a custos de trabalhos domésticos, elevando esse segmento de trabalhadores ao mesmo nível dos que estão empregados no sector formal da economia. E tal implicará da parte do empregador o respeito escrupuloso dos direitos consagrados na legislação laboral vigente no país.

Aquilo que é direito reservado ao trabalhador é, para o empregador, uma obrigação legal com custos acrescidos na carga salarial, onde, segundo empregadores ouvidos por este jornal, a componente protecção social se apresenta com um peso significativo na estrutura de encargos, na medida em que os obriga a participar nessa matéria, contribuindo com 8% dos 11% que a lei prevê como desconto para a segurança social do trabalhador.

E é olhando para estes aspectos que Paulo Vita se mostra preocupado com o projecto de diploma que as autoridades preparam para o trabalho doméstico. A preocupação deste professor decorre do facto dele também ter sob seu tecto alguém contratado para cuidar dos trabalhos domésticos, por indisponibilidade da esposa que, como ele, vive ocupada exercendo a docência numa escola pública da capital.

Desde que está a par do diploma legal, o casal tem vindo a fazer contas cujo resultado aconselha-o a ponderar todas as possibilidades disponíveis, incluindo mesmo dispensa dos préstimos da aludida empregada.

"O governo terá que avaliar esta matéria", advertiu Paulo Vita, pedindo as autoridades no sentido de olharem não apenas para os trabalhadores domésticos, mas também salvaguardando o interesse daquele que garante o emprego à classe a favor da qual está a ser elaborada a lei. Fora do que, como disse, "vamos ver muitas pessoas sem trabalho", uma vez que o sector formal "já provou não ter capacidade de absolver todo o mundo".

Uma advertência preocupante se se olhar para os dados lançados esta semana por Sebastião Lukinda, vice-ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), sobre o universo de pessoas ocupadas no mercado de trabalho doméstico.

Revelou o vice-ministro que "no nosso país, o trabalho doméstico é empregador de mais de duas centenas de milhares de trabalhadores", um dado baseado em algumas estimativas. "Não é difícil estimarmos este dado. Basta ver o que se passa dentro das nossas casas, onde muitas vezes encontramos mais de um trabalhador", explicou.

Vai daí também que o processo que conduzirá a implementação do diploma de suporte ao trabalho doméstico começa a ganhar alguma celeridade.

Na semana que termina, o Ministério do Emprego realizou, através do Instituto Nacional de Segurança Social, um seminário em que o objectivo foi o de discutir e recolher contributos em volta do projecto sobre o trabalho doméstico e protecção social obrigatória dessa classe.

O MAPESS, na pessoa do seu vice-ministro, falou de algumas vantagens a decorrerem da regulamentação desse mercado, tendo destacado o facto do processo vir a permitir a formalização do trabalho doméstico, conferindo ao respectivo destinatário o enquadramento dos princípios do trabalho de observação e remuneração mínima.

O trabalho doméstico, segundo o governante, assume um papel crescente na actualidade com o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Todavia, reconhece que, ainda assim, a classe é subvalorizada, carecendo de regulação mais efectiva e equitativa em relação aos outros trabalhos.

3.5 Comissões aprovam relatório- parecer à proposta sobre sociedades unipessoais

Jornal de Angola
10 de Maio de 2012

As comissões de especialidade da Assembleia Nacional aprovaram ontem, por unanimidade, o relatório-parecer à Proposta de Lei sobre as Sociedades Unipessoais, depois de já ter passado, na generalidade, na sessão plenária ordinária do Parlamento realizada a 24 de Abril.

O documento é votado em definitivo na sessão plenária prevista para dia 22. A reunião de ontem, realizada numa das salas do Palácio dos Congressos, foi orientada pelo presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Diógenes de Oliveira.

No final do encontro, o deputado Reis Júnior, do MPLA, disse que o diploma pretende regular a "criação das sociedades unipessoais aquelas sociedades que uma pessoa pode criar sem necessidade de se juntar a outro sócio".

O parlamentar esclareceu que, caso seja aprovada a proposta, a Lei sobre as Sociedades Unipessoais vai permitir a criação de empresas sem que os bens pessoais respondam pelas dívidas das empresas,

havendo uma separação do património civil e comercial.

O deputado Reis Júnior acrescentou que "há incentivos que a lei prevê apenas para os angolanos e não para os estrangeiros".

O parlamentar assegurou que "tal como outras leis, a Assembleia Nacional vai velar pela aplicação correcta deste documento". O líder da bancada parlamentar da UNITA, Raul Danda, disse que a proposta de lei "vem ajudar os angolanos nas suas iniciativas económicas". "Todos concordamos que quando estamos a pensar Angola devemos pôr em primeiro lugar o angolano. Há facilidades que são dadas nesta lei apenas aos angolanos e não aos estrangeiros, sendo um sinal de protecção do angolano", frisou o parlamentar.

Raul Danda acrescentou que a ser implementada tal como está, "os angolanos vão ganhar muito".

Uma nota da Assembleia Nacional informa que a iniciativa legislativa "enquadra-se na necessidade de reforçar o tecido empresarial nacional, eliminando a limitação de pessoa física (natural, jurídica ou mesmo o Estado) de constituir empresas cujo capital pertença a um único proprietário e que mantenham as mesmas características de uma sociedade comercial".

Uma Sociedade Unipessoal resulta do facto de uma pessoa, singular ou colectiva, ser a titular do capital da empresa.

Entre os benefícios da aprovação da nova lei, o documento aponta o fomento do auto-emprego, permitindo, por exemplo, que pequenos empreiteiros e prestadores de serviços, que actuam no mercado a título individual, constituam empresa para actuarem no sector terciário.

Para o Estado, acrescenta a nota, as sociedades unipessoais são menos onerosas que as empresas públicas, podendo, dessa forma, reduzir os custos de constituição operacionais (por possibilitar existência de um único administrador ou gerente).

Os investimentos ficam desobrigados da necessidade de se associar quotas (quando para tal não te nham interesse ou vontade), evitando-se a construção da sociedade "fachada".

3.6 Mais ataques dos fiscais

Folha 8

12 de Maio de 2012

Actuação musculada desde sempre caracterizou a acção dos fiscais do governo provincial de Luanda que, sem dó nem piedade, maltratam e roubam os vendedores ambulantes por força do desprezo que os decisores do País nutrem pelos vendedores. Prova disso é o facto de a repressão de que os vendedores são vítimas nunca ter inspirado um debate ao mais alto nível apesar dos inúmeros registos de vítima, inclusive mortais. Este silêncio das autoridades motivam interrogar se os fiscais têm actuado com excesso de zelo ou a orientação que lhes é dada é mesmo no sentido de maltratar e humilhar as pessoas que por falta de locais próprios, vendem deambulando pelas ruas da capital. Inclusive, ardinas não escapam da fúria dos fiscais como o F8 registou na tarde do passado dia 2 de Maio nos arredores da Mutamba. Uma viatura de marca Land Cruiser interrompeu a marcha perante um grupo de vendedores ambulantes que se puseram em fuga com excepção de um ardina que, desta feita, transformou-se na única presa dos quatro fiscais que saltaram da referida viatura. O ardina que se identificou por Domingos Miguel manteve-se no local por acreditar que estava protegido pela actividade que exerce. Enganou-se. Para justificar a acção, os fiscais diziam que o ardina tinha de os mostrar os vendedores que lhes têm apedrejado quando passam pela zona de actividade do ardina. Apesar de este jurar desconhecer, os fiscais decidiram em penaliza-lo. Apreenderam 8 revistas, das quais 4 exemplares da "CARK" e igual número da "CAJÚ". Movido pelos danos financeiros que tais percas representariam para as contas finais, o ardina decidiu seguir os fiscais na tentativa de recuperar "pelo menos algumas". No entanto, apenas piorou a situação, os fiscais puseram-se a espancá-lo e na sequência, segundo acusa, retiraram-lhe 14 mil Kwanzas.

3.7 Kupapatas sensibilizados sobre as regras de trânsito

Jornal de Angola

12 de Maio de 2012

Mais de 200 motociclistas, vulgo kupapatas, dos municípios do Andulo e Nharea, na província do Bié, participaram, desde terça-feira até ontem, numa campanha sobre a sinistralidade rodoviária.

Promovida pela Associação de Motoqueiros e Transportadores de Angola (AMOTRANG), a campanha, através de várias palestras, visou a redução

dos índices de sinistralidade rodoviária a nível das referidas localidades.

Nas palestras, saliente-se, participaram responsáveis provinciais da direcção local da Viação e Trânsito, autoridades tradicionais e religiosas da AMOTRANG.

O governo provincial, em parceria com a direcção de Viação e Trânsito, está a promover, desde o ano passado, uma acção de formação destinada aos motociclistas da província do Bié.

As cidades do Cuito e Andulo são as duas localidades da província em que se regista maior número de acidentes envolvendo motociclistas.

O responsável da organização de motoqueiros, Belchior lamba, afirmou que este tipo de acções vai ser realizado em todos os municípios da província. Vamos, com estas palestras sensibilizar, sobretudo ajuventado a ter as devidas precauções no exercício da sua actividade", disse, assegurando que com a iniciativa pretende-se também reduzir o número de sinistrado que ocorrem na província.

Belchior lamba salientou que uma das grandes preocupações das autoridades provinciais prende-se com o elevado número de acidentes rodoviários que Angola regista nos últimos anos, colocando o país entre os três primeiros do mundo com mais desastres nas estradas.

3.8 Ardinas obrigados a zungar

Folha 8

19 de Maio de 2012

Raimundo Paulo é um ardina que, a par de outros, está sempre rodeado de várias pessoas pela forma como vende os jornais. Procuram elucidar, potenciais compradores sobre as principais matérias e, desta feita, convence a comprar. Com os jornais espalhado. No Jornal. gritam e resumem os destaques assim como abrem aquelas páginas consideram importante, embora não estejam na capa.

Difícilmente estão rodeados de menos de cinco pessoas e optaram pela referida forma de vender há cerca de dois, em virtude de perderem muitos jornais na zunga. "As vezes o sinal vermelho semáforo estava aberto, o automobilista tem o jornal e quando o sinal verde arranca levam os jornais", recordou.

No entanto, na Mutamba as coisas também não têm sido diferentes, ou pelo não foi no passado dia 16.05, pois a fiscalização levou-lhe os jornais todos sim como livros.

"Primeiro o polícia foi ter comigo e disse ter ordens para eu deixar de vende ai tinha de começar a zunga porque o porque não está a gostar da nossa forma de trabalhar", recordou acrescentando ter estranhado o referido aviso em virtude do longo tempo que vende no local. Segundo conta, os populares que nesta altura

rodeavam puseram-se a gritar "para o agente, ele não pode sair daqui não está a fazer mal a ninguém".

O agente da Polícia, segundo conta, retirou-se e passados alguns segundo apareceram homens da fiscalização e policia levaram todos os jornais e revistas.

"Na verdade quando eles chegaram eu havia saído para trocar o dinheiro, de regresso, eu encontrei os jornais já tinham sidos recolhidos", recorda, acrescenta que os ficais o orientaram a ir à fiscalização para informar-se do caso, mas com medo, não foi.

Algumas pessoas que testemunham o caso, confirma a versão de Raimundo Paulo, sublinhando que a perceção que tiveram é que estes ardinias, mais dias menos dias, serão obrigados a deixa de vender na Mutamba, pois "foi isso que pode entender das palavras do agente segundo uma das testemunhas. Raimundo Paulo, por sua vez, disse garantindo que se tal vier a acontecer enfrentará inúmeras dificuldades porque há dois que deixou de zungar pelo que perdeu o traquejo.

3.9 Governador de Luanda anuncia construção de novos mercados

Jornal Agora

19 de MAaio de 2012

O governador da província de Luanda, anunciou hoje nesta segunda-feira a construção de 18 novos mercados municipais e 80 populares na capital do país.

Bento Bento falava à imprensa durante a inauguração do Balcão Único do Empreendedor, no município do Cazenga, adiantando que serão igualmente construídos cerca de 15 mercados de peixe em vários pontos da província.

De acordo com o governante, ainda no âmbito do mesmo programa serão construídos ou reconstruídos vários campos a ser designados 'praça dos campeões' para a prática desportiva.

Sublinhou que as administrações municipais têm um papel fundamental em apoiar e execução de todos os

equipamentos sociais, bem como apoiar o pequeno negócio.

Nos próximos dias serão inaugurados mais balcões únicos de empreendedor, que na prática vão preparar o cidadão para os pequenos negócios, numa iniciativa que visa minorias dificuldades de vida no âmbito do combate a miséria e a pobreza.

Para B.B, o cidadão que pretende aceder a um empréstimo e pretender montar o seu negócio com ajuda do estado deve se candidatar a um dos pacotes no balcão único do empreendedor.

3.10 Ferro velho

A Capital

19 de Maio de 2012

A criação de uma lei sobre resíduos permitiria estancar a comercialização e exportação da sucata ferrosa ,e não ferrosa, que cresce exponencialmente em quase todo o país. O negócio é feito por individualidades de nacionalidades Indiana e centro africana.

O A Capital andou por algumas artérias da cidade onde descobriu o jovem Rosário Paulo Joaquim morador do bairro Sonel algures na zona 18 do mais populoso município de Luanda.

Segundo Rosário que já anda nas lides do negócio a sensivelmente cinco anos garante que o mesmo é rentável na medida em que é de lá onde retira o seu sustento e de outros seus cinco funcionários. "Estou neste negócio a quase cinco anos, alguns ferros compro na mão de outras pessoas a um preço mais reduzido, vou juntando até conseguir uma boa quantidade de toneladas, faço a transportação para a empresa por onde eu também revendo" sublinhou.

O jovem disse ainda que para além do ferro velho, compra e apanha também baterias usadas, alumínio, bronze e cobre, sendo o último o mais caro. Se fizer um carregamento em cada dia, posso ter o valor entre os 80 e 100 mil Kwanzas por semana, mas é preciso dizer que deste valor tenho de tirar uma parte para pagar, por cada carregamento, os meus colaboradores e custear as despesas com a motorizada. Em relação a outros metais, detalhou que, o alumínio, cóbre e estanho são medidos à tonelada, o que obriga Rosário e os colegas de ofício a juntarem grandes quantidades, para receberem pelo menos de 18 a 22 mil Kwanzas por cada tonelada em todos os metais, o segredo é reunir maiores quantidades porque assim o valor cresce" esclareceu.

Rosário Paulo Joaquim disse ter já adquirido vários ,meios e bens ao longo deste exercício pelo que o

considera sustentável, "sou pintor e mecânico de profissão e já fui também segurança, mas esta ocupação é a melhor de todas que já tive, por ser mais rentável e sustentável. No princípio quando o negócio ainda não envolvia muita gente, cheguei a comprar dez motorizadas com as quais fazíamos as compras e recolha da mercadoria. Para além de me sustentar neste exercício, já comprei um terreno onde já estou a construir a minha casa, é um dinheiro rápido, mas em todo caso exige coragem e sacrificio acima de tudo", frisou. Segundo Rosário, com entrega e determinação se chega longe, "este negócio no princípio era menosprezado por muitos, mas depois de se aperceberem que é rentável começou a envolver gente grande, incluindo empresários que transportam para cá grandes quantidades de ferro vindos de algumas províncias, já cheguei a facturar 100 mil kwanzas dia. Nos últimos tempos o ferro está cada vez mais escasso, o que não significa que pode esgotar porque temos carros e eletrodomésticos a estragarem e é por onde continuaremos a recolher o material" assegurou, concluindo que neste momento é proprietário de três pontos de recolha, "tenho quatro pontos de compra espalhados ao longo do município, não tenho um salário fixo para os meus homens, dependendo muito da rentabilidade de cada ponto, mas no mínimo dou 500 kwanzas dia", concluiu. Outro jovem entrevistado pela nossa reportagem foi o Gregório Kialenda de 19 anos

de idade estudante da 9ª classe, "vivo no curtume, estudo de noite a 9ª classe e ao longo do dia trabalho aqui comprando ferro velho, baterias, alumínio, bronze e cobre. Nós compramos para revender na BEST ANGOLA ou na SUCANOR, que por sua vez fabricam varões com o ferro fundido, o alumínio e outros materiais são transportados para o exterior" apontou, frisando que "o kilo de ferro compramos a 5 kwanzas, o alumínio a 50 kwanzas e o kilo de bronze está por

20 kwanzas. Há gente de todas idades a venderem ferro é só coragem e força de vontade, tens o seu sustento garantido diariamente", concluiu

3.11 Um universo entre peças, óleo e chapa

Revista Vida

25 de Maio de 2012

As oficinas de quintais cresceram e crescem em número incalculável em Luanda, sobretudo nas zonas periféricas. Para uns, mecânicos no caso, elas servem como locais de biscate, outros entendem ser uma forma regular de ganhar a vida.

As pessoas com baixos rendimentos financeiros e que precisem de serviços de mecânica auto vêm hoje esses estabelecimentos improvisados como tábua de salvação, uma vez que o serviço prestado é de baixo custo.

Outra virtude dessas oficinas é o facto de grande parte delas funcionarem até aos domingos, dias em que muitas vezes o cliente tem a oportunidade de acompanhar a reparação da sua viatura.

São, na verdade, um grupo de jovens que juntam o seu saber e constituem uma oficina legal ou ilegal nos termos da lei. Geralmente, esses mecânicos são de confiança dos clientes e

o trabalho pode até ser marcado via telefone.

A Vida percorreu algumas oficinas da capital para constatar o dia-a-dia desses estabelecimentos.

No terreno constatamos que há os mecânicos que preferem trabalhar em grupo e os que preferem trabalhar de forma isolada. Ou seja, sem ajudantes.

A maior parte dessas oficinas de mecânicas funcionam ao ar livre, em plena rua. Outras, com receio dos fiscais, preferem esconder-se em quintais fechados, uma forma de evitar a confisco dos seus meios de trabalho.

UM BISCATE NO QUINTAL DOS PAIS

Toni, um jovem que veio da província do Uíge há oito anos, diz que é taxista, mas aproveita fazer o serviço de mecânica sempre que há alguma oportunidade, como por exemplo aos domingos.

"Eu trabalho sozinho, não tenho ajudante", disse Toni, acrescentando que se trata apenas de um biscate e uma forma de estar ocupado.

O jovem não tem oficina própria, os trabalhos que lhe são solicitados são feitos no quintal da casa dos pais, onde trabalha quase todos os domingos.

Toni afirma que a actividade passou a ser menos rentável desde que foi decretada a proibição de entrada de viaturas com mais de três anos no país, em 2011. "Antes era tudo muito bom, tínhamos mais clientes, agora temos poucos. Há dias em que não se faz nada porque são cada vez mais escassos os carros de segunda mão", justifica.

DO KIKOLO AO ROCHA PINTO

Outro que falou à nossa reportagem é René Almeida, mecânico de automóveis desde de 2005.

Conta que aprendeu o ofício a trabalhar em mecânica numa oficina localizada no bairro Kicolo e decidiu constituir uma oficina própria, onde trabalha com dois ajudantes.

René trabalha numa oficina improvisada, num quintal, no bairro Rocha Pinto. Ali, recebe uma média de seis clientes por dia. Considera que é um trabalho muito duro e que requer muita paciência e esforço físico.

"O nosso trabalho requer paciência, se não você desiste. É a única forma que eu encontrei para ganhar algum dinheiro", disse, considerando o trabalho apenas um biscate. O nosso entrevistado considera que, actualmente, a afectividade está em decadência, porque cresce cada vez mais o número de oficinas constituídas em empresas. Tal como outros interlocutores contactados pela Vida, René entende que a proibição da entrada de viaturas de ocasião com mais de três anos no país prejudicou o seu trabalho, porque antes da referida mediada eram vários os clientes que procuravam a sua oficina. Acrescenta que muitos dos carros vindos sobretudo da Europa traziam algumas avarias, o que era benéfico para ele.

O que mais despertou a atenção na ronda feita por esses "laboratórios" é o facto de grande parte deles estarem inundados com viaturas de marca Toyota, sobretudo ligeiros, onde se pode destacar os modelos Starlet e o Corolla.

"São os carros com mais peças no mercado, e são acessíveis. Se você for ao mercado do golfe encontra quase tudo, por isso não vemos muitas dificuldades no nosso trabalho", justifica René.

Sobre as oficinas constituídas em empresas, a nossa fonte diz que não se deve fazer concorrência, pois estas últimas trabalham com melhores meios e conseguem atrair melhor os clientes.

3.12 Zungueiros vivem em grupos lutando pela sobrevivência

O Independente

26 de Maio de 2012

No bairro São Pedro da Barra, localizado no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, vivem muitos zungueiros que pelas ruas da baixa da cidade capital e não só, desenvolvem acções de venda de diversos produtos.

Vivem em grupos de cinco a seis. São primos amigos ou irmãos que a solidariedade juntou em casas arrendadas, muitas delas, de um compartimento

apenas, feito de blocos de cimento e coberto de chapas.

Além dos jovens de ambos os sexos, também há crianças, com menos de 5 anos. Filhos e sobrinhos, Maria Jamba e Joana Ngueve, moram junto ao vale do Soroca, numa zona isolada e sem iluminação pública. Para nossa reportagem lá chegar, teve de passar por ruelas e amontoados de lixo.

A casa, onde vivem mais cinco jovens, todos nascidos em Benguela, não está rebocada e o chão é térreo. Tem dois compartimentos separados por cortinas. Uma serve de quarto para dormir, mas também serve como casa de banho e, pelos vistos de cozinha, com um fogareiro, três painéis vazias e uma bacia com loiça. No outro lado trouxas de roupas e um colchão de casal no chão.

Com uma vela nas mãos, Ngueve mostra como as cinco dormem. As que são mães tem prioridade quanto ao colchão. As outras estendem no chão para darem descanso aos corpos, depois de um dia de zunga.

O Lixo é depositado na lixeira, a poucos metros da casa. As chapas que fazem de telhado não estão seguras, mas não impedem que os corpos cansados da zunga adormeçam rapidamente, que as horas de sono passam a correr e o dia que vai nascer é igual ao anterior, feito a vender, a fugir dos fiscais, a procurar ganhar algum dinheiro para fingir que come e ainda manda para família que deixou na província.

Muitas jovens deixam as famílias nas províncias para tentarem uma vida melhor em Luanda, forma de poderem juntar algum do pouco que ganham na venda diária. Na maioria, são mães solteiras e sonham com uma vida que raramente encontram.

Normalmente as raparigas em grupos de quatro ou cinco, com menos de 18 anos, sem qualquer experiência de vida, deixam Benguela ou Huambo de carro á procura da sorte, que sonham encontrar em Luanda. Algumas, antes de partirem, juntam documentos que, pensam, lhes vão seus úteis para conseguirem o primeiro emprego.

Na bagagem, além de algumas peças de roupa, essas jovens trazem menos de cinco mil kwanzas. Na grande cidade, que apenas conhecem do que ouviram ou viram na televisão, recorrem a outras para arranjarem um lugar onde dormirem. Não raro, abandonam a escola, levadas pela ilusão de irem encontrar uma vida melhor do que a terra natal lhes deu.

Joana Joaquim, de 17 anos, disse ao Jornal o Independente, que sempre acreditou que era mais

fácil ganhar dinheiro em Luanda do que na província onde nasceu. As jovens de Benguela têm um plano, trabalharem durante três meses e voltarem terra, pelo menos neste período, estarem com suas famílias.

Benedita André Mendes, 15 anos, é zungueira deste aos 12, mesmo que não junte 500 Ou 500 dólares norte americanos que estipulou para levar para os pais e irmãos. É a forma que tem de recuperar forças e animo, que apenas consegue junto dos seus. Uma amiga sua de infância meteu-se na venda de fruta na rua. Quase em surdinas, afirmou estar cansada da vida que tem

3.13 Administração do Sambizangae donos de armazéns de costas viradas

O Independente

26 de Maio de 2012

São na sua totalidade indivíduos com mais de 50 anos e muitos dos quais vividos como comerciantes e proprietários de armazéns e casas de processos no antigo Roque Santeiro que reabrem as sequelas da retirada do mercado Roque Santeiro o longo da via Lueji Akonda para o Panguila.

Ao que tudo indica ainda não estão totalmente saradas e a situação vem criando um certo estado de frustração para os que viveram o "drama" das demolições pelo facto do Panguila estar um pouco distante do centro da cidade e das pessoas terem arranjado outras vias para o comércio informal.

A polémica das demolições e suas consequências é novamente reaberta por um grupo de proprietários de armazéns demolidos no antigo Roque Santeiro. Segundo pudemos ouvir dos mesmos, alegam que apenas estão a reivindicar alguns direitos que acreditam terem sido violados pela administração municipal do Sambizanga aquando das demolições dos armazéns do Roque Santeiro que aconteceram em Setembro e Outubro de 2010.

Uma organização composta pelos proprietários dos armazéns demolidos no antigo Roque denominada Comissão dos Ex-proprietários de Armazéns do antigo Roque Santeiro tem estado a frente desta situação no sentido do governo olhar pelo problema com mais flexibilidade e poder arranjar uma forma de sustento para um número de mais de meia centena de comerciantes que tinham os armazéns como fonte maior do seu sustento.

João Camões, o cabeça da referida comissão, fez saber que a situação vivida nos dias de hoje pelos

cidadãos que vinham fazendo dos armazéns seu ganha-pão é triste pelo facto de todos estarem a viver momentos de falência devido às dificuldades que encontraram no mercado do Panguila.

Segundo aquele comerciante os armazéns serviam como enxada de sustento para muitos deles que hoje só conhecem a miséria. O mesmo afirma que o desespero tem reinado no seio destes cidadãos pelo facto de terem consciência que nunca mais terão possibilidades de possuírem aquilo que tinham e que dava para sustentar filhos e netos que nos dias de hoje correm o risco de não terem mais condições de estudar ou viver condignamente.

Questionado sobre o que aquela organização pretende, João Camões disse que o objectivo dos Ex-proprietários de armazéns do Antigo Roque Santeiro prende-se em serem arrançadas formas de sustento para todos os que saíram muito prejudicados com as demolições dos armazéns e que isto pode ser feito através de um pedido de indemnização.

Não fazemos nada

Questionado do que essa mais de meia centena tem feito para se poder sustentar, João Camões respondeu que não sabem mais o que fazer visto que não têm nada para vender e onde vender. Nas ocorrências do caso, frisou também que a administração não antecipou as demolições e que agiu somente em imposições. Segundo ainda João Camões faltou um pouco de mais de aproximação da parte da administração para com os comerciantes. O mesmo conta que houve quem caiu de enfarto quando as demolições começaram.

No Panguila não dá mais

O fundamento da reivindicação dos comerciantes está relacionado em grande parte com o insucesso do projecto Panguila. Para aquele grupo não dá mais continuar a insistir naquele mercado porque eles só perdem e não sabem a quem vender os produtos. Os mesmos são de opinião que o Panguila, literalmente, "está as moscas".

Fomos como Inquilinos do estado

João Camões afirma que os mais de duzentos armazéns postos à disposição dos comerciantes no Panguila estão praticamente em desuso pelo facto de quase todos não aceitarem algumas condições impostas pela administração do Sambizanga. Nas lamentações destacam o valor de 250 dólares por mês.

Envolvimento dos tribunais

Os Ex-proprietários de Armazéns do Roque Santeiro esclareceram que a situação de desentendimento entre a administração e aquele grupo tomou proporções jurídicas quando os comerciantes decidiram levar o caso ao tribunal na esperança de uma indemnização que possa suprir danos causados. Segundo afirma o processo já está em fase avançada de constituição e que só falta a chamada das partes envolvidas. Quanto ao montante da indemnização frisou que tudo pode ser feito em função das medidas das instalações do antigo Roque.

O Panguila é bonito o Panguila é bonito mas nós não vendemos nada

João Camões fez menção de que o grupo não está contra as mudanças e melhorias que o GPL tem estado a fazer para uma Luanda digna de todos mas realça que é preciso que as coisas sejam feitas com justiça e que o cidadão não pode ser prejudicado desta forma

3.14 Armazens engolem o Hoji Ya Henda e creiam dificuldades aos moradores

Jornal de Angola
26 de Maio de 2012

Antiga zona residencial, o bairro Hoji ya Henda é hoje uma zona desorganizada de comércio, onde abundam armazéns e cantinas. À semelhança de outros pontos da cidade, qualquer esquina é boa para montar um negócio. Nas ruas, à porta de casa ou de uma escola, de um hospital ou junto ao cemitério, é comum verem-se produtos expostos à venda. Aqui, os riscos não importam, o que conta acima de tudo são os lucros.

O bairro Hoji ya Renda, no município do Cazenga, já foi considerado um dos mais bonitos e bem organizados da capital, a par do Bairro Popular e da Precol. Era uma zona essencialmente residencial, com vivendas luxuosas e edifícios de um e dois pisos. Devidamente urbanizado, tinha recintos de lazer, como o Cine África, hoje subaproveitado e degradado, e um outro que mais tarde ficou conhecido como o pavilhão da Edal, uma empresa que se dedicava ao fabrico de colchões.

Antes da independência, o bairro era habitado maioritariamente por portugueses que na refrega dos acontecimentos políticos e militares da época se precipitaram em abandonar as casas.

Conhecido anteriormente como 'bairro Santo António, em homenagem ao padroeiro da paróquia da Igreja Católica lá erguida, a designação actual foi-lhe atribuída em memória de um herói do MPLA, José Mendes de Carvalho "Hoji ya Henda", falecido em combate em 1968, durante o assalto ao Quartel de Caripande (Moxico), em plena luta de libertação nacional

Ao contrário de outros países, em que os armazéns se destinam à venda a grosso, em Angola este tipo de estabelecimentos também se dedica à venda a retalho e, muitas vezes, os produtos são revendidos ali mesmo ao lado, o que cria uma situação confrangedora.

A estrada da Cuca, designada Ngola Kiluanje, é um típico exemplo desta situação várias vezes reportada. Mas é junto à fábrica de cerveja e ao Hospital do Hoji ya Henda, no chamado "Arreou", que este quadro é mais desagradável

Os vendedores repartem a estrada com automobilistas e transeuntes, atrapalhando o trânsito rodoviário e deixando lixo por todos os lados, dando à zona o aspecto de uma lixeira em plena zona urbana.

Para agravar a situação, vários camiões à espera de carregamento de cerveja na fábrica da Cuca estacionam desordenadamente, ocupando uma boa parte da estrada, além do comportamento reprovável dos taxistas, que param em qualquer sítio, desrespeitando as regras mais elementares do trânsito.

Praça da "Tailândia"

A administração municipal parece impotente para acabar com a venda de produtos na Estrada da Cuca. Tudo indica que enquanto se espera pela construção de novos mercados, o negócio de rua vai continuar. Tanto quanto se sabe, os vendedores agora pagam uma taxa para exercerem a atividade, o que anos encoraja ainda mais. A Praça da Tailândia, designação atribuída ao mercado do Hoji ya Henda, é outro local nevrálgico.

O nome deve-se ao facto da maior parte dos artigos ali vendidos (roupas, cabelo postiço, calçado, bijutarias e outros) serem provenientes daquele país asiático.

O mercado estende-se quase até meio da estrada, o que transforma o local num verdadeiro pandemónio. Aqui, a circulação rodoviária é ainda mais complicada, num bairro em que as vias terciárias são inacessíveis aos automóveis.

O administrador adjunto do Cazenga, João Adão, confirmou a construção de um mercado de grande dimensão, na zona da Textang II, para onde vão ser transferidos todos os vendedores de rua.

No que diz respeito à transformação de espaços residenciais em cantinas, João Adão disse que essa situação não é do conhecimento da administração municipal.

"Essas práticas são ilegais, porque ninguém consulta a administração para esse fim. É um caso que deve ser tratado com o Ministério do Comércio", disse o responsável.

Obras em marcha

Depois de um período de paralisação, os trabalhos da estrada do ngola quiluanje, recomeçaram. Homens e máquinas são vistos a trabalhar na empreitada.

Apos a sua conclusão o trânsito pode tornar-se mais fluido, se efetivamente forem removidos outros obstáculos, como a venda ao longo da estrada e os estacionamento desordenados dos taxistas.

Nas condições actuais, o percurso entre o mercado do são Paulo e o cemitério do 14, não se faz em menos de duas horas.

Anacleto Adolfo um dos taxistas que funciona naquela via a quatro anos, disse que a situação tem piorado a cada dia que passa. "Ando a pensar desistir nesta via, porque perco muito tempo. Uma distância que em condições normais podia ser feita em dez minutos faz-se em duas horas. É incrível. E esta estrada está assim há quatro anos. Oxalá que desta vez as obras fiquem concluídas", disse.

Relativamente ao prazo das obras, administrador adjunto não avançou qualquer data, justificando que se trata de uma obra da competência do Executivo.

Cabrité de quintal

O "cabrité" entrou no léxico dos angolanos para designar a carne de cabrito grelhada e vendida em quintais, em pequenos pedaços embrulhados em papel utilizado para acondicionar o cimento.

O Hoji ya Henda é um dos bairros com mais "cabritarias". Embora alguns proprietários insistam em abater o animal em quintais de residências, sem as mínimas condições de higiene ou sanitárias, a maioria optou pelo matadouro da Frescangol, graças à acção da Polícia Económica.

Nos locais de venda do produto continua a notar-se a falta de higiene o que faz do cabrité um atentado à saúde pública.

O processo começa com o abate do animal, geralmente adquirido no Rocha Pinto ou no mercado do Quilómetro 30.

Em seguida, a carne é condimentada e colocada numa grelha em brasas, feita à base de uma jante de automóvel. Por fim, é servida em pequenos pedaços.

Os maiores consumidores são jovens e o "cabrité" é acompanhado de tchikwanga, comida típica feita à base de farinha de mandioca e muito consumida no Norte de Angola, sem ignorar a cerveja.

Cada pedaço é vendido a 900 kwanzas. E ao fim do dia que as "cabritarias" têm mais movimento.

3.15 O crédito mal pensado dos bue

A Capital

26 de Maio de 2012

A economia acredito ser uma das melhores ciências que um homem pode estudar. É um mundo fascinante, bonito e muito sério. Exige análises prudentes, previsões certas e rigor. Como um simples cidadão e em pleno gozo dos meus direitos, costume acompanhar e aplaudir o esforço do Executivo angolano visando a melhoria das condições sociais dos cidadãos, e penso que a maioria de nós ou mesmo todos devíamos encorajar e ajudar o governo a continuar nessa senda. Qualquer governo deve primariamente dedicar todo seu esforço para a melhoria das condições sociais e do bem-estar dos cidadãos.

Nos últimos dias foi introduzido no nosso léxico social uma palavra; por um lado já conhecida e por outro lado ainda não. Trata-se da palavra BUE. Nós angolanos, no nosso linguajar quotidiano, já usávamos o BUE. O BUE sempre significou muito, ou seja, um advérbio de quantidade. O BUE (muito) já não é novidade. Contudo, surgiu agora um novo BUE que os goverantes estão a falar-nos nas rádios, televisões, jornais, etc. e, segundo eles, esse novo BUE significa Balcão Único do Empreendedor. O Balcão Único do Empreendedor é um organismo estatal que vai se dedicar em simplificar o processo de constituição e licenciamento de empresas, regularizar os empreendedores que se encontram no mercado informal e providenciar financiamentos a estes com juros baixos e sem garantias. O valor máximo de crédito do BUE é de 7000 dólares norte americanos. A ideia de dar créditos na nossa economia com juros baixos encerra uma certa dose de genialidade, uma

vez que muitos de nós já andamos surdos devido aos gritos dos investidores que, ruidosamente, se queixam da violência que as taxas de juros apresentam na nossa economia. E a palavra, BUE aparece numa bela coincidência para os objectivos sociais e económicos que se pretendem.

O crédito numa economia aparece normalmente como uma lufada de ar que visa alavancar a própria economia de forma que ela funcione de modo sustentado com o aumento da produção e do emprego, com o melhoramento das condições sociais e arrecadação de mais receitas por via da cobrança de impostos.

E quem dá créditos são as instituições financeiras que o fazem, não por caridade mas sim para buscarem mais-valia (lucro). Nesta conformidade, elas cobram juros a uma taxa e a um prazo negociáveis. Findo o prazo reserva-se a instituição financeira o direito de reaver o dinheiro emprestado e os juros decorrente da taxa e do tempo e em seguida voltam a negociar um outro crédito com o mesmo ou com um novo tomador de crédito (cliente) e esse ciclo vai se repetindo por mais dias, meses ou anos.

Quanto aos nossos BUE, por aquilo que estou a ouvir na imprensa, me parece haver muita coisa errada: primeiro, os empreendedores irão receber dinheiro até 7000 dólares sem nenhuma garantia o que põe em perigo o retorno desse dinheiro ao banco para dar novos créditos. Segundo, a maneira como se pretende dar esse dinheiro aos supostos empreendedores irá aumentar a massa monetária em circulação; irá aumentar o poder de compra do público; iremos descambar num aumento desnecessário da taxa de inflação. Terceiro, há fortes indícios de que o dinheiro proveniente dos BUE irá circular mais no ambiente informal. Desta forma, qualquer medida económica para enxugar o excesso de liquidez na economia, como a venda de títulos, não terá os efeitos desejados. Quarto, a maneira como se está a publicitar essa oferta de dinheiro ao povo irá criar grandes enchentes, tumultos, cotoveladas e cunhas (corrupção) nos BUE. E ainda irá pôr muita gente com os nervos à flor da pele. Quinto, os BUE poderão ainda aumentar desnecessariamente o número de vendedores informais ambulantes. É possível que hajam mais erros, porém eu elegi apenas esses.

3.16 Luanda recebe dezena de balcões para dinamizar pequenos negócios

Jornal de Angola

30 de Maio de 2012

Luanda conta com mais dez Balcões Únicos do Empreendedor (BUE), depois de já terem sido inaugurados nos municípios de Belas, Cacuaco e Viana, anunciou ontem o director do gabinete de planeamento do governo provincial de Luanda, Mário de Carvalho.

O director, que falava à imprensa, garantiu que ao todo a capital vai ter 14 balcões. O responsável esclareceu que as pessoas interessadas podem dirigir-se a qualquer balcão do seu interesse ainda que esteja fora da jurisdição do local de residência.

O responsável do governo provincial anunciou que a partir de Junho começam as sessões de esclarecimento sobre o funcionamento do BUE em vários pontos da cidade. O Ministério da Justiça, instituição que tutela o Balcão Único do Empreendedor, anunciou a inauguração de uma unidade na localidade do "Quilómetro 30", em Luanda. A zona é um local de comércio por excelência, onde está instalado um mercado nacional de produtos agrícolas.

O director provincial de Luanda da Justiça anunciou, para breve, a inauguração do Balcão Único do Empreendedor nos municípios da Quissama e do Icolo e Bengo.

O BUE é um novo serviço público cuja finalidade é simplificar o processo de constituição e licenciamento de empresas, regularização da atividade de empreendedores que se encontram no mercado informal e de actos anexos.

O balcão tem como objectivo combater a pobreza. O projeto é uma oportunidade para os jovens realizarem os seus pequenos negócios, quer estejam no mercado formal ou informal, em pequenas atividades, como oficina, serralharia, pintura, canalização, entre outros. O BUE possui também serviços de arquivo, informações, atendimento, registo civil, agência bancária, registo comercial, imprensa nacional, administrativos, unidade técnica municipal e de identificação civil e criminal.

O Balcão Unico do Empreendedor tem ainda as áreas da Direcção de Impostos, Instituto de Estatística, Ficheiro Central de Denominação Social, Instituto de Segurança Social, Direcção do Comércio e do Instituto dos Serviços de sVeterinária.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Executivo corta expectativa de crescimento

Sermenário factual

De 12 a 19 de Maio

De acordo com a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, a economia deverá crescer em 2012 entre 8 por cento e 10 por cento, o que ainda representa um forte crescimento tendo em conta a actual situação da economia global.

Destaca-se que Angola se encontra entre as economias que mais vão crescer no ano em curso e estima-se que deverá manter essa tendência apesar da leve desaceleração, nos próximos anos.

O Banco Português de Investimento (BPI) prevê crescimentos do PIB de 9,2 por cento em 2012, 7,5 por cento em 2013, 5,4 por cento em 2014 e 5,3 por cento em 2015, enquanto o FMI aponta para 9,7 por cento, em 2012, 6,8 por cento, 6,3 por cento e 6,2 por cento, respectivamente.

A ministra do Planeamento, durante a apresentação recente do balanço do primeiro trimestre de 2012, salientou que, apesar do impacto negativo da crise financeira e económica mundial na economia do país, Angola conseguiu manter um nível de crescimento sustentável, e agora espera que em 2012 o PIB cresça na ordem de 8 a 10 por cento. "Em 2012 esperamos que o sector petrolífero cresça 8 por cento e o não petrolífero 9,5 por cento", frisou a ministra.

Durante o encontro, também foi anunciado que o Executivo deverá fazer um ajustamento salarial, agora em Maio, na ordem de 10 por cento.

A tendência de crescimento da economia, de acordo com os dados apresentados, permitiu a geração de cerca de 6,6 mil postos de trabalho. Porém, estatísticas divulgadas esta semana apontam que entre 2009 e 2011 foram criados cerca de 596 mil postos de trabalho, segundo o diretor Nacional de Emprego e Formação Profissional, Leonel Bernardo, citado pela ANGOP.

Desempenho positivo, apesar da adversidade internacional

De um modo geral, de acordo com o ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Vicente, mesmo com um cenário internacional adverso, Angola obteve bons resultados no primeiro trimestre, do qual se destaca que a inflação em Março se fixou em 0,60 por cento abaixo da verificada no mês de Fevereiro, o que indica um aumento dos níveis de confiança do desempenho económico do país.

Realce, também, nos primeiros três meses do ano, para o crescimento das receitas tributárias não petrolíferas em cerca de 18 por cento, em comparação ao período homólogo, das reservas internacionais em 3,93 por cento e a estabilidade da taxa de câmbios.

No âmbito da diversificação da economia, destaque para a criação de sete unidades fabris na zona económica especial (ZEE), no quilómetro 30 e as outras onze fábricas em fase de acabamento, tendo sido licenciados 952 novos estabelecimentos comerciais e prestação de serviços. A carteira de investimentos para o sector de energia visando a reabilitação das centrais de Cambambe e da matala e do biópio, esta avaliada em 1,2 mil milhões.

Manuel vicente salientou que houve avanços significativos no domínio da habitação, com destaque para o início da construção dos oito primeiros lotes da habitação sociais, no âmbito do Programa de reconversão do Sambizanga e do Cazenga, e a chegada de 11 navios com material de construção para o acabamento de nove mil e 675 fogos em seis províncias do país.

Frisou que, "no campo, do "Programa de Agua para todos" permitiu " a concretização de obras fundamentais para aumentar a produção agrícola e a qualidade de vida de famílias camponesas.

"Esta tarefa merecemos particular atenção, tendo em conta que a estiagem que assolou o país causou uma baixa na produção e uma forte retração nos reembolsos do crédito agrícola de campanha", justificou Manuel Vicente.

No primeiro trimestre concluiu-se o projeto agrícola de Cacanda, na Lunda Norte, e outros quatro estão por inaugurar.

4.2 O tributo das importações

A Capital

12 de Maio de 2012

Este ano, as autoridades angolanas preveem arrecadar com os impostos cobrados pelas operações de comércio externo algo como pouco mais de mil

milhões de dólares, tal como se lê no Orçamento Geral do Estado para 2012. De tal leitura permite aferir-se também que o imposto aplicado sobre o que o país importa para as suas necessidades internas é a rubrica que mais contribuirá naquilo que é o peso das receitas decorrentes das tributações sobre comércio externo.

Números do OGE, referente ao período em análise, dizem, por exemplo, que este ano o imposto a cobrar pelo que o país vai comprando fora de portas engordará os cofres do Estado em algo como 116 mil milhões de kwanzas, ao contrário da tributação que incide sobre as exportações angolanas cujas receitas, segundo tais dados, ficarão limitadas em cerca de 123 milhões de kwanzas.

Olhando para esses números, permite a qualquer leigo perceber que as receitas resultantes do que se cobra por operações associadas a importações suplantam em 116,6 mil milhões de kwanzas, qualquer coisa como 1,1 biliões de dólares em relação o que se espera arrecadar com as contribuições fiscais decorrentes das exportações.

Mas isso, segundo analistas como o consultor Márcio António, tem uma justificação: o facto de Angola ser um país marcadamente importador, ou seja, por este país depender mais do mercado externo na hora de se prover do que necessita para consumo local. Só que, entretanto, não dispõe de quase nada para colocar no circuito do comércio externo, fora do petróleo e dos diamantes.

aquelas que são consideradas portas de entrada e saída de mercadorias, ou seja, nos portos e aeroportos do país, está uma entidade cuja intervenção tem resultado em safras importantes como são as receitas aduaneiras advindas de taxas aplicadas pelos serviços decorrentes do processo de desalfandegamento de tais mercadorias.

Por força de taxas cobradas pelos vários serviços aduaneiros, o Estado espera, como previsto no OGE-2012, Arrecadar algo em tomo de 44 milhões de dólares, que, juntados ao valor dos demais impostos sobre as operações associadas ao comércio externo, faz do Serviço Nacional das Alfândegas uma das entidades que mais receitas captam para o Tesouro Nacional.

Em 2011, por exemplo, as receitas aduaneiras cifraram-se em 3,3 mil milhões de dólares, correspondendo um acréscimo de 4,2 por cento sobre o volume arrecadado no ano antecedente ao período em referência, tal como reporta o relatório anual do Serviço nacional das Alfândegas.

Segundo o documento a que este Jornal teve acesso, o aumento das receitas arrecadadas em 2011 tem uma explicação. Deve-se, de acordo com a justificação daquela entidade aduaneira, ao incremento da arrecadação decorrente de rubricas como impostos sobre a importação e sobre o consumo de produtos diversos, que, segundo se pode ler no relatório, cresceram em 1,8% e 1,5%, respectivamente.

Tendência invertida

Dados constantes no relatório de que temos vindo a nos servir indicam que os ganhos conseguidos com o volume das exportações angolanas superaram o valor dos gastos realizados com a importação do que o país precisa para o seu consumo. Segundo o Serviço Nacional das Alfândegas, em 2011, o país despendeu, no mercado externo, algo como cerca de 21 mil milhões de dólares, mas saiu de lá com pouco mais de 66 mil milhões de dólares, resultado de remessas de petróleo e diamantes vendidas lá fora, para onde Angola exportou também café e outros produtos que incluem recursos pesqueiros.

Já em relação ao que o país importou o leque é mais variado. Ou seja, comprou quase tudo, desde máquinas e plataformas de sondagem e perfuração petrolífera, equipamentos eléctricos, veículos e peças, assim como géneros alimentícios e outros bens que podem ser encontrados na listas dos vinte principais produtos importados por Angola, disponível no site da instituição.

A lista das principais mercadorias importadas é liderada pelas novas plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis, com as quais o país despendeu cerca de 2 mil milhões

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Governo do Huambo define prioridades

Jornal de Angola
3 de Maio de 2012

O governo do Huambo definiu ontem a construção de escolas, unidades sanitárias, estradas, postos de abastecimento de energia e água e centros administrativos, como as grandes prioridades para os próximos cinco anos.

O vice-governador para a área técnica e infra-estruturas, José Paulo Kay, disse que os referidos projectos se enquadram no Programa de Investimentos Públicos (PIP). No âmbito do programa consta ainda a proposta de aquisição de equipamentos essenciais das áreas sociais, com base nos planos directores para os municípios do Huambo, Bailundo, Mungo, Ekunha e Londuimbali, no sentido de os incluir no plano de execução.

O vice-governador para a área Técnica e infra-estruturas disse que este exercício faz parte das várias fases do projecto do plano director dos cinco municípios seleccionados, devido ao aumento da densidade populacional destas áreas. Com este plano, o governo pretende reduzir a distância para as escolas e principais centros de saúde, erguendo mais unidades sanitárias e centros escolares, tendo em conta que a maioria da população vive dispersa em várias aldeias, distantes das principais aglomerações urbanas. O consultor do governo provincial, Tomás Dentinho, afirmou que o projecto para o município do Huambo prevê um orçamento médio anual na ordem de cinco milhões a dez milhões de dólares. A intenção é concretizar o plano director, para cujas obras as empresas seleccionadas já estão prontas.

5.2 Estimular o exercício da cidadania

Novo Jornal
04 de Maio de 2012

A FALTA DE ENERGIA eléctrica, água potável, saneamento básico e outras situações desagradáveis, constituem, sem sombras de dúvidas, problemas bicudos que agonizam Luanda e os seus cidadãos. Essas dificuldades, são mais sentidas nas zonas

periféricas onde se associam à delinquência e de braços dados enfermam ainda mais a vida nesses bairros. Cazenga é um dos municípios de Luanda aonde os problemas acima referendados são destaques e fustigam os seus munícipes. Ficar de braços cruzados e esperar que o Governo faça tudo, não contribui em nada para a erradicação dos problemas. Quem o afirma é Paionil Anónimo, músico residente naquelas paragens, que diz também que todo cidadão deve contribuir para uma vivência em comunidade cada vez mais saudável.

Para ele, é necessário que os cidadãos estejam cada vez mais próximos dos seus problemas para ajudar quem tem o poder de resolvê-los. Paionil encontrou na música, no estilo rap, um canal fácil e fluente para reportar os problemas que afligem o seu bairro (Grafanil). Segundo a nossa figura da semana que já trilha sete anos a reportar os factos em música, o exercício de ser um porta-voz dos problemas da sua circunscrição não é uma tarefa fácil. De acordo com ele, é necessária atitude, espírito de iniciativa e sobretudo muita coragem. Paionil fez saber que o bairro do Grafanil para além da boa gente que lá reside, é também recheado de prostituição, delinquência, falta de energia, carência de água, consumo exagerado de bebidas alcoólicas e outras referências negativas. Traduzir todos esses enigmas em música, requer de quem o faz muita força, porque, segundo o jovem, os sujeitos que praticam tais acções muitas vezes se enfurecem quando ouvem que foram retratados numa determinada música.

Por outro Lado, o exercício é reconfortante e acaba por ser um parceiro da administração local e provincial no diagnóstico dos problemas dos residentes daquela comunidade para a posterior resolução.

Em conformidade com o músico, muitos problemas do seu bairro só chegaram a ter solução porque antes foram retratados nas linhas sonoras das suas canções.

O jovem acrescenta ainda que músico deve ter essa importância dentro da sociedade, que é de con-

tribuir para o progresso da mesma.

A preocupação com as mensagens que visam a educação e orientação das pessoas no caminho do bem, devem constar na linha de frente de qualquer criatividade artística. 'A música é uma via aberta para reportar as makas da sociedade.

Então, nesta base, é necessário que os músicos tenham cada vez mais , preocupação com as suas mensagens e queiram transmitir mensagens de conforto, sensibilização, educação e estimular a boa convivência entre as pessoas", asseverou.

Para a nossa figura desta semana, um dos empecilhos de toda essa actividade é a falta de colaboração dos meios de difusão que, no seu ponto de vista, em nada contribuem para uma cidadania transparente e cada vez mais justa. Ele que falou num tom de preocupação, disse não entender a apetência de certos canais de comunicação social por músicas e conteúdos banais e imorais.

"Muitas rádios e canais de televisão não contribuem em nada para o nosso esforço. Enquanto muitos de nós estamos preocupados a transmitir uma mensagem educativa e participativa, eles atizam o seus conteúdos com programação ridículas e vazias no ponto de vista da educação e cidadania", contestou.

Volvidos sete anos de percurso no rap, Paionil Anónimo diz não ter pressa em atingir o sucesso. Para ele, a grande preocupação continua a ser as pessoas que cada vez mais precisam de músicas e conteúdos que estimulam a sadia convivência para uma melhor compreensão do meio que os rodeia. Essa inquietação está bem patente na sua musica "Todos atrás do pão", na qual faz um retrato a preto e branco da sociedade e partilha com os seus ouvintes a necessidade de uma maior aproximação entre as pessoas por via do amor e da solidariedade. Entretanto, o lançamento de um Max single e a promoção em grande escala da sua imagem e música constam dos grandes projectos para o ano em curso, que o artista perspectiva de muito trabalho, sempre na senda de formar e informar a quem o oiça.

5.3 Dez anos a formar quadros para as autarquias

O País

04 de Maio de 2012

O Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) realizou, desde a sua fundação, em 3 de Maio de 2002, 237 cursos de diversos níveis e matérias, os quais formaram 10 mil e 018 quadros, sendo dois mil e 110 do sexo feminino.

Os dados foram revelados, quinta-feira, em Luanda, durante a celebração do 10º aniversário da criação da instituição, acto orientado pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa.

Lembrou que o IFAL surgiu para materializar a directiva constante da Estratégia Nacional de Desconcentração e Descentralização Administrativa, aprovada pelo Governo em 2001.

O governante explicou que a vertente formação de quadros constitui um dos eixos fundamentais da aplicação da referida estratégia, que deverá culminar com o estabelecimento das autarquias locais.

Cabe ao IFAL, acrescentou, o importante papel de capacitar os agentes da Administração Local do Estado, visando promover o seu bom desempenho e a modernização na prestação dos serviços. Para este efeito, mencionou a estruturação de várias acções formativas, como cursos para a administração local e autárquica, capacitação de dirigentes provinciais, municipais e comunais, seminários e estágios, entre outros de curta e média duração, incluindo de pós-graduação e mestrado, realizados em parceria com destacadas universidades.

Bornito de Sousa reconheceu que a direcção do IFAL tem imprimido nova dinâmica à actividade da instituição, que se revela na visão estratégica que definiu, ou seja os valores da competência, responsabilidade e da excelência. "A realização de acções formativas desconcentradas nos municípios e nas províncias é um aspecto positivo do trabalho em curso, ao qual associamos, de modo destacado, o privilégio dado à incorporação de jovens de todos os municípios de Angola", sublinhou ainda.

Para o ministro, o mesmo pode aferir-se a realização das jornadas técnicas, de modo rotativo, a nível dos municípios. Para corresponder a esse empenho, a partir de 2013, impõe-se um esforço adicional no que toca a construção do Campus do IFAL, a cabimentação do orçamento, a potenciação da marca e da própria página Web-Site da instituição, anunciou, entre outras perspectivas.

O IFAL foi criado por Decreto nº 24/02, de 30 de Abril, do Conselho de Ministros, e as suas instalações foram inauguradas pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em 3 de Maio de 2002.

5.4 Estratégia Nacional de descentralização assegura a implantação das autarquias

Jornal de Angola

04 de Maio de 2012

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, afirmou ontem em Luanda que a materialização da directiva da Estratégia Nacional de Desconcentração e Descentralização Administrativa aprovada pelo Executivo é uma garantia da Institucionalização das autarquias locais.

Bornito de Sousa, que falava na cerimónia alusiva ao décimo aniversário do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), referiu que um dos eixos fundamentais para aplicação da referida estratégia é a formação de quadros. O ministro reconheceu que o IFAL tem contribuído para a materialização da Estratégia Nacional de Desconcentração e Descentralização Administrativa aprovada pelo Executivo.

A implantação das autarquias locais em Angola deve acontecer de forma gradual depois das eleições gerais, marcadas para o último trimestre do ano em curso. Várias cidades, incluindo a cidade do Kilamba, segundo o Ministério da Administração do Território, foram escolhidas para serem modelos de execução do projecto.

O ministro da Administração do Território lembrou que o IFAL tem como objectivo promover a modernização e o bom desempenho dos serviços e agentes da administração local do Estado e a médio prazo da administração autárquica.

Acções de formação variada

Bornito de Sousa disse que o IFAL tem no seu programa vários cursos e acções de formação, destacando o Curso Médio da Administração Local e Autárquicas, a formação de dirigentes provinciais, municipais e comunais, os cursos de curta e média duração, incluindo as pós-graduações e 'mestrados realizados em parceria com universidades.

Bornito de Sousa referiu que o instituto tem ajudado os governadores e administradores municipais e comunais e demais funcionários da administração local do Estado no desenvolvimento do sistema integrado de gestão financeira do Estado, gestão patrimonial, novo sistema de planeamento, sistema de compras públicas e no conjunto de leis e regulamentação sobre o funcionamento e melhoramento do desempenho da administração local do Estado. As instalações do IFAL foram inauguradas há 10 anos pelo Presidente da República, o que demonstra "o empenho e a importância que o chefe do Executivo dá" à instituição, sublinhou o ministro.

O ministro acrescentou que a nova direcção do IFAL tem vindo a imprimir "uma nova dinâmica" nas actividades, revelando "visão estratégica, competência, responsabilidade e excelência".

Crescimento do IFAL

O director-geral do IFAL, Ismael Mateus, considerou o décimo aniversário do instituto "um marco para o início de novas acções", porque nos últimos anos foi acelerado o processo de crescimento desta instituição.

Ismael Mateus disse que o instituto tem um plano de inserção profissional e conta com mais de 500 estudantes do ensino médio.

Desde a sua criação, 10.1 08 alunos frequentaram cursos no instituto, dos quais 200 técnicos médios da Administração entraram no mercado de trabalho.

Nas jornadas técnicas do IFAL, abertas a 28 de Abril, foram debatidos "O papel do IFAL no reforço da capacidade institucional da Administração local", "Ensino à distância perspectivas para Angola", "Ensino à distância vantagens e desvantagens" e "Ensino à distância experiência do Brasil".

5.5 Poder local e desenvolvimento

Agora

05 de Maio de 2012

No próximo mês de Junho realizar-se-ão, uma vez mais, eleições autárquicas em Cabo Verde. De entre os países lusófonos, Angola nunca realizou este tipo de eleição para o poder local. Felizmente a nova versão da constituição prevê estes órgãos e confere-lhes a importância devida. Aponta-se 2013 ou 2014 como sendo o ano para que a vontade popular se possa exprimir localmente. Mas afinal que importância têm estas eleições? Esta questão deve ser vista pelo ângulo mais alargado que é o papel que pode desempenhar na consolidação da democracia. Enquanto as populações a um nível local forem impedidas de indicarem quem lhes parece mais habilitado para zelar, descentralizadamente, pelos seus interesses económicos, sociais, culturais e políticos, a democracia está incompleta. E se assim é, então também o desenvolvimento está coxo. É que este não se faz unicamente de economia e indicadores económicos. Contudo, os desafios são enormes e o entendimento quanto ao seu papel e limites da sua acção podem ser encarados de maneiras diferenciadas. Para já, e no caso de Angola, trata-se de pôr de pé o edifício descentralizado. Depois disso virá a sua consolidação, reforço e constituição de redes quer a nível interno quer internacional. E o que se espera é que jamais elas sejam 'correias de transmissão', como no passado já ocorreu, do poder central. A chamada segunda geração da governação implica reimaginar a relação entre as comunidades e o Estado, dando uma ênfase particular à sociedade civil. E como fazer a articulação com as autoridades tradicionais? É imenso o desafio mas nem por isso suficiente para demover a crença no poder local. Esse é o caminho a trilhar. E, então, perceber-se-á que muitos interesses económicos locais legítimos e oportunidades de negócio poderão ser aí melhor de-

fendidos do que assentando na premissa da submissão ao poder central.

5.6 Não temos governo em Angola

Folha 8

05 de Maio de 2012

A dizermos "devia ser" este o funcionamento do Governo de Angola, gizar políticas consentâneas a realidade vigente no seio do povo, não estamos deslocados. Consta-se uma diferença enorme entre o dito e o feito e nunca se sabe como se concebe o OGE, na medida em que os dinheiros entram e saem, mas os problemas não só permanecem, como agudizam-se cada vez mais. Tudo sem excepção vai mal; funcionários públicos estão frustrados e seus descontentamentos se repercutem negativamente durante o atendimento público do dia-a-dia.

Os governadores provinciais estão concebidos para pesquisarem estratégias contra as insuficiências e os males sociais, contra as inexistências de infra-estruturas para satisfazer as necessidades dos habitantes, mas cabe aos administradores municipais e comunais aplicarem na prática e ao pormenor tais políticas, não sobre os mesmos problemas, mas contra novas causas. Em Angola não se verifica. Tanto governadores, como administradores, desviam-se do seu papel fundamental que é o trabalho de administração, baseado na actualização do senso comum, do urbanismo, das infra-estruturas de prestação de serviços, estruturas de acolhimento e conforto dos residentes (número de casas, escolas, hospitais, estabelecimentos públicos, centros comerciais que devem ser em conformidade com o número de habitantes, avaliado por excesso). Ao invés disso, reduzem-se ao trabalho político, aplicando mais o discurso demagogo para enganarem o povo, do que as técnicas de administração e economia para na verdade resolverem seus problemas. Este é o truque dos partidos e governos de descendência marxista-leninista, exhibir discursos falaciosos carregados de falsas promessas e atribuir culpados para ofuscar incompetência e roubo. O nosso Executivo, de cima a baixo, é desta escola. Quando produz documentos, pinta apenas as folhas, consciente de que o povo na sua maioria não lê e se lê não entende patavina; o essencial é fazer crer que há profissionalismo e transparência quando na realidade é tudo banalizado. Prova disso são os documentos exibidos pelo Presidente da CASA, Abel Chivukuvuku na sua Conferência de Imprensa do dia 02 de Maio, ao demonstrar as falcatruas do Executivo na simulação de relatórios, finalmente falsificados.

Lembrei-me disso por me terem enviado uma citação de um célebre historiador "Liz Sevckenko" e passo a citar: "Apagar a memória dum passado de repressão política e de resistência, contribui fortemente para aceitar culturas de repressão no presente. Pelo contrário, criar espaços de debate e reflexão sobre esse passado, em todos os seus aspectos e consequências no presente, pode ajudar a construir uma cultura de militância democrática. O tratamento que cada nação dá ao seu passado necessita de ser tomado a sério como uma indicação segura de compromisso com os direitos humanos." Pois, ensina-nos a matemática que a diferença é sinónima de desigualdade e implica uma relação de superioridade ou de inferioridade entre duas grandezas. O nosso governo não mede, não pesa o seu exercício, conheça as consequências, mas finge não ver, nem ouvir., Pois não presta contas a ninguém. E a ausência deste princípio no exercício do nosso Executivo que faz defeito a sua governação. Mantêm os costumes do passado e pontapeiam com bicos de chumbo tudo quanto tem a ver com o respeito aos Direitos Humanos. Eis a razão de investirem sobremaneira nos meios de repressão e na censura, facto que dificulta imenso recuperar a verdade que nos foi escondida ou deturpada. Por isso teimamos em considerar o nosso Estado como marginal, porquanto não observa as regras científica e universalmente aceites de gestão e administração de um Território. Este procedimento é também violação dos Direitos Humanos, pois provoca danos fatais no seio de quem devia beneficiar de seus serviços. E como a maioria dos cidadãos ou não beneficia ou beneficia mal, os danos são irreparáveis.

5.7 Divisão territorial atrai investidores

Jornal de Angola

08 de Maio de 20112

investimento turístico da Barra do Dande.

João Miranda afirmou que a Barra do Dande, com potencialidades turísticas, já regista interesse de empresários desta área.

A nova lei sobre divisão política e administrativa das províncias de Luanda e Bengo aprovada o ano passado pela Assembleia Nacional integrou os municípios do Icolo e Bengo e da Quissama, que pertencia à província do Bengo, na província de Luanda.

A localidade do Panguila, que pertencia à Luanda, passou para a província do Bengo.

O governador referiu que ainda há "problemas de nível conjuntural relativos à requalificação dos quadros do sector da Educação" e consequentemente com a reconversão do salário dos professores.

A província tem cerca de três mil professores para 70 mil alunos. No domínio da Saúde, o governador recordou que o Bengo tem 119 unidades, entre hospitais, centros e postos e que, em breve, passa a dispor de um centro de sangue, de um depósito de medicamentos e de 20 novos hospitais.

5.8 Administrador do Kilamba-Kiayi despacha em casa

Novo Jornal

11 de Maio de 2012

O administrador do distrito do Kilamba Kiayi, José Francisco Correia, é acusado pelos seus colaboradores de estar a despachar o expediente daquela administração em sua casa, fruto da vergonha que passa pela acusação de crime de peculato que lhe é imputado.

Acusado no ano passado de desvio de fundos públicos e infração financeira pelo Tribunal de Contas, o administrador do distrito do Kilamba Kiayi, José Francisco Correia, deixou de ser visto na administração e passou a despachar o expediente em sua casa.

De acordo com as fontes do Novo Jornal, que preferiram o anonimato, o diretor de gabinete do administrador, identificado apenas por Daniel, é que se encarrega de levar o expediente da administração para casa do administrador.

Naquela circunscrição, há rumores ainda de que José Correia encontra-se adoentado, razão apontada por outros colaboradores como sendo o motivo da ausência do responsável na sede do distrito.

"Dizem que ele se encontra doente, mas ele tem estado a passear e a dirigir os seus negócios, mas não,

aceita dar a cara na administração", afirmaram as nossas fontes.

O seu adjunto, Sebastião Paulo Erasmo, indicado para tratar dos assuntos correntes da administração, Segundo os interlocutores, está a ser desrespeitado pelo diretor de gabinete que, ao invés de remeter o expediente, ao seu chefe substituto, os transporta para a casa do administrador ausente.

Segundo ainda a nossa fonte, o processo do Tribunal de Contas que pesa sobre José Francisco Correia

é de responsabilidade financeira reintegratória. "Ou seja, ele deve devolver o dinheiro roubado ao estado, mas tem dificuldade em repô-lo", conta a fonte, acrescentando que, para além desta acusação, José Correia foi notificado pelo TC para prestar esclarecimentos acerca de outros valores entregues para gerir o município.

"Falamos do desaparecimento dos cinco milhões de dólares que lhe foram dados no consulado do José Maria. O dinheiro desapareceu num ápice e sem melhorar nada naquela zona", disseram as fontes. O outro caso, continuaram, envolvem "dois milhões, 223 mil e 984 dólares para asfaltar as ruas do Kilamba Kiayi, que andam até hoje todas esburacadas", acentuaram as fontes que, por outro lado, afirmaram ter havido algum trabalho paliativo nalgumas vias. "Não se alterou nada, com excepção de algumas intervenções feitas pela Casa Militar, nos arredores da administração do distrito do Kilamba Kiayi". Desde Fevereiro último, que este jornal tem procurado contactar o administrador José Francisco Correia, mas sem sucesso. A ausência constante do administrador tem impossibilitado obtermos a sua versão dos factos.

A secretária de Francisco Correia aconselhou-nos a contactar o administrador adjunto que, por sua vez, nos encaminhou para a sua colega que responde pela área do administrador Sebastião Paulo Erasmo, mas nada transpirou até ao momento, apesar de deixarmos os nossos contactos telefónicos.

O Novo Jornal tem insistentemente procurado comunicar, via telefone, com os dois administradores, mas os seus telemóveis têm estado constantemente desligados.

5.9 Falta de apoio pode condicionar participação da sociedade civil

Semanário Angolense

11 de Maio de 2012

Os membros da Coordenação Executiva do Observatório Eleitoral Angolano (ObEA), consideram preocupante o silêncio dos doadores internacionais e da Comissão Nacional Eleitoral, em relação aos projectos e propostas endereçadas pelas organizações membros, para beneficiarem de apoios solicitados, em conformidade com as tarefas decorrentes do processo eleitoral para educação cívica e para observação eleitoral nacional.

Segundo a Coordenação Executiva do Observatório Eleitoral Angolano, a prevalecer este quadro

indefinido, a participação activa do cidadão nas actividades de educação cívica eleitoral e da observação eleitoral nacional, através dos muitos programas e projectos elaborados pelas organizações da sociedade civil membros do ObEA, podem ficar comprometidos, devido a celeridade do calendário eleitoral.

Este e outros assuntos, dominaram a agenda da sexta reunião ordinária, da Coordenação Executiva do ObEA realizada em Luanda a 27 de Abril do corrente ano.

"O ObEA continuará a facilitar encontros com os potenciais doadores a quem já foram submetidos projectos, e estando nesta fase a decorrer negociações directas entre tais organizações e os doadores, sendo: Comissão Nacional Eleitoral, Delegação da União Europeia, Embaixada do Reino Unido, Embaixada do Japão, Ajuda Popular da Noruega e o Netional Endowment for Democracy e também com as Instituições interessadas na capacitação técnica sobre observação eleitoral, designadamente, o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas e a Embaixada dos Estados Unidos", adianta uma nota de imprensa desta instituição vocacionada para a educação cívica e observação eleitoral.

A nota acrescenta que o ObEA recomendou as organizações membros da Coordenação Executiva para apresentarem no próximo encontro, dia 15 de Maio deste ano, um relatório de resultados e impactos, nas comunidades alvos, sobre a campanha de registo e actualização de dados eleitorais, conduzido pelo Ministério da Administração do Território e um outro relatório sobre o pacote legislativo eleitoral concluído pela Assembleia Nacional, incluindo a verificação da implementação e funcionalidade da Comissão Nacional Eleitoral e seus órgãos em todo território nacional, de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais.

Os membros da coordenação executiva apreciaram, por outro lado, as negociações com o PNUD e com a Embaixada dos Estados Unidos, no que concerne a assistência técnica ao ObEA, pelo que aguardam, igualmente, por uma resposta dos parceiros internacionais.

A sexta reunião ordinária do ObEA se debruçou, igualmente, sobre o plano de tarefas para o mês de Maio e Junho; as propostas de adesão ao ObEA da Associação de Mulheres Juristas, e da ONG Estrela para Desenvolvimento Rural, e finalmente tomou conhecimento do processo electivo que elegeu o novo Bastinário da Ordem dos Advogados de Angola, Dr. Hermenegildo Cachimbombo a quem

endereçou cordialmente votos merecidos em prol do acesso ao direito e à justiça em Angola.

A reunião do ObEA foi presidida por Luís Jimbo, coordenador executivo e nela participaram representantes do Centro Nacional de Aconselhamento (NCC), o representante do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA), a representante da Rede Mulher (RM), e um representante da Ordem dos Advogados de Angola (OM).

Refira-se que, o Observatório Eleitoral Angolano, é um consórcio de organizações da sociedade civil angolana, de deliberação, de concertação e de conjugação de esforços entre as organizações que o integram, no âmbito das tarefas ligadas a educação cívica e eleitoral, monitorização e observação eleitoral nacional.

5.10 Greve nas administrações municipais sacode governantes

Folha 8

12 de Maio de 2012

Os problemas ora levantados ligados aos baixos salários e falta de meios adequados para trabalhar, segundo apurou este jornal, soam desde os anos de 2007, 2008 e 2009, tendo resultado de algum modo, o abandono de funcionários das referidas instituições, preferindo outros sectores no mercado de emprego, como saúde e educação. Foi no passado dia 9 de Abril do corrente ano que o sindicato dos trabalhadores da saúde, administração pública e serviços, esteve reunido na cidade das acácias rubras, com o fim de analisar a situação político - financeira dos quadros no seio das administrações locais, na província de Benguela. No encontro, foram estabelecidas metas atendendo a alongada paciência observada no decorrer dos anos.

A luz do artigo 10º nº 2 e 3, e 12º, capítulo 2 da Lei nº 23/91 de 15 de Junho, lei da greve, este sindicato numa nota, declarou greve orgânica, com a duração de 5 dias. O movimento grevista das administrações municipais, lembra que esta é a primeira fase de greve, se não surtir efeitos positivos, no dia 28.05 ocorrerá a segunda etapa, minimizando os serviços fúnebres.

Já na segunda-feira última, 07.05, o grosso de funcionários responsáveis das administrações municipais ao nível da região provincial, decidiu publicamente materializar o compromisso, declarando o encerramento das portas, precisamente nos municípios acima referenciados pela nossa reportagem. A par de Joaquim Pereira, secretário do

sindicato da saúde da administração pública e serviços na cidade portuária do Lobito, com iguais funções estão: Alberto Kandimba funcionário da administração da Ganda, Pedro Kandangongo da Baía Farta e Trindade Joaquim de Benguela, foram unânimes em contar a imprensa os reais problemas salariais.

Os sindicalistas advogam complexidade laboral no executivo, e defendem melhoria salarial. Refira-se que, "os funcionários de base, no caso os fiscais, auferem cerca de 12 mil Kwanzas, o que não chega para suprir necessidades básicas familiares", sublinhou o funcionário da administração da Ganda.

"Somos a máquina do funcionamento do governo", apreciou o representante de Benguela. Os grevistas defenderam ainda que estão a ser marginalizados pelo regime no qual trabalham. Joaquim Pereira recordou a imprensa que, administração do Lobito tem muitos problemas, relativos aos trabalhadores eventuais.

Os sindicalistas criticaram o executivo central, em função do exagerado desconhecimento dos cadernos reivindicativos, aduzidos a entidades competentes. Não há equilíbrio salarial, lamentaram aqueles funcionários que se encontravam defronte a administração municipal da sede provincial, comparando seus vencimentos, aos da função pública. Recorde-se, o sentimento que impera no seio dos funcionários das administrações municipais é de revolta, para alguns com olhos atentos aos concursos dos sectores da educação e saúde.

5.11 Carta sobre governação local foi decidida em conferência

Jornal de Angola

14 de maio de 2012

Os ministros africanos responsáveis pela descentralização e desenvolvimento local decidiram elaborar a Carta Africana sobre princípios, valores e normas da descentralização e da governação local.

A decisão saiu na reunião inaugural da Conferência Africana dos Ministros da Descentralização e do Desenvolvimento Local (Caddel), que decorreu em Yaoundé, Camarões, com a presença de Angola, que ocupa uma das vice-presidências do organismo.

O vice-ministro da Administração do Território, Cremildo Paca, que chefiou a delegação angolana, disse à Angop, no aeroporto internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, momentos após o seu regresso ao país, que Angola ocupa uma das cinco vice-presidências regionais da Caddel.

Cremildo Paca disse que os participantes apreciaram e aprovaram as linhas de orientação para a elaboração da Carta Africana, apreciaram a informação sobre o pagamento da contribuição anual pelos Estados-membros e a instalação do Secretariado Executivo da Caddel, entre outras questões.

O vice-ministro revelou que a presidente em exercício da Caddel, a ministra moçambicana da Administração Estatal, Carmelita Rita Namashulua, garantiu para o futuro acções mais interventivas da organização para que o impacto do seu trabalho no processo de descentralização e desenvolvimento local em África seja maior, com o envolvimento de todos os Estados membros e apoio dos seus parceiros de cooperação.

Após análise dos pontos agendados, disse o vice-ministro, os participantes recomendaram a instalação do secretariado permanente executivo da Caddel, mobilização de recursos para o funcionamento da organização, celebração do Dia Africano da Descentralização e da governação Local e a elaboração e publicação de um relatório trienal sobre o estado da descentralização e governação local em África.

Os participantes decidiram ainda criar o sistema de premiação local para reconhecer e estimular a excelência na descentralização e na governação local. Foi também acordado o financiamento da descentralização

5.12 Actualização da cartografia

Jornal de Angola

22 de Maio de 2012

O mapa cartográfico de Luanda começa a ser actualizado a partir de quinta-feira, para permitir a realização do censo piloto, que vai servir de antecâmara para o censo geral da população e habitação, apurou o Jornal de Angola de uma fonte do Instituto Nacional de Estatística.

Para o êxito do projeto, um grupo de 122 agentes e supervisores em cartografia esteve em formação em Luanda, durante oito dias, no quadro da preparação, pelo Instituto Nacional de Estatística, do censo populacional e habitacional, previsto para próximo ano.

Os agentes cartográficos vão fazer a recolha de dados necessárias para a actualização do mapa cartográfico, trabalho que vai demarcar os locais de actuação para os membros das equipas do censo habitacional e populacional.

O Instituto Nacional de Estatística pede a colaboração da população, dando as informações necessárias aos agentes cartográficos, que vão estar devidamente identificados, para que não sejam confundidos com equipas que cadastram casas para serem demolidas.

Ações formativas do género foram já realizadas nas províncias do Bengo, Benguela, Cunene, Huambo, Kuando-Kubango, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Malange, Namibe, Uíge e Zaire, onde já decorrem trabalhos de actualização dos respectivos mapas cartográficos.

O instituto Nacional de Estatísticas está a preparar a realização do recenseamento geral da população e habitação com a finalidade de obter indicadores essenciais que permitam a contagem e caracterização da população residente, assim como o levantamento do parque habitacional.

Foi definido o momento censitário, que corresponde à hora exata a que se reportam os dados de um recenseamento, para as zero horas do dia 16 de Julho de 2013.

Este é o primeiro Censo Geral da População e Habitação desde a independência de Angola, em 1975.

O objectivo fundamental do recenseamento geral da população e habitação é o de fornecer. Informações de referência sobre características da população (demográficas, económicas e sociais) e das famílias, essenciais para um planeamento, pesquisas e tomada de decisões administrativas e políticas eficazes.

5.13 Ine prepara agentes para o censo populacional

Jornal Agora

19 de Maio de 2012

Pelo menos 122 agentes e supervisores em cartografia estão a ser formados em Luanda, numa acção do Instituto Nacional de Estatística, visando o censo populacional e habitacional a ter lugar em 2013.

O coordenador da subcomissão de cartografia, Benjamim Afonso, avançou que os técnicos a serem formados durante oito dias terão a missão de recolher os dados necessários para a actualização do mapa cartográfico.

"Os agentes estarão, a partir do dia 23 deste mês, no terreno para o início do processo de recolha de dados visando a actualização da carta cartográfica

angolana, de formas a demarcarem os locais de actuação para os membros das equipas do censo", reforçou, adiantando mais: "O trabalho será de capital importância para o censo populacional a decorrer de 16 de Julho a 18 de Agosto de 2013".

Dados avançados à comunicação social dão conta que em Luanda serão constituídas 22 equipas de cartógrafos, sendo que cada uma delas terá quatro Integrantes e um supervisor, devendo as demais províncias constituírem as equipas de acordo com a densidade populacional e geográfica.

Cursos semelhantes ocorreram já nas províncias do Zaire, Uíge, Kwanza Sul, Kwanza Norte, Malanje, Bengo, Huambo, Kuando Kubango, Cunene, Namibe e Benguela. A recolha de dados será executada por pessoas localmente recrutadas e formadas para o efeito. A cada uma delas ser-lhe á atribuída uma área definida e delimitada, designada por secção censitária, contendo em média cerca de 100 habitações na área urbana e 80 nas rurais.

"O recenseamento geral da população e habitação é uma operação estatística complexa e dispendiosa que qualquer país pode realizar e permite que todos os indivíduos estejam em contacto com o sistema estatístico" avançou, o responsável, sublinhado: "O objetivo é fornecer informações de referência sobre as características da população (demográficas, dado económicos e sociais) e das famílias, essências para o planeamento, pesquisas e tomada de decisões administrativas e políticas mais eficazes".

O país não realiza recenseamento da população desde 1975 enquanto as Nações Unidas recomendam que os países devem fazê-lo, pelo menos, de 10 em 11 anos .

5.14 Funcionários dos Serviços Comunitários queixam-se do baixo salário

O continente

25 de Maio de 2012

De acordo com os lesados, por ser bastante insignificante, não compensa os esforços que fazem do dia 1 a 30 de cada mês.

Os mesmos reconhecem, embora os seus serviços estejam vinculados no regime de colaboradores, mas 18 mil kwanzas que recebem não dá para cobrir as necessidades básicas, tendo em conta o alto custo de vida que cada vez mais se faz sentir no seio dos angolanos.

Acrescentam que levam uma vida bastante difícil, visto que a maioria vive numa miséria extrema, por isso apelam as autoridades no sentido de se reverter este quadro. Disseram por outro lado, que já reclamaram junto da direcção da administração, mas esta se mostrou indisponível em resolver, alegadamente, por serem colaboradores e não funcionários do Governo da Província de Luanda naquela instituição distrital.

Os trabalhadores manifestam-se esgotados, pois já deram todo o seu contributo ao desenvolvimento do município. Para agravar a situação, apesar dos 18 mil kwanzas que recebem, nem sempre veem a cor do dinheiro no fim do mês: trabalham quatro meses para depois serem pagos apenas dois, de atrasos. Contactado o chefe dos serviços comunitário do distrito do Rangel, Gregório Neves, explicou que os serviços comunitários estão enquadrados na área técnica. Isto é, cada elemento presta serviço de maneira individual, por um vínculo contratual que a administração estabelece com os mesmos a cada ano. Portanto, para serem quadros do GPL, será preciso que os mesmos façam um rastreio, só assim poderão ser considerados como quadros do governo da província, esclareceu o nosso interlocutor. Quanto aos atrasos salariais, Gregório Neves respondeu que esta questão é uniforme, similar do que passa noutros distritos.

Realçar que a UNTA - Confederação Sindical defende que o salário mínimo deve ser o equivalente a 300 dólares, ou seja, 30 mil kwanzas, porque uma cesta alimentar básica custa acima de 25 mil kwanzas, e é ela que serve de referência para se aferir o poder de compra do salário mínimo.

5.15 Técnicos aptos para o censo populacional

Jornal de Angola

25 de Maio de 2012

O coordenador geral do censo populacional, Camilo Ceita, pediu na quarta-feira, aos agentes cartográficos que sejam rigorosos, objectivos e, acima de tudo, responsáveis durante a execução das suas tarefas, tendo em conta que a sua acção é determinante para os resultados do censo populacional e habitacional no país.

Camilo Ceita, que falava na cerimónia de encerramento do curso de agentes cartográficos realizado entre os dias 16 e 22 em Luanda, reforçou que o trabalho dos agentes, que se cinge, principalmente, na actualização do mapa cartográfico de Luanda, é extremamente importante para os

resultados finais do censo populacional e habitacional, previsto para 20 13.

"O vosso trabalho é determinante porque vai ajudar os recenseadores de Luanda a executarem as suas acções. Vocês vão, acima de tudo, mapear as secções censitárias para que os recenseadores possam trabalhar de acordo com os dados disponíveis", lembrou.

O coordenador adiantou que, após a formação, os agentes cartográficos estão munidos de ferramentas e informações para que possam movimentar-se pelos bairros de Luanda e assim municiar os recenseadores para o censo.

Camilo Ceita frisou ainda que o censo e todas as fases inerentes à sua realização devem contar com o apoio de toda a sociedade, razão pela qual voltou a reforçar o apelo para que todos caminhem juntos a fim de se atingirem os objectivos preconizados. "É uma tarefa que não é só do Executivo, mas sim de todos os angolanos. Como angolanos, devemos unir esforços e dar o nosso contributo nesta ingente tarefa que tem como principal objectivo, para além de sabermos quantos somos, ajudar o Executivo a melhor realizar as suas acções", considerou.

Prontidão dos agentes

Por sua vez, os agentes cartográficos que concluíram ontem em Luanda uma acção formativa manifestaram-se prontos a realizar as suas acções, tendo em conta o censo populacional e habitacional a ser realizado em 2013 em todo o país.

Numa mensagem de agradecimentos pela oportunidade proporcionada, os agentes garantiram que tudo pretendem fazer no sentido de executarem com rigor, objectividade e responsabilidade a tarefa que lhes foi incumbida pelo Executivo.

"Temos uma responsabilidade para com a sociedade e, neste sentido, tudo vamos fazer para que a nossa acção seja executada com todo o rigor, para que em 20 13 os recenseadores trabalhem no censo populacional sem problemas. Concluído que está o curso realizado dentro dos padrões internacionais, estamos prontos para iniciar no terreno o nosso trabalho", reforçaram.

Os formandos agradeceram ao Executivo pela oportunidade proporcionada, tendo em conta que, apesar de ser temporário, têm um emprego para o sustento das suas famílias e a solução de alguns dos seus problemas.

Depois da formação, os agentes cartográficos começam já, hoje, a executar as suas acções na

provincia de Luanda, tendo em conta o censo piloto que é promovido entre 16 de Julho e 18 de Agosto do ano em curso, a fim de testar os meios técnicos, logísticos e os dados colocados à disposição, com o intuito de afinar a máquina para o censo de 2013.

Cursos semelhantes ocorreram já nas províncias do Zaire, Uíge,

Kwanza-Sul, Kwanza-Norte, Malange, Bengo, Huambo, KuandoKubango, Cunene, Namibe e Benguela. O Recenseamento Geral da População e Habitação é uma operação estatística complexa e dispendiosa que permite que todos os indivíduos estejam em contacto com o Sistema Estatístico Nacional, por se tratar de uma operação que envolve toda a população.

O objectivo é fornecer informações de referência sobre as características da população (demográficas, económicas e sociais) e das famílias, essenciais para um planeamento, pesquisas e tomada de decisões administrativas e políticas eficazes.

Angola não realiza recenseamento geral da população e habitação desde 1970. As Nações Unidas recomendam que os países devem fazer o recenseamento geral da população e habitação, pelo menos, de dez em dez anos.

5.16 Sambilas insatisfeitos com Posto de Identificação

Folha 8

26 de Maio de 2012

O Posto de Identificação do distrito do Sambizanga, em Luanda está sem rede no sistema operacional há mais de uma semana e, desta feita, acumulam-se os documentos por entregar. Uma situação que tem provocado inúmeros transtornos aos solicitantes, segundo apurou o Folha 8, no passado dia 23.05, na habitual ronda que tem feito para avaliar o nível de atendimentos nos diferentes postos. Embora as enchentes continuem a ser uma marca registada nos postos de identificação, os populares asseguram que a registada pelo Folha 8 deveu-se ao atraso na entrega da documentação. "É verdade que quase sempre está cheio, mas nos últimos dias a situação agravou-se", garantiu Paulo Tomás que espera pelo bilhete de identidade que tratou há cerca de duas semanas. O referido Posto de Identificação soma ainda pontos pela negativa pelo suposto mau desempenho dos funcionários, porquanto estão mais preocupados a "exibir os trajes ao invés de desempenharem com zelo aquilo que lhes foi incumbido", desabafou.

Um outro cidadão manifesta-se preocupado com o período longo que aguarda para receber um Registo Criminal que tratou há cerca de duas semanas. Grande parte dos interlocutores considera urgente a intervenção das autoridades no sentido de melhorar o atendimento no referido posto.

A Direcção da Instituição escusou a falar sobre o assunto argumentando carecer de autorização, enquanto uma funcionária disse que a morosidade da entrega dos documentos deve-se a ausência de rede no sistema informático há mais de duas semanas. A referida situação, acrescentou, regista-se noutros postos.

"O problema não está neste posto, se o senhor jornalista passar noutros Postos de Identificação, poderá notar que quase todos encontram-se na mesma situação", acrescentando que a solução do referido problema ultrapassa as competências dos postos. No entanto, Folha 8 passou pelo posto dos Combatentes e constatou um funcionamento normal.

5.17 Senso populacional já tem data

Agora

26 de Maio de 2012

O Instituto Nacional de Estatística (Ine) promove de 16 de Julho a 16 de Agosto em seis províncias, um censo populacional para avaliar o funcionamento e a fiabilidade do sistema e das equipas de trabalho que arrancará em todo o país, a partir de 2013.

O coordenador da subcomissão de cartografia avançou que o teste é feito em Luanda, Cunene, Kuando-Kubango, Lunda-Norte, Namibe e Uíge.

Benjamim Afonso realçou que a iniciativa servirá igualmente para sensibilizar a população sobre a importância do senso geral, visando facilitar a planificação e a redistribuição da riqueza nacional, dotando o Executivo de informações exactas, tendo em conta as acções promovidas em prol do bem-estar da população.

"O senso piloto serve para que possamos testar os sistemas, equipamentos e o tempo de reacção das equipas de trabalho. Permite também mostrarmos à população a importância da sua realização, para se saber ao certo quantos somos, onde estamos localizados e fornecer ao Executivo informações correctas para a execução equilibrada das suas políticas, em função do número de angolanos em cada uma das aldeias, comunas, municípios e províncias, das suas acções direccionadas ao bem-estar e desenvolvimento do país", frisou.

O responsável adiantou que a actividade piloto é uma forma de se aferir no terreno os dados a serem recolhidos pelas equipas dos agentes cartográficos, que têm a missão de actualizar o mapa cartográfico e efectuar o seccionamento das áreas para a melhor execução do trabalho das equipas.

"Um senso piloto oferece uma oportunidade única para verificar o grau de preparação e arranjos até ao recenseamento. É de suma importância considerar o senso piloto como parte das actividades preparatórias do senso Geral e que o seu resultado seja utilizado para melhorar o planeamento e execução do mesmo", reforçou avançando ainda que "o recenseamento geral da população e habitação é uma operação estatística complexa e dispendiosa que qualquer país pode realizar e permite que todos os indivíduos estejam em contacto com o Sistema Estatístico Nacional por se tratar de uma operação que envolve toda a população".

O objectivo é fornecer informações de referência sobre as características da população, os dados demográficos e económicos das famílias e outros dados essenciais para um planeamento, pesquisa e tomada de decisões administrativas e políticas eficazes.

Refira-se que o país não realiza o recenseamento da população e habitação desde 1970, devido à instabilidade militar.

As Nações Unidas recomendam que os países devem fazê-lo, pelo menos, de 10 em 10 anos .

5.18 Executivo aguarda fim do processo para acelerar as reservas fundiárias

Jornal de Angola
28 de Maio

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, garantiu que depois da conclusão do processo de desminagem, as obras nas reservas fundiárias e a montagem de postes de transporte de energia eléctrica ganham dinamismo.

O ministro, acompanhado do vice-governador para a área Económica, Francisco Fato, e dos membros da Comissão Executiva de Desminagem, deslocou-se à região do Gove, onde se situa a barragem hidroeléctrica com o mesmo nome, tendo recebido informações do diretor do gabinete para a administração da bacia hidrográfica do rio Cunene, Armindo Mário Gomes da Silva.

João Baptista Kussumua disse à imprensa que a visita serviu para verificar o curso do processo de remoção de minas e outros engenhos explosivos implantados no solo durante os anos de conflito armado.

O chefe de direcção de infra-estruturas do comando do exército, tenente-general Miguel Kiangala, informou que o processo conta com o envolvimento de brigadas afectas às Forças Armadas Angolanas (FAA), do Instituto Nacional de Desminagem (INAD), equipas mecanizadas de "Hitachi" e da Organização Não-Governamental The Halo Trust.

Miguel Kiangala disse que, de 2011 até ao presente, foram realizadas ações operativas de demarcação, desmatação, desminagem, recolha, remoção e destruição de minas e diversos engenhos explosivos não detonados, além de ações de educação sobre riscos de minas nas áreas em atividades.

Programas sociais

O ministro João Baptista Kussumua visitou também, na sexta-feira, as obras em curso para a construção do lar de idosos no bairro Casseque, além de ter mantido um encontro com a comissão multi-sectorial e com os membros do governo local.

Na visita ao lar de idosos, o ministro da Assistência e Reinserção Social referiu-se à oportunidade da distribuição de energia eléctrica à residência, localizada no bairro de Njongolo, a 12 quilómetros da capital da província.

"Uma vez que o sistema de abastecimento de água às residências e o jango já estão completamente modernizados, queremos apelar aos mais velhos que cuidem bem deste centro, além de incentivaram as crianças no sentido de continuarem a estudar afinadamente", frisou o ministro durante o encontro com os 190 idosos.

João Baptista Kussumua afirmou que a sua visita ao Huambo serviu para avaliar algumas tarefas do sector da assistência e reinserção social, recolher informações sobre o andamento dos projetos em curso e deixar algumas orientações, sobretudo as relacionadas com os investimentos sociais para a melhoria das condições de vida das pessoas idosas.

O ministro Kussumua disse ter aproveitado também a sua estada para estabelecer com o governo local os mecanismos para a conclusão dos projectos, para que estejam à disposição da população e, de forma particular, da pessoa idosa ainda este ano.

João Baptista Kussumua visitou também as obras do futuro lar dos idosos do bairro Casseque, arredores da cidade do Huambo, que vai albergar 150 pessoas.

5.19 Projecto apresentado aos gestores

Jornal de Angola

25 de Maio de 2012

O projecto Sistema Integrado para Informação de Administração do Território (SIIGAT) foi apresentado ontem, no Dundo, aos administradores e gestores públicos, na província da Lunda- Norte.

De acordo com administradora do projecto, financiado pelo Ministério de Administração e Território (MAT), Natália Ramos, o encontro serviu para informar os administradores municipais e responsáveis dos órgãos de administração local sobre as tecnologias que lhes permitem melhorar a eficácia dos serviços públicos.

Para a aplicação do projecto Sistema Integrado para Informação de Administração do Território vão ser montados equipamentos informáticos, que vão garantir melhorar a gestão administrativa e financeira do erário.

Natália Ramos disse que as condições estão avançadas para a aplicação do projecto na Lunda-Norte. O Sistema Integrado para Informação para Gestão da Administração do Território é um projecto direccionado às administrações municipais, visando a informatização dos serviços e a criação de um sistema de informação de nível nacional.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Aldeia do Senga em Cabinda com casas sociais até Agosto

Jornal de Angola
02 de Maio de 2012

A cerimónia de colocação da primeira pedra pelo governador Mawete João Baptista, realizada na sexta-feira, deu início à construção de 200 casas sociais na aldeia de Senga, município de Cacongo, em Cabinda.

Cada casa de tipologia T3 vai ter uma área de 80 metros quadrados e as obras vão terminar em Agosto próximo. Para dar celeridade à construção, o governo da província adjudicou-a a três empresas locais de construção civil. Este é o segundo projecto idêntico em curso na província de Cabinda, a seguir ao do município de Belize, onde o governo está a aplicar o mesmo programa.

Mawete João Baptista considerou o projecto relevante para a vida das populações, pois, conforme acrescentou, "o Executivo, liderado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, está seriamente preocupado com a melhoria das condições de vida das populações".

O governador reiterou a convicção de que "o programa de construção de 200 casas, sociais em curso em todos os municípios do país, não visa apenas melhorar as condições de vida das populações, mas também de reduzir as assimetrias existentes com as zonas urbanas.

"Não queremos que as populações continuem isoladas. Nenhuma aldeia vai ficar isolada da nossa acção, ou seja, das políticas que visam ir ao encontro das populações, para saber como estão a viver, se têm escola, energia, água, saúde", disse Mawete João Baptista, para quem as condições sociais são fundamentais para o progresso.

O regedor José Marcos Ngoio juntou a sua voz para agradecer ao Executivo e ao governo da província por terem contemplado a sua área de jurisdição com as 200 casas sociais. A autoridade tradicional aproveitou a presença do governador para pedir mais apoios, nomeadamente escolas e postos médicos, entre outros serviços.

6.2 Luanda colhe experiência sobre cidades energéticas

Jornal de Angola
03 de Maio de 2012

O vice-governador de Luanda para organização e modernização administrativa, Graciano Domingos, participa em Houston (Estados Unidos), na reunião técnica da Parceria das Cidades Energéticas Mundiais (WECP, na sigla inglesa), para colher experiências sobre estratégias de desenvolvimento económico e de infra-estruturas.

O encontro, que decorre desde o primeiro dia de Maio em simultâneo com a Feira Comercial de Petróleo e Gás, reúne 19 cidades mundiais, para discutir o intercâmbio sobre conhecimentos industriais petrolíferos e as estratégias de desenvolvimento económico e infra-estrutural.

A reunião termina hoje. Luanda pode adquirir, como vantagem da sua participação neste encontro, conhecimentos sobre desenvolvimento comercial, partilha de informação sobre áreas como planeamento e estratégias de diversificação industrial petrolífera.

A WECP proporciona uma rede mundial de serviços e recursos de apoio industrial e facilita missões comerciais entre cidades mundiais.

As cidades membro da organização promovem a cooperação no domínio da energia e tecnologias ambientais e turismo.

A organização actua como fórum para as cidades energéticas partilharem experiências, contactos e apoio entre si no tratamento de assuntos sobre o sector industrial comum.

A instalação de um consulado geral na região sul dos Estados Unidos permitiu uma relação privilegiada entre as cidades de Luanda e Houston, membros da organização, que reforçaram a parceria no domínio das potencialidades culturais, sociais, económicas e política.

Uma delegação angolana esteve desde domingo em Houston, Texas, para participar na Conferência Anual de Tecnologias em Offshore, que terminou quinta-feira.

6.3 Vice-ministro capacita agentes sobre os planos

Jornal de Angola
3 de Maio de 2012

O vice-ministro do Urbanismo e Construção, Manuel Clemente Júnior, está desde ontem na província do Huambo, onde orienta hoje um seminário de capacitação sobre planos territoriais, concretização de planos directores urbanísticos, gestão fundiária e organização de concursos públicos.

A visita, que termina amanhã, tem como principal propósito constatar os programas locais de infra-estruturação das reservas fundiárias. O vice-ministro deslocou-se ontem mesmo ao município do Londuimbali, 92 quilómetros a norte da cidade do Huambo, para se inteirar dos passos dados na reserva fundiária daquela circunscrição.

Para esta tarde está prevista uma visita à reserva fundiária do Lossambo, a 12 quilómetros da cidade do Huambo. A sua chegada ontem à cidade do Huambo, Manuel Clemente Júnior foi recebido no aeroporto Albano Machado pelo governador provincial em exercício, Guilherme Tuluca, e pelo vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas, José Paulo Kai.

Recentemente, o Ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, procedeu à inauguração da nova ponte sobre o rio Kuiuje, na localidade de Capemba de Baixo, a 15 quilómetros a sul da cidade de Malange. A inauguração da ponte, localizada na estrada nacional 140, enquadrou-se nas festividades do Dia Internacional do Trabalhador, assinalado na terça-feira, e vai facilitar a circulação rodoviária entre Malange e a região sul do país.

A infra-estrutura, orçada em cinco milhões de dólares americanos, é constituída por uma estrutura metálica com uma plataforma de 46 metros de comprimentos e 11 de largura, contendo duas faixas de rodagem com quatro metros cada, um metro de berma e 1,5 metros de passeio.

6.4 Luanda colhe experiência sobre cidades energéticas

Jornal de Angola
03 de Maio de 2012

O vice-governador de Luanda para organização e modernização administrativa, Graciano Domingos, participa em Houston (Estados Unidos), na reunião técnica da Parceria das Cidades Energéticas Mundiais

(WECP, na sigla inglesa), para colher experiências sobre estratégias de desenvolvimento económico e de infra-estruturas.

O encontro, que decorre desde o primeiro dia de Maio em simultâneo com a Feira Comercial de Petróleo e Gás, reúne 19 cidades mundiais, para discutir o intercâmbio sobre conhecimentos industriais petrolíferos e as estratégias de desenvolvimento económico e infra-estrutural.

A reunião termina hoje. Luanda pode adquirir, como vantagem da sua participação neste encontro, conhecimentos sobre desenvolvimento comercial, partilha de informação sobre áreas como planeamento e estratégias de diversificação industrial petrolífera.

A WECP proporciona uma rede mundial de serviços e recursos de apoio industrial e facilita missões comerciais entre cidades mundiais.

As cidades membro da organização promovem a cooperação no domínio da energia e tecnologias ambientais e turismo.

A organização actua como fórum para as cidades energéticas partilharem experiências, contactos e apoio entre si no tratamento de assuntos sobre o sector industrial comum.

A instalação de um consulado geral na região sul dos Estados Unidos permitiu uma relação privilegiada entre as cidades de Luanda e Houston, membros da organização, que reforçaram a parceria no domínio das potencialidades culturais, sociais, económicas e política.

Uma delegação angolana esteve desde domingo em Houston, Texas, para participar na Conferência Anual de Tecnologias em Offshore, que terminou quinta-feira.

6.5 Angolanos residentes em França fazem visita à cidade do Kilamba

Jornal de Angola
03 de 4 Maio de 2012

Um grupo de estudantes residentes em Paris reconheceu ontem em Luanda que a Cidade do Kilamba oferece condições condignas de habitabilidade, no final de uma visita àquele projecto.

Na Cidade do Kilamba, os jovens assistiram a um vídeo que mostrou uma série de aspectos, desde a concepção do projecto até às diferentes fases de construção. Em declarações aos jornalistas, no final

da visita de cerca de duas horas, o porta-voz do grupo, Armando Pilartes, manifestou-se satisfeito e admirado com a construção do projecto em apenas dez anos de paz.

Armando Pilartes concorda com a preocupação do Executivo em proporcionar aos cidadãos a possibilidade de adquirirem residências no Kilamba, através do processo de arrendamento e posterior compra.

O visitante apontou a falta de emprego como a principal dificuldade dos angolanos residentes em França e elogiou o "excelente" trabalho da representação diplomática angolana naquele país europeu, em prol da comunidade.

Dorela Tichi, angolana que reside em França desde 2003, disse que com a execução de projectos como o Kilamba, Angola pode, nos próximos tempos, suprir em definitivo a problemática da carência habitacional que ainda aflige boa parte dos cidadãos, sobretudo jovens.

"Nem sempre o que ouvimos é o que na prática está a acontecer no país", disse, acrescentando que vai levar ao conhecimento dos restantes membros da comunidade em França tudo o que de positivo está a acontecer em Angola em matéria de construção e reconstrução de infraestruturas e desta forma encorajá-los a regressar ao país para prestarem o seu contributo ao crescimento de Angola. O presidente da Cidade do Kilamba, Joaquim Israel, referiu-se aos critérios de acesso à compra de uma habitação na nova centralidade, acrescentando que os que não tiverem essa possibilidade podem adquirir casas em projectos mais económicos, em construção não só em Luanda, como em todo o país. "Todos os cidadãos podem ser beneficiários de habitações através dos pacotes aprovados pelo Executivo", disse, salientando a existência do Fundo de Fomento à Habitação, que serve de garantia junto dos bancos comerciais para facilitar o crédito habitacional.

O grupo de angolanos residentes em França, que chegou domingo último ao país, visita hoje mais projectos socioeconómicos na capital, com destaque para a Zona Económica Especial de Viana.

6.6 Os projectos e os prazos

O País

04 de Maio de 2012

Apresentada no mercado com cinco projectos imobiliários, nomeadamente The One (2008); Quintas do Rio Bengo (2009); Bem Morar (2009), Nossa Vila (2010) e Nosso Lar (2010), as casas

deviam ser entregues em prazos considerados razoáveis como admitiram na ocasião, detalhando assim o curso das obras; The One - fase de acabamento de obra, execução de móveis planejados, montagem de apartamentos e compra de peças de decoração no Brasil para envio; Quintas do Rio Bengo - conclusão de 28 casas para entrega em fevereiro de 2011 e construção em estagio avançado de outras 80 casas;

Já no projecto Bem Morar estavam em curso obras em ritmo acelerado com residências em todos os estágios de obra (fundação, fechamento, cobertura e acabamento), início das obras de infraestrutura em fevereiro.

Até à resposta ao questionário, no projecto nossa vila estavam previstas a conclusão de 12 casas até ao final de fevereiro do ano passado, prevendo-se ainda um ritmo acelerado para entrega do empreendimento todo este ano.

O projecto Nosso Lar era o único que não registava ainda a implantação de qualquer casa, mas decorriam trabalhos de limpeza do terreno, abertura de ruas e preparação para infraestrutura iniciados, obras previstas para o final de fevereiro.

Apesar de terem admitido a aprovação de um crédito alegadamente cedido por um banco privado "acabamos não operacionalizando. Não dependemos do dinheiro de bancos, temos recursos próprios", mas as suspeitas de que as casas jamais, chegariam aos donos já pairavam no ar.

Alertada por um email que povoou o mundo cibernético, supostamente difundido por um dos seus funcionários, pelo menos uma cliente pôde recuperar os mais de 50 mil dólares americanos empatados no negócio.

Não tardou que para muitos o logro se confirmou. A poderosa campanha de marketing atraiu vá rios clientes que deram milhões de dólares, mas volvidos pouco mais de quatro anos nenhuma casa foi entregue a qualquer cliente em condições de habitabilidade aceitáveis.

Este desenlace foi mesmo objecto de uma reportagem crítica na revista brasileira "Isto É" sobre o envolvimento do "rei Pelé" na jogada de conterrâneos falsários em terras angolanas.

6.7 PGR ouve burlados da Build-Angola

O País

04 de Maio de 2012

A Procuradoria Geral da República começou a notificar desde o mês passado alguns clientes burlados pelos proprietários do projecto imobiliário Build Angola, confirmou a O PAÍS uma fonte da comissão de moradores constituída para dar tratamento judicial ao processo.

Segundo a fonte, o que a Procuradoria Geral da República está a fazer "é ouvir esclarecimentos individualizados dos clientes para que tenha uma percepção da dimensão do problema", admitindo que ainda não está claro se este passo é já o despoletar na justiça de um processo.

A diligência é reconhecida ainda como uma resposta da PGR a uma carta remetida pelos compradores de residências em todos os projectos publicitados no país.

Mas no entender da fonte de O PAÍS, há todo o interesse em envolver o Estado neste processo para que se faça justiça com a maior celeridade possível, porque esta entidade não pode ver os cidadãos serem roubados de maneira escandalosa.

Além disso, altas figuras do Estado angolano foram vistas junto do principal "garoto propaganda" do projecto e acreditamos que "as pessoas só aderiram aos projectos imobiliários por causa desta jogada do "rei Pelé" que teria dado alguma credibilidade ao mesmo.

Entre outras razões evocadas pela fonte como razão suficiente para o Estado ser chamado a dizer uma palavra, está o facto de visitarem o país algumas delegações estrangeiras que incorporam alguns empresários. "Por exemplo quando a presidente Dilma visitou Angola, veio na sua comitiva pelo menos um dos empresários que está envolvido nesta burla", disse sem precisar o nome do antigo sócio.

Dono da Galson é o sócio angolano "Nós sabemos que há cidadãos angolanos metidos nisso e pensamos que podemos começar por fazer justiça com as pessoas que estão cá e nós conhecemos", disse, acrescentando que "o sócio angolano é o dono da Galson, empresa onde grande parte dos clientes depositou o dinheiro".

Segundo a fonte que garantiu o acesso a documentos dos cartórios de registo de empresas, o nome Galson é associado a alguém que disse chamar-se "Tony Silva

e soubemos que é funcionário da Polícia, o que mancha o órgão para o qual trabalha".

"A questão que gostávamos de ver respondida é se está localizado o sócio angolano, quais são as garantias que ele dá ao Estado em como os interesses dos angolanos não serão lesados?", disse a fonte de O PAÍS.

Em entrevista publicada por este jornal em Janeiro do ano passado, os responsáveis respondiam, sobre uma alegada proliferação de Galson' que "em primeiro lugar só existe uma Galson, uma das empresas de direito angolano, que fazem parte do Grupo Build Angola. Tanto a Galson, quanto a Build Angola possuem as suas próprias contas bancárias. Build Angola é uma marca devidamente registrada sobre a propriedade de uma das empresas do Grupo".

Apesar desse esclarecimento, uma fonte que viu o seu dinheiro restituído depois de uma longa batalha neste órgão de imprensa, garantiu que havia muita confusão com os números de contas bancárias usadas pelo projecto para efeito de pagamentos das prestações pelos clientes.

Na mesma entrevista referem que a Galson "foi constituída por um angolano, do qual adquirimos o controle acionário da empresa".

Assumir o acabamento das casas numa reportagem recente aos projectos da Build-Angola, O PAÍS apurou que nos arredores do "Estádio 11 de Novembro" houve de facto irúcio de obras como a abertura dos arruamentos e o começo da implantação das bases das casas, mas sem nenhuma parede erguida.

Pedreiros contactados nos arredores disseram que já passavam mais de quatro meses que não viam os trabalhadores a continuarem com a obra. "Até a segurança que existia já não está cá", disse a fonte deste jornal.

De facto, até os painéis publicitários foram arrancados daquele local e não há nada que informe sobre o projecto, altamente badalado nos meios de imprensa, numa operação de marketing bastante agressiva.

Já no outro projecto situado nas imediações do Lar do Patriota, nota-se alguma dinâmica laboral, mas assegurada por técnicos chineses que faziam trabalhos de acabamento de algumas casas que já estavam erguidas com trabalhos de pintura, estuque e colocação de tectos.

Alguns jovens angolanos, que também trabalhavam na altura, contaram à reportagem de O PAÍS que "os

donos das casas é que nos mandaram abrir o tanque de água".

Também havia, ao contrário dos outros projectos, alguma segurança no local, onde avultam grandes quantidades de materiais de construção. Pela explicação fornecida por um dos guardas "o contrato ainda está em dia".

Estado deve engajar-se

Não sendo possível para muitos concluírem as obras, ou porque são onerosas, ou porque as casas não estão levantadas, o Estado deve ser para aí chamado, admitem muitos. As fontes que vimos citando disseram que já se justificava uma visita do governador da província e demais entidades directa ou indirectamente relacionadas com o assunto.

Nos arredores do Lar do Patriota, o único que ainda mantém os outdoors publicitários, há trabalhos de infraestruturas técnicas por realizar. "É o que as pessoas querem saber: como entrar numa casa sem tecto, sem esgotos, sem água canalizada, sem electricidade?", questiona.

Efectivamente, estão ali implantadas infra-estruturas sociais importantes com escola e hospital.

6.8 É humilhante juntar três famílias numa casa

Semanário Angolense
04 de Maio de 2012

É inadmissível e não quis acreditar no que estava a ouvir e a observar. Ainda bem que a televisão nos dá a possibilidade de ouvir ao mesmo tempo que observamos as imagens. O facto foi narrado num dos serviços noticiosos da TV ZIMBO, mas que nunca antes ouvi falar - três famílias residirem numa única casa.

Não é o único caso do género no Panguila, mas ao que me foi dado a saber, parecem existir exemplos bastantes naquela circunscrição. Não consigo digerir alguns erros do executivo, alguns dos quais graves e este é um deles. Não se percebe como é que três famílias compartilham o mesmo espaço e, sobretudo, com hábitos e costumes diferentes, agregado familiar numeroso ou nem por isso, são "entulhadas" numa residência com três quartos e uma sala - a mesma casa de banho, a mesma cozinha, elas estão condenadas a partilhar a mesma sala. Haja paciência! Onde é que fica a privacidade!? . Devido a diversidade do ponto de vista comportamental, segundo a reportagem, tem havido conflitos entre as famílias. Sem dúvidas, o executivo é cúmplice pelos conflitos entre as famílias,

porque o facto de terem sido evacuadas ou não de zonas de risco, o executivo não pode violar a dignidade e a privacidade daqueles cidadãos. É um verdadeiro atentado aos Direitos Humanos e de saúde. Uma anciã disse que foi agredida por uma outra família. Reportando o facto disse: "me deram um soco da cara".

Um outro cidadão reportou que um vizinho com o qual partilhava a mesma casa morreu vítima de tuberculose, hoje, senão estiver errado, a sua filha ou sobrinha, também acabou infectada, o que está a preocupar aquela família. Sem mais rodeios, é urgente que o executivo reveja a situação, porque de facto, é bastante humilhante juntar três famílias numa única casa.

Será que um governante iria aceitar tamanha humilhação?

6.9 Chicombo com novas habitações

Jornal de Angola
06 de Maio de 2012

O município de Chicomba, a cerca de 230 quilómetros da cidade do Lubango, ganha nos próximos dias as primeiras 40 casas, de um conjunto de 200. As infraestruturas começaram a ser construídas sexta-feira.

Enquadradas no Programa de Fomento Habitacional, as casas do tipo T3 são erguidas no prazo de seis meses, com a participação de jovens do município recrutados pela empreiteira chinesa.

A primeira pedra para a construção das 40 casas foi lançada terça-feira pelo governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos, que considerou importante a concretização de projectos habitacionais nas zonas rurais para atrair o desenvolvimento.

Isaac dos Anjos disse que o início deste projecto deve servir de incentivo para a autoconstrução dirigida, na medida em que as casas que o governo está a construir são insuficientes para toda a população.

O governante, que falava para centenas de populares do município de Chicomba, garantiu que o Executivo apoia a autoconstrução dirigida, para que, num curto espaço de tempo, resolva significativamente o problema habitacional das famílias.

A construção de fogos habitacionais nas zonas rurais vai atrair mais quadros capazes de contribuir para o rápido desenvolvimento socioeconómico, assim como dinamizar o município, sublinhou Isaac

dos Anjos. A administradora municipal de Chicomba, Lúcia Francisca, disse que a construção destes fogos ajuda a resolver o problema de acomodação dos quadros que são colocados no município. Lúcia Francisca esclareceu que, numa primeira fase, o projecto está a abranger apenas a sede do município. Mas, nos próximos tempos, o programa é alargado para as comunas e sectores, no sentido de atrair mais quadros para aquelas localidades. Enquanto este projecto não chega às comunas, estão a ser construídas algumas casas com recursos do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, referiu a administradora. No âmbito das acções de melhoria da acomodação de quadros, três casas do tipo T3 foram inauguradas, na sede municipal de Chicomba, pelo governador Isaac dos Anjos.

Orçadas em 210 mil dólares, as casas foram construídas pela administração municipal de Chicomba,

no quadro do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

A administradora Lúcia Francisca disse que o objectivo da construção destes fogos habitacionais é atrair para o município quadros que possam contribuir para o seu desenvolvimento. A responsável frisou que muitos quadros têm manifestado o desejo de trabalhar na sede do município e nas comunas, mas por falta de condições habitacionais desistem desta ideia.

6.10 Legislação reforça acções do Executivo

Jornal de Angola
06 de Maio de 2012

A Lei do Ordenamento do Território é um instrumento importante para o desempenho das actividades e o bom cumprimento dos objectivos definidos pelo Executivo para este sector, afirmou, no Huambo, o vice-ministro do Urbanismo e Construção.

Manuel Clemente Júnior salientou que a lei n.º 03/04, de 25 de Janeiro (Lei do Ordenamento do Território) e n.º 09/04, de 09 de Novembro (Lei de Terras) constituem instrumentos de extrema importância para o desempenho das actividades e o bom cumprimento dos objectivos definidos pelo Executivo no domínio do ordenamento do território.

O vice-ministro, que discursava na abertura do segundo seminário regional de capacitação sobre

instrumentos do ordenamento do território, defendeu, por isso, que todos os órgãos intervenientes no processo devem ter maior conhecimento e domínio das referidas leis, de forma a facilitar a sua difusão e aplicação.

Clemente Júnior disse esperar que a acção formativa venha a alcançar as metas preconizadas, para permitir um maior esclarecimento, conhecimento e refrescamento dos conteúdos e objectivos da organização de concursos, planeamento territorial e a gestão fundiária.

"Que cada um dos participantes, ao sair deste seminário, esteja em condições de ser um melhor veículo de transmissão das matérias programadas no seio da sua comunidade, instituições laborais e governamentais", concluiu. No seminário participaram vice-governadores para a área de infra-estruturas das províncias do Huambo, Benguela, Bié e Kwanza-Sul.

6.11 Casas novas em Cambambe

Jornal de Angola
07 de Maio de 2012

A administração municipal de Cambambe pretende, a partir do segundo semestre deste ano, desenvolver um projecto de construção de 50 casas evolutivas nas, quatro comunas.

O administrador municipal adjunto, Francisco Diogo, disse na cidade do Dondo que o projecto de construção de casas tem o fim previsto para o final do ano.

As casas, com dois quartos, sala comum, cozinha, casas de banho e outros compartimentos, são destinadas a camponeses com baixo rendimento. De acordo com o programa das autoridades, 12 das casas são destinadas à comuna do Zenza do Itombe, igual número ao Dange ya Menha e à comuna de São Pedro da Quilemba. Outras 14 vão ser construídas em Cassualala, comuna de Massangano.

Francisco Diogo precisou que a construção custa cada uma 80.000 dólares à administração municipal de Cambambe. O administrador adjunto sublinhou que o projecto surge da necessidade de aldeamentos urbanizados que combatam as condições de insalubridade em que estão muitas aldeias, com casas construídas com material local e de forma desordenada.

A administração de Cambambe tem ainda um programa, para este ano, segundo Francisco Diogo, de instalação de lavandarias comunitárias, asseguradas

pelos furos artesianos que fornecem água potável às populações.

6.12 Job Capapinha está satisfeito com habitações

Jornal de Angola
08 de Maio de 2012

O vice-ministro para a Juventude disse ontem estar satisfeito com o andamento das obras de rectificação das casas do bairro da Juventude, nos arredores da cidade de Benguela.

Job Capapinha, que falava no final da visita a Benguela, realizada no âmbito do programa "Angola Jovem", afirmou que a deslocação àquela província se deveu a uma recomendação do ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, feita, em Fevereiro, na entrega formal das casas do bairro da Juventude. O vice-ministro salientou ser visível que as casas do bairro da Juventude estão a ser rectificadas, o que acaba com a preocupação dos jovens. As casas, com sala, cozinha, três quartos e casa de banho, estão orçadas em 40 mil dó lares ..

6.13 Construído no chinga bairro para juventude

Jornal de Angola
9 de Maio de 2012

Um total de 92 casas, das 194 previstas, em construção na aldeia do Chinga, a 7 quilómetros a norte da cidade de Cabinda, no âmbito do programa do Executivo Angola Jovem, vão estar concluídas em Agosto deste ano, anunciou ontem o secretário provincial da Juventude e Desportos, Óscar Dilo.

As obras das casas sociais do tipo T3, no futuro bairro da juventude, iniciaram em Outubro de 2011. A fase seguinte do Projeto prevê a instalação de infra-estruturas básicas, como rede elétrica, água potável e vias de acesso. Para o Construído no Chinga bairro para a juventude próximo ano está prevista a construção de mais 92 casas.

A entrega das casas, segundo Óscar Dilo, vai ser feita por sorteio e apenas podem concorrer jovens com idades compreendidas entre 18 e 35 anos. O valor da habitação não ultrapassa 42 mil dólares.

O secretário provincial da Juventude e Desportos recebeu 90 pedidos de jovens interessados em adquirir casa própria. Óscar Dilo prevê que o número de solicitantes aumente nos próximos dias.

O Executivo pretende estender Programa Angola Jovem aos municípios de Cacongo, Buco-Zau e Belize.

6.14 Habitações sociais concluídas este ano

Jornal de Angola
10 de Maio de 2012

O Programa Nacional de Habitação Social do Executivo conclui, até ao final deste ano, as primeiras 600 habitações sociais de um lote de duas mil previstas, na reserva fundiária da zona dos "Ex-Carvalhos", município do Sumbe, província do Kwanza-Sul.

As obras de construção das habitações, que começam em Junho, compreendem a edificação de prédios de quatro andares numa extensão de 150 hectares.

O coordenador de infra-estrutura da empresa construtora do projecto, Filipe Caldeira, disse que também está projectada a construção de habitações nos municípios de Porto Amboim, Amboim e Cela, onde devem ser erguidas mil habitações em cada um deles, para suprir as necessidades.

O projecto inclui a construção de espaços de lazer, infra-estruturas sanitárias, escolares, estabelecimentos comerciais e outros serviços.

No terreno, já estão em curso trabalhos de escavação, arruamentos e demais trabalhos preliminares, para garantir que as obras arranquem sem sobressaltos. O projecto vai criar cerca de 400 novos postos de trabalho.

O governador provincial Serafim do Prado, durante uma visita destinada a verificar o andamento dos trabalhos, mostrou-se satisfeito e encorajou o empreiteiro a cumprir os prazos estipulados.

6.15 Plano urbano melhora cidade do Huambo

Jornal de Angola
10 de Maio de 2012

O plano integrado de infra-estruturas para as cidades da Caála e do Huambo, separadas por 23 quilómetros, foi apresentado ontem aos membros do governo local e da sociedade civil.

A apresentação foi feita pelo governador da província do Huambo, Fernando Faustino Muteka, na presença

dos secretários de Estado da Construção, Joanes André, e da Energia, Joaquim Ventura.

Durante a cerimónia de apresentação, os presentes foram informados detalhadamente sobre a construção de diversas infra-estruturas sociais nas duas cidades.

O plano de infra-estruturação das cidades do Huambo e da Caála realiza-se em quatro etapas, cada uma de quatro anos.

Trata-se de projectos de abastecimento de água potável e de energia eléctrica nas duas cidades, além

das instalações de telecomunicações, tratamento de resíduos sólidos, estradas circulares, primárias, secundárias e ruas locais.

O secretário de Estado para a construção, Joanes André, enalteceu a seriedade do governo local na execução do plano, realçando que o mesmo foi aprovado a 30 de Novembro de 2004 e que está a ser concretizado de igual modo em outras localidades do país, para melhorar a qualidade de vida.

6.16 Construção de habitações e escolas dominam realizações sociais

Novo Jornal

11 de Maio de 2012

O início da construção de oito primeiros lotes para habitações sociais, a edificação de 1400 moradias evolutivas e a entrega de 700 outras Para atender os desalojamentos provocados pelos projetos de vias estruturantes, são algumas das realizações do Executivo durante o 10 Trimestre do ano em curso.

Estes dados constam do Memorando de Desempenho do Executivo nos primeiros três meses deste ano e apresentados nesta quinta-feira, 11, pela equipa económica do Governo chefiada pelo ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Vicente, no seu primeiro pronunciamento público, depois da sua nomeação no cargo.

Na ocasião, o ministro assinalou que no ensino secundário foram construídas duas escolas com 30 salas de aulas e no primário, 15 outros estabelecimentos escolares comportando 95 salas.

Junta-se a isso diversas obras que estão a ser realizadas no domínio das águas, como o processo de reestruturação da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), que iniciou um programa de extensão de ligações domiciliárias. Quanto ao

programa Água para Todos disse ter permitido concretizar obras fundamentais para aumentar a produção agrícola e a qualidade de vida das famílias camponesas. "Esta tarefa merece-nos particular atenção, tendo em conta que a estiagem que assolou o país provocou uma baixa na produção e uma forte retração nos reembolsos do Crédito Agrícola de Campanha", observou Manuel Vicente.

"Para que as nossas zonas rurais possam de fazer face a situações desta natureza, o Executivo tem vindo a disponibilizar recursos Significativos para os domínios da agricultura, pescas e desenvolvimento rural", acrescentou.

Quanto à assistência social, ficou assegurado o apoio alimentar e não alimentar a 130 mil pessoas nas instituições de acolhimento de pessoas vulneráveis, sob coordenação do Executivo.

Relativamente à comunicação social, Foram inauguradas durante o período, a Rádio Provincial de Malanje e o Centro de Produção da RNA no município da Caála, na província do Huambo. Entraram também em funcionamento o Centro de Produção da TPA nessa província e a segunda fase da impressão gráfica das Edições Novembro, em Luanda.

Ainda neste sector, questionada sobre a falta de regulamentação da Lei de Imprensa, seis anos depois da sua aprovação, a ministra da Comunicação Social, Carolina Cerqueira, chamada a esclarecer o assunto informou que, o diploma está em debate na Comissão de especialidade da Assembleia Nacional e caso não seja aprovado em 2012, o será apenas depois das eleições gerais previstas para finais deste ano.

6.17 Populares falam sobre condições básicas

O Independente

12 de Maio de 2012

No sábado, 05/05, alguns jornalistas foram convidados a fazer parte de uma comitiva liderada pelo coordenador adjunto do comité de Luanda do MPLA, partido no poder em Angola, Bento dos Santos "Kangamba", indicado para constatar a actual situação social e política das comunidades do Zango 1, 2, 3 e 4.

Se recordarmos o Zango é um dos bairros do município de Viana em grande expansão. Milhares de famílias, que antes residiam em condições precárias, em vários pontos de Luanda, estão hoje bem alojadas

e o projecto esta no quinto bairro de realojamento, o "Zango- 5".

As inundações e desabamentos de casas, sobretudo na época das chuvas, já não fazem parte da vida das Pessoas oriundas por exemplo do São Pedro da Barra, no populoso município do Cazenga.

Uma das maiores preocupações do político, que também é secretário do comité provincial do seu partido para a área de mobilização periférica e rural era o abastecimento de água potável e fornecimento de energia eléctrica, porque neste momento apenas os moradores dos Zangos 1 e 2 são beneficiários, destes bem mas não com tal regularidade.

Durante a visita de mais de cinco horas, "Kangamba" foi informado que 20 mil famílias residentes nos bairros do Zango 1, 2, 3 e 4 vão beneficiar a partir de Setembro do fornecimento de energia eléctrica, através de uma subestação, em fase avançada de construção na região.

De acordo com o director do centro de distribuição da Empresa de Distribuição de Electricidade (Edel) do município de Viana, Omar Mecupele, a futura subestação terá a capacidade para 40 MVAs e vai aumentar a capacidade instalada, bem como corrigir o défice existente.

Por sua vez, Bento "Kangamba" salientou que uma das metas das autoridades políticas e administrativas da província é melhorar o abastecimento de água potável e energia eléctrica.

Salientou que o Governo pretende melhorar a prestação de serviços nos sectores da saúde e da educação, face ao crescimento dos bairros, como o Zango.

Disse que o projecto habitacional do Zango tem um elevado impacto socioeconómico para a população de Luanda. O responsável fez saber que o programa visa descongestionar as áreas estratégicas da capital e a implantação de novas infra-estruturas para a requalificação da cidade.

Acrescentou que a urbanização do Zango é um projecto de inserção social e revigora a imagem do Governo Provincial de Luanda.

6.18 O Kilamba já tem mais de 10 habitantes

Folha 8

12 de Maio 2012

Desde há muito tempo que o Folha 8 deu a conhecer ao grande público o engodo provocado pela mega campanha publicitária de JES y sus Muchachos a propósito do "Milagre Angolano", a monumental empreitada da "Centralidade" do Kilamba, inaugurada um belo dia de 2011, invadida pelos seus primeiros ocupantes, ratos, cães vadios, gatos e algumas corujas, mal se soube que o preço tinha passado dos 60 mil dólares anunciados para 130 mil. A agora, quase um ano depois da inauguração, eis a mirífica "centralidade" a braços com problemas causados por esses inesperados ocupantes, que fizeram como o mwangolé fez no tempo da fuga dos portugueses na Dipanda, ocuparam simplesmente esses espaços vazios e agora não estão dispostos a sair. Entre esses oportunistas, o Folha 8 conseguiu descortinar mais uma categoria que muito se destaca das restantes em termos de eficácia na ocupação desses espaços, os morcegos, às centenas, a seguir por perto um bom número de corujas, que já começaram a fazer os ninhos para os seus filhotes. Ciente da gravidade do caso, o Folha 8 solicita a intervenção desse tal Quem (de direito) para escorraçar essa banda de oportunistas. Ah! Entretanto a aglomeração, prevista para 400 mil almas tem 10 casas (DEZ!) ocupadas.

6.19 Novo condomínio habitacional

Semanário factual

De 12 a 19 de Maio de 2012

O espaço escolhido para a construção do condomínio foi a região do Zango, junto à via expresso Cacucaco, a escassos metros onde foi erguido o Zango Chamando a atenção desde as imediações do cemitério de Viana, o novo condomínio está já a atrair muita gente interessada em aí morar, apesar de ainda não estar disponível, dado que continuam ser erguidos mais prédios, totalizando, no final, mais de 50 edifícios.

"Estou interessado em viver num destes prédios. A área é linda para uma vivência condigna", afirmou ao Factual o cidadão Moisés Capitango, de 35 anos e funcionário público.

Diariamente, são visíveis centenas de curiosos parados frente aos prédios em construção, pelo agradável aspecto dos edifícios e a urbanização criada à sua volta, com jardins e arvoredo.

"Acreditamos que, daqui até Dezembro, esta área será já habitada, porque a requalificação da cidade de Luanda, em curso, facilita a transferência de moradores para aqui", fez saber Tatiana Francisco, de 45 anos, para quem a sua "família anseia um lugar assim".

Os prédios do novo condomínio estão alinhados, havendo, de momento, poucas ruas asfaltadas para a entrada na área e para a movimentação de pessoas e bens.

Famílias, antes a morarem no chamado prédio da Cuca, no Kinaxixi, no distrito da Ingombota, foram as primeiras a serem transferidas para a nova urbanização, ocupando um prédio de 15 andares e metade de um outro.

Certos de que nem tudo são rosas, moradores explicaram ao Factual que as divisórias entre os andares são finas de mais, permitindo que vizinhos ouçam conversas ou qualquer ruído saído de algum apartamento.

"Tirando isso, os prédios têm bom acabamento, luz elétrica, água canalizada (até ao último andar) e elevador, uma mais-valia para quem saiu do prédio da Cuca, no Kinaxixi, onde fossas entupidas, falta de água e constante corte de luz eram uma dor de cabeça", considerou Tatiana Francisco.

De qualquer forma, foi válida a demolição do prédio da Cuca, dado que já não reunia condições de habitabilidade para que quer que fosse.

"Agora, os novos prédios do condomínio de Viana não devem ser para quem quiser, desconfiamos que seja de média ou alta renda, o que será justo para quem pode, mas quem não tem nada não pode", afirmou Cláudio Pedro, de 25 anos, residente com a família no novo condomínio, depois de sair do prédio da Cuca.

Novo condomínio vai rivalizar com Vila do Kilamba Arquitectos chineses do Projeto fizeram saber ao Factual que o condomínio terá condições de habitação, porque, após a conclusão da obra, serão criadas infraestruturas de apoio, como hospitais, mercados, escolas e locais de lazer.

"É preciso entregar ao Executivo a obra concluída, sem que falte nada, porque este projeto é do Executivo", afirmou o encarregado de obras, Li Dong Pin, de nacionalidade chinesa, que recusou ser fotografado.

Segundo ele, é possível, se o Executivo quiser, estender a construção do condomínio, por haver ainda muito terreno. "O ideal era tornar a área

semelhante à vila do Kilarnba, no distrito do Kilamba Kiaxi ", augurou Li Dong Pin.

Os trabalhos de construção do condomínio correm de forma célere, havendo a possibilidade de serem concluídos até Dezembro, conforme as previsões avançadas pelos construtores.

"Em contrapartida, se novas infraestruturas forem erguidas, então o projecto será alargado, sendo mais longo o tempo de entrega", garantiram as fontes.

Os prédios do condomínio, a maioria pintados com cores vivas, têm levado à aglomeração diária de muita gente, incluindo os moradores dos Zangos 1,2,3 e 4, que se mostram "enciumados", com a beleza patenteada pelo Projeto.

Projeto veio parar durar

O material usado na construção do condomínio, nomeadamente os blocos de cimento, é de durabilidade, chegando a 40 anos de vida, conforme garantiram ao Factual os empreiteiros.

De acordo com Li Dong Pin, todos os equipamentos são duráveis, pelo que os prédios do condomínio vieram para ficar, tudo foi bem calculado, medido e testado, daí a garantia de muito tempo.

Sobre o mau trabalho de chineses na construção das casas privadas, nalgumas áreas de Luanda, Li Dong Pin foi categórico em afirmar que esses chineses não são profissionais, no sentido da palavra, podem ser serralheiros, pintores ou terem outra profissão, mas não são arquitectos ou engenheiros de construção. "São biscateiros", garantiu Li Dong Pin, num português arranhado.

Ele argumentou que o seu grupo "veio, especificamente, ao País, no quadro da cooperação chinesa, e essa é seria", rematou.

A construção do condomínio tem movimentado meios humanos e máquinas, num frenesi incessante, tanto de dia como de noite, o que pressupõe que o Projeto vai valer a pena.

E vantagem é que o condomínio é aberto, sem muros de vedação, o que faz entender que será uma vila que vai receber ainda infraestruturas diversas, que vão tornar a nova urbanização um local de prazer para uma vida regalada, como deve ser sempre quando as pessoas se instalam em novos edifícios.

6.20 Lançada primeira pedra para habitações sociais A

Jornal de Angola

15 de maio de 2012

A primeira pedra para a construção de 200 casas sociais, do tipo T3, foi lançada na semana finda na Vila piscatória do Nzeto, província do Zaire, pelo governador provincial, Pedra Sebastião.

A empreitada, cujas obras foram adjudicadas a cinco construtoras de direito angolano, está orçada em 855 milhões de kwanzas.

O director provincial de Urbanismo e Ordenamento do Território, Cláudio Fortunato, disse que o Projeto foi implantado numa área de 25 hectares.

A acção contempla também a construção de vários equipamentos sociais, entre os quais um centro administrativo, mercado, hotel, posto médico, serviço de bombeiros, igreja, lar de idosos e áreas de lazer. O governador Pedro Sebastião referiu na ocasião que a acção é extensiva aos demais municípios, com o propósito de minimizar os problemas que as populações locais vivem no domínio habitacional. Pedro Sebastião avançou que a empreitada trouxe outras vantagens, por proporcionar emprego a muitos jovens, outrora desempregados na região. Aos empreiteiros, o governador da província do Zaire pediu maior dedicação e celeridade, para que, no prazo de quatro meses, estabelecidos no contrato, possam concluir as obras.

O soba grande do Nzeto, António Manuel da Costa, enalteceu o esforço desenvolvido pelo Executivo, desde o alcance da paz definitiva, em 2002, na criação de condições sociais para o bem-estar dos cidadãos. Aquela autoridade tradicional encorajou o Executivo a continuar nesta senda, para que os angolanos, de Cabinda ao Cunene, possam viver num clima de prosperidade e harmonia social.

6.21 Gentanas de fogo em construção

Jornal de Angola

15 de Maio de 2012

A primeira pedra para a construção de cinco edifícios com 243 apartamentos, enquadradas no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, foi lançada ontem pelo governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos, na centralidade da Eywa, arredores da cidade do Lubango.

O Projeto, pertencente à empresa nacional Urbilar-Empreendimentos Imobiliários, criada há quatro

anos com o propósito de desenvolver programas de urbanização para habitação, comércio, construção e comercialização de empreendimentos, está dividido em sete fases, prevendo-se a conclusão da primeira em Outubro de 2013. O presidente do Conselho de Administração da Urbilar, Mário de Sá, disse que o projeto ocupa uma área de 50 hectares e começou a ser estruturado há quatro anos, através da iniciativa do Centro de Estudos Estratégicos de Angola, que visa baixar os custos de construção das casas para a juventude e não só.

"Vamos utilizar uma tecnologia que nos permite ganhar tempo, controlar custos e sem a necessidade de envolver muita gente. Pensamos estender o Projeto a outros pontos do país, para ajudar a suprir a necessidade de casas", disse.

Acrescentou que foi determinante a pareceria das Forças Armadas Angolanas e do COPE da Polícia Nacional para a construção dos primeiros fogos habitacionais na localidade da Eywa, na cidade do Lubango, destinadas aos efectivos das FAA e da polícia.

Mário de Sá enalteceu também a contribuição do Banco Fomento Angola para o início das obras e o financiamento da aquisição de casas a qualquer interessado. Afirmou que as obras do Lubango são executadas com a tecnologia de construção da empresa espanhola Proiser, que torna mais baixos os custos e mais rápidos os trabalhos.

O Jornal de Angola apurou que a Urbilar vai, na primeira fase, investir mais de 10 milhões de dólares na empreitada e as casas do tipo T2, T3 e T4 vão custar entre 70 a 120 mil dólares.

O governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos, satisfeito com o arranque do projeto habitacional, disse que "se pretende, na região da Eywa, trazer conceitos de vivências diferentes e com custos de terrenos significativamente mais baixos, assim como oferecer maior espaço e conforto para as famílias". Para a zona em referência, disse, estão projetados diversas infraestruturas, como um campo de golfe nas proximidades da lagoa da Ivanda, Tribunal Militar e de Contas, Procuradoria Provincial da República e outras instituições do Direito e um Campo Universitário para 20 mil alunos.

Isaac dos Anjos avançou que está também em curso na centralidade da Eywa a construção do hospital pediátrico e de maternidade e vai em breve ter início a edificação de uma escola pública. "Já está em funcionamento uma fábrica de ca as pre-fabricadas e está em construção outra".

O governador garantiu que há mais espaços para a materialização dos projetos de investidores. "As pessoas interessadas na construção dirigida estão a receber parcelas de terra de mil metros quadrados, espaço que permite, além de erguer uma casa, tornar exequíveis outras acções".

Assistiram ao lançamento da empreitada o ministro dos Antigo Combatentes e Veteranos da Patria, Kundi Paihama, o chefe de Estado-Maior General das FAA, Geraldo Sachipengo Nunda, o comandante-geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, e outros convidados.

6.22 Vítimas das cheias alojadas em tendas foram instaladas em novas habitações

Jornal de Angola
16 de Maio de 2012

Várias famílias sinistradas pelas cheias e que viviam em tendas, em Ondjiva, província do Cunene, foram realojadas em casas T2 e T3, nos bairros de Nahumba e Kashila III.

O governo, no âmbito do programa de realojamento dos sinistrados, construiu casas para 187 famílias, que habitam agora em melhores condições, em zonas urbanizadas com arruamentos e iluminação pública, e que também dispõem de serviços sociais, como centros de saúde, escola, energia e água.

O governador António Didalelwa disse que o drama de centenas de famílias sinistradas pelas cheias que atingiu o Cunene, nos últimos quatro anos, chegou ao fim e o tempo que esperaram a viver em tendas foi recompensado.

O processo vai continuar a ser sequencial, até que todas as famílias saiam das tendas para Nahumba e Kashila III. Aos que ainda não foram contemplados, o governador pede paciência e para continuarem a depositar confiança no governo.

Dos três centros de acolhimento que existiam, um já foi extinto.

Realojados agradecem

Maria José, uma das beneficiárias, aplaudiu os esforços do Executivo angolano para melhorar as condições sociais dos cidadãos com a construção de casas condignas. Feliz por ter deixado a tenda, diz ter passado por maus momentos com a família, sobretudo em tempo de chuva, e espera que outras pessoas que ainda não beneficiaram sejam igualmente contempladas.

Outros sinistrados beneficiados também se mostraram satisfeitos e consideram o novo bairro como uma boa zona para viver condignamente. O funcionário público Francisco Hifindaka também gostou do seu novo bairro, onde vai passar a viver. "O local está bem organizado, as casas são todas boas", acrescentou.

"O Executivo tem feito muito para que as pessoas possam viver em melhores condições, mas não é possível resolver tudo de uma só vez. Portanto, é necessário ter calma e saber esperar", frisou, pedindo àqueles que ainda não foram abrangidos, para manterem a calma, que no momento certo tudo vai ser resolvido.

Além das vítimas das cheias que viviam nos centros de acolhimentos de Ondjiva, foram, ainda, entregues moradias aos funcionários públicos, também afectados pelas inundações, e àqueles que viviam em zonas de risco.

O governador do Cunene, António Didalelwa, garantiu que todas as pessoas que perderam as suas casas na sequência das cheias vão ser realojadas nos bairros da Kashila III e Nahumba.

"É vontade e desejo do Executivo atender a todas as situações da nossa população e o realojamento das famílias sinistradas vai continuar até retirarmos as tendas", salientou, acrescentando que o governo não vai parar de continuar este amplo projecto de construção de casas para as populações.

Enquanto houver forças, capacidade e recursos, garantiu o governador, o Executivo vai continuar a melhorar as condições de vida das populações, para que possam viver num ambiente de harmonia. Das 2.500 casas que estão ser erguidas na Kashila III, 332 foram entregues aos seus proprietários. As restantes continuam em construção. A Nahumba foram já entregues 200, das 600 previstas

6.23 Demolições iniciam na avenida Salvador Correia

Jornal Agora
19 de Maio de 2012

Ainda não terminou o prazo dado pelas autoridades, para as pessoas se retirarem das casas que ocupam na avenida Salvador Correia, entre o Arco-íris e o Grande Hotel, no centro da cidade, mas os operativos dos serviços comunitários já entraram em cena com as demolições. Os funcionários dos serviços comunitários estão a utilizar picaretas, enxadas, alavancas, martelos, entre outros meios

destruidores, no interior do bairro, para além de uma campanha de desencorajamento das pessoas que ainda persistem no local.

Situada no interior da cidade, dificilmente quem passa pela avenida Dr. Agostinho Neto ou Deolinda Rodrigues, da conta das acções, porque tudo decorre num ambiente silencioso e sem presença policial. Iniciadas no último fim-de-semana, pelo menos cerca de dez paredes e casas terão sido deitadas abaixo. A operação está algo lenta porque os técnicos que recorrem a instrumentos rudimentares trabalham apenas algumas horas do dia.

Os moradores estão surpresos, porque a administração municipal havia apontado o 30 de Maio como data limite para que os ocupantes das casas cadastradas no ano passado abandonassem voluntariamente o local.

As datas inicialmente apontadas para a demolição nunca foram cumpridas, devido a uma alega da pressão das autoridades, para que criassem condições de habitabilidade condignas aos afetados, antes dos desalojamentos.

Aliás, quem sempre esteve ao lado desses moradores, onde um edifício da principal peixaria da cidade (peixaria Arco-íris) poderá ir abaixo, é o antigo primeiro-ministro Marcolino Moco. O político e advogado que já prometeu colocar-se em frente do tractor na hora das demolições era aguardado, nesta quinta-feira, para constatar 'in situ', os episódios.

6.24 Cabinda contará com duas centralidades

Economia e Finanças
22 de Maio de 2012

"Neste momento estão a ser feitos trabalhos de terraplanagem, devido a irregularidade dos solos nos locais onde as habitações serão erguidas. Nas localidades do Lombe de Cima estão a ser feitos trabalhos de terra planagem devido a irregularidades dos solos nas duas localidades e depois desta fase, iniciaremos com os trabalhos de construção das moradias. No município do Cacongo estamos a construir algumas casas", disse.

O nosso interlocutor salientou que ainda no município do Cacongo está a ser urbanizada a aldeia do Tenda com 140 moradias do tipo T3 e algumas residências estão e fase de conclusão.

No município do Buco-Zau na aldeia do Cata-Buanga estão a ser construídas 70 casas sociais do tipo T3 e no Lite 80 residências já concluídas.

De acordo com Paulo Luvambano, a criação de novas urbanizações bem como e construção de casas sociais nos municípios de Belize Buco-Zau e do Cacongo, são acções que estão a ser implementadas pelo Governo local enquadradas no seu programa de construção de um milhão de casas modernas em todo o território nacional, projeto liderado pelo Executivo angolano.

Aquisição das residências

O acesso às novas habitações é livre, bastando apenas que o cidadão que pretender reúna os requisitos necessários.

"Quem for beneficiário e não tiver meios suficientes para comprar a casa, pode alugar a sua habitação até amortizar os valores. Outra maneira de adquirir a casa é através da aquisição de crédito bancário apresentando toda a documentação exigida pelo banco. Também vai ser criado o fundo habitacional como acontece noutros países que serve de avalista para permitir e facilitar o requerente a ter a sua moradia" referiu Paulo Luvambano.

Complexos residenciais

As habitações do complexo do Cabassango e do Buco-Ngoio, num total de 400 residências do tipo T3, visam igualmente dar resposta à procura de habitações na região.

O Governo da província de Cabinda está a elaborar vários projetos para a urbanização das aldeias do Labo Pegueno, no Mbundo e no Caio Nguembo, localizados no município do Buco-Zau.

6.25 Anunciada a construção de moradias de baixa renda

Jornal de Angola
22 de maio de 2012

Um projeto que visa a construção de 50 Casas evolutivas, no bairro Antigos Combatentes, no município de Benguela, foi anunciado na sexta-feira, pelo administrador municipal, Leopoldo Muhongo.

O projeto, com a duração de três meses, vai ser executado numa área de 300 metros quadrados.

O administrador municipal, Leopoldo Muhongo, disse que as casas são de baixa renda e a administração tem a responsabilidade de executar a construção de dois quartos, a casa de banho e a demarcação da sala e cozinha. Avançou que aos beneficiários cabe complementar a construção das demarcações e de mais paredes.

O responsável defendeu à necessidade de se prestar maior apoio e acompanhamento ao empreiteiro que terá a responsabilidade de executar a obra.

6.26 Habitantes de Catete recebem casas

Jornal de Angola
25 de Maio de 2012

Cada casa custa 26 mil dólares. Os beneficiários vão pagar um valor simbólico de três mil kwanzas por mês. "Todo este projecto foi feito com a participação directa das populações e houve várias discussões até se chegar ao acordo que determina que eles devem participar com três mil kwanzas por mês", sublinhou.

A nova urbanização de Caxicane dispõe de um centro médico, uma escola com 12 salas de aulas, centro infantil, mercado, aviário e outros serviços básicos. Na mesma zona foi criada uma quinta que vai, numa primeira fase, funcionar em regime colectivo.

Em entrevista pelo Jornal de Angola, Filomena Delgado disse que algumas casas vão servir também para albergar os professores, enfermeiros, trabalhadores da creche e efectivos da Polícia Nacional.

Com a criação destes serviços, a nova urbanização, situada a nove quilómetros da vila de Catete, vai facilitar o acesso directo de jovens ao emprego em sectores como a educação e saúde, entre outros. "No aviário, por exemplo, os técnicos avícolas já foram formados e esperam dentro de meses começar a disponibilizar para o mercado os produtos. Com isso, pretendemos ajudar na redução da pobreza a nível das famílias", referiu Filomena Delgado.

A escola foi oferecida pelo governo chinês. "Temos também uma moagem cujas obras estão quase concluídas e pensamos que dentro de poucos meses alguns serviços públicos e outros sectores de investimento privado vão estar concluídos", realçou.

"Este é um projecto-piloto e pensamos iniciar por esta zona, por ser a área em que nasceu o primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto. Procuramos dar dignidade a esta zona", referiu Filomena Delgado.

A secretária de Estado lançou um apelo aos empresários para dinamizarem o turismo na região. "Tudo isso vai servir de exemplo para outros projectos", justificou. Projectos semelhantes estão a ser implementados em Cacuaco, conhecidos por Lude I e II, cuja primeira fase é inaugurada no

próximo mês, e no Gulungo Alto, província do Bengo, com inauguração prevista para Agosto ou Setembro.

O administrador de Catete, António Calado, considera o projecto uma mais-valia para a região, porque vai proporcionar maior dignidade aos cidadãos.

6.27 As empresas em Angola e a legalidade dos negócios

Semanário Angolense
26 de Maio de 2012

O caso das entregas permanentemente adiadas de imóveis (especialmente de moradias) aos clientes dos projectos Quintas do Rio Bengo ou Bem Morar pela BUILD BRASIL, que se instalou em Angola com outra denominação, denuncia os pecados institucionais na aplicação das normas empresariais e comerciais em Angola, geralmente ignoradas, pelos empresários ou clientes, agentes do Estado ou instituições públicas afins, pela mera razão de estarmos numa realidade em que o lucro fácil faz a avidez do investidor e a leviandade do procedimento do agente do Estado.

Sabe-se que rios de dinheiros foram gastos em publicidade sobre os imóveis com preços atraentes e perspectivas de habitabilidade fantásticas. Mas, também, sabe-se que tudo isso foi feito por empresas que chegam a não ter sequer uma sede por onde possam ser contactados pelos clientes que se acham prejudicados pela propaganda enganosa que fazia menção a um tempo de entrega certo para os clientes que fizeram o pagamento dos imóveis desejados, ainda em projectos, na totalidade. E no meio disso se destapa o problema da legalidade e irregularidade das empresas e negócios organizados e realizados por estrangeiros em Angola ou com angolanos (mesmo no estrangeiro) que nos propomos esgrimir à guisa de compreensão desta realidade.

É certo que o nascimento de uma empresa, sobretudo com carácter de sociedade comercial (em que existam sócios), é complexo e moroso por envolver várias fases que vão desde ao registo notarial ao registo comercial, passando pela publicação no Diário da República do respectivo pacto social, entre outros actos menores que em Angola são de morosidade abusiva. E neste processo verifica-se o surgimento legal de uma pessoa jurídica singular ou colectiva com todos os atributos de uma pessoa com uma verdadeira existência social, com registo estatístico, e como tal capaz de se relacionar com outras, sejam outras pessoas colectivas, sejam sin-

gulares. Os actos de contratação no domínio comercial são permitidos com o licenciamento que pode ser comercial ou industrial de acordo com a vocação económica da empresa e que dá o acesso aos alvarás e licenças correspondentes. É nessa fase que a empresa cuja sede é determinada apenas na escritura pública sofre uma vistoria para ser atestada a sua existência real. Se o procedimento é cumprido satisfatoriamente os documentos são emitidos e a empresa existe e é localizável por todos aqueles que se interessem em seus serviços.

A subtracção da Build Brasil, enquanto empresa devedora de centenas de clientes, do mercado angolano não tem explicação, à luz dos procedimentos para a sua instalação em Angola, nos termos encimados. Verifica-se que os seus sócios violaram vários procedimentos referentes as normas do domínio da organização e instalação de empresas, nomeadamente a falta de sede efectiva, os procedimentos para a declaração de falência entre outros actos e procedimentos. E como consequência disto colocam-se várias questões: Como puderam ser legalizados? Que procedimentos seguiam para cumprir com as múltiplas obrigações empresariais (fiscais, contabilísticos, estatísticos, contratuais, etc.)? A quem beneficiavam este conjunto de irregularidades enquanto existiram? Como podem ser responsabilizadas?

As sociedades comerciais por quotas (com designação de limitada ou Lda.) têm duas formas de responsabilidades perante terceiros (credores). Ou seja, havendo dívidas ou compromissos com clientes que a empresa não consiga pagar ou cumprir, a empresa dessa natureza responde no primeiro caso com o seu próprio capital social (paga subtraindo dos seus próprios fundos iniciais constantes no pacto social e que são corrigidos ou incrementados mediante reserva obrigatória deduzida dos lucros sociais). Neste caso, a empresa paga directamente ao cliente como uma pessoa autónoma. Mas como são os sócios (gerentes) ou seus mandatários que levam a sociedade comercial nessa situação, a Responsabilidade é pelo Risco (art.o 550º Código Civil - C.C) porque a sociedade como tal não age com vontade e daí não se deduz má ou boa vontade dela como pessoa. O risco sugere a velha máxima latina: «Quem tira proveito de uma actividade deve assumir também os prejuízos que dela advêm» (*Ubi Commoda ibi Incommoda*).

Entretanto, se a empresa (sociedade) não tiver capacidade financeira suficiente para honrar o seu compromisso, respondem os sócios de acordo com as suas entradas na sociedade (isto é, os que entram com 20% respondem na proporção financeira deste valor na dívida em causa e assim por diante). Pode

haver a situação de alguns dos sócios não terem esta capacidade apesar das entradas inscritas no pacto social. Aqui responderá na totalidade da dívida qualquer dos sócios que tenha capacidade financeira para tal e este será ressarcido pelos demais quando tiverem recuperado tal capacidade na proporção das suas entradas na sociedade ficando o sócio pagador com a responsabilidade apenas da sua entrada na sociedade comercial. É o que se chama Responsabilidade Solidária (art.º 997.º, nº 1 do c.c) (a solidariedade é dos sócios para com a sociedade comercial). E se nem a empresa (sociedade) e nem os sócios tiverem capacidade financeira? Neste caso começa um processo judicial para declarar falência a empresa (sociedade) com todos os seus procedimentos e consequências. No fim, o tribunal decide e controla (através de administradores judiciais) o processo referente ao cumprimento das obrigações para com os clientes fazendo desaparecer efectivamente a existência da empresa. A falência da empresa é equiparada a certidão de óbito para o registo civil de pessoas físicas.

Já nas sociedades anónimas, cuja designação termina grafada com a terminologia Sociedade Anónima ou SA (algumas persistem injustificadamente como SARL), a responsabilidade é assumida pelos sócios (accionistas) na proporção das suas acções. Nesse tipo de sociedades quando haja problemas de dívidas que perigam a sobrevivência da empresa é comum os accionistas venderem as suas acções. Contudo, o que fica claro, no caso da Build Angola que parece ter desaparecido do mapa (já que nem mesmo o domicílio pode ser localizado) a presunção de falência (pelo menos técnica, uma vez que a falência judicial é de conhecimento público) pode levar os credores (clientes com casas ou dinheiros por receber) a perseguir, civil e criminalmente, os sócios, não importa se estejam em Angola ou no estrangeiro. A questão criminal é mais do que pertinente porque o desaparecimento da empresa e a provável falta dolosa no pagamento das dívidas faz deduzir claramente uma intenção criminal dos sócios e como tal previsível nas normas legais correspondentes. Sobre a questão criminal, faz foro de cidade a ideia de que as dívidas não podem ser accionadas em processos criminais. Entretanto, havendo má fé do devedor (não tem vontade de pagar ou demonstra comportamentos que manifestam intenções de se subtrair fraudulentamente das respectivas responsabilidades para com os devedores, já é possível um processo crime. Aqui o crime vem do comportamento do devedor e não da dívida existente em concreto.

A perseguição criminal, paralelamente a civil, dos sócios aplica-se «mutatis mutandis» aos gerentes seus

mandatários quando sejam os sócios que pretendam responsabilizá-los por gestão danosa da empresa. Caso de gestores que desviem dinheiros ou bens pertença da empresa que tenham gerido ou tenham simplesmente levado à falência técnica ou judicial a mesma empresa. Ou seja, se os clientes perseguirem uma sociedade cuja gestão os sócios tenham confiado a terceiros, instala-se uma cadeia de perseguição que se desenha linear com os clientes atrás dos sócios e estes atrás dos respectivos gestores onde cada um assume claramente as suas responsabilidades para com o perseguidor antecedente. Estando os suspeitos em países diferentes, nada impede que se intentem os respectivos processos cíveis nos países da constituição da sociedade (no caso Angola) quando outro não seja o foro determinado pelo pacto. Já nos casos de crimes poder-se-á colocar o problema da execução das sentenças sobre os condenados que estejam fora do país em que o tribunal decidiu sobre a pena a aplicar. Aqui é necessário examinar os acordos em matéria penal entre os países e perceber a possibilidade de extradição. Mas, na generalidade, os países não entregam os seus cidadãos a terceiros. O que é frequente nestes acordos é a devolução do cidadão do país em que se subtraiu, por razões penais tendo sido condenado nele. Por exemplo, o angolano condenado em Angola e que se encontra foragido no Brasil é devolvido a Angola, no âmbito deste tipo de acordo. Portanto, não prevê que um brasileiro condenado em Angola e foragido para a sua terra natal seja devolvido às autoridades angolanas. É uma questão de soberania a que nenhum país até agora abriu mãos, pelo menos formalmente. Porém, nessa última hipótese as autoridades judiciais recorrem com frequência à polícia internacional para localizar e viabilizar a detecção do criminoso (pessoa já condenada) para que cumpra a respectiva pena no país do tribunal condenatório. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto.

6.28 Mais moradias em Benguela

Jorna de Angola
26 de Maio de 2012

O diretor provincial de Benguela do Urbanismo e Habitação, Zacarias Camwenho, disse quarta-feira, durante uma conferência de imprensa, que pelo menos 50.060 casas sociais são construídas das províncias, até final de 2014, no âmbito do programa do Executivo de combate à pobreza.

O programa de fomento habitacional, acrescentou, contempla a construção de edifícios públicos, privados e autoconstrução dirigida, envolvendo uma cooperação com empresários que operam na área da construção civil.

O diretor provincial do urbanismo e Habitação disse que questões ligadas à preparação dos espaços Construções estão já acauteladas, no sentido de se evitarem quaisquer constrangimentos.

Zacarias Kamwenho acrescentou que um programa de construção anterior a este; inserido num projeto público urbanístico que previa a construção de 4.150 casas, em 2009, foi superado em muito, com um aumento de dez mil casas, a serem construídas nos quatro municípios do litoral da província.

O responsável esclareceu que um programa de construção de 200 fogos habitacionais teve início em 2011, em todas as sedes municipais da província de Benguela.

6.29 Clientes do « bem morar » com poucas esperanças de reaver o dinheiro

Semanário Angolense
26 de Maio de 2012

Centenas de angolanos, que investiram as suas poupanças no projecto habitacional Bem Morar, correm sérios riscos de perder o seu dinheiro, já que as probabilidades de resgatá-lo judicialmente são diminutas.

Fontes do *Semanário Angolense* atribuem as culpas aos dois lados: de um lado, aos promotores do projecto que terão agido de má fé, e, de outro, os clientes que cometeram uma série de erros, concedendo inclusive facilidades aos supostos burladores.

As facilidades foram de tal sorte que os lesados, indivíduos na sua maioria pertencentes à camada média, subscreveram os contratos, sem que tivessem observado alguns dos pressupostos exigidos por lei para este género de contratos: a autenticação ou reconhecimento de assinatura notarial dos documentos.

«É como se tivessem negociado com empresas-fantasma. As vítimas assinaram de cruz, sem se darem ao trabalho de analisar os documentos», resumiu um jurista, quando confrontado com o assunto pelo *semanário Angolense*.

Uma das consequências da falta de prudência ou da vaga dos imperdoáveis actos de negligência reside no facto de alguns dos advogados lesados terem confessado a este jornal que têm sentido dificuldades para notificar os alegados burladores, por estes não possuírem endereços fixos, ou seja, escritórios onde possam ser localizados.

Segundo eles, há mesmo casos de escritórios que nunca abriram as suas portas e que a vizinhança, quando questionada sobre a existência de tais empresas, «manifesta uma certa estranheza por nunca terem ouvido falar delas».

Há casos caricatos das empresas subscritoras indicarem nos contratos endereços muito vagos, sobretudo em áreas da periferia do casco urbano.

Entre o leque de clientes que investiram o seu dinheiro nos projectos habitacionais Bem Morar e Quintas do Rio Bengo figuram quadros superiores, empresários, funcionários públicos e até ... juristas.

«Não sei onde tinha a cabeça quando assinei o contrato e, pior ainda, procedi à entrega do dinheiro», confessa um jurista, que prefere falar sob o anonimato.

Visivelmente consternado, admite que as possibilidades de resgatar o dinheiro que investiu para a compra da moradia são poucas. «A única esperança é que surja uma empresa que se mostre interessada em investir, a fim de finalizar a construção das casas».

Um outro caso é da jornalista da TPA Ana Paula Esteves, que, segundo ela, foi enganada em pouco mais de 100 mil dólares. «Comprei a minha casa no Bem Morar, ainda na planta. Paguei 105 mil dólares à vista», afirma a responsável máxima da TPA no Bengo, em entrevista à revista brasileira «ISTO É». «Trabalhei muito para conseguir esse dinheiro e agora me sinto roubada», queixa-se.

Há também informações dos «brazucas» não terem honrado uma bateria de contratos, sendo um deles como o Lar do Patriota, que cedeu o espaço onde estavam a ser construídas as habitações.

6.30 Requalificação do Sambizanga e Cazenga em curso

O Independente

26 de Maio de 2012

O programa de requalificação do sambizanga, em curso desde Novembro de 2011, entrou esta semana na fase final de instalação das infraestruturas técnicas, constatou uma reportagem deste jornal no local.

Trata-se da construção de redes de esgotos, viária, eléctrica, água canalizada, telecomunicações, estações de tratamento de águas residuais e subestações eléctricas. Decorre também um senso populacional e habitacional das zonas da Mota, lixeira e Candeiros.

A fase seguinte consubstanciará na construção dos equipamentos sociais como escolas, centros de saúde e esquadra de polícia, depois de se ter feito o referendo popular onde se definiu o tipo de infraestruturas sociais a serem construídas no local. «Penso que nesta matéria estamos num bom caminho, visto que os resultados da consulta popular foram já remetidos aos projectistas, estando na sua fase conclusiva», explicou uma fonte da Comissão Administrativa Municipal de Luanda.

Quanto à transferência das duas mil famílias residentes no Sambizanga, para outras zonas da capital, para permitir a edificação dos equipamentos sociais, a fonte disse estar prevista par os meses de Abril ou Maio de 2013.

Para a construção de infra-estruturas, segundo dados do gabinete técnico da CAML, foram identificadas cinco zonas especiais com uma área total de aproximadamente 10 mil hectares.

Tais zonas estão localizadas na parte norte da cidade capital, adjacente ao distrito do Miramar e a sul do Portode Luanda, e são delimitadas por uma rede de vias estruturantes que se encontram em fase de reabilitação.

O projecto de requalificação do Sambizanga visa a edificação de residências do tipo T2, T3 e T4 e está virado à promoção da habitação social que se desenvolverá em residências de primeiro piso e em edifícios de até quatro andares.

Actualmente, as zonas estão ocupadas com construções informais implantadas de forma desorganizada devido à ausência de estradas apropriadas e à falta de infra-estruturas sociais adequadas para qualquer urbanização.

Por outro lado, o coordenador do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e do Sambizanga, Bento Soyto, considerou positiva a implementação da primeira fase da empreitada, uma vez terem sido criadas as suas infra-estruturas técnicas.

O responsável referiu que até agora o balanço é positivo porque as obras prosseguem, estando neste momento no Cazenga a ser erguidos oito edifícios com 16 apartamentos cada.

Acrescentou que para o Sambizanga as residências começam a ser erguidas nos próximos dias, já que estão praticamente concluídas as obras das suas infra-estruturas.

Destacou a interacção com os moradores através do site do gabinete e do facebook para a recolha de

contribuições para a implementação do plano director das áreas como um avanço do projecto.

6.31 Mais acções de urbanização estão a ser implementadas

Jornal de Angola

28 de Maio de 2012

Várias acções voltadas à urbanização da província de Benguela estão a ser implementadas, desde 2009, para melhorar as condições de habitação na região, disse o director provincial do Ordenamento do Território, Habitação, Urbanismo e Ambiente, Zacarias Kamwenho.

Das acções em curso, o responsável destacou a construção da aldeia rural na povoação da Catambá, município da Ganda, um projeto que consiste na construção 46 residências de tipo T2.

O diretor destacou ainda a preparação de cerca de 100 hectares de terras, indicadas para as populações, a construção das estruturas do centro de apoio à produção agrícola nas localidades, a construção de 20

Residências do tipo T3 para quadros das administrações municipais.

O responsável informou igualmente que o governo está a construir uma residência para cada regedor, em todos os municípios, com conclusão prevista para Agosto, com vista a dignificar a sua função.

Até Agosto, reforçou o director, o seu pelouro vai construir ainda residências do tipo T3 para quadros, nas sedes comunais.

Zacarias Kamwenho acrescentou que o governo de Benguela está a elaborar os planos directores municipais..pais dos dez municípios da província, acção que vai até Setembro e que está neste momento na fase de recolha de informação e consultas às autoridades locais, para se conformar os planos de gestão territorial à legislação angolana. Para as sedes comunais, Zacarias Kamwenho deu a conhecer que decorrem acções de impacto, que consistem na reparação das ruas e terraplenagem, a construção de lancis e passeios .

"E uma acção que vai dar vida a essas localidades e permitir de alguma forma que as populações se Sintam mais confortáveis", disse.

Aldeia piscatória

Para o município da Baía Farta, responsável anunciou a construção de uma aldeia piscatória na comuna da

Equimina, cuja primeira parte consistiu na infra-estruturação de 4,5 hectares e a segunda na construção de 66 casas do tipo T3.

O director referiu que a infra-estruturação de 25 hectares nas sedes municipais e as restantes iniciativas de cooperativas decorre a bom ritmo.

"Os primeiros 200 fogos estão programados para Agosto deste ano e os 1 00 restantes devem ser construídos no próximo ano", frisou.

Zacarias Kamwenho disse também que a população beneficiária. a camada mais desfavorecida e as pessoas que ocupam indevidamente as zonas de risco ou aráveis. "

atribuição é feita com base na proposta que cada administração apresentar à comissão provincial".

7. TERRA

7.1 Demolição de prédio em fase de conclusão

Jornal de Angola
05 de Maio de 2012

A demolição, devido ao estado de degradação, do prédio inacabado conhecido por Thetchénia, no distrito urbano do Rangel, Luanda, iniciada em Dezembro, termina este mês, disse, à Angop, um dos responsáveis pela operação.

Carlos Vicente afirmou que a demolição do edifício, de 16 andares, é feita piso a piso e que participam nos trabalhos 34 pessoas.

As autoridades de Luanda transferiram, no final do ano passado, cerca de cem famílias que viviam no prédio para o Zango, o único não acabado do complexo habitacional da Cidadela, construído no período colonial.

A degradação contínua, a superlotação e por se ter transformado num foco de delinquência e promiscuidade ditaram a decisão da demolição do prédio.

O director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga, Sambizanga e Rangel referiu que a demolição decorre dentro do prazo estabelecido.

Bento Soito recordou que o Executivo tem um programa de demolição de todos os prédios em mau estado de conservação.

7.2 Projecto integra jovens empreendedores em práticas de desenvolvimento agrícola

Jornal de Angola
06 de Maio de 2012

O ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Pedro Canga, lançou na sexta-feira, no município da Chibíia, a sul da cidade do Lubango, o projecto jovem empresário agrícola", destinado a integrar jovens empreendedores na exploração agrícola do perímetro Irrigado das Gangelas.

Os primeiros 21 jovens, contemplados com 12 hectares de terras aráveis, concluíram na sexta-feira, com êxito, a formação na área de agronomia no Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro, e receberam plantas e meios mecanizados para desenvolver a actividade agrícola. Frederico Wimgo,

em nome dos jovens empresários, reconheceu que o projecto vai permitir concretizar os grandes desafios do Executivo e resolver os problemas da juventude.

Para a concretização do projecto, o Executivo, através do conselho de administração dos Perímetros Irrigados de Angola, empregou mais de um milhão de dólares na construção das moradias e no incremento da área técnica de apoio aos jovens empresários. O projecto de construção das moradias agrupa um sistema de água e de energia eléctrica e absorveu mais de 22 milhões de kwanzas.

Pedro Afonso Canga, disse, no acto da entrega das chaves aos beneficiários, que o objectivo consiste em integrar jovens agricultores que querem dedicar-se à actividade agropecuária e garantiu que lhes vai ser prestado todo o apoio material, para que tenham condições para se dedicarem à actividade agrícola.

O lançamento do projecto "Jovem Empresário Agrícola" abrangeu 21 jovens da província da Huíla e existem ainda 30 vagas disponíveis. Pedro Canga assegurou que ele vai estender-se a todos os perímetros irrigados que estão a ser construídos pelo Executivo, para aumentar a capacidade de actuação e integração de jovens.

Satisfação

A administradora municipal da Chibíia congratulou-se com as acções que estão a ser desenvolvidas ao longo do perímetro irrigado das Gangelas e disse que elas demonstram claramente o empenho das autoridades nos programas de combate à pobreza.

A maioria da população da Chibíia dedica-se à actividade agropecuária de auto subsistência e já se

candidataram ao crédito agrícola 270 camponeses, entre os quais 140 já receberam inputs diversos.

Otília Noloti realçou que o ano agrícola 2011/2012 não foi dos melhores, devido à prolongada estiagem registada. A produção tinha sido calculada em 3.528 toneladas de produtos diversos, mas deve atingir apenas 60 por cento desta cifra. As culturas mais afectadas pela estiagem foram o milho, massambala e hortícolas.

Estruturas zoo-sanitárias

O ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Afonso Pedro Canga, anunciou na sexta-feira, no município dos Gambos, província da Huíla, a construção de estruturas zoo-sanitárias em todos municípios do país, para o tratamento de animais nas comunidades com grande potencial de produção animal. No final da inauguração da estrutura zoo-

sanitária dos Gambos, o ministro adiantou que o Executivo já deu início à construção das referidas infra-estruturas nas províncias da Huíla, Cunene, Benguela e Namibe, localidades onde está concentrado o maior número de ganadarias do país.

A intenção é criar melhores condições aos criadores de gado tradicionais, de forma a evitar o número de mortes por doenças animais que se tem registado nas comunidades. As estruturas zoo-técnicas englobam manga de vacinação e um sistema de bombagem com capacidade de 15 mil litros de água/hora. A prioridade, nesta primeira fase, vai para as localidades mais afectadas pela estiagem prolongada registada nos últimos meses.

7.3 Camponeses e executivo em pé de guerra

Semanário Angolense

11 de Maio de 2012

Com as cestas vazias, corpos esgotados, mas com os corações cheios de esperança, milhares de homens e mulheres, na província do Huambo, estão a perder as suas terras de cultivo. Agricultores de várias regiões da referida província enfrentam conflitos agrários.

Os camponeses reivindicam dos políticos para que facilitem o acesso e recuperação das terras, a protecção dos bens naturais, como água e matas densas.

As igrejas posicionaram-se em apoio às reivindicações dos camponeses. "Pedimos as diferentes instituições encarregues de resolverem estes conflitos, para que façam algo", pediu um líder religioso, no Huambo.

A província aparece como um dos líderes nacionais no desalojamento de camponeses. O governo deve adoptar medidas para combater o problema, apelam os homens da enxada.

As terras estão a cair nas mãos dos latifundiários, enquanto isso os camponeses são obrigados a migrar para as cidades.

Nos últimos dias, não está a ser pacífico para os camponeses encarar este problema.

O agrónomo António Jaime Nimiko refere que, o Estado protege a terra das comunidades rurais ao garantir o respeito pelos costumes das famílias que por "tradição" ocupam e aproveitam as suas terras.

"As comunidades rurais não precisam de solicitar o direito de ocupação das suas terras pois o Estado reconhece a sua existência e protege a posse delas",

referiu, acrescentando que, "mas por razões de segurança aconselha-se às comunidades que solicitem um título de reconhecimento que permite fixar os limites e salvaguardar as mesmas em eventuais conflitos", notou.

A Lei de Terras reconhece os direitos das comunidades rurais sobre as terras que ocupam, maioritariamente herdadas dos seus antepassados e defende o respeito pelos costumes das famílias e os seus modos de vida na gestão destas terras.

"Todos devem respeitar as comunidades rurais como tendo direitos próprios sobre as suas terras. Estas terras não podem ser dadas a ninguém, ao menos que por vontade própria as comunidades que as ocupavam venham a abandoná-las", disse ainda o agrónomo. Recentemente, circularam informações segundo as quais, o governador do Huambo, Fernando Faustino Muteka e o presidente da Assembleia Nacional, António Paulo Kassoma, foram acusados pelos camponeses das zonas rurais de Etunda e Olossambo, localizadas nos arredores da capital daquela província, de usurparem de forma abusiva as terras dos camponeses. Segundo os camponeses, o conflito de terras nos referidos locais já perdura há mais de três anos, ainda na era do então governador Paulo Kassoma, juntamente com os seus colaboradores directos.

De acordo ainda com as fontes, esse dilema provocou sérios desentendimentos entre populares e os supostos usurpadores das terras, acarretou prisões arbitrarias de sobas inocentes e membros da sociedade civil por terem reivindicado os terrenos a favor dos humildes camponeses. O governador local juntou-se alegadamente a um grupo de cinco empresários (dentre os quais: Paulo Kassoma, Mariano Paulo, António Mosquito, Paulo Kavinokeka e algumas altas patentes da polícia nacional e das FAA). O governador do Huambo interpelado por este Semanário, minimizou tais acusações, justificando que "não é sua governação prejudicar camponeses, antes pelo contrário, ajudá-los a cultivar a terra".

"Não autorizamos lavouras nas reservas fundiárias do Estado, nas áreas onde não abrangem os camponeses, estão a trabalhar normalmente", defendeu. Disse que a província possui vastas terras e não há motivos de sacrificar os camponeses. "As terras estão disponíveis, os que não gostam de trabalhar, são os que fomentam mentiras e intrigas para manchar a imagem das autoridades locais": defendeu-se. Refira-se que a província do Huambo tem uma área de 35 771 km² e sua população é aproximada de 2.301.524 habitantes, cuja etnia predominantemente é o umbundo.

A província conta com onze municípios: Huambo, Bailundo, Ekunha, Caála, Catchiungo (ex-Bela Vista), Londuimbale, Longonjo, Mungo, Tchicala-Tcho-loanga (ex-Vila Nova), Tchindjenje e Ucuma (ex-Cuma).

É limitada pelas províncias do Kwanza-Sul (Norte), Bié (Este), Huíla (Sul) e Benguela (Oe

7.4 Vizinhos esperam por demolição

Semanário factual

De 12 a 19 de Maio 2012

Segundo moradores ouvidos pelo Factual, além de o edifício se tornar num problema para a segurança no Local, este alberga, igualmente, prevaricadores que fazem o uso de drogas.

O mesmo tem sido autêntico antro de doenças, sobretudo o paludismo, devido à lagoa onde é possível ver o amontoado de lixo que facilita a reprodução de mosquito.

Os moradores da circunscrição fazem, igualmente, menção à estrutura física do edifício que ameaça ruir, dado que, desde o seu início, na década de 70, nunca foi concluído.

Devido ao factor guerra, o edifício foi ocupado por deslocados que procuravam segurança na capital do País. Mais de 100 famílias residiam no edifício, tendo já sido transferidas para a zona residencial dos Zangos.

De 17 andares, o edifício foi batizado pelo nome de prédio da Lagoa do Kinaxixi, pelo facto de ser Construído por cima de uma lagoa subterrânea, que mais tarde originou a inundação dos pisos abaixo do solo.

"É urgente a demolição"

Marta Avelino, moradora do prédio circunvizinho ao edifício da Lagoa, falou que "precisamos, urgentemente, que este seja demolido, devido ao perigo que tem oferecido, caso despenha algum tijolo ou Pedaco da parede de algum apartamento, pois estes já não se encontram muito fixos".

Já Carla Gaspar, também vizinha, disse que o prédio tem sido um verdadeiro local para a reprodução de mosquitos, devido à água da lagoa, misturada com resíduos sólidos.

"Pedimos que se faça aqui, no prédio do Kinaxixi, o mesmo que está a ser feito no prédio da Tchetchénia", ou seja, demoli-lo, a fim de se evitar doenças e afogamentos na lagoa.

Por outro lado, os moradores do distrito do Rangel manifestam o seu agrado, em virtude do derrube do prédio da Tchetchénia, iniciado em Dezembro de 2011.

O edifício albergou famílias posteriormente abrigadas na zona residencial dos Zangos. Após o prédio ser desabrigado, serviu como um autêntico local para o consumo de drogas, estupro e suicídios.

A cidadã Fátima de Sousa revelou ao Factual que o fim do prédio da Tchetchénia simboliza o fim de atitudes pouco abonatórias para a sociedade.

"Ainda me recordo da última tentativa de suicídio que ocorreu aqui no ano passado, quando um jovem, depois de uma discussão familiar, resolveu pôr fim à vida, e o único local que escolheu foi este prédio. O jovem só não se jogou do prédio, devido à intervenção da Polícia e dos bombeiros", sublinhou Fátima de Sousa, moradora do distrito do Range! . Já Paulo Azevedo, igualmente morador circunvizinho do prédio da Tchetchénia, considerou que "é de louvar a iniciativa em demolir os prédios que estão inutilizados em Luanda, visto que estavam a albergar delinquentes e a facilitar a prática de crimes, como o consumo de drogas.

Prédio Sujo do Marçal está inabitável

Ainda no distrito do Rangel, outra situação chamou atenção do Semanário: as condições em que se encontra o prédio Sujo, situado na comuna do Marçal.

O edifício não oferece condições de habitabilidade; os moradores têm de conviver com lixo e água parada proveniente das fossas obstruídas, o que causa ambiente nauseabundo no local.

Jacinto Domingos, morador circunvizinho, disse ao Factual ser necessário que retirem os moradores do prédio, no sentido de se reparar ou mesmo de demolir, para a posterior construção de outro edifício com melhores condições de habitação.

A moradora Márcia Kitumba afirmou que "agradeceria muito se o Executivo Provincial criasse as condições necessárias a fim da nossa evacuação para outras áreas, tendo em conta a situação a que somos obrigados a conviver aqui no prédio Sujo".

Márcia Kitumba referiu que é a favor da saída dos moradores do prédio Sujo, mas desde que se criem as condições para a habitação.

Situação idêntica é vivida pelos moradores do antigo Hotel Katekero, na zona baixa de Luanda. O edifício, com um novo semblante exterior, esconde, no seu

interior, factos arrepiantes e repugnantes. O antigo hotel tem a estrutura danificada, Conforme constatou o Factual, no edifício, os canos de descarga trabalham no exterior, nos corredores e nas escadas, alguns dos quais dão diretamente para a parte traseira do prédio.

De acordo com a moradora Ana Celestina, a maioria dos canos de descarga existente no edifício encontra-se entupida, o que resultou na inundação da parte traseira.

Moradores do Hotel katekero devem ser evacuados

"Em virtude disso, moradores resolveram colocar tubos para facilitar a descarga", informou.

Outras situações constatadas têm a ver com a falta de corrimão nas escadas, o que aumenta o grau de perigo no período noturno. E, igualmente, visível a existência de fissuras no edifício.

O Factual notou que a evacuação dos moradores do Hotel Katekero é necessária, tendo em conta a ausência de condições de habitação.

Por este motivo, moradores contactados pedem, urgentemente, a intervenção do Executivo, no sentido de solucionar a situação.

Entre os edifícios inacabados em Luanda, destacam-se o prédio da Lagoa, situado no Kinaxixi (distrito da Ingombota), o do Largo da Maianga e as instalações da Tourada (Maianga), que necessitam de uma intervenção urgente, a fim de se mudar o semblante da província.

7.5 Demolições iniciam na avenida Salvador Correia

Jornal Agora
19 de Maio de 2012

Ainda não terminou o prazo dado pelas autoridades, para as pessoas se retirarem das casas que ocupam na avenida Salvador Correia, entre o Arco-íris e o Grande Hotel, no centro da cidade, mas os operativos dos serviços comunitários já entraram em cena com as demolições. Os funcionários dos serviços comunitários estão a utilizar picaretas, enxadas, alavancas, martelos, entre outros meios destruidores, no interior do bairro, para além de uma campanha de desencorajamento das pessoas que ainda persistem no local.

Situada no interior da cidade, dificilmente quem passa pela avenida Dr. Agostinho Neto ou Deolinda Rodrigues, da conta das acções, porque tudo decorre num ambiente silencioso e sem presença

policial. Iniciadas no último fim-de-semana, pelo menos cerca de dez paredes e casas terão sido deitadas abaixo. A operação está algo lenta porque os técnicos que recorrem a instrumentos rudimentares trabalham apenas algumas horas do dia.

Os moradores estão surpresos, porque a administração municipal havia apontado o 30 de Maio como data limite para que os ocupantes das casas cadastradas no ano passado abandonassem voluntariamente o local.

As datas inicialmente apontadas para a demolição nunca foram cumpridas, devido a uma alega da pressão das autoridades, para que criassem condições de habitabilidade condignas aos afetados, antes dos desalojamentos.

Aliás, quem sempre esteve ao lado desses moradores, onde um edifício da principal peixaria da cidade (peixaria Arco-íris) poderá ir abaixo, é o antigo primeiro-ministro Marcolino Moco. O político e advogado que já prometeu colocar-se em frente do tractor na hora das demolições era aguardado, nesta quinta-feira, para constatar 'in situ', os episódios.

7.6 Governo provincial Cede lotes de terreno

Jornal de Angola
22 de maio de 2012

O governo da província da Huíla distribuiu, até ao momento, cerca de oito mil lotes de terreno a cidadãos particulares, no projeto habitacional da comuna da Quilemba, município do Lubango, destinados à auto-construção dirigida.

Falando na semana finda, na cerimónia de apresentação da Zona de Desenvolvimento Económico da Quilemba, Isaac dos Anjos afirmou que os terrenos, entregues com os respectivos títulos de propriedade, Servem para projetos habitacionais de particulares.

Os terrenos distribuídos fazem parte de um total de cinco mil hectares do ordenamento da Quilemba, com armamentos, área para os serviços da administração do Estado, hospitais, postos policiais, jardins, praças públicas, prédios e residências. a ordenamento urbanístico da Quilemba está dividido em 12 unidades de execução.

Depois da visita da equipa da comissão nacional do Urbanismo, arrancaram as obras em duas unidades de execução, disse Isaac dos Anjos, que lembrou que a maior parte dos terrenos já se encontra urbanizada. Isaac dos Anjos anunciou ainda para este mês o início

da urbanização de 750 lotes de mil metros quadrados. Acrescentou que as urbanizações da Quilemba e da Eiwa têm uma extensão de 360 quilómetros de ruas e passeios por asfaltar e pavimentar.

a governador disse que Quilemba vai ter cinco estações de tratamento de águas residuais e 14 subestações de transformação de energia.

7.7 Oito mil aguardam por realojamento

Semanário Angolense
26 de Maio de 2012

Quando arrancou a construção de novos bairros sociais, em finais da década de 90, muitos luandenses viviam na condição de risco extremo. A Boavista marcou a estreia do Zango, num gesto que demonstrou a solidariedade do Executivo para com os seus concidadãos. De forma titubeante, a execução do projecto arrancou e conheceu o seu primeiro realojamento num processo bastante confuso. As famílias abrangidas, na altura demonstraram alguma resistência e houve casos de agregados que, depois de realojados, preferiram regressar àquelas condições de risco extremo na zona da Boavista.

A construção de equipamentos sociais falhavam e não se ajustava à grandeza do projecto, onde os primeiros inquilinos que a história registou foram da Boavista, dividida entre os então municípios do Sambizanga e a Ingombota - agora são distritos.

Por outro lado, o Zango era visto como um inferno, pois faltava água, energia, escolas, serviços públicos e transportes. Seguiram-se outros moradores, resultantes das demolições de residências em zonas onde o Estado executa obras de impacto social.

O processo de realojamento das famílias continuou, numa perspectiva de requalificação urbana, e a melhoria do saneamento básico ganhou fôlego para permitir que os cidadãos em zonas de risco passassem para outras mais seguras.

Com o advento da Paz, surgiu o Projecto do Panguila, tendo desafogado o Zango, que precisava crescer com menor pressão, face à demanda que o processo de reconstrução nacional impunha.

Com o advento da Paz, surgiu o Projecto do Panguila, tendo desafogado o Zango, que precisava crescer com menor pressão, face à demanda que o processo de reconstrução nacional impunha. Hoje por hoje, os anos passaram, o projecto cresceu, as obras e as reclamações continuam a caminhar de mãos dadas. O *Semanário Angolense*, em posse

dessas queixas, decidi, numa actividade de campo, nestes dois locais que, embora não tenham a mesma subordinação, auscultar e constatar o que vai mal nestas duas circunscrições.

Panguila

Quando a nossa equipa de reportagem escalou o Panguila, onde foram realojados os antigos moradores da Chicala, Ingombota, e das barrocas da cidade alta, em Setembro de 2010, o relógio marcava 11 horas. No local, fomos recebidos pelo calor que se fazia sentir naquela manhã, com sol abrasador.

O ambiente que observámos naquele fatídico dia de 2010 foi o mesmo que encontrámos quando os moradores da Chicala saíram compulsivamente das suas casas, sem que a administração competente os tivesse notificado para o efeito.

Panguila foi o destino, que apesar de ter custado mais de 15 milhões de dólares, não oferecia as condições mínimas de habitabilidade. Hoje, o projecto continua por terminar. Um ano e oito meses depois, duas a três famílias continuam a partilhar o mesmo tecto, o que tem vindo a adensar a cada dia que passa as rixas entre elas.

Outro problema é que, a falta da água tem causado muitas doenças e, conseqüentemente mortes. No dia em que o percorremos, o bairro registava mais um óbito, de um dos membros de uma família, que se seguiu à morte de um familiar de outro agregado.

Enquanto aguardávamos pelo nosso fotógrafo, conversámos com algumas das cerca de 70 famílias que aí foram realojadas, idas da Chicala. Todos nos disseram que os problemas agravam-se, porque há falta de água, o sistema de saneamento básico funciona de forma deficiente e nos lares não há bom relacionamento, devido a que as pessoas têm hábitos diferentes e isso dificulta a convivência.

Inundações

Na zona, o descontentamento é cada vez crescente, por causa das deficiências que as casas apresentam, que vão desde a canalização ao saneamento básico. A hora do banho torna-se num grande pesadelo para as famílias, pois a água chega a inundar a habitação toda.

Segundo os moradores, o projecto, pela iniciativa, é bonito, mas na execução, peca, porque até agora, não está acabado, «o saneamento básico não está concluído, das torneiras continua a não jorrar água e quando jorra, é um grande problema», referiu.

Quando chove, a desgraça é maior ainda, porque se regista ainda infiltração de águas das chuvas em todos

os compartimentos das casas. Numa das ruas, via-se um aglomerado de pessoas a chorar. O bairro que estava mais uma vez de luto.

Para além de várias famílias ainda partilharem, no Zango, a mesma residência, tantas outras sobrevivem em tendas, em avançado estado de degradação, e um número considerável em cubatas improvisadas.

Num ambiente bastante desolador, tais famílias passam a vida a enfrentar uma extrema miséria, o que faz delas, a parente pobre. Ao que tudo indica, o sofrimento está para durar muito mais tempo, uma vez que, segundo garantiu o coordenador do projecto, Bento Soito, o realojamento poderá ocorrer apenas dentro de seis meses.

Zango seguinte na forja

Mas, aqui verificámos que, apesar de estarem já em execução as moradias enquadradas no Zango 5, foi possível vislumbrar que o subsequente deverá estar na forja. Tanto é assim que a velocidade com que os trabalhos estão a decorrer indicam que, num futuro próximo, mais um passo será dado rumo à consolidação do programa.

Segundo alguns moradores no Zango 3, 4 e 5, as casas apresentam uma estrutura melhor, o sistema de canalização é funcional, o abastecimento de água à medida, acontecendo o mesmo com a electricidade. As ruas estão devidamente delimitadas e, na sua maioria, asfaltadas, com lancis e, em alguns casos, passeios.

Foi notória, ainda, durante a nossa reportagem, a existência de um parque infantil, além de uma dependência do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), enfim, o básico dos serviços que aos poucos vão chegando ao cidadão.

Embora não as tenhamos conseguido visitar, existem escolas do I ciclo nas proximidades e também do II ciclo. Tanto no Zango quanto no Panguila, ouvem-se vozes que dão conta da existência nestes novos bairros, de moradores fantasmas, que têm passado a perturbar o bom andamento do processo de realojamento.

A coordenação do Programa de Realojamento da População, liderada pelo arquitecto Bento Soito, revelou ao SA que, pela natureza complexa do processo, tem-se verificado estes problemas.

Venda de habitações

«O processo de realojamento é delicado, e a problemática habitacional abrange todo o país. Luanda, em particular, tem a situação mais grave, e nunca

deixará de haver oportunistas que de alguma forma se quererão aproveitar destas situações», disse.

Os habitantes realojados, autênticos ou fantasmas, têm dado corpo à prática de venda de habitações, num complot ente moradores e membros do processo de realojamento.

Informações disponíveis dão conta de que isso já não se verifica hoje, porque só foi possível na altura em que o processo de realojamento era executado por várias estruturas. «Sabe que onde há muita gente envolvida, nem todo mundo tem o mesmo carácter», referiu Bento Soito.

Acrescentou que há «casos em que alguns desses elementos das várias instituições de cadastramento, em vez de cadastrarem uma família com uma casa que tem uma determinada dimensão que lhe dá direito uma ou duas casas de forma justa, programam, quatro ou cinco para depois do acto de realojamento as restantes servirem para eles.

Para evitar situações semelhantes, a coordenação teve que restringir ao máximo, o número de instituições intervenientes, colocando apenas elementos imprescindíveis no processo. Para BS, foi constituída uma equipa o mais íntegra possível.

O Zango em números

«Filtrámos o processo de cadastramento, aferimos com fotografias os compartimentos, para apurarmos na direcção aquilo que deve ser atribuído e já não é o funcionário que decide junto ao município», anunciou.

Esclareceu ainda, que outros casos ocorrem em casos em que o município que tinha uma casa grande e que recebe três ou quatro casas em compensação e só vai precisar de uma ou duas, decide vender as outras. «Embora não esteja autorizado sem que as regularize junto aos órgãos afins, é algo a que a seu tempo poderemos impor alguma ordem», ajuntou.

Bento Soito, coordenador do Programa de Realojamento das Populações, disse à nossa equipa de reportagem que o trabalho está a decorrer a uma velocidade satisfatória.

Avançou que neste momento, estão a ser construídas nove mil casas, correspondentes ao contrato assinado em 2007. Destas, quatro mil seriam erguidas na Sapú, igual número mil no Zango e mais 1000 seriam construídas numa segunda fase.

Do total, BS garantiu que já foram executadas 2.500 casas na Sapú e 6000 no Zango. «Suspendeu-se parte do contrato que tinha a ver com a construção na Sapú, por indisponibilidade de espaço, e passou-se

para o Zango, que previa quatro mil e passou para 6.500 casas», juntou.

Casas e mais casas

Em 2010, seguiu-se a assinatura de mais um contrato para a construção de três mil casas sociais e infraestruturas para vinte mil habitações sociais. Desse contrato, as três mil casas sociais estão concluídas, e 18.500 infraestruturas em fase de conclusão.

Os trabalhos de infraestruturas envolvem a limpeza, terraplanagem, arruamentos, asfaltagem das vias principais, electricidade, água, passeios e lancis. Adiantou que, em Agosto ou Setembro, estarão concluídas as infraestruturas.

Em termos habitacionais, os novos contratos a serem assinados poderão ditar os prazos de execução das habitações sociais que vão ser implantadas nessa área, tendo muito a ver com o que vier a ser concertado entre o Executivo e os futuros empreiteiros dessa obra.

Na mesma medida, em 2011, iniciou-se a execução de um terceiro contrato para a construção de 1.500 casas evolutivas, de um pacote de cinco mil. Para os próximos dias, BS assegurou que irá ocorrer a assinatura de mais um contrato para a construção de mais 10 mil casas evolutivas e cerca de 5000 casas sociais.

Por outro lado, referiu que as 1.500 casas sociais ainda não foram entregues, devendo ser concluídas e entregues talvez dentro de dois meses, para depois iniciar o processo de realojamento das primeiras famílias para quem estão destinadas essas habitações».

«O PRP não é o PHS»

Independentemente disso, ficámos a saber que foram feitos esforços paralelos, porque em princípios de 2011, era a altura marcada para o início dessa obra, que, por indisponibilidade financeira, só arrancou em Dezembro.

O Programa de Realojamento das Populações (PRP), não é o Programa de Habitação Social (PHS), referiu Bento Soito, para clarificar a sociedade, que há muito tem vindo a confundir os dois programas.

Para ele, o PRP não é a estrutura que está vocacionada para atender às famílias que vivem em zonas de risco, nem às famílias que são alvo de sinistros. O PRP é o programa de realojamento das populações que vivem em áreas onde o Executivo realiza obras de impacto social ou seja, está destinada a atender uma demanda de obras, e é de subordinação central.

Por outro lado, existe o PHS, que é o programa que visa a atender às famílias que vivem em situação de risco e às sinistradas, tendo subordinação dos Governos Provinciais.

«Mas compreende-se, porque o que tem acontecido durante algum tempo, é que o PRP, nos últimos dois anos, acabou por assumir também essa responsabilidade, porque o GPL não se apresentou dotado de meios financeiros e técnicos que pudessem atender a esta necessidade», recordou.

Acrescentou que hoje, as coisas já estão bem claras e o PRP vai traduzir-se já em duas acções distintas, sendo uma ligada à demanda das obras e da responsabilidade do Executivo Central e a outra o Programa Provincial de Realojamento das Populações e que vai atender, por um lado, às famílias sinistradas, às que vivem em zonas de risco e, por outro lado, também vai atender à autoconstrução dirigida.

Longa lista de espera

Cerca de oito mil famílias aguardam pacientemente pela sua chamada para o realojamento. A lista é longa, as dificuldades, embora sem chuva, apertam. Neste momento, estas encontram-se distribuídas em vários pontos, existindo os mais críticos.

No Zango 1, existem cerca de três mil famílias que vivem em tendas. Segue-se a Sapú, onde se encontram cerca de 200 famílias. No Kilamba Kiáxi, mas na zona próxima da Vila Estoril, acham-se cerca de 400 agregados e no Panguila 2 mil, que vivem duas a três famílias numa só casa.

Existem, ainda, outras famílias, saídas da zona incendiada do São Paulo, da parte da lagoa de São Pedro, município do Cazenga, e igualmente da parte traseira da Assembleia Nacional, totalizando 400 famílias, que coabitam duas a três em Viana.

«Temos algumas famílias que tivemos de enquadrar que resultam da Lagoa do Kinaxixi, parte traseira da Assembleia Nacional, Viana também que estão agrupadas em tendas no Zango 1 e 2. A estas, volta e meia, temos vindo a acomodar em casas evolutivas que o programa teve a oportunidade de, fruto de um esforço extra, erguer para desafogar esta situação», informou.

7.8 Requalificação dos municípios longe das expectativas

Agora

26 de Maio de 2012

O programa de requalificação dos municípios em curso, desde Novembro de 2011, entrou, esta semana, na fase final de instalação das infraestruturas técnicas, mas ao que tudo indica, o processo poderá ser mais retardado por causa da energia eléctrica e de água, cujas redes datam da era colonial.

Nesta altura, por exemplo, decorre no Sambizanga e Cacuaco, o recenseamento populacional e habitacional das zonas do Mota, Lixeira e Candeeiros. Ficando postergados à fase seguinte, consubstanciará que seria da construção dos equipamentos sociais como escolas, centros de saúde e esquadra de polícia, depois de se ter feito um referendo popular onde se definiu o tipo de infra-estruturas sociais a serem construídas no local.

Quanto à transferência das duas mil famílias ainda residentes no Sambizanga para outras zonas da capital, para permitir a edificação dos equipamentos sociais, as nossa fontes consideram estar prevista para os meses de Abril ou Maio de 2013.

Segundo dados do gabinete técnico, foram identificadas cinco zonas especiais com uma área total de aproximadamente mil e 10 hectares.

Estas zonas estão localizadas na parte norte da cidade capital, adjacente ao distrito do Miramar e a sul do Porto de Luanda, e são delimitadas por uma rede de vias estruturantes que se encontram em fase de reabilitação.

O projecto de requalificação dos municípios e distritos visa a edificação de residências do tipo T2, T3 e T4 e está virado à promoção da casa social que se desenvolverá em residências de primeiro piso e em edifícios de até quatro andares.

Actualmente, as zonas estão ocupadas com construções informais implantadas de forma desorganizada devido à ausência de estradas apropriadas e à falta de infra-estruturas sociais adequadas para qualquer urbanização.

7.9 Demolições na calada da noite

Folha 8

26 de Maio de 2012

Por volta das 3hoo, os agentes, batiam às portas dos casebres apenas para permitir a retirada das pessoas e,

logo de seguida, demoliam as residências e seus haveres com pás carregadoras, e imediatamente transportavam os detritos em vários camiões.

O pescador Luciano Macala perdeu, nas demolições, oito arcas onde conservava o pescado, material de pesca e afins que se encontravam no seu depósito.

O seu caso é paradigmático. A 10 de Abril de 2012, pescador pagou 25,520 kwanzas (US \$250) de impostos, mais o montante de 8,510 kwanzas (US \$85) à Capitania do Porto de Luanda, relativo ao primeiro trimestre da sua licença de pesca. A licença concede-lhe o direito de espaço para o encalhe da sua embarcação em terra e espaço para aprovisionamento de material de pesca e afins. Há 10 anos que o cidadão paga as suas contribuições e, apesar disso, viu também a sua embarcação a ser destruída, na proa, por uma das pás-carregadoras de rodas, de marca Caterpillar.

Por sua vez, Maria António Pedro, 53, nem sequer teve tempo de recolher os documentos pessoais ou o material escolar dos filhos. "Os fiscais do Governo Provincial de Luanda deram um pontapé na porta, obrigaram-nos a sair aos gritos, apenas com a roupa do corpo, e partiram tudo". Carla Marinete também teve apenas permissão para retirar os seus quatro filhos. Já a viúva Elisabete Maria, 38, anos conseguiu retirar alguns haveres importantes, como documentos e utensílios domésticos devido aos seis filhos que tiveram mãos para carregar o que podiam.

O caso mais dramático foi o de Graciete de Oliveira, 27 anos, deficiente física, a quem os fiscais cuidaram de salvar a sua cadeira de rodas e mais uns parques haveres. "Nem sequer deixaram-me tirar a pasta onde tinha o dinheiro", disse. Demoliram a sua habitação, com os seus bens, incluindo o seu negócio de bebidas alcoólicas. Sem marido, a jovem encontra-se ao relento com quatro filhos, dos seis aos 10 anos e sem mobilidade. "O que faço agora?", interroga-se.

Em Fevereiro passado, segundo testemunhos de vários populares, fiscais do Governo Provincial de Luanda realizaram o cadastramento da área, tendo numerado as habitações de chapas de zinco para o suposto realojamento dos residentes. Segundo Luzia António, 57 anos, "os fiscais disseram-nos que as casas seriam partidas antes das eleições, numeraram as nossas casas, pediram-nos fotocópias dos bilhetes de identidade, números de telefone e nos disseram que seríamos transferidos para o Zango".

No local, notou-se uma comunidade marcadamente matriarcal, com muitos dos agregados familiares dependentes de viúvas que se dedicam, na sua maioria, à venda de peixe. Por outro lado, os pescadores

formam a outra componente da comunidade, e ocupavam espaços de armazenamento de material de pesca e conservação. Para o efeito, estão devidamente licenciados pela Capitania do Porto de Luanda e são cumpridores das suas obrigações fiscais conforme atestavam os documentos exibidos por vários. O comandante da polícia, destacado no local, justificou a acção como uma medida destinada a limpar a área de "lumpens" que "têm contribuído para o aumento da criminalidade em Luanda". Fê-lo após tentativa de detenção do autor, porque este colhia depoimentos. O oficial enviou comunicação sobre a presença de um jornalista no local e prontamente surgiram dois indivíduos, numa viatura de luxo BMW X5, de quem passou a receber instruções. A ordem para que o jornalista entrasse na viatura, a população, maioritariamente mulheres, juntou-se aos gritos e cercou a viatura. Exigiam que, se o jornalista fosse detido, todas as vítimas teriam de ser detidas ali mesmo. A agressividade da população, indiferente à aproximação dos fiscais para as dispersar, acabou por ditar o desfecho da recolha de testemunhos e imagens.

As demolições da Mabunda são uma violação flagrante da Constituição, referente ao respeito e à protecção que o Estado deve à pessoa e à dignidade humanas. Várias foram as pessoas que foram retiradas nuas das suas residências, sem serem autorizadas a recolher as suas roupas, conforme depoimentos das vítimas.

A Constituição garante a inviolabilidade do domicílio, não havendo consentimento de quem o habita ou mandado de autoridade competente. A nenhum dos residentes, sobre cujas anotações ascendem a 80, foi exibido qualquer mandado de autoridade competente. Nem sequer receberam aviso prévio, mesmo verbal, sobre a acção conjunta do Governo Provincial de Luanda e da Polícia Nacional. Também não se reportaram quaisquer casos de flagrante delito ou de emergência que justificassem, constitucional ou legalmente, tais actos.

Os agentes policiais e fiscais espancaram violentamente, no local, o cidadão Salvador Sabalo que, indignado com a destruição da sua habitação, atirou uma garrafa à pá carregadora. Segundo testemunhas oculares, mais de 10 agentes revezaram-se a pontapear e a desferir golpes de cacete à vítima, indiferentes aos pedidos de clemência dos seus familiares. O cidadão foi detido. A Constituição proíbe a tortura e os tratamentos cruéis, degradantes e desumanos, mas os agentes da autoridade, investidos de poderes arbitrários pelos seus superiores, ignoram as leis. "A mim, a polícia bateu-me na cara apenas porque estava a olhar para a minha casa enquanto a demoliam", lamenta António Bumba.

A peixeira Julieta Pedro, também afectada pelas demolições interroga-se: "Será que nos devemos alegrar com este acto do governo? Quando eles agem assim, o povo não fica triste?" pergunta.

O responsável máximo pela operação de violação dos direitos humanos, que ocorreu esta madrugada, é o actual governador de Luanda, Bento Bento. Este acumula também as funções de primeiro-secretário provincial do MPLA, na província, e deve responder publicamente sobre as razões que o levaram a autorizar o acto, violando a Constituição. Do mesmo modo, a deslocação de força policial, para um acto claro de violação dos direitos humanos, recai sobre a comandante provincial da Polícia Nacional, a Comissária Elizabeth Rank Frank que tem o poder de autorizar a participação dos seus agentes.

7.10 ONU apresenta programa sobre os sistemas agrários

Jornal de Angola

30 de Maio de 2012

O Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) apresentou ontem, na Caála, um Projeto de diagnóstico de sistemas agrários do município, cujo objetivo é apoiar ao fomento do desenvolvimento socioeconómico.

O Projeto, extensivo ao município do Bailundo, a ser desenvolvido durante três meses, pretende promover a melhoria da gestão da posse e administração da terra e outros recursos naturais, tendo em vista o bem-estar da população. O coordenador do projecto de terra do FAO no Huambo, Francisco Carranza, anunciou que vai ser elaborado um documento com informações sobre famílias camponesas e as actividades agrícolas na comunidade rural. O diagnóstico permite aos técnicos agrários analisarem a história agrária dos municípios e os seus recursos naturais e agro ecológicos.

O administrador adjunto para os assuntos económicos da administração da Caála, prometeu cooperação com o Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação para se atingir os objectivos do projecto. Bento Sandulo pediu às famílias camponesas e aos fazendeiros que criem condições para se receberem os técnicos agrários, que podem ajudar as técnicas produtivas.

Na cerimónia de apresentação do projecto estiveram presentes 35 elementos de associações de camponeses, chefes de repartições da administração da Caála e representantes de Organizações Não-Governamentais que operam município da Caála.

7.11 Título Ordenamento esta em debate

Jornal de Angola
30 de Maio de 2012

Uma delegação do Ministério do Urbanismo e Construção chefiada pelo vice-ministro Manuel Clemente esteve ontem em Cabinda para participar, durante três dias, os num seminário sobre instrumentos de ordenamento do território.

O vice-ministro disse que o seminário, promovido pelo Ministério da Administração do Território, tem o Objetivo de difundir a lei sobre o ordenamento do Território e a Lei e de Terras. O encontro, afirmou, serve para os participantes atualizarem conhecimentos sobre organização de concursos, planificação territorial e gestão fundiária. Seminários idênticos já foram realizados na Huíla, Cunene, Namibe, Kwanza sul, kuando-Kubango, Lunda-Sul, Lunda-Norte, Moxico, Uíge e Zaire.

, relativamente a determinados espaços."

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Ampliada rede de energia no Cazenga

Jornal de Angola
01 de Maio de 2012

O abastecimento de energia eléctrica ao bairro Hojiya-Henda, no município do Cazenga, em Luanda, melhorou desde sábado com a entrada em funcionamento de 17 postos de transformação. Visivelmente satisfeito, o administrador municipal do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, disse que os 17 postos de transformação vão abastecer 7.035 habitantes.

A inauguração dos equipamentos da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda esteve inserida nas jornadas "Sábado/Azul/Amarelo", que prevê a instalação de 113 postos de transformação, por etapas, em todo o município do Cazenga, um dos mais populosos da província de Luanda.

Victor Nataniel Narciso referiu que o investimento na rede de distribuição de energia eléctrica melhora a qualidade de vida das populações. "Por esta razão, hoje temos um grande motivo para estarmos satisfeitos", sublinhou.

O administrador municipal do Cazengo apelou aos habitantes para que não façam ligações anárquicas e que conservem os postos de transformação, para que não haja cortes de energia eléctrica.

Na ocasião, funcionários da EDEL fizeram a cobrança de facturas de consumo de energia e de celebraram contratos com novos consumidores. Os utentes da rede da EDEL no Cazenga foram aconselhados a utilizar racionalmente a energia eléctrica, evitando manter ligadas as lâmpadas durante o dia e a utilização do ferro de engomar durante a noite. No decurso da inauguração, Victor Nataniel Narciso accionou um mecanismo que iluminou o bairro, o que provocou uma vaga de satisfação entre a população presente.

Os moradores prometeram colaborar com a administração local nas acções de conservação dos postos de transformação de energia. Ana Maria, de 43 anos, defende uma rigorosa fiscalização para que não haja ligações anárquicas, porque danificam os equipamentos. Lucas, um cliente de 24 anos, louvou a EDEL por ter reposto o abastecimento de energia.

8.2 Prevenção das doenças causadas pela água

Jornal de Angola
02 de Maio de 2012

O médico Mário Gomes alertou ontem em Luanda para a necessidade da prevenção a fim de se evitarem problemas de saúde decorrentes da água das chuvas.

Especialista em medicina preventiva no hospital "4 de Fevereiro", distrito urbano da Ingombota, Mendes Mário Gomes frisou que as doenças provocadas pela água estagnada englobam a leptospirose, a hepatite A e a malária.

O técnico de saúde alertou para um dos principais problemas da chuva, que é a leptospirose, doença causada por uma bactéria encontrada na urina do rato e que pode penetrar no corpo humano através da pele.

"Se a pessoa tiver contacto com a água ou lama, precisa de ficar atenta a sintomas como dor muscular, febre e dor de cabeça. Nesse caso, é preciso procurar um médico e relatar que teve contacto com água de chuva", sublinhou Mendes Gomes.

Segundo o especialista angolano, outra doença que pode surgir, após o período de chuvas, é a hepatite A, que é transmitida pela água de esgoto.

"Os sintomas são variáveis, podendo ocorrer mal-estar, dor abdominal, febre baixa e coloração amarelada nos olhos e na pele", acentuou o médico.

De acordo com o médico Mendes Gomes, a água da chuva também provoca o aumento do risco de diarreia aguda, causada por bactérias, vírus e parasitas, além da febre tifóide, causada pela *Salmonella typhi*, bactéria encontrada nas fezes de animais.

8.3 Recolha de lixo degrada via

Novo Jornal
04 de Maio de 2012

A RECOLHA DE RESÍDUOS sólidos na rua do morro da areia, em Viana, está a provocar a degradação da via bem como a erosão de quase cerca de 120 metros da parede da empresa Turbo Máquinas, naquela circunscrição.

O responsável da empresa, Nuno Martins, disse que os moradores devem ser sensibilizados e orientados a depositar o lixo em locais apropriados.

"Já deixamos que os moradores dos arredores depositem o lixo aqui. Agora, as empresas responsáveis pela recolha, quer a SGO-AMBIENTAL, quer a SOLIMPEL, devem fazer um esforço e colocar contentores para o depósito do lixo", apelou Nuno Martins, acrescentando que as mesmas empresas não estão preocupadas só com a recolha do lixo, mas com a quantidade que carregam devido ao peso.

"Quanto mais peso o lixo tiver mais ganham. Mas não está certo que por isso não existam regras. Recolhe-se lixo com terra à mistura. O muro da nossa empresa corre sérios riscos de derrocada, visto que já "tem as fundações expostas. A sorte é que ainda não choveu", exortou.

A preocupação de Nuno Martins prende-se também com os riscos de contaminação de doenças que podem advir do depósito de lixo, pois em causa está a saúde das pessoas que aí trabalham bem como a dos moradores.

Para além do amontoado de lixo junto à Turbo Máquinas, encontram-se na mesma via vários focos e amontoados de lixo que constituem um perigo para quem ali vive e circula.

8.4 EPAL

Agora

05 de Maio de 2012

Nada mau se os gestores da operadora de águas de Luanda fizessem um trabalho de sapa para certificar as lacunas existentes no fornecimento do precioso líquido na maior urbe do país. É inconcebível que um bairro existente nas 'barbas' do Futungo, onde há vários anos vive (u) o PR esteja a atravessar sérios problemas, neste domínio. É a partir daqui, onde as autoridades deviam mostrar serviço. Mas não é o caso pois, os moradores queixam-se da morosidade da Epal em estender a rede de distribuição de água ao bairro porque acham que em mais de três décadas de independência, este 'pedaço' da cidade capital devia servir de espelho da sociedade. Foram instalados apenas dois chafarizes intermitentes, quando já se devia fazer a ligação domiciliária, juntando o útil ao agradável. Enquanto se aguarda por melhores dias, a população tem de contentar-se com o consumo de água das cisternas ou tanques de cimento que cobram caro. Isto é justo?

8.5 Água rara, água cara!

Agora

05 de Maio de 2012

A falta do precioso líquido, no Mártires de Kifangondo, tem deixado os moradores irritados, culpabilizando a morosidade do projecto de reabilitação das vias de Luanda, que iniciou no consulado da antiga governadora Francisca do Espírito Santo e não se sabe quando há de terminar.

"As obras não acabam e a água é uma miragem porque há muito deixou de jorrar nas torneiras. É uma desgraça porque estamos a comprar o bidon muito caro", notaram.

Como se isso fosse pouco, os proprietários de tanques também deixaram de comercializar o precioso líquido.

"Agora temos de percorrer longas distâncias em busca da água". A situação ocorre sobretudo, nas ruas 5, 12, 16 e travessa 5°. Problemas idênticos repetem-se na periferia da cidade capital.

8.6 Pequenos empreendedores estimulados a recolher lixo

Jornal de Angola

06 de Maio de 2012

O governo da província de Luanda vai executar, ainda este ano, um programa de saneamento básico para melhorar a saúde pública e garantir um ambiente saudável.

A intenção consta do Plano de Iniciativas de Impacto Social Imediato de Luanda, em execução pelo Ministério da Economia e pelo governo provincial de Luanda. De acordo com o documento, o projecto vai conceder microcrédito a pequenos empreendedores, para a aquisição de materiais e de meios para a recolha do lixo em todos os pontos da cidade de Luanda.

O programa de impacto social consiste em dar trabalho aos empreendedores que, pela recolha do lixo, vão receber um valor monetário ainda não definido.

Para a sua operacionalidade, o governo de Luanda, em parceria com o Ministério da Economia, vai criar 25 pontos de referência de recolha de lixo, localizados nos municípios de Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Luanda, Quissama e Viana.

Nesta perspectiva, os empreendedores vão receber máscara, fatomacaco, ferramenta de recolha e

sacos, essenciais para o trabalho de recolha de lixo. O microcrédito vai ser o meio através do qual as pessoas interessadas vão poder ter os materiais de que necessitam, lê-se no documento, apresentado, recentemente, pelo ministro da Economia, Abraão Gourgel, ao governador de Luanda, Bento Bento.

O projecto prevê a criação de brigadas de limpeza que vão, no futuro, atingir níveis de organização de cooperativas.

Além disso, contempla a atribuição de 600 motociclos de transporte de lixo e a execução de um modelo de pagamento por quilo aos jovens empreendedores envolvidos no projecto.

Um total de 100 balneários públicos também vai ser instalado em todos os municípios de Luanda, nos locais determinados pelas respectivas administrações municipais. O Ministério da Economia coordena o programa em parceria com o governo da província de Luanda, que realiza a coordenação executiva em conjunto com a comissão administrativa do município de Luanda. Os administradores municipais, durante a materialização do projecto, fazem a gestão do programa no terreno.

8.7 Milhares de famílias beneficiam de energia

Jornal de Angola
08 de Maio de 2012

Ao todo, 20 mil famílias residentes nos bairros Zango I, II e III vão passar a usufruir, a partir de Setembro, de energia eléctrica, que vai ser fornecida por uma subestação em fase avançada de construção.

O director do centro de distribuição da Empresa Distribuidora da Electricidade (EDEL) no município de Viana, Omar Mecupele, acrescentou que, com a nova subestação, vai ser corrigido o défice de energia existente no Zango.

A informação foi prestada no local ao coordenador adjunto do comité provincial de Luanda do MPLA para o município de Viana, Bento Kangamba, que fez, no sábado, uma visita aos três bairros para verificar a situação social e económica da localidade. O responsável político salientou que uma das metas das autoridades políticas e administrativas da província é melhorar o abastecimento de água potável e energia eléctrica. Além disso, o Executivo pretende melhorar a prestação de serviços nos sectores da saúde e da educação.

Bento Kangamba reconheceu, na ocasião, que o projecto habitacional do Zango tem um elevado impacto socioeconómico para a população de Luanda.

"O Zango é hoje uma realidade almejada por grande parte da população que ainda vive em condições precárias, no que tange a moradias, abastecimento de água e de energia eléctrica", realçou.

Durante a visita, o político visitou as obras do centro de abastecimento de água potável e reuniu-se com militantes do seu partido.

8.8 População do Cangambo já consome água potável

Jornal de Angola
08 de Maio de 2012

Dois sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável e quatro fontanários com capacidade para beneficiar 4.000 pessoas foram inaugurados no sábado no bairro da Cangambo, cidade de Malange.

O governador da província de Malange, Boaventura Cardoso, procedeu ao corte da fita e visitou depois as obras de terraplanagem da estrada principal do bairro da Maxinde e de construção de dois campos polidesportivos nos bairros da Catepa e Vila Matilde.

Os sistemas de água inaugurados comportam dois tanques com capacidade de armazenagem de 50 mil litros cada e inscreve-se no Programa de "Água para Todos" que visa a melhoria da qualidade de vida das populações em Angola.

Boaventura Cardoso considerou serem de extrema importância os empreendimentos inaugurados, tendo em conta a carência de água que se fazia sentir no bairro da Cangambo.

"Malange esteve atrasada na implementação do Programa Água para Todos, mas foram envidados esforços e hoje nota-se um avanço neste domínio.

Nos próximos tempos serão inaugurados mais 17 sistemas de água ao nível da província", indicou o governador.

Para o próximo mês de Junho está prevista a inauguração de um sistema de captação e tratamento de água no município do Kunda-dia-base, permitindo com que as populações desta localidade deixem de consumir o precioso líquido dos rios, sujeito a contrair doenças.

8.9 Projecto Água para todos inaugurado em Cangambo

Jornal de Angola

10 de Maio de 2012

Dois novos postos de captação quatro fontanários de abastecimento de água foram inaugurados no bairro da Cangambo, no âmbito do programa "Água para todos", na cidade de Malange, pelo governador provincial Boaventura Cardoso.

Os novos empreendimentos são parte de um total de 17 que vão ser incrementados em toda a extensão da província. Segundo o governador, Malange estava relativamente atrasada em relação à execução do programa "Água para todos", mas com estes sistemas "vamos dar sequência a todo o território da província". O município Kunda dya base tem prioridade no programa de incremento de sistemas de captação de água potável. .

8.10 Definido plano alternativo para abastecer a população

Jornal de Angola

11 de Maio de 2012

O director de energia e águas na província do Huambo, Adolfo Elias, disse ontem, nesta cidade, que a instituição já tem definido um plano alternativo de abastecimento de água às populações, tendo em conta a carência que se prevê nesta, época seca.

Em declarações à imprensa a propósito das dificuldades que os moradores das zonas periféricas da cidade enfrentam para terem acesso à água, Adolfo Elias anunciou para breve o início do programa de distribuição com camiões cisterna.

A água a ser fornecida pelos camiões vai sair da central de captação do rio Culimahala, situada a cerca de cinco quilómetros a leste do centro da cidade do Huambo.

Este plano alternativo vai, de certo modo, atenuar a carência de água que já começa a fazer-se sentir nos bairros que não são abastecidos pela rede de distribuição.

"Este ano registámos quedas pluviométricas muito baixas, o que causou um relativo abaixamento dos caudais das reservas subterrâneas e das linhas de água. No entanto, estamos a trabalhar para que essa situação não constitua um problema sério para as populações", frisou.

Quanto aos beneficiários da rede de distribuição, alertou que devem consumir a água de modo racional e responsável.

8.11 A recolha de resíduos solidos urbanos e a fiscalização

Semanário Angolense

12 de Maio de 2012

Entre os aspectos mais salientes, relativos aos cadernos de encargos do modelo de gestão de resíduos sólidos adoptados pela ELISAL, destacamos hoje a problemática das multas.

O regime de empreitadas públicas que vigora no nosso país prevê e a aplicação de multas por incumprimentos contratuais relativamente aos prazos e outras anomalias perpetradas por empreiteiros negligentes ou reincidentemente prevaricadores.

Para o caso das empreitadas de obras públicas, a fórmula que vigora na lei da contratação pública estabelece a aplicação do coeficiente 0,001 sobre o valor global, por cada 10% de prazo contratual, em proporções consequenciais repetitivas, até atingir um máximo de 0,005 ou 20% do valor em causa, depois de aplicados os correspondentes incrementos de 0,0005 por cada 10% do prazo.

A multa para as obras públicas só pode ser calculada por profissional preparado em fiscalização de empreitadas, dada a complexidade da fórmula.

Tenho sido muito crítico em relação à impunidade aos empreiteiros prevaricadores, que preferem enveredar por atitudes sorrateiras para prolongar os prazos estabelecidos contratualmente com autoridades oficiais e instituições adjudicantes. Isso deve-se fundamentalmente à falta de rigor por parte das empresas de fiscalização pouco comprometidas com a teoria da fiscalização de empreitadas públicas, bem como o desconhecimento da lei ou, pior, por razões de promiscuidade que obstaculizam os bons procedimentos de probidade administrativa com que se devem reger os agentes públicos.

O curso de fiscalização que tem sido repartido em Luanda, tem sido decisivo para a preparação de profissionais dotados de conhecimentos suficientes para aplicarem as disposições legais previstas na lei sobre a matéria.

Ao tomarem contacto com lei e os princípios da fiscalização suas regras e técnicas, os profissionais de fiscalização podem então exercer o poder administrativo que se impõe para garantirem o respeito ao espírito da lei por parte dos empreiteiros.

O mesmo não acontece com o processo de limpeza e recolha de resíduos sólidos urbanos uma actividade inserida no contexto público como concessão que se sujeita obrigatoriedade de fiscalização e é exatamente a inexistência deste pêndulo disciplinador que tem levado ao delírio alguma operadoras ao serviço da Elisal por se verem totalmente impune quando violam as regras do serviço público fiscalizado.

Podemos concluir que a ausência de fiscais com formação em fiscalização de empreitadas públicas no sistema de recolha e limpeza da cidade, tem proporcionado um verdadeiro ambiente de impunidade, e não só, porquanto a remuneração de um serviço sem qualidade fazendo prosperar uma empresa durante anos consecutivos, provoca-lhe uma certa sensação de tranquilidade ameaçadora para o sistema, e até mesmo um certo prazer em violar os contratos que celebra, contanto que a ausência de multas desencorajadoras da indisciplina e dos incumprimentos injustificados a beneficia largamente. Contrariamente ao espírito da lei, as empresas prevaricadoras devem ser sancionadas com multas, gradualmente dimensionadas (vimos para o caso das obras públicas o incremento de 0,0005 por cada 10% do prazo contratual tomado em progressão) e só mediante a aplicação desta medida correctora poderemos acreditar num comportamento mais consentâneo com a importância social do serviço, e do seu peso no Cômputo geral da governação e do atendimento às necessidades do saneamento público.

Permitindo-me a uma confiança estritamente académica, já pude provar a várias entidades envolvidas em empreitadas públicas, que a aplicação de multas às empresas operadoras sistematicamente violadoras das obrigações contratuais para com a Elisal, traria ao sistema proveitos incomensuráveis, quer de ordem operacional quer de ordem económica e financeira. Assim mesmo acontece também com o mundo da construção. Ao aplicarmos multas por violações contratuais, o sistema ver-se-á retroalimentado por fluxos financeiros extraordinários provenientes de penalizações em forma de multa, tais que sejam capazes de participar como amortizadores financeiros do concedente público, pois ao remunerar os serviços de fiscalização, a Elisal contrai uma despesa para garantir qualidade (negada por negligência pelas próprias empresas). Um ciclo pode ser formado então com tendência autosustentável, do ponto de vista económico-financeiro, uma vez que as despesas com a qualidade podem ser suportadas com receitas provenientes da aplicação de multas aos prevaricadores que atentem contra a própria qualidade do serviço.

Não há como nos preocuparmos com aqueles que violem regras, prazos ou enveredem por um mau serviço. que se entendam depois com as penalidades em forma de dinheiro a menos nos seus cofres. Uma maneira

eficaz de castigar os empreiteiros que violam injustificadamente os prazos contratuais deixou de ser a sua condução aos tribunais e passou a ser a aplicação de multas de acordo com o n.º 287 da lei 20/10 de 7 de Setembro. O nosso desejo será, seguramente, que o sistema ou modelo de recolha e limpeza da cidade de Luanda contemple também, com seriedade e determinação, uma fórmula de eficiência máxima, capaz de desencorajar as empresas operadoras prevaricadoras, que cometam violações de forma impune.

A desenvoltura com que dediquei algumas páginas do meu livro sobre empreitadas públicas e a sua fiscalização pode ser um encorajamento para quem agora lida com o processo de limpeza pública. O próprio desenvolvimento esmiuçado da fórmula que evidenciei com algum rigor matemático para fazer corresponder ao espírito do legislador na lei da contratação pública também pode ser uma fonte inspiradora para quem pretenda penalizar as más acções no mundo da recolha e limpeza de resíduos sólidos que tem sido o nosso tema de preferência até aos dias de hoje.

8.12 Água para todos em expansão

Semanário Factual

03 à 12 de Maio de 2012

O projecto "Água para Todos" veio ajudar a comunidade", diz uma autoridade tradicional do município de Kalandula.

O soba Mateus Kassua confirma que a qualidade da água que os habitantes da sua aldeia consomem reduziu doenças na localidade.

"Semanalmente, os hospitais recebiam doentes, vítimas de diarreia", conta Amadeu Paulo, habitante da comuna do Kota.

O projecto "Água para Todos", implementado pelo Executivo, no âmbito do programa de luta contra a pobreza, já atingiu várias localidades do município de Kalandula, província de Malanje.

A administração local diz estar previsto, para 2012, a criação de microsistemas de abastecimento de água potável àquelas populações que residem distante das fontes do respectivo líquido.

Existem regiões a nível do município, onde as fontes naturais de água são distantes e a sua distribuição é crítica, razão pela qual há que se encontrarem alternativas para estes micro-sistemas.

Actualmente, as populações dessas zonas tiram água dos rios e poços em condições inapropriadas para o consumo humano.

A administração prevê a reabilitação dos sistemas de captação e de distribuição de água às populações, devido à carência de água potável que o município enfrenta.

O programa já está a ser implementado nas comunas do Kota, do Kinji, do Kateco Kangola e do Kuale, cuja acção se enquadra no âmbito do programa de "Água para Todos" em curso no País.

Kalandula é, potencialmente, agrícola, com vasta área cultivável, constituindo uma região privilegiada na produção de mandioca, de feijão, de amendoim, de inhame, de milho, de hortícola, de café e de batata-doce e rena.

Mil e cem residentes da sede comunal do Kinji, município de Kalandula, beneficiam já de água potável, fruto da inauguração de um sistema de tratamento e de distribuição do líquido. O empreendimento compreende cinco fontanários.

As autoridades locais consideram a entrada em funcionamento do sistema de água um passo decisivo para a melhoria da vida das populações, uma vez que a província estava atrasada na implementação do projecto.

Com a implantação do sistema recentemente inaugurado, a população vai deixar de percorrer por longas distâncias, bem como evitar a extracção de água nas cacimbas e nos rios.

O sistema de água foi construído, reabilitado e ampliado, permitindo que a captação da água seja feita a partir do rio Helegi, com duas electrobombas, com capacidade para bombear 10 metros cúbicos por hora.

Comporta dois tanques de água, sendo um para tratamento e outro para a distribuição com capacidade de 20 mil litros cada, e é alimentado por um gerador de 80 Kvs.

Qualidade da água reduz doenças

"O abastecimento de água potável à população do município está a melhorar consideravelmente, fruto da construção dos centros de captação, do

tratamento e da distribuição do líquido", fez saber o cidadão Adão Kissanga.

"Uma parte da população já consome água potável, em virtude da construção do sistema de captação e de tratamento de água", acrescentou.

Para o enfermeiro Pedro José, o fornecimento de água potável visa, igualmente, contribuir para a redução de doenças causadas pelo consumo de água não tratada.

"Melhorias no fornecimento de água potável, pela impletpentação do programa "Água para Todos" e pelo saneamento básico, assim como acções de desinfecção e tratamento de cacimbas nas áreas peri-urbanas, desenvolvidas junto das comunidades, resultaram no avanço substancial da qualidade de vida da população, diminuindo a incidência das doenças diarreicas agudas", sublinhou o responsável da Administração Municipal de Kalandula.

"Estamos a trabalhar para a ampliação da rede de distribuição de água potável, para que o bem seja extensivo a todos os munícipes", afirmou.

Segundo o responsável, a rede de distribuição de água potável à Sede Municipal de Kalandula será ampliada, nos próximos tempos, visando beneficiar os bairros periféricos da urbe."

"É necessário expandir a rede porque apenas 37 por cento da população da sede municipal beneficia de água potável, uma vez o objectivo do programa do Executivo, denominado "Água para Todos", cingir-se em reduzir o deficit de cobertura para 80 por cento até 2012", afirmou.

"No projecto de expansão da rede de distribuição de água, está prevista a construção de fontanários e de ligações domiciliare", adiantou.

BM financia projecto de distribuição de água

O Banco Mundial (EM) financiou, em 2011, novo projecto de água potável para a cidade de Malanje, cujo programa a ser lançado pelo Ministério da Energia e Águas visa reforçar a capacidade e a expansão da rede de distribuição e abastecimento de água, assim como a ligação a sete mil residências.

O projecto contempla, igualmente, a construção do segundo sistema de captação e de tratamento de água à cidade, que será erguido no rio Kujji, a fim de melhorar a problemática de água que se tem registdo em Malanje.

É um projecto que está a ser lançado em concurso público e, uma vez adjudicada a obra como já existe financiamento, deverá seguir o seu curso normal.

Concluída a empreitada, esta permitirá a duplicação da capacidade de abastecimento de água a Malanje.

Kalandula, O município turístico

Kalandula é uma vila e município da província de Malanje, em Angola, fundada a 2 de Setembro de 1929.

O município de Kalandula tem 70 mil e 37 quilómetros quadrados e uma população estimada em 72 mil e 400 habitantes. É limitado a Norte pelos municípios de Alto Kawale e Massango, a Este pelos municípios de Marimba, Caombo, Cuaba Nzogo e Malanje, a Sul pelo município de Cacusó, e a Oeste pelos municípios de Samba Caju e Ambaca. Administrativamente, tem cinco comunas, Sede, Kota, Kinji, Kateco- Kângola e Kuale e tem 18 regedorias e 548 sobas.

No município, situam-se as famosas Quedas de Kalandula, bem como as de Musseleji, de Mactao-a Luando e de Mbanga-a Nzenza.

Até 1975, teve a designação de Duque de Bragança, nome atribuído para homenagear o soberano português Dom Pedro V, que, na altura, tinha o título monárquico de Duque de Bragança.

8.13 Casa no morro torna água potável difícil

Jornal de Angola
05 de Maio de 2012

As populações das encostas do Morro do Tchizo e do bairro Comandante Gika, em Cabinda, têm dificuldade em obter água potável. As donas de casa são obrigadas a percorrer distâncias. Mas o secretário provincial em exercício da Energia e Água, Filipe Barros, diz explica porquê: "As casas foram construídas em zona de risco. Há um projecto de asfaltagem da estrada que dá acesso ao bairro. Só quando a estrada estiver concluída vamos instalar a conduta de água".

Cristina Simba, 39 anos, moradora no Morro do Tchizo, diz que há mais de dez anos que as torneiras deixaram de jorrar água. Mãe de seis filhos, Cristina perde a esperança de voltar a ter água corrente em casa e a partir dos fontanários públicos. "Todos os dias, compramos água nos camiões cisterna. A situação agrava-se quando não temos dinheiro para comprar", diz Cristina Simba.

Teresa Simba, outra moradora há quatro anos na zona montanhosa do Tchizo, também junta a sua voz para também pedir para se resolver a situação. Com um parto fresco, Teresa Simba vive sozinha e diariamente é obrigada a transportar na cabeça um bidão de 25 litros de água, comprado a 50 kwanzas.

"Os meus filhos são pequenos, não tenho ninguém que possa ajudar-me acarretar água, atendendo ao estado que me encontro", diz Teresa Simba, frisando que é difícil enfrentar esta situação, para quem vive no ponto mais alto da montanha.

"Peço ao governo para ajudar-nos a ultrapassar a situação da carência de água", diz, dirigindo-se ao governo provincial liderado por Mawete João Baptista.

Situação semelhante vive o Bairro Chiueca, onde quatro mil habitantes precisam de aceder à água em melhores condições. A alternativa dos moradores é utilizar água tirada das cacimbas para outras tarefas domésticas.

Conclusão da estrada

O secretário provincial em exercício da Energia e Águas, Filipe Barros, diz estar ao corrente da situação, mas acrescenta que primeiro é preciso concluir a asfaltagem da estrada, infra-estrutura que inclui a conduta principal de passagem da água para interior do bairro.

"Trata-se de um projecto combinado que envolve a integração de infra-estruturas para vários serviços sociais, água, telefonia fixa e móvel e electricidade", esclarece Filipe Barros, acrescentando não ser possível a realização de qualquer intervenção nos bairros sem a conclusão dos trabalhos da asfaltagem.

Apesar disso, Filipe Barros explica que a secretaria provincial da Energia e Águas, no interesse de minimizar a situação, tentou recuperar um pequeno sistema de captação de água (poço) deixado pelos cubanos que construíram o Bairro Uneca, com seis chafarizes que abastecem a área, mas devido ao êxodo populacional ele já não é suficiente para a procura.

A dificuldade no abastecimento de água potável às populações que residem nas encostas do Morro de Tchizo reside na localização do bairro, que está num local bastante inclinado, tornando complicado o bombeamento do precioso líquido para as zonas elevadas mais esforços estão a ser feitos para melhorar a situação.

Estações elevatórias

Para Filipe Barros, a situação só é ultrapassada com a conclusão das obras de recuperação do sistema da Fortaleza, empreendimento que permite a instalação de algumas estações elevatórias.

"Nas estações elevatórias serão instaladas bombas na zona de baixa altitude e tanques a montante, para que a água que vem do sistema da Fortaleza seja acumulada num depósito e através do sistema de gravidade abastecer-se os moradores".

Filipe Barros anunciou que actualmente estão a ser produzidos 420 metros cúbicos de água por hora, dos quais 120 a partir da estação de tratamento de água (ETA 1) e 300na(ETA2).

A par da recuperação do sistema de produção e tratamento de água da Fortaleza, estão a ser construídos quatro sistemas de produção e abastecimento de água potável às populações avaliados em quatro milhões de dólares, inseridas no Programa de Investimentos Públicos (PIP) de 2012. As obras são realizadas na zona sul da cidade de Cabinda e nas Comunas de Dinge e Necuto.

O sistema de produção e tratamento da Fortaleza produz, actualmente, 45 mil metros cúbicos de água por hora e com a conclusão da reabilitação passa a produzir 110 mil metros cúbicos por hora, garantindo a distribuição do precioso líquido às localidades de Fortaleza, Ngoyo, Sende, Santa Catarina, Povo Grande e aos moradores das encostas do Morro do Tchizo.

"O aumento dos níveis de produção do sistema de produção e tratamento da Fortaleza permite melhorar a distribuição de água, o volume de água produzido hoje não satisfaz as necessidades", refere Filipe Barros.

Se as populações do morro de Tchizo e as do bairro Comandante Gika podem em breve ver solucionado o problema de água potável, o mesmo não acontece com as da Comuna de Dinge. Filipe Barros salienta que a localidade se depara com falta de rios e o único furo artesiano que produzia água secou

devido às poucas chuvas. A solução é instalar na sede comunal do Dinge uma estação de produção e tratamento com capacidade de 25 metros cúbicos por hora, sistema sustentado com o rio que atravessa a aldeia da Beira Nova.

Vandalização dos chafarizes

A secretaria provincial de Energia e Águas pretende acabar com a construção de chafarizes devido à

vandalização dos equipamentos. Os chafarizes são um serviço não rentável e as torneiras são roubadas para o fabrico de brincos e pulseiras.

"A população consome a água a custo zero, sem pagar nada. Isso não pode continuar assim, porque o sector fica sem recursos financeiros para suportar as avarias ou para mais investimentos", afirma, anunciando a instalação de contadores ou medidores de caudal nos domicílios para determinar o volume de água gasto pelo consumidor.

A instalação de contadores domiciliários permite arrecadar receitas, rentabiliza o investimento feito e evitar o desperdício de água.

8.14 Programas garantem acesso a água

Jornal de Angola
05 de maio de 2012

O fornecimento de água potável regista progressos com o início de vários projectos desenvolvidos pelo Ministério do sector, disse o director nacional de Abastecimento de Água e Saneamento da Secretária de Estado das Águas.

Lucrécio Costa, que fez a afirmação numa reunião com funcionários do Ministério da Energia e Águas, referiu que, em matéria de abastecimento, quer no meio rural, quer no urbano, há indicadores que mostram evolução devido, principalmente, à execução do "Programa de Reabilitação e Expansão de Sistemas Urbanos de Abastecimento de Água".

Este projecto faz parte do "Plano de Acção Estratégico do Sector das Águas" e do "Programa Água para Todos".

"As preocupações relacionadas com o fornecimento de água potável à população constitui uma componente importante da agenda do Executivo, que o definiu como um dos objectivos estratégicos", disse.

Actualmente, declarou, a oferta de água potável na zona urbana abrange cerca de 57 por cento da população. Em 2009, insistiu, o fornecimento de água diária nas cidades variava entre 35 e 65 litros por pessoa, enquanto hoje varia entre 42 e 78 litros.

No meio rural, continuou, o abastecimento de água potável contempla 43 por cento da população contra os 22 por cento em 2009.

No último triénio, disse, foram construídos cerca de 1.450 pontos de água, e 306 pequenos sistemas de

abastecimento, o que representa um crescimento da oferta estimada entre 30 e 42 litros por pessoa.

O Ministério da Energia e Águas conta, nestes projectos, com a parceria e financiamento de instituições como UNICEF, União Europeia, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A vice-governadora do Bengo Elvira Van-Dúnem inaugurou na comuna do Quicabo, um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável.

O sistema, enquadrado no programa "Água para todos", beneficia cerca de quatro mil habitantes.

Na sede comunal foram feitas ligações domiciliárias e construídos seis chafarizes.

A estação de captação tem duas bombas e cada uma tem capacidade para bombear 200 metros cúbicos por horas. A mesma está localizada a três quilómetros da sede comunal. Os trabalhos, que duraram um ano e sete meses, tiveram a cargo da empreiteira "Vissapa e Filhos".

Na ocasião, a vice-governadora exortou a população a conservar o sistema ora inaugurado, por ser um bem comum e que vai contribuir para o bem-estar dos beneficiários.

Elvira Van-Dúnem frisou que o Executivo está a trabalhar para resolver os diversos problemas sociais que afectam a população, sobretudo nos sectores da Educação, Saúde, Água e reparação da rede viária.

Com a inauguração, disse, a comuna do Kicabo caminha rumo ao crescimento, embora exista ainda várias dificuldades que o governo vai resolvendo paulatinamente, no quadro do programa de combate à pobreza.

Durante a sua estada na comuna do Kicabo, Elvira Van-Dúnem visitou igualmente a administração local e alguns chafarizes e lavandarias construídos na circunscrição.

8.15 Mais água potável para a Vila Branca

Jornal de Angola

06 de Maio de 2012

Os cerca de 8.200 habitantes de Vila Branca e Vatuko, município de Caluquembe, dispõem, dentro de dias, de água potável graças à entrada em funcionamento de dois sistemas de captação e distribuição, orçados em 16 milhões de kwanzas.

As infra-estruturas, instaladas no âmbito do programa "Água para Todos" e inauguradas pelo governador da província, têm sistemas solares, lavandarias, com quatro tanques, e balneários.

O responsável pela povoação de Vila Branca lembrou que, com a instalação do sistema, as pessoas deixam de ter de ir ao rio Cunene buscar água, onde corriam o risco de ser atacadas por jacarés.

Daniel Catende congratulou-se por agora ser possível cozinhar os alimentos, dar de beber aos animais e reduzir muitas doenças sem correr riscos.

Armazém de produtos

O governador Isaac dos Anjos também inaugurou, na comuna de .Ngola, um armazém de produtos diversos, com capacidade para 45 toneladas, cuja reabilitação foi da responsabilidade da administração municipal de Caluquembe, no quadro do Programa de Combate à Pobreza.

António Joaquim, em nome dos camponeses da comuna, disse que o armazenamento vai contribuir

para as trocas comerciais entre o campo e a cidade e que os beneficiários se comprometem a aumentar a produção de cereais e a cuidar da infra-estrutura .

Ao governo provincial pediu que seja estabelecida uma tabela de preços, sobretudo, de milho, pois os 20 e 30 kwanzas por quilo não compensam os esforços desde a sementeira à colheita.

Também pediu que seja negociado o aumento do valor do crédito de campanha e a sua extensão a

outras localidades para haver mais pessoas a beneficiarem do programa, tractores, outros instrumentos de trabalho e fertilizantes. Apoio da administração.

O administrador de Caluquembe salientou a importância de se continuar a trabalhar junto da população na resolução dos problemas. Emílio Tchitacumbe referiu que a administração está a construir dois sistemas integrados de água nas localidades do Ngando e Mumue .

8.16 População do município do Pango Aluquém beneficiado program "Água para todos"

Jornal de Angola

11 de Maio de 2012

Os habitantes do município do Pango Aluquém, a 104 quilómetros da cidade do Caxito, província do Bengo, estão a beneficiar do Programa "Água para Todos", através de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água inaugurado quarta-feira pelo governador provincial, João Bernardo de Miranda.

As obras de construção do sistema de abastecimento de água tiveram a duração de seis meses. O empreendimento social possui chafarizes distribuídos em dez aldeias. Na comuna do Cazuangongo, a 30 quilómetros da sede municipal do Pango Aluquém, o governador procedeu ainda à inauguração do centro de saúde e fez entrega de uma ambulância.

O centro, em termos de medicamentos, está bem dotado, uma vez que é abastecido a partir da sede municipal do Pango Aluquém.

A doença do sono, o paludismo, as diarreias agudas, sarna e tosse convulsa são as principais enfermidades que afectam as populações do Cazuangongo.

João Bernardo de Miranda disse que o fornecimento de água potável na sede do município e arredores melhorou substancialmente, apesar de alguns cidadãos que residem em aldeias mais recônditas ainda consumirem água não tratada.

A intenção do Executivo, disse, é melhorar o abastecimento de água potável à população e, conseqüentemente, diminuir a distância que os cidadãos de zonas rurais percorrem na busca do produto.

O governador chamou a atenção da população no sentido de conservar os empreendimentos inaugurados.

O governo tem muitos programas a executar para o combate à pobreza das famílias angolanas que vivem em situações difíceis, sublinhou, acrescentando que depois de resolver a situação das estradas, sistema de abastecimento de água, energia eléctrica e escolas, a satisfação é grande, pelo facto dos municípios do Pango Aluquém e do Ambriz não possuírem crianças fora do sistema de ensino. O governador apelou à vigilância e à colaboração de todos os munícipes na protecção dos bens públicos, bem como na execução

dos projectos, visando o desenvolvimento da comunidade.

Com duas comunas (Cazuangongo e Sede), o município do Pango Aluquém tem 2.754 quilómetros quadrados e é limitado a norte pelo município dos Dembos, a este pelos municípios de Bula Atumba e Gonguembo (província do Kwanza-Norte), a sul pelos municípios de Golungo Alto e Cambambe (ambos província do Kwanza-Norte) e a Oeste pelo município do Dande.

A sua população está estimada em cerca de dez mil habitantes, que se dedica, na maior parte, à agricultura.

8.17 Luanda privada de água até ao dia 12

Semanário Angolense

11 de Maio de 2012

Os bairros Prenda, Samba, Praia do Bispo, Mártires, Cassequel, Alvalade, Cidade Alta, Benfica, Luanda-Sul, Boa Esperança, Zango, Calemba II, 14 de Abril e Viana, serão os mais afectados.

De acordo com o Porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, o serviço de manutenção é muito importante para evitar problemas "este trabalho servirá para o melhoramento da quantidade e qualidade da água a distribuir", disse.

O porta-voz da Epal, lamentou o facto de muitos consumidores não pagarem a água que consomem. A maior parte dos clientes estão na condição de devedores. "Há pessoas que estão há quatro, cinco anos que não pagam as suas facturas", disse.

8.18 Projecto do Executivo Água para Todos beneficia população da vila de Cambuengo

Jornal de Angola

12 de Maio de 2012

Os habitantes da comuna de Cambuengo, município do Mungo, Huambo, têm disponível mais água potável, desde o princípio deste ano, informou ontem, naquela vila, o chefe dos serviços técnicos e sociais municipais.

Tito Satumbo afirmou que, a partir deste ano, várias famílias da comuna deixaram de percorrer longas distâncias à procura de água, graças ao programa "Água para Todos", que foi criado com carácter de urgência em algumas aldeias e povoações, com a

abertura de furos, para que as populações tivessem água potável.

Na sede da comuna, está em construção um sistema de captação e abastecimento de água, cujo fim está previsto para dentro de três meses. De acordo com Tito Satumbo, neste momento as populações estão a ser abastecidas por oito furos e 28 cacimbas, na vila e nos bairros periféricos de maior densidade populacional. O projecto, disse, está já na sua terceira fase, com a implantação de novas infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento básico, como a colocação da rede de esgotos.

A meta das autoridades do município do Mungo é fornecer água potável às aldeias e bairros dos arredores da vila de Cambuengo, num espaço de três meses.

8.19 Gestão de resíduos é hoje analisada

Jornal de Angola

17 de Maio de 2012

O Ministério do Ambiente realiza hoje, em Luanda, um seminário de apresentação do Plano Estratégico para a Gestão dos Resíduos Urbanos em Angola.

Em comunicado, o Ministério do Ambiente informa que o seminário tem como objetivo a recolha de contribuições, para se garantir o envolvimento de vários sectores e a auscultação pública sobre aquele instrumento de gestão.

O Plano Estratégico para a Gestão dos Resíduos Urbanos (PESGRU) surge no âmbito das políticas ambientais em desenvolvimento no país e na sequência das conclusões da Conferência Nacional sobre Saneamento (ANGOLASAN), realizada em Luanda.

Sob a presidência e coordenação da ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, o seminário vai também apresentar o Regulamento Geral sobre os Resíduos.

Participam, além de responsáveis e técnicos do Ministério do Ambiente, representantes de departamentos ministeriais e os parceiros na gestão de resíduos urbanos e saneamento básico em Angola.

8.20 Sistema de recolha de resíduos deve mudar

Jornal de Angola

18 de Maio de 2012

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, defendeu que se deve dar maior atenção aos atores da recolha e tratamento de resíduos para a garantia de um serviço adequado e um aproveitamento dos mesmos.

Fátima Jardim fez este apelo durante o discurso de abertura do seminário de apresentação do Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos em Angola (PESGRU). O referido plano é um instrumento que define um conjunto fundamentado de propostas de atuação para alteração do paradigma de gestão de resíduos no país.

A ministra disse que o Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos contribui para a melhoria da saúde pública e do aspecto paisagístico das cidades que estão em pleno crescimento económico e desenvolvimento sustentável, sobretudo na componente urbanística.

"Este projeto é um trabalho resultante de uma auscultação e discussão do Ministério do Ambiente e parceiros prontos a garantir uma gestão mais efetiva dos recursos, pois este assunto constitui uma das prioridades do Executivo", disse.

Fátima Jardim afirmou que o desenvolvimento económico do país, das áreas periurbanas e rurais e a expansão das áreas urbanas são fatores positivos que resultam em maior produção de resíduos e exigem um sistema nacional de recolha e tratamento eficaz para dar resposta à realidade dos resíduos no país. A caracterização dos resíduos, o modelo de gestão, os sistemas de remoção de limpeza de espaços públicos, tratamento e o destino final dos resíduos são aspectos importantes da sua gestão, acrescentou. A ministra referiu que a produção de resíduos e o aumento do consumo não pára de crescer, pois também é proporcional ao crescimento da população e das cidades.

"Constatamos em Angola que, à semelhança de muitos países em desenvolvimento, a taxa de produção de resíduos está a crescer. Temos atualmente uma taxa média diária de 0,46 quilos por habitante", revelou Fátima Jardim.

Debilidade na recolha a ministra fez referência ao atual sistema de recolha e tratamento de resíduos a nível nacional, delineando que o mesmo apresenta algumas debilidades. "Encontramos no sistema anomalias desde a operação, deposição, recolha,

transporte, tratamento e destino final dos resíduos", disse. Esta situação, disse Fátima Jardim, levou com que fossem definidos objetivos sectoriais para melhor organizar o atual sistema e apreciar o modelo de gestão, os níveis de responsabilidade e o grupo dos diferentes atores no sistema.

"Precisamos de modelos modernos que, acima de tudo, atendam ao interesse ambiental, económico e social" defendeu a ministra do Ambiente, Fátima Jardim.

8.21 Ordem na gestão de resíduos

O País

18 de Maio de 2012

O Ministério do Ambiente passará a ditar a partir deste ano as "regras" para a gestão adequada dos resíduos Urbanos em Angola, com a aprovação em breve do seu regulamento e plano estratégico nacional pelo Conselho de Ministros.

O referido documento, que deverá ficar conhecido pela sigla PESGRU (Plano Estratégico para Gestão de Resíduos Urbanos), foi dado a conhecer à sociedade esta quinta-feira, 17, num evento organizado com esse fim pelo Ministério do Ambiente, em Luanda.

O Plano Estratégico para a Gestão dos Resíduos Urbanos será implementado nas suas mais variadas vertentes, tendo em vista apoiar os responsáveis políticos na tomada de decisões, orientar os principais actores sobre as opções estratégicas a seguir, num contexto de gestão sustentável de resíduos.

Quanto a isso, o Regulamento sobre Gestão dos Resíduos, com 29 artigos e suas alíneas, prevê multas e sanções graduadas entre um mínimo equivalente a USD mil dólares norte-americanos e um máximo equivalente a um milhão, consoante a gravidade de cada caso.

Prevê ainda a certificação de operadores de transportes de resíduos, métodos de deposição e eliminação de resíduos, sobretudo os considerados perigosos, obrigações específicas às entidades que manuseiam os resíduos perigosos, entre outros pressupostos.

Este regulamento será aplicado a todas as pessoas singulares e colectivas, públicas ou privadas que desenvolvem actividades susceptíveis de produzir resíduos ou envolvidas na gestão de resíduos.

Luanda testa

A capital angolana, célebre ao longo da sua existência pela sua relação difícil com o lixo, vai desenvolver em breve o projecto piloto, envolvendo as mais de 30 operadoras do sector e as que irão surgindo no quadro da política das micro, pequenas e médias empresas muito em voga por estes tempos.

Avultam as queixas de instituições e municípios em relação ao trabalho dos concessionários do negócio do lixo, globalmente, pois Luanda continua a exhibir a imagem de uma cidade com muitos problemas por resolver em matéria de gestão dos recursos sólidos. Os espaços da periferia são tidos como os mais problemáticos nesse capítulo escaldante da governação da capital, razão pela qual o GPL ensaia variadíssimas soluções, a mais recente delas o controlo das operadoras pelo sistema de localização estacionária, GPS.

8.22 GPL Vai criar novas operadoras de recolha de lixo

O Continente

18 de Maio de 2012

O governador de Luanda, Bento Sebastião Bento, fez recentemente, o anúncio do programa que prevê para além do Balcão Único do Empreendedor, a criação de empresas de limpeza e construção de novos mercados. "Neste momento estamos a inaugurar os primeiros balcões único do empreendedor, Luanda tem a felicidade de ter beneficiado de um programa superiormente visado por sua excelência Presidente da República, José Eduardo Dos Santos, que engloba o programa de apoio ao pequeno negócio, através do qual os cidadãos poderão aceder a pequenos empréstimos para os seus pequenos negócios, nomeadamente os serralheiros, mecânicos, carpinteiros, as senhoras que pretendem abrir salões de cabeleireiro deverão dirigir-se aos balcões único do empreendedor, para obtenção dos crédito estabelecidos pela lei, o programa estabelece também "o Programa Luanda Limpa" pela qual o Estado irá pagar os cidadão que decidirem abraçar a recolha do lixo", concluiu.

Transporte marítimo

Outra "boa nova" para os luandenses e não só, prende-se com a reactivação do transporte marítimo de passageiros que vai ajudar a descongestionar a circulação de veículos na capital do país.

A informação foi dada pelo director provincial de Trânsito, Tráfego e Mobilidade de Luanda, Jorge Bengue.

De acordo com o responsável, o Governo angolano, através do Ministério dos Transportes, apostou no transporte marítimo de passageiros para regularizar a mobilidade do trânsito em Luanda. "Nós temos um litoral bastante extenso e que pode ser utilizado como e via para transporte das populações do sul e norte de Luanda para o centro da cidade em serviço", sublinhou. Considerou que as soluções a nível do transporte marítimo vão de encontro com a mobilidade que cidades muito habitadas, como o caso de Luanda, devem ter. De acordo com Jorge Bengue, esta questão está a ser vista e combinada com outras medidas a nível do sector rodoviário e ferroviário. Por outro lado, apontou que o Caminho-de-Ferro de Luanda está a desenvolver a própria empresa no sentido de aumentar a frequência da circulação dos comboios.

Segundo disse, estão a ser criadas melhorias na própria acomodação dos passageiros, quer do ponto de vista das próprias estações dos comboios, como também na construção de parques de estacionamento em algumas estações, para fazer com que as pessoas adiram ao comboio estacionando as suas viaturas nos locais onde tiver que começar a sua viagem.

8.23 Três famílias num T3

O País

18 de Maio de 2012

Os ex - moradores do bairro da Chicala, transferidos para o projecto Modelar por causa das obras de re-qualificação da Marginal de Luanda, acusam o coordenador do programa de realojamento da população, Bento Soito de os ter enganado.

Filomena Tchapuanga Dias, 30 anos, disse que, na altura em que foram transferidas para aquele local, o governante garantiu que viveríamos temporariamente três famílias numa casa. Mas já se passam um ano e seis meses e parece que será definitivo.

Segundo conta, esta foi a solução encontrada pelo governante para alojar as mil e 536 famílias nas 512 moradias que tinha disponível. O bairro não tem energia eléctrica nem água canalizada.

Quando estão doentes os pacientes dirigem -se a um dos dois postos de saúde que existem naquela localidade mas não existem fármacos.

Neste caso são encaminhados para o Hospital da Açucareira (município do Dande) ou de Cacucaco. A

anexação da comuna do Panguila para o município do Dande, província do Bengo, levou a maioria dos professores da única escola que lecciona da iniciação a 9º classe a pedirem transferência. Os que ali continuam, de acordo com os munícipes, tentam fazer de tudo para que as crianças tenham acesso à educação.

Domingas Figueiredo sugere ao Executivo que resolva o problema da sua comunidade, alojando cada uma das famílias numa das habitações que supostamente pertencem à Sonangol e à Endiama. "Em vez de deixarem essas casas aí abandonadas, sugiro que nos separem porque não está a dar para viver três famílias numa única moradia, visto que os funcionários destas empresas não precisam delas" , apelou.

8.24 Falta de girafas concorre para o aumento do garimpo

Semanário Angolense

19 de Maio de 2012

A conduta projectada para abastecer proximamente o «Lar do patriota» e o Kifica, atravessa o bairro do Bem-vindo, onde, curiosamente, não foi erguido um único chafariz para satisfazer às necessidades dos habitantes locais.

Alguns residentes manifestaram a sua insatisfação pelo facto de, segundo eles, terem sido «marginalizados ou esquecido» pelos órgãos das administrações locais.

Joaquim Macova, 28 anos, disse ser revoltante «ver passar a conduta diante das barbas dos moradores, sem que eles estejam a tirar proveito dela». Apelou, por fim, às entidades de direito no sentido de colocarem chafarizes no seu bairro.

Se, por um lado, os moradores queixam-se da falta de fontenários públicos, por outro, os vendedores do preciso líquido procuram justificar as suas práticas ilícitas na ausência de girafas, ou seja, de locais onde possam aprovisionar os seus camiões cisternas.

Os furos feitos na conduta são de tal perfeição que tudo aponta que os mesmos tenham sido feitos por pessoas conhecedoras do metier, havendo mesmo fortes suspeitas do envolvimento de funcionários afectos à EPAL.

Um dos vendedores de água, que se aprestava a abastecer o seu camião, revelou que pagava pelo enchimento do seu camião a quantia de Kwanzas 3 mil e que depois revendia o mesmo líquido por 15 mil.

Queixa-se que não tem tido outra saída senão recorrer à candonga, por «falta de licença». «Existe muita burocracia na concessão das licenças», adiciona.

«Estou consciente que o garimpo não é melhor saída, mas para sustentar a minha vida e da minha família tenho de arriscar. .. », afirma, para depois gabar-se: «Sou parceiro do Governo, porque ajudo a resolver muitos problemas da falta de água no seio da população, incluindo chefes civis e militares do nosso país».

Este jornal apurou que a quantidade de água perdida é maior do que é arrecadada tanto pelas cisternas, como também pelos moradores .

8.25 Falta água nas torneiras de Luanda

Semanário Angolense
19 de Maio de 2012

Nos últimos tempos, alguns municípios da cidade capital têm registado constantes restrições no abastecimento de água potável, como consequência de avaria das subestações de distribuição e tratamento, assim como a destruição de tubagens, por parte de certas construtoras que realizam obras e, também, o garimpo do precioso líquido por indivíduos que se fazem passar de fornecedores da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL EP).

Os municípios de Luanda, Belas, Cacucaco, Cazenga e Viana são os mais atingidos com a problemática do fornecimento de água. Numa ronda efectuada esta semana, *Semanário Angolense* constatou a carência da água nalguns bairros da cidade capital, que deixaram de receber, ainda na década de 90, água potável por via de canais da EPAL- EP na década de noventa.

Nem mesmo os projectos águas de Luanda e de montagens de fontanários e nalguns bairros periféricos, levados a cabo há já alguns anos pelo Governo, União Europeia e a construtora brasileira Odebrecht vieram alterar o quadro de carência do líquido da vida.

O SA sabe que os camiões cisternas e os tanques improvisados têm servido de alternativa nas zonas periféricas em referência, onde um tambor ou bidon chega a custar entre 600 e cem Kwanzas.

A nossa reportagem confirmou também que os reservatórios de água de viaturas e residências não obedecem aos critérios de tratamento que se exige,

para além da falta de higiene e sujidade que se assiste nos referidos depósitos.

Kikuxi insuficiente para abastecer parte de Luanda

Apesar de alguns garimpeiros reconhecerem que a venda de água não tratada é um atentado à saúde pública, muitos desses indivíduos, que vendem o produto com a conivência de funcionários da EPAL, insistem nessa prática.

Cazenga popular, Cambalacho, Precol, Palanca, Avô Kumbi, Dangereux, Boavista, Sapú, Belo Monte, Casa de Chapa, Barra do Kwanza, Kífica, Caop A e B, Kwanzas, Kikolo, Paraíso e Mbanza Kalumbo - esta última localidade é banhada pelo Rio kwanza - são apenas alguns dos bairros que desde a década de noventa deixaram de beneficiar de água canalizada, para não falar das novas zonas que surgem um pouco por toda Luanda.

A cidade capital beneficiou, há mais de 10 anos da construção de uma das maiores Estações de Distribuição e Tratamento de Água, localizada no Kikuxi, em Viana, mas mesmo assim, de acordo com nossos entrevistados, o precioso líquido nem sempre faz morada nas torneiras dos luandenses.

A Estação de Distribuição e Tratamento de Água Kikuxi Luanda-sudeste, segundo responsáveis, bombeia diariamente 316 mil metros cúbicos de água, uma quantidade que, no entender do director Bernardo Monteiro, ainda não é suficiente para alguns municípios e distritos, tendo em conta o crescimento exponencial de Luanda.

Não obstante Viana suportar actualmente as maiores ETA'S da província, tendo em conta a corrente de água procedente do rio Kwanza e que desagua no canal de Kassaqui, localizado no Kikuxi, para posterior distribuição às Estações de Distribuição e Tratamento de água ETA'S, algumas da cidade satélite também não recebem água corrente.

De 50 ETA apenas cinco funcionam

Para o director da Estação de Distribuição e Tratamento do Kikuxi Luanda-Sudeste, as constantes falhas de energia eléctrica têm causado limitações no fornecimento normal de um dos maiores centros, inaugurado há onze anos.

Fontes seguras informaram que a empresa pública de águas de Luanda está a construir uma subestação de distribuição e tratamento de água na zona da Camama, junto ao campo 11 de Novembro, visando descongestionar algumas ETA'S existentes.

Com mais de cinco milhões de habitantes, a província de Luanda possui apenas 50 centros de distribuição e tratamento de água, dos quais apenas cinco estão em funcionamento, porquanto, as restantes se encontram avariadas, segundo apurou este jornal da direcção da EPAL.

Para repor o seu normal funcionamento, a empresa de águas de Luanda fez saber, pelo director geral adjunto para produção e ambiente, Adão da Silva, que está a levar a cabo uma campanha de revitalização, cujo objectivo é recuperar e substituir os meios técnicos.

Mesmo com este número, segundo fez saber, não chega para abastecer os habitantes da capital do país, que muito gostariam ver melhorada a situação. Adão da Silva admite que as linhas de bombeamento de água da EPAL têm registado alguns constrangimentos operacionais, tendo em conta o seu estado obsoleto.

Para finalizar, o responsável apontou o garimpo de água nas zonas recônditas da capital como um dos grandes prejuízos que a empresa enfrenta.

8.26 Garimpo de água inferniza vida dos moradores do Benfica

Semanário Angolense
19 de Maio de 2012

O garimpo de água na nova conduta do Benfica está a causar sérios transtornos aos moradores dos bairros Bem-Vindo e Kifica, ambos localizados no município de Belas.

A conduta proveniente do Kikuxi destinada ao abastecimento de água de uma parte do Benfica, mais concretamente às zonas urbanizadas da Cooperativa Habitacional «O Lar do Patriota» e Kifica tem sido alvo de sabotagens.

Numa deslocação aos referidos bairros, o *Semanário Angolense* constatou no terreno que a água desperdiçada tem vindo a inundar a vala que divide os dois bairros e que corre em direcção ao mar.

À primeira vista, fica-se com a ideia de que as inundações foram provocadas pelas águas das chuvas, o que não corresponde à realidade, visto que se trata de águas residuais e não pluviais; uma leitura adensada, de resto, pelo facto de se estar a registar um prolongado período de estiagem, visto há muito que as chuvas deixaram de cair.

Em algumas zonas, a água e a lama impendem a circulação de viaturas ligeiras, estando esta

unicamente reservada aos camiões que, na sua maioria, se dedicam ao garimpo do precioso líquido.

Localizado a jusante do «Bem-Vindo», o Kifica é o bairro que mais sofre com o furto da água, ao ponto de estar a afectar a qualidade de vida dos seus moradores, em particular aqueles que têm de atravessar a pé diariamente a referida vala.

«Deixei de atravessar esta vala, porque o meu carro [Chevrolet Spark] corria sérios riscos de ser engolido pelas águas», queixa-se uma moradora do Kifica que, de dedo em riste, apontava para as águas que corriam soltas pelo «rio».

Praticamente rendida, afirma que tem dado uma enorme volta para entrar ou sair do bairro, utilizando para o efeito a auto-estrada.

Um outro morador, que se identificou apenas por Francisco, disse que já sofreu alguns danos na sua viatura devido às águas, algo que considera caricato num período de seca, «sem as grandes chuvadas dos últimos anos». «Quando havia chuvas, até se justificava, mas agora não é o caso ...», atira.

As queixas não se restringem apenas aos automobilistas, mas também aos moradores que todos os dias sentem a necessidade de atravessar o pequeno «rio».

Alguns residentes em ambos baixos mostraram-se profundamente descontentes com a postura dos responsáveis da EPAL que, segundo eles, pouco ou nada têm feito para inverter o dramático quadro que se vive.

8.27 Melhorias longe de solução

Semanário Factual
De 19 à 26 de Maio de 2012

Quando se fala de saneamento básico, a maioria das pessoas pensa logo no lixo que se acumula em vários bairros de Luanda, sem que as empresas se empenhem na sua recolha diária ou semanal.

Mas, drenagem é um termo mais abrangente e tem a ver com sarjetas, água parada, valas e descargas de água putrefacta. Todo este quadro só tem razão de ser quando, de facto, se puder pôr a máquina a funcionar e proceder a uma limpeza quotidiana.

Porém, é visível que o saneamento de Luanda é pouco atendido por quem de direito, nomeadamente no que se refere à limpeza permanente das sarjetas e a sucção das águas paradas e com lixo nas valas de drenagem. Porque é lamentável ver a vala de

drenagem que sai da Petrangol e termina na Samba cheia de dejectos lançados por gente inculta que não reconhece o valor desse bem para salvar Luanda de enxurradas, particularmente na época chuvosa.

Admirável é também o trabalho desenvolvido pelas empresas da capital, embora este não seja tão eficaz quanto se deseja. Lembrar que, desde a Elisal à Urbana 2000, o saneamento nunca foi tão palpável pela população, o que levou o governo provincial de Luanda a disseminar empresas privadas para uma solução mais concreta para o saneamento.

Daí a impressão que o lixo nasce do chão e não sai de casas, porque as toneladas diárias de dejectos que são colocados nas ruas desafiam qualquer técnico que vê nisso um desperdício, sem que espaços sejam preparados para a sua recolha.

A questão do saneamento levou já à exoneração de governadores de Luanda e a rixas entre vizinhos, cada um acusando o outro de prejudicar o ambiente, ao atirar o lixo em qualquer lugar.

Deixando o lixo de parte, que dizer das sarjetas espelhadas pelas ruas da capital e que não são limpas há dezenas de anos? Todas entupidas, por falta de manutenção, as sarjetas devolvem o lixo contido em si quando chove, inundando vias, casas e tudo que encontram pela frente, dando um aspecto macabro à capital, porque não há vazão.

Periferia é o espelho de Luanda

E os cidadãos são as maiores vítimas que depois se ressentem com as doenças causadas pela imundície, que a todos preocupa mas ninguém toma a iniciativa de reverter a situação.

E claro que tem havido algum esforço, principalmente em zonas já requalificadas em que as antigas sarjetas foram substituídas por novas, e aí, quando chove, em poucos minutos tudo volta ao normal. Mas isso acontece na baixa de Luanda, enquanto na parte de cima e na periferia é um "Deus nos acuda".

Zonas como Sambizanga, Rangel, Marçal, Terra Nova e Catambor, só para citar algumas, são o espelho da capital no período chuvoso sendo imperiosa a necessidade de requalificação dessas localidades, quando se sabe que algumas possuem lençóis freáticos, piorando quando chove.

No entanto, pode dizer -se que a maioria dos moradores dos chamados musseques são os principais culpados, pois, não têm consciência que sujar não é limpar, e recolher o lixo é uma actividade tão salutar como comer ou beber qualquer líquido.

Mudar a mentalidade e sensibilizar a população para uma atitude mais nobre perante o ecossistema são acções que devem ser incentivadas, porque mudar uma consciência leva anos e não apenas alguns dias.

Ademais, o conflito armado vivido pelo país atraiu para capital milhares de pessoas, a maioria de baixas qualificações, quiçá analfabetas, e estas estão longe de perceber o errado do certo. E, grosso modo, onde vive essa população os problemas do saneamento são os mais salientes.

De modo que, mesmo que se ponham mais empresas a recolher lixo, tudo irá manter-se, porque pau que nasce torto jamais endireita, como refere o ditado.

E o apelo do saudoso poeta Agostinho Neto, no seu livro *Sagrada Esperança*, é efectivo, quando refere que "aos nossos quimbos, havemos de voltar", porque a cidade é para cidadãos e para gente consciente dos seus deveres e obrigações, e não pessoas que vêem o lixo como família e dejectos como fazendo parte da moradia.

Só assim, Luanda poderá crescer com saúde, com o lixo tratado cientificamente, para que algumas zonas escuras possam ser iluminadas com a energia produzida pelo lixo, uma vez que, bem tratado, também é riqueza ...

8.28 Estações de transferência de resíduos sólidos

Semanário Angolense
19 de Maio de 2012

Não podia ser doutro modo: a abordagem do tema da fiscalização no processo de limpeza e recolha de resíduos sólidos implica uma passagem obrigatória pelas estações de transferência implantadas em alguns pontos estratégicos da cidade.

A importância destas estações é geralmente reconhecida pelas distâncias que se têm que vencer no transporte do lixo de um ponto da cidade em direcção ao aterro sanitário, este bastante afastado do centro urbano por razões óbvias.

As estações de transferência jogam um papel fundamental no encurtamento dos fluxos de produção, baseados no acomodamento e compactação dos resíduos recolhidos, e ao mesmo tempo dão acesso ao sistema de outros tipos de veículos de porte adequado ao transporte de volumes mais significativos e em forma industrializada mais soberba. As estações devem por isso merecer uma atenção especial, tendo em conta que é delas que em muito depende o êxito do processo. Não só a

quantidade de veículos e pessoal inseridos na recolha, como as distâncias a percorrer até sua deposição no aterro sanitário têm séria implicância no resultado final do processo.

Para uma limpeza e recolha coroadas de êxito bastará um punhado de veículos, mão-de-obra adequada e uma fiscalização profissionalizada; contudo, para coroar de êxito todo processo até ao destino final, torna-se necessário encurtar distâncias e reduzir os volumes. É aí onde as estações actuam como peças indispensáveis na funcionalidade exigível de todo o sistema, criando dinamismo, eficácia e reduzindo custos operacionais.

Uma vez que os resíduos sólidos tratados pelo sistema, no caso concreto de Luanda, ainda são indiferenciados, as estações de transferência acabam sendo ainda mais importantes.

A sua importância é tal que seria recomendável que elas fossem geridas e fiscalizadas pelas autoridades distritais, como pontos finais intermédios, para os quais 'seriam transportados os resíduos domésticos e outros permitidos pelo sistema, quer seja pelas operadoras, como pelos agentes individuais ou ainda pelas entidades singulares e colectivas integradas.

Do nosso ponto de vista, uma medida administrativa, racional e harmoniosa seria o encetar de esforços para transferir para a alçada dos distritos o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos e equiparados, pois o desdobramento do sistema em partes diferenciadas, como o transporte até ao centro de transferência; o transporte da estação até ao aterro sanitário ou a entrega directa na estação (paga a preço tabelado, tal como o «diôlo» - expressão popular usada nos musseques de Luanda na venda de resíduos metálicos ao tempo do colono) dar-nos-ia a possibilidade de integração no sistema de muitos mais agentes laboriosos e interessados na prestação do serviço, pela oportunidade de rendimentos adicionais que em muito podem contribuir para a redução da taxa de desocupação dos cidadãos mais desfavorecidos e sem emprego.

As estações de transferência deveriam ser então em maior número, de modo a corresponder às expectativas não só das operadoras que veriam contornados os obstáculos ocasionados pelo intenso tráfego rodoviário diário e nocturno da cidade, bem como seria de bom auguro para os munícipes que veriam os contentores de lixo transportados com maior frequência, evitando-se a excessiva demora e a acumulação destes nas ruas movimentadas ou espaços roubados aos transeuntes.

Os exemplos que nos chegam de outros países nem sempre podem ser retomados e aplicados no nosso caso. Contudo, o modelo actual praticado pela entidade concessionária do serviço reserva um papel crucial às estações de transferência de resíduos sólidos, sendo os de maior monta o situado no Camama e o situado no bairro Cazenga.

Não me foi possível conhecer as causas da inoperância destes engenhos industriais de grande valia - sobretudo a estação de transferência do Cazenga - mas o seu estado de abandono não pode deixar-nos tranquilos, a menos que a sua prematura avaria tenha ocorrido de tal modo desastroso que requeira agora somas avultadas impossíveis de obter pelo sistema.

Uma das causas do colapso prematuro das obras públicas (obras realizadas com investimento público) é a ausência de programas de manutenção e conservação de obras, de empreendimentos industriais e tecnológicos. Ao me referir sobre a matéria numa concorrida conferência sobre o tema que teve lugar num auditório alargado na cidade de Luanda, fui claro e peremptório ao afirmar que os próximos tempos ditarão a verdade das nossas obras e dos nossos empreendimentos relativamente à política de manutenção e prevenção de ruínas e colapsos. A inexistência de políticas concretas de manutenção e conservação das obras como pontes, aeródromos, edifícios públicos, estradas, redes sanitárias, instalação ou montagem de equipamentos tecnológicos e industriais, poderá conduzir-nos a uma situação de rotura prematura de muitos empreendimentos recentemente inaugurados, como é o caso das estações de transferência de resíduos sólidos, que ainda mal completaram os 5 anos de vida mínimos aceitáveis para uma intervenção de reparação de médio porte. Julgo que a fadiga dos elementos mais débeis ou o desgaste mecânico de peças não pode significar o abandono de todo engenho.

Apesar de não mais estar envolvido no processo da sua construção, não me tem passado despercebido o estado de quase abandono a que se encontram tais estações. Ao estudar a tecnologia das estações de transferência - por razões profissionais e a convite da Elisal no período da sua construção e fiscalização -, não me contentei totalmente com a sua filosofia tecnológica, que me pareceu pouco avançada, mas quando tomada a relação preço/ qualidade/ durabilidade (no mundo actual os produtos medem-se cada vez mais por este rácio de economia e de autosustentabilidade) tive que conformar-me com a escolha feita, aliás, o tempo deu razão à Elisal: um maior dispêndio de verbas para sofisticar o processo não corresponderia às exigências de durabilidade, exactamente por pecados que teimamos em praticar

ao nível da manutenção e da conservação das obras e das instalações industriais públicas, acrescidos dos pecados culturais de indiferença perante a sangria pública de recursos pelo trabalhador, ou agente público em empresa pública, prática a que nós os angolanos estamos infelizmente mal habituados.

Colocadas as pedras no xadrez, o tema de hoje permite-nos concluir que o sistema de limpeza e recolha de resíduos sólidos da cidade de Luanda necessita também de uma viragem no modo de encarar e proteger os meios e recursos tecnológicos postos à disposição dos gestores, para que possamos ter em andamento um processo harmonioso e rentável para todos, com especial proveito para o Estado, enquanto entidade concedente que realizou tão avultados investimentos financeiros .

8.29 Furos garantem água a bairros de Ondjiva

Jornal de Angola
24 de Maio de 2012

O fornecimento de água aos habitantes dos bairros Castilhos e Pioneiro Zeca, na cidade de Ondjiva, província do Cunene, registou uma melhoria considerável, com a construção de 12 fontanários, abastecidos por 20 furos.

O projecto do governo provincial conta com o financiamento do Ministério da Energia e Águas e beneficia 20 mil habitantes dos dois bairros mais populosos da capital do Cunene, enquanto se aguarda pela conclusão do projecto "Água do Xangongo".

O projecto, inaugurado pelo governador, provincial do Cunene, António Didalewea, inclui ainda algumas bombas que bombeiam água dos furos para um tanque com capacidade para 500 metros cúbicos de água. Junto ao reservatório foi instalada uma girafa para o abastecimento de camiões cisternas, que distribuem a água aos bairros que ainda não possuem chafarizes. O chefe do departamento da Energia e Águas do Cunene, João Camate, disse que outros seis chafarizes foram instalados ao longo do percurso de seis quilómetros entre os furos e a cidade.

"A água que vem de Oipembe abastece ainda as populações residentes neste percurso", salientou, notando, contudo, que o projecto não abrange toda a cidade, porque possui pouca capacidade e apenas está a minimizar a carência de água enquanto não chega o projecto 'Água do Xangongo'".

Os novos fontanários estão abertos todos os dias e a população contribui com 10 kwanzas por recipiente, para a manutenção dos equipamentos.

8.30 Moradores do Kapalanca pagam cem mil kwanzas

Semanário Angolense
25 de Maio de 2012

O bairro do Kapalanca está situado no município de Viana, nas proximidades da Universidade Jean Piaget.

Logo a entrada encontramos a linha férrea e ao lado uma tabuleta a dizer "pare ao sinal vermelho", o que significa que o comboio está à caminho tanto os carros como os transeuntes para terem cuidado.

Ainda neste perímetro encontramos os motociclistas mais conhecidos nalgumas "bandas" por kupapatas. Estes a medida que as pessoas vão descendo dos táxis para dirigirem-se para o interior do bairro vão acenando as mãos mostrando-se disponíveis para levá-las até à porta das suas casas, tendo estas que pagar cem kwanzas pela corrida.

Mais adiante estão as lojas e pequenos armazéns, onde são comercializados artigos diversos, desde mobílias, materiais de construção, bebidas espirituosas e muito mais. Tem ainda um centro técnico profissional (CTP) Sodré, que lecciona cursos como; contabilidade geral, administração de empresas, informática, gestão de marketing e stock, secretariado executivo e muitos outros.

Para os munícipes daquela área esta instituição tem dado um grande contributo à comunidade, principalmente, aos jovens. O troço que dá acesso à Universidade Jean Piaget está alcatroado, mas o asfalto culmina no portão da escola, daí em diante a via é péssima, e em tempo chuvoso os automobilistas têm tido muitas dificuldades para passar, principalmente as viaturas pequenas. Depois de passar a universidade avistamos a pracinha do embondeiro, que de praça só tem o nome, os únicos produtos que encontramos a venda eram frutas, bebidas, alguns legumes, "chandulas" e ferramentas para carros e portas ..

No Kapalanca, as ruas são em termos de comprimento longas e largas, existem áreas em que as casas estão bem alinhadas, mas noutras desorganizadas, de acordo com os moradores são casas de pessoas que foram invadindo os espaços.

O bairro é calmo. O único som que se ouve é o das motorizadas e dos automóveis que estão constantemente a passar transportando pessoas e

mercadorias. As casas são construídas de blocos, umas com quintal de chapa.

Raúl Castro, um dos munícipes, explicou que o Kapalanca existe há mais de 15 anos e antes as casas estavam em menor escala, mas dado o crescimento demográfico que tem vindo a se registar nos últimos anos passou a ser mais conhecido. "Cresce o número da população e dos problemas também, comentou.

O nosso interlocutor contou também que a zona não usufrui de energia eléctrica da rede pública, porque os únicos PTs que lá se encontram são de empresas privadas. Desde que este bairro surgiu não temos energia eléctrica, a situação aqui é precária", disse, tendo acrescentado que, o valor exigido pelas empresas privadas para fazer o contrato são cem mil kwanzas, tendo estes que pagar mensalmente um valor de acordo com o consumo.

Tal como a energia eléctrica, a falta de água potável é outro problema da zona que já perdura desde o aparecimento do bairro até aos dias de hoje.

Os munícipes têm de adquirir o líquido precioso nos camiões cisternas, isto para quem possui tanque em casa, tendo que pagar dez ou vinte mil kwanzas, dependentemente da capacidade do referido tanque.

Quanto aos demais que não possuem tanques acarretam a água nas residências ao preço de cinquenta kwanzas o recipiente de 25 litros.

Outra questão apontada pelo nosso interlocutor foi a questão dos transportes públicos, estes só param na rua do Piaget também conhecida por paragem do término, não chegam até ao interior do bairro.

No que toca a criminalidade, a fonte que temos vindo a citar, referiu que por causa do crescimento populacional que o município de Viana tem registado nos últimos tempos, a delinquência também tem aumentado a cada dia.

Os assaltos normalmente são feitos no período nocturno, os meliantes a aproveitam a escuridão devido a falta de energia eléctrica na área.

Há muitos bandidos que fogem das zonas onde são conhecidos e refugiam-se aqui e como ninguém os conhece têm mais facilidade em cometer os seus crimes", disse, tendo afirmado em seguida que a administração municipal de Viana, tem conhecimento destes problemas, mas nada faz para ver resolvidas estas inquietações dos munícipes.

Ana Batista, também munícipe, disse que para além dos problemas acima referidos, a falta de Institutos

Médios no bairro, tem causado muitos transtornos, pois têm que se deslocar até a vila para estudarem.

O bairro tem apenas três escolas do ensino primário", informou.

Quanto a saúde os munícipes disseram que a zona tem mais centros privados do que público, só existe o hospital municipal que foi inaugurado recentemente, mas que também não tem cobrido com a demanda.

"Há poucos efectivos a trabalharem, as consultas são feitas por marcação ainda que a pessoa tenha uma febre muito alta não é atendida a menos que tenha marcado, o atendimento é muito lento, lamentaram.

O tratamento dos resíduos sólidos foi outra preocupação exposta pela munícipe. Disse que não têm contentores para depositar o lixo, deitam-no na rua e depois a operadora vem recolher, uma prática que não tem sido frequente. A mesma disse que a operadora passa apenas em algumas zonas e noutras não.

8.31 Mais de 2 milhões de toneladas de lixo obrigam à criação de incineradora

Jornal Expansão
25 de Maio de 2012

O Plano Estratégico para a Gestão de Recursos Urbanos, PESGRU, do Ministério do Ambiente, prevê a criação de aterros sanitários em todas as capitais provinciais num prazo de dois anos e alarga para oito anos a criação de aterros em todas as sedes de municípios, perfazendo cerca de 173 até 2020.

De acordo com a coordenadora do PESGRU, Dulce Pássaro, em função da produção de resíduos registada, torna-se premente avaliar, desde já, a criação de incineradoras e a respectiva valorização energética, além de, até 2020, elaborar estudos de viabilidade de aproveitamento energético do biogás nos aterros com capacidade superior a 40 mil toneladas por ano.

A ministra da tutela, Fátima Jardim, fez saber que a taxa actual de produção de lixo é de 0,46 gramas/dia por cada cidadão, depende da cidade em análise. Para a capital, atendendo às suas características, constatou-se que esta taxa chega a 1 quilo per capita, podendo, em algumas áreas, ultrapassar esta quantidade.

Este crescimento, de acordo com a governante, exige um sistema nacional de recolha e tratamento eficaz e eficiente para dar resposta à nova realidade dos resíduos em Angola "Encaramos que a produção de resíduos em Angola não pára de crescer, pois

também é proporcional ao crescimento da economia de Angola, desenvolvimento das nossas cidades e aumento dos níveis de consumo praticados", considerou.

Fátima Jardim exortou a necessidade de todos os parceiros trabalharem de forma responsável na efectivação desta iniciativa. Para si, este plano estratégico vai contribuir para a melhoria das condições de vida das populações e da saúde pública, para além de melhorar o aspecto paisagístico das cidades e províncias que estão em fase de crescimento económico e sustentável, sobretudo na componente, urbanística .

"A caracterização dos resíduos, o modelo de gestão, o sistema de remoção e limpeza dos espaços públicos o sistema de tratamento e destino final são aspectos extremamente importantes da gestão dos resíduos", considerou a titular da pasta do Ambiente.

"Deve haver uma maior atenção e responsabilidade de todos os actores, quer estatais quer privados, na cadeia de recolha e tratamento de resíduos para garantirmos os serviços adequados e melhorarmos o aproveitamento dos resíduos", concluiu.

Por sua vez, a chefe de departamento para gestão dos resíduos e saneamento do Ministério do Ambiente Joana da Silva Bernardo, salientou que, com a aprovação do seu regulamento e plano estratégico nacional, que será aprovado ainda este ano pelo Conselho de Ministros, o MINAMB passará a ditar a partir desse ano as "regras" para a gestão adequada dos resíduos urbanos em Angola.

"Pensamos que depois da sua aprovação, quer do Plano Estratégico, quer do Regulamento sobre Resíduos, vamos trabalhar mais na sua advocacia e implementação das acções, para que possamos atingir os nossos objectivos de recolha, tratamento e valorização dos resíduos", disse.

O Regulamento sobre Gestão dos Resíduos prevê multas e sanções graduadas entre um mínimo equivalente a 1000 USD e um máximo equivalente a 1 milhão, consoante a gravidade de cada caso.

Prevê ainda a certificação de operadores de transportes de resíduos' métodos de deposição e eliminação de resíduos, sobretudo os considerados perigosos, obrigações específicas às entidades que manuseiam os resíduos perigosos, entre outros pressupostos.

A nível de Luanda, onde se poderá dar início ao projecto-piloto, estão identificadas mais de 30 operadoras, além das que estão espalhadas em outras

regiões do País e outras que irão surgindo no quadro da política das micro, pequenas e médias empresas.

Quanto ao saneamento básico em Angola, considerou que a situação não é das melhores, tudo porque "ainda não se tem uma lei que permita exigir e penalizar as empresas que criam transtornos, como de construção civil e outras que colocam os seus resíduos em céu aberto, derramando óleo onde for preciso e outros males que afectam o lençol freático do próprio ambiente".

O diploma sobre Regulamento sobre Gestão de Resíduos tem por objecto estabelecer as regras gerais relativas à produção, depósito no solo e no subsolo, ao lançamento para água ou para atmosfera, ao tratamento, recolha, armazenamento e transportação de quaisquer resíduos, de modo a prevenir ou minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde das pessoas e no ambiente, sem prejuízo do estabelecimento de regras que visem a redução, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação de resíduos.

8.32 Administração do Sambizanga promove a campanha de recolha de lixo

O Continente

Data 25 de Maio de 2012

De acordo com os funcionários da operadora Rangol, encarregues da recolha de lixo no distrito do Sambizanga, as dificuldades prendem-se com o facto de alguns moradores que agitam as zungueiras, se revoltarem com as equipas de limpeza. "Eles entendem que a nossa presença aqui dificulta bastante as suas vendas", disse o chefe da equipa, acrescentando que a actividade visa ajudar o próprio cidadão no sentido de melhorar a sua condição de vida.

António Santos, contou que as zungueiras têm sido o "vírus" mais voláteis na propagação do lixo que se pode verificar por tudo quanto é canto da cidade de Luanda.

O interlocutor frisou que as vendedoras deveriam ser as primeiras a dar iniciativas de limpeza no local onde comercializam os seus produtos, no desejo de protegerem a saúde dos seus clientes e não só. Por seu lado, a administradora do distrito do Sambizanga, Mara Dalva, manifestou o desejo dos habitantes locais promoverem campanhas de iniciativas próprias de limpeza nos seus bairros no sentido de erradicar as doenças que aparecem nas comunidades por falta de higiene. A responsável prometeu que a campanha vai

ser bissemanal, no sentido de devolver a imagem da zona do São Paulo a dos tempos idos. "Nos anos noventa quem se deslocava para o São Paulo, tinha uma outra apreciação mas actualmente as coisas são mais complicadas", sustentou.

Na ocasião o chefe de fiscalização do distrito do Sambizanga, Bruno Miguel, sublinhou que a sua direcção em parceria com a administração local, tem realizado seminários de sensibilização junto das zungueiras no sentido de abandonarem as vendas nas ruas e aderirem os mercados municipais. Realçou que o fluxo de armazéns no São Paulo tem sido a principal causa para a produção constante de muitos resíduos sólidos. Bruno Miguel mostrou-se confiante que operação levada a cabo por parte da administração e a operadora Rangol vai melhorar de uma forma substancial a imagem do seu distrito e no âmbito geral a própria cidade que carece de uma limpeza permanente. Manifestou que, o governo da província já tem os projectos bem estabelecidos que serão em pouco tempo, construir várias praças a nível dos bairros com o desejo de ajudar a população a desistir a comercialização dos seus produtos em locais impróprios.

8.33 Falta de água

A Capital

26 de Maio de 2012

Longe do que se pode imaginar, a falta de água em Luanda começa a assumir contornos que transcendem o simples facto de admitirmos que só teremos este líquido quando os centros de captação estiverem todos refeitos. Agora, este fenómeno fica ligado, mais do que nunca à sinistralidade nas estradas. Dezenas de pessoas têm que arriscar as próprias vidas atravessando estradas e, até, a linha férrea, em busca de água, ainda por cima, à madrugada, altura em que centenas de carros, entre eles, em mãos de noctívagos, voltam das suas aventuras, embriagados sem a mínima sensibilidade para nada.

Para quê falar tanto, se as fotogranas expostas nesta página, têm a palavra?

8.34 GPL vai comprar lixo

Folha 8

26 de Maio de 2012

Para promover a recolha de lixo, o Governo da Província de Luanda criou o Balcão Único Empreendedor para facilitar a criação da empresa e a obtenção de kits (luvas, máscaras, fatos de macaco,

ferramenta de recolha, sacos entre outros meios) por intermédio do micro - crédito.

O programa prevê atribuir mais de 300 motociclos para o transporte de lixo até aos pontos de transferência onde o residuo é pesado em báscula e pago em cheque. Esta atribuição vai possibilitar os operadores a limpar nos locais onde as viaturas são de difícil acesso.

De acordo com o responsável do GPL "o pagamento em vouchers/ cheque vai possibilitar a agência bancária descontar o crédito cedido ao empreendedor", na visão do dirigente, este projecto vai criar milhares de postos de emprego e resultará na diminuição do índice de desemprego em Luanda.

O Governador da província de Luanda, Bento J. Sebastião Francisco Bento criou uma série de projectos dentro do programa de redução da pobreza do Estado, que visa diminuir a carência da população e melhorar a qualidade de vida da população.

No seu turno, o governante classifica os programas como pontos expressivos na economia informal e dará um impulso às pessoas a enveredar para o negócio formal de modo a estimular a micro - economia.

De igual modo, realçou que, os BUE é o começo de um processo que vai cimentar a economia e apoiar os outros sectores no registro dos micros, pequenos empresários e controlar as micros, pequenas e médias empresas. "O trabalho colectivo poderá estimular a micro - economia por via do micro empresário" rematou.

Leila Ribeiro, economista, enaltece os programas do GPL e sublinha que "este é um programa ambicioso, pese embora é a primeira vez que o estado oferece incentivos fiscais a camada mais baixa, pois que, anteriormente os incentivos davam a pessoas direccionado a seu favor" lamentou.

Para a economista, se o programa for duradouro e direccionar aos mais necessitados prevê um grande e forte avanço a micro - economia de forma a impulsionar a macro - economia em Luanda.

A analista aconselha a população em aderir a este projecto do GPL caso o programa decorrer com transparência, por outro lado, encoraja os micros - empresários a fazer o registo da empresa ou da actividade mercantil no BUE de modo a ter acesso aos incentivos fiscais que o Estado está a oferecer.

O Balcão Único do Empreendedor (BUE) é um serviço público, cuja finalidade é simplificar o processo de constituição, licenciamento de empresas,

regularização de empreendedores que se encontram no mercado informal e actos conexos.

8.35 A transportação dos resíduos sólidos

Semanário Angolense
26 de Maio de 2012

Vimos, na passada semana, que as estações de transferência em muito podem contribuir para a optimização do processo de gestão dos resíduos sólidos na cidade de Luanda.

O futuro engajamento da população no processo de recolha e limpeza - interesse já indiscretamente manifestado por inúmeros populares - trará ao sistema novos impulsos que farão crescer a importância das estações de transferência, que por sua vez necessitarão de apêndices (designados pontos de transferência), os quais poderão ser implantados no interior dos bairros, em zonas mais populosas e de maior estrangulamento.

João de Quinhones Levy e Artur João Cabeças, ao se referirem aos circuitos de remoção e transporte dos resíduos sólidos dos locais de deposição, até aos de tratamento ou destino final, com ou sem passagem por estações de transferência, dizem no seu livro «Resíduos Sólidos Urbanos, princípios e processos», que tal transportação deve assentar em circuitos que estabelecidos de tal forma que possam permitir a optimização dos tempos de remoção, mão-de-obra e equipamentos.

Ao afirmarmos que o povo poderá agora participar directamente no processo, através da recolha para fornecer aos operadores os volumes de resíduos recolhidos, verificamos que a sua participação será de maior valia se o seu ponto de destino estiver localizado nas proximidades, perto da origem. E isso fez-nos recuar no tempo para recordar como antigamente os populares (geralmente crianças em idade escolar) eram incentivadas a recolher resíduos metálicos para reciclagem, e para tal eram abertos pontos de entrega e recolha que funcionavam em pleno. Era como uma recolha selectiva que em muito contribuiu para o reaproveitamento e reutilização de desperdícios (dióxido) do alumínio, cobre, estanho e aço em forma de resíduos selectivos diferenciados, que se transformavam depois em matéria-prima útil para a indústria fundamentalmente.

Para uma compreensão da importância da localização tão próximo quanto possível dos pontos e estações de transferência de resíduos, atendo-me novamente nos estudiosos atrás referenciados, para sublinhar que

a ciência da especialidade divide o circuito em dois campos, sendo que a remoção e transportação é designada como «transportação em baixa» - quando o transporte é completo até ao destino final, neste caso o aterro sanitário - e é designado «transporte em alta» quando a transportação conhece um ponto intermédio, como, por exemplo, uma estação ou um ponto de transferência.

A população poderá oferecer um grande contributo ao processo de recolha, e servir de parceiro privilegiado dos operadores que usam veículos e equipamentos sofisticados, se encontrarem no «transporte em baixa» os pontos de recolha, para uma melhor separação, valorização (no futuro falaremos seguramente de reciclagem e industrialização do lixo) pela maior rentabilização do esforço físico dispendido e o aumento do número de voltas que lhes proporcionarão proveitos e rendimentos superiores.

Um exemplo quiçá utópico, mas de refinada curiosidade, vem da ideia segundo a qual os veículos em fim de vida que se encontram dispersos em toda Luanda pudessem ser alvo de legislação ambiental capaz de obrigar os seus donos a recolhê-los ou repará-los e dar tratamento devido, sob pena de serem inapelavelmente transformados em sucata, para deixarem de poluir o ambiente e degradar o meio tal como tem sido até agora. A população inserida no sistema veria de bom-tom a medida, pois reciclar a quantidade enorme de veículos que se encontra em estado de fim de vida em situação de verdadeiras sucatas na cidade de Luanda representaria uma ocupação de rendimento garantido para quem busca um emprego, quer seja para a sua desintegração peça-a-peça, quer seja para o seu descarte definitivo num destino final específico. Tudo isso só será possível com o encorajamento das autoridades no prosseguimento da realização de investimentos no sector, de modo a fazer crescer o número de estações e pontos de transferência ou de compostagem no interior dos bairros ou periferias, tendo em vista o encurtamento dos circuitos de transportação de que vimos abordando no presente texto.

Entretanto, no tocante ao transporte mecânico rodoviário, a transportação dos resíduos deverá processar-se de modo racional para corresponder aos cálculos que geralmente são realizados para a optimização dos circuitos. Factores como a capitação, a composição, as densidades dos resíduos, o tempo de descarga, a velocidade de circulação, o número de habitantes por ponto de recolha, a taxa de utilização dos contentores ou a capacidade dos veículos de recolha determinam o número de veículos e a sua característica tecnológica. É aqui que nem sempre o sistema se apresenta bem servido, pois constata-se

que, não obstante o esforço financeiro que certos operadores desenvolvem para melhorarem a frota, por vezes surgem reclamações pela poluição sonora, sobretudo, pelo estado crítico do veículo cujo estado técnico é incompatível com a natureza intrínseca da limpeza e higiene que se busca no sistema, a falta de investimentos e atenção à manutenção e conservação do arsenal tecnológico que possuem.

Finalmente, não gostaria de concluir esta abordagem sem atender a um pedido de um amigo que encarecidamente me solicitou que trouxesse à liça a sua sugestiva ideia de se estender a participação da população à limpeza pública.

Antes, convém definir o que é limpeza pública. Citando Artur Cabeças, limpeza pública é entendida tecnicamente como o conjunto de actividades em zona urbanizada, de varredura, lavagem e eventual desinfecção dos arruamentos, passeios e outros espaços públicos, despejo, lavagem, desinfecção e manutenção de papelarias, corte de mato e ervas, limpeza de sarjetas e sumidouros e remoção de cartazes ou outra publicidade indevidamente colocada.

Na óptica do meu amigo, a incorporação da população interessada nos serviços de limpeza pública, com realce para a varredura manual englobando por exemplo a manutenção, lavagem e esvaziamento das papelarias e pequenos contentores públicos, abriria um excelente antecedente junto das municipalidades para a contratação de jovens desempregados interessados em melhorar os seus rendimentos pecuniários. Não sei se desse modo lhe proporciono o sorriso almejado. Quanto a mim, me parece que a ideia resultaria melhor se mais pontos de transferência surgirem, devido exactamente à problemática da transportação.

A transportação constitui, sem dúvida, um dos pontos de maior relevância no equacionamento da problemática do tratamento do lixo, daí a necessidade das operadoras lhe prestarem uma atenção especial.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Combate cerrado reduz marginais em Benguela

O País

04 de Maio de 2012

Mil e 212 crimes diversos foram registados, de Janeiro a Março deste ano, na província de Benguela pelo Comando Provincial da Polícia Nacional, menos 43 em relação a igual período do ano anterior.

De acordo com o director provincial da Ordem Pública, superintendente chefe, Carlos Mota, que falava à Angop, do total de crimes registados, mil e 84 foram comuns e 128 de natureza económica, dos quais 942 foram esclarecidos, correspondendo a 78 por cento contra 87 do período anterior.

Avançou ainda que na prática das ocorrências, foram detidos 851 cidadãos, menos 156 em relação ao mesmo período anterior, com idades compreendidas entre os 17 e 47 anos, dos quais 700 desocupados.

O superintendente-chefe deu a conhecer que dos crimes registados figuram 415 contra pessoas, destacando 15 homicídios voluntários, sete homicídios preterintencionais, igual número de tentativas de violação de menores, seis involuntários, três abortos e um homicídio frustrado.

Segundo Carlos Mota, o Comando Provincial registou igualmente a subtracção de duas crianças, 26 ameaças, quatro ofensas corporais com agentes da ordem, uma tentativa de rapto, igual número de difamação, cárcere privado e injúria contra agente da autoridade respectivamente.

O responsável adiantou que no período em referência, foram registados 546 crimes contra a propriedade com realce para 391 furtos e 70 roubos, destes cinco de viaturas, 86 motorizadas, oito cabeças de gado bovino, cinco de caprinos e sete tentativas de furto.

Duas viaturas e 14 motorizadas foram roubadas, sendo um concorrido com homicídio voluntário e igual número com ofensa corporal, seis burlas, 11 fogo posto e 33 danos voluntários.

Referiu que 663 crimes ocorreram no município de Benguela, 336 no Lobito, Baía-Farta com 38,28 no Chongoroi, 34 no Cubal, 33 na Ganda, Caimbambo,

com 14, Balombo e Bocoio com 33 e 32, respectivamente.

O director realçou, por outro lado, que o comando local da polícia vai continuar a realizar o patrulhamento apeado nas zonas suburbanas nos municípios de Benguela e Lobito, bem como trabalhar no melhoramento da funcionalidade da Brigada Moto para o patrulhamento motorizado nos bairros periféricos destas circunscrições.

9.2 Violência doméstica reduz no seio da PN

Novo Jornal

04 de Maio de 2012

Os CASOS de violência doméstica entre os efectivos da PN em Malanje reduziram substancialmente desde o princípio de 2012, anunciou sexta-feira, dia 27 de Abril, naquela cidade, o chefe do departamento de Educação Moral e Cívica do Comando Provincial, superintendente Rui Baltazar Neto.

No último trimestre do ano passado, a média era de oito casos/ semana. "Cada dia tínhamos um polícia a cometer uma infracção ligada à violência doméstica", mas na presente fase o número desceu para três casos por semana.

A taxa de novos casos, segundo aquele responsável, passou para "0,25", mas a polícia espera reduzir ainda mais esse valor, pelo que Rui Baltazar Neto convidou todos os efectivos da Polícia Nacional, em particular do Ministério do Interior, a fazerem tudo para que o fenómeno desapareça do seio da família.

"Temos que aconselhar, temos que reduzir, temos que conhecer ao fundo a Lei nº 25/11, contra a violência doméstica", encorajou, reafirmando a nota positiva recebida da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher da circunscrição.

O procurador provincial da República, Adão António Pedro, que falava em entrevista colectiva por ocasião da semana da legalidade, afirmou que o Ministério Público desenvolve acções de âmbito social, na representação dos menores, quando os pais se furtam a assisti-los com alimentos e no estabelecimento da filiação paterna.

"Desde Janeiro até este momento (sexta-feira, 27 de Abril), foram registados e remetidos a tribunal para julgamento 14 processos crimes" ligados à falta de prestação de alimentos a menores e a mulher grávida, precisou.

O Ministério Público requereu ainda 39 acções de alimentos, nos termos do artigo 247 e outros da legislação sobre a família.

Apesar de um dos cônjuges retirar a queixa, Adão António Pedro esclareceu que o crime é de natureza pública e não carece de perdão. "O Ministério Público tem legitimidade em prosseguir sempre com o delinquentes" e a pena a aplicar pode ter uma moldura de três dias a dois anos de prisão, esclareceu o magistrado do Ministério Público, reafirmando que a instituição tem evitado actos de apropriação indevida de herança de falecidos (pais) por via do processo de inventário obrigatório, de acordo com o valor pecuniário.

No referido período, foram intentadas 187 acções do género, assim como outras "duas (...) para a necessidade de prover a administração dos bens de duas pessoas desaparecidas sem terem deixado dados sobre a sua localização", e três estabelecimentos de filiação paterna" referiu o procurador Adão António Pedro.

A PGR na província de Malanje, além da sede, está representada nos municípios de Cacuso e Caculama e conta com sete magistrados, incluindo o procurador provincial, adjuntos e um municipal.

9.3 Estudantes da província de Luanda querem reforço da segurança escolar

Jornal de Angola
07 de Maio de 2012

Pais e encarregados de educação no município do Cacucaco, em Luanda, solicitaram o reforço da Brigada de Segurança Escolar e de agentes da ordem pública no interior e arredores das instituições de ensino.

Numa ronda efectuada a estabelecimentos de ensino pela Angop, os encarregados de educação interpelados mostraram-se preocupados com a segurança dos filhos, principalmente os que estudam de tarde.

Conceição das Neves disse que a sua filha, que frequenta a Escola dos Paus, a tem informado que há adolescentes no exterior do estabelecimento que ameaçam os alunos, aos quais extorquem coisas.

Acrescentou que, de vez enquanto, passam junto da escola alguns agentes da Ordem Pública mas não se vê a patrulha da Brigada de Segurança Escolar, deixando a responsabilidade com a direcção da instituição escolar.

O soba Miguel Dala, do bairro Barra do Bengo, referiu que a escola 8.042 da localidade enfrenta algumas dificuldades, mas não regista casos de delinquência ou de alunos envolvidos em actos de vandalismo. Manuel Escórcio, encarregado de educação, reconheceu que a Brigada de Segurança Escolar tem trabalhado regularmente nas escolas da comuna da Funda e, por isso, não tem havido actos de desacato.

Marcos António, residente no bairro Augusto Ngangula, comuna do Quicolo, disse que os filhos estudam numa escola privada e nunca viu qualquer viatura da Brigada de Segurança Escolar.

Situação no Kilamba Kiaxi

O chefe de secção da Repartição de Educação do Kilamba Kiaxi, Francisco Armando, garantiu na sexta-feira, em Luanda, que nas escolas da circunscrição não se registam casos de delinquência.

Em declarações à Angop, assegurou não haver registo de delitos graves desde há muitos anos, embora existam indivíduos não estudantes que fazem confusão no exterior das escolas. Por essa razão, defendeu a instalação de uma esquadra móvel nas imediações das escolas recentemente inauguradas, no bairro Havemos de Voltar, para assegurar a protecção dos alunos e das instalações.

No bairro, também conhecido por Malanjino, por a maioria dos seus habitantes ser natural de Malange, a delinquência tem aumentado consideravelmente. "Muitas vezes são os indivíduos desocupados que tentam provocar o pânico nas escolas", adiantou Francisco Armando. Quanto à situação das outras escolas do distrito, referiu que os agentes da Brigada Escolar têm-se desdobrado para manter a tranquilidade dos estabelecimentos de ensino.

Distrito da Samba

Os vigilantes que guardam os estabelecimentos de ensino no distrito urbano da Samba têm dificuldades em garantir permanentemente a segurança nas escolas.

Na ronda realizada pela Angop a instituições do ensino médio das comunas do Futungo e Benfica e no município de Belas, alguns alunos afirmaram que, quando não está presente a Brigada de Segurança Escolar, os seguranças não conseguem impedir a entrada de meliantes nas escolas.

Os contactados alegaram que a delinquência tem muito a ver também com a localização das escolas, daí que sejam mais propensas ao crime as que se encontram nos bairros suburbanos.

Como estratégia para o combate à delinquência, o professor Silvestre Domingos sugeriu a criação de instituições jurídicas e policiais que se dediquem à reeducação de menores em conflito com a lei e também de programas juvenis, com vista à ocupação do tempo livre desta camada da sociedade.

9.4 Ainda há muitos casos de violência doméstica

Jornal de Angola
9 de Maio de 2012

A Direção Provincial da Família e Promoção da Mulher no Kwanza-Sul registou este ano, até Abril, 95 casos de violência doméstica, disse ontem, ao Jornal de Angola, a responsável da instituição.

Teresa Correia afirmou que os casos mais flagrantes são os de fuga à paternidade, incumprimento de mesadas, abandono e expulsão do lar, ofensas morais e corporais, privações de bens, queimaduras, adultério, chantagem, desalojamento, uso de arma branca e feitiçaria. A maioria dos casos, referiu, foram resolvidos a nível do Ministério da Família e Promoção da Mulher e os de maior gravidade encaminhados para o tribunal.

O MINFAMU, em parceria com as igrejas desenvolvido campanhas contra a violência doméstica.

9.5 Violência doméstica está a diminuir

Jornal de Angola
18 de Maio de 2012 Fonte

A Lunda-Norte regista uma considerável diminuição de casos de violência doméstica "devido ao cumprimento da Lei pela população", disse, na cidade do Dundo, a diretora provincial da Família e Promoção da Mulher.

Lourdes José, que falava no encerramento do conselho provincial da família, afirmou que a divulgação da Lei sobre a Violência Doméstica e a realização de palestras sobre o assunto têm contribuído para a redução de casos.

A direção provincial da Família e Promoção da Mulher registou, no primeiro trimestre deste ano, 90 casos de violência doméstica, principalmente relacionados com fuga à paternidade e incumprimento da mesada, referiu Lourdes José, acrescentando que "os jovens são os principais prevaricadores".

Promoção do auto-emprego

A diretora provincial da Lunda-Norte da Família e Promoção da Mulher sublinhou ser necessário promover o auto-emprego, com recurso ao micro crédito, como forma de ocupar os jovens e reiterou o empenho das autoridades na promoção de debates sobre a importância da socialização das famílias.

Neste conselho provincial foram analisados vários assuntos, entrem os quais a moralização da família e da sociedade, a política nacional de género, a valorização da família e reforço das suas competências.

9.6 Mortes em menos de dois anos

O País
18 de Maio de 2012

O coordenador da comissão do projecto Modelar, Avelino Gabriel, revelou que desde que foram realojados no Panguila, há um ano e seis meses, já registaram a morte de 72 pessoas, ao passo que durante os cerca de dez anos que viveram na Chicala registaram apenas a morte de 36 indivíduos.

"Isso só mostra a diferença que existe entre a nossa actual situação social da anterior, visto que aqui temos muitas dificuldades para termos acesso aos serviços básicos", frisou.

Ele apresentou aos mais altos responsáveis da Polícia o resultado de uma pesquisa que o seu elenco fez sobre as moradias abandonadas há alguns meses. Têm encontrado beatas de cigarro e restos de liamba no interior dos imóveis, o que demonstra que têm servido de refúgio para os delinquentes.

Quanto à situação em que se encontra a maior parte dos municípios, Avelino Gabriel disse que já tentaram por diversas vezes contactar o coordenador do programa de realojamento da população, Bento Soito, mas que mudou o seu discurso inicial. Diz que alegou que não havia casas no momento para lhe separar e que existem pessoas em igual situação no Zango.

O coordenador do programa de realojamento da população, Bento Soito, revelou que os moradores do projecto Modelar serão realojados em residências evolutivas que estão a ser erguidas na comuna do Zango.

Segundo conta, as residências servirão também para as populações que vivem em situações similares e tendas em diversos municípios da cidade de Luanda, porque o Executivo prevê a construção de dez mil

casas evolutivas para resolver o problema das mais de oito mil famílias, nos próximos dois anos.

Contrariamente à informação avançada pelos nossos interlocutores, Bento Soito disse que efectuou recentemente uma visita ao local onde estão a ser erguidas as moradias com os responsáveis das comissões de moradores das áreas afectadas.

9.7 Polícia

Jornal Agora

19 de Maio de 2012

Os assaltos a mão armada aumentaram significativamente em Luanda e em muitos casos tem a ver com o fraco policiamento nos bairros periféricos. No Benfica, ou mesmo no Futungo II, os meliantes continuam a fazer das suas, desafiando as autoridades policiais. Aproveitando-se do aglomerado de pessoas nas roulettes da chamada 'Cassualala', nome dado pela criatividade popular ao local onde as senhoras comercializam bebidas e "pinchos", sobretudo à noite, no Futungo, os assaltantes têm feito muitas vítimas. Roubam viaturas, ou apenas sequestram os motoristas para atingirem os seus objetivos, como aconteceu recentemente com dois funcionários do JA que em duas ocasiões distintas estiveram a conviver em 'Cassualala'. A corporação deve reforçar o policiamento naquela zona a sul da capital, pois as ocorrências tendem a ser cada vez mais frequentes, além da 'pressão' dos banhistas, na sua maioria jovens, idos de todos os cantos da metrópole.

9.8 Fim da felicidade e início da amargura

O País

18 de Maio de 2012

As primeiras famílias a serem realojadas naquele local tiveram a sorte de receber uma moradia cada e tinham o direito ao abastecimento de água potável. Isoldi Sangama está entre os primeiros moradores que O PAÍs entrevistou numa outra ocasião naquele local.

Ele fez parte do primeiro grupo de mais de 70 famílias provenientes da Maianga, Cacucaco e Ingombota. O jovem salientou, na ocasião, que receberam a garantia de que a falta de electricidade seria resolvida com a instalação de vários geradores de grande porte que abastecerá aquele que será o projecto modelo de residências que serão erguidas nas regiões do país com terrenos argilosos.

As moradias com material pré-fabricado do projecto Modelar foram feitas por uma firma israelita, em substituição das empreiteiras chinesas que construíram as primeiras moradias do Panguila.

Os imóveis estavam a ser erguidos com este tipo de material para evitar que tenham as mesmas fissuras que as primeiras moradias, o que acontece à medida que ela vai assentando no solo.

Segundo ele, os técnicos que as montaram garantiram que as casas têm mais de 50 anos de duração e não terão nenhum problema com a estrutura porque são bastantes leves e foram montadas em cima de uma base de betão armado muito forte.

De acordo com informações a que O PAÍs teve acesso, o projecto Modelar estava sob a alçada do Ministério da Obras Públicas e previa a construção de 900 residências do tipo T3, duas creches, três postos de saúde, dois postos de Polícia, escolas, igrejas e algumas lojas.

9.9 Incêndios deixam moradores do panguila

O País

18 de Maio de 2012

Os moradores do projecto Modelar, no Panguila, vivem momentos de tensão e medo por causa de dois incêndios, supostamente provocados por fogo posto, que vitimaram duas crianças e destruíram totalmente igual número de residências pré-fabricadas que estavam desocupadas até no passado Domingo.

O clima de insegurança agravou-se ainda mais na manhã desta Quinta-feira, 17, quando os moradores encontraram um anúncio semelhante afixado na parede de alguns imóveis, onde se anuncia a queima de mais 12 nos próximos dias. Os munícipes são unânimes em afirmar que desconhecem quem está por detrás destas acções.

Domingas Figueiredo, 36 anos, uma das moradoras do bairro, contou à equipa de reportagem de O PAÍs que a comunidade foi vítima de três incêndios só no Domingo, em ruas diferentes. Destes apenas um ocorreu de forma acidental.

O incêndio, que vitimou mortalmente uma criança de 12 anos e deixou o seu irmão, de 11 anos gravemente ferido, ocorreu às 18 horas quando os dois se deslocavam para casa, depois de terem comprado combustível para abastecer o gerador, a mando da mãe.

De acordo com nossa interlocutora, as crianças caminhavam numa das ruas constituídas maioritariamente por residências abandonadas, afecto a parte do projecto que foi supostamente cedido à Sonangol Imobiliária e à Endiama. Comenta-se que os rapazes se depararam com um indivíduo trajado de preto e mascarado que os terá arrastado para interior de uma das casas e ateou fogo.

"Esta informação nos foi dada pelo miúdo que sobreviveu às chamas e encontra -se actualmente internado no Hospital Neves Bendinha", contou Domingas Figueiredo, com um ar de tristeza.

No meio dos escombros, o coordenador da comissão de moradores do bairro, Avelino António Gabriel, 68 anos, explicou que o pequeno fez de tudo para sair das chamas o seu irmão, mas como ele estava preso saiu sozinho e foi pedir ajuda.

Os seus esforços não tiveram o êxito esperado porque quando os vizinhos chegaram às esferovites, que normalmente impedem a entrada de elevadas temperaturas no imóvel, já tinham sido consumidas pelo fogo e assistiram à casa a cair.

"Quando os retirámos dos escombros, encontrámos o corpo carbonizado, encolhido como se ele tivesse tentado se proteger enquanto aguardava pela ajuda. Foi muito chocante", contou o coordenador, indicando para o local onde o único sobrevivente saiu.

No momento em que os munícipes tentavam buscar consolo para acalmar a dor causada pela tragédia que assolou aquela família e chocou a comunidade, à meia-noite voltaram a ser despertados por causa de mais um incêndio.

No segundo registou -se a destruição total do imóvel desocupado, que se encontrava a menos de 15 metros da Igreja de Nossa Senhora da Virgem dos Pobres. O mesmo já havia sido pilhado pelos marginais.

Contrariamente aos incidentes anteriores, o primeiro aconteceu por volta das 13 horas e 30 minutos quando um adolescente confundiu o recipiente de óleo vegetal com o de gasolina, no momento em que preparava a frigideira para fritar peixe para almoçar. "Ele estava com um grupo de amigos a conviver quando solicitaram a dona da casa que confeccionasse alguma coisa para eles comerem, mas ela manifestou -se indisponível no momento porque se encontrava na casa de banho e os autorizou fazer", disse.

Com a frigideira no fogão aceso, bastou o "cozinheiro" despejar a gasolina neste recipiente para que a residência pré-fabricada, erguida por uma

equipa de especialistas contratada pelo então Ministério das Obras Públicas, actual Ministério do Urbanismo e Construção, ficar totalmente destruída em menos de um 30 minutos.

Segundo a nossa interlocutora, tanto os adolescentes como os ocupantes da residência conseguiram sair ilesos. Perderam todos haveres e estão a tentar recomeçar a vida do zero.

"Não temos dúvida nenhuma que no caso das duas moradias trata-se de fogo posto, porque lá não vivia ninguém e não temos energia eléctrica para dizer que terá sido um curto-circuito", defendeu Domingas Figueiredo.

Por outro lado, Avelino Gabriel disse que desde que foram realojados naquele bairro, há um ano e seis meses, já ocorreram oito incêndios no total, sendo na sua maioria provocados por acidente de gerador.

Violações e roubos em alta

Para além do risco de verem as suas moradias serem queimadas a qualquer momento, a população diz que o outro problema que mais os aflige são as constantes tentativas de violações e roubos.

Fernanda Fonseca Xietu, 28 anos, mãe de quatro filhos, disse que a sua filha de seis anos foi vítima de tentativa de violação sexual, por parte de um indivíduo de 28 anos, com quem partilha a casa. O acusado aliciou -a com pão e ao ver que a mesma havia cedido, levou-a para a casa de banho e retirou -lhe a cueca.

Pressentindo que algo de errado estava a acontecer com a criança, ela abandonou as amigas com quem conversava na porta de casa e foi vê-la. "Assim que entrei, encontrei o meu vizinho prestes a consumir o acto na casa de banho", disse.

Furiosa, a cidadã e os seus vizinhos levaram o malfeitor ao Posto da Polícia Nacional para que fosse interrogado. O jovem permaneceu alguns dias na cadeia e foi libertado. Para proteger os seus filhos, Fernanda e o marido partilham o leito com os quatro no único local da casa em que têm privacidade.

Fernanda Xietu contou ainda o caso de uma outra criança que foi embebedada com duas garrafinhas de whisky "The best" por dois jovens que tentavam abusá -la sexualmente. O pior só não aconteceu porque a pequena gritou pedindo ajuda a algumas pessoas que por ali passavam.

9.10 Aumentam as denúncias de violência doméstica

Jornal de Angola

20 de 3 maio de 2012

A Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher do Bengo registou, durante o primeiro trimestre deste ano, 87 casos de violência doméstica, contra os 41 denunciados no trimestre anterior disse ontem ao Jornal de Angola o responsável do sector.

Joana Pinto revelou que, dos 8 casos, sete foram ofensas corporais um de fuga à paternidade, 45 de incumprimento de mesada e dois desalojamento. Foram ainda registados dois casos de privação de bens um de ameaça de morte, cinco (abandono de lar, três de ofensas morais, 25 casos de reconciliação, 15 (separação e 47 ficaram pendentes).

Nos últimos tempos, segundo responsável, os homens também têm apresentado queixa, sobretudo quando são violentados pelas suas esposas, uma situação que tem preocupado a Direcção Provincial Família e Promoção da Mulher do Bengo. Os casos de violência doméstica na província, disse, tendem a diminuir, comparativamente aos anos anteriores, graças às palestras e encontros permanentes tipo casa a casa, para que as famílias saibam que o diálogo é muito importante que a agressão física.

"A família como célula principal de uma coletividade deve viver em plena harmonia e desenvolver boas práticas sociais", esclarece sublinhando que a nível do Bengo existem projetos direcionados apenas para as mulheres. Um destes projetos passa pela formação de casais antes do casamento, para os noivos ou uma futura relação possa perdurar.

Além disso, existe um outro programa radiofónico o "Njango" emitido pela emissora local, tem como objetivo a redução dos casos de violência doméstica no seio da população e que tem contribuído muito para a diminuição dos casos de violência doméstica na região.

9.11 Registados vários casos de violência doméstica

Jornal de Angola

21 de Maio de 2012

A Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher na Huíla notificou, nos últimos quatro meses, no município do Lubango, 132 casos de violência doméstica, 67 dos quais por falta de assistência ao lar.

A informação foi prestada no sábado à Angop pela diretora da instituição, Amélia Metodios, que disse terem sido registados também casos de desavença entre casais e de fuga à paternidade. Além disso, foram notificadas ofensas corporais, adultério, ameaças de morte, privação de bens, abandono do lar, entre outros, e os processos foram encaminhados para o Ministério Público.

Amélia Metodios indicou as dificuldades financeiras como o principal factor dos actos de violência nas famílias, nomeadamente brigas em casais, incumprimento de responsabilidades e consumo desregrado de álcool.

para travar esta onda de violência, quadros da direcção provincial desenvolvem campanhas sensibilização juntos das família e trabalham na divulgação da contra a violência doméstica.

"Muitas pessoas desconhecem Lei e outras são submissas aos cônjuges, por isso, evitam denunciar os maus-tratos", frisou.

A responsável reafirmou que recção da Família na Huíla vai forçar as campanhas de sensibilização e distribuição de panfletos sobre violência doméstica

9.12 Polícia Nacional comete excessos contra cidadãos indefesos

Folha 8

26 de Maio de 2012

A Amnistia Internacional acusou no 23.05 as autoridades angolanas de violar os direitos humanos ao usar e força policial excessiva para conter manifestações e ao condenar dois jornalistas por escreverem textos críticos do governo. No capítulo dedicado a Angola no seu relatório anual, a AI acusa as autoridades angolanas de coartarem a liberdade de reunião através do excessivo uso de força, detenções e prisões arbitrárias e acusações criminais.

"A polícia usou força excessiva em alguns momentos, incluindo a utilização de cães e armas de fogo, para debelar manifestações, e deteve arbitrariamente manifestantes e jornalistas", refere o relatório da AI, recordando que embora alguns dos detidos tenham sido libertados horas depois sem acusação formada, outros foram julgados por desobediência e resistência às autoridades.

A organização de defesa dos direitos humanos recorda que o ano de 2011, a que se refere o relatório agora divulgado, viu proliferarem manifestações antigovernamentais a pedir a demissão do presidente, José Eduardo dos Santos.

"A polícia cumpriu as suas funções de uma forma partidária, especialmente durante algumas das manifestações antigovernamentais. Usaram excesso de força para dispersar os manifestantes, incluindo fogo real, cães e gases irritantes, tendo também levado a cabo detenções e prisões arbitrárias", pode ler-se no relatório.

A organização denuncia ainda um aumento das restrições contra jornalistas, incluindo detenções, agressões policiais e a apreensão ou destruição da sua propriedade enquanto cobriam manifestações.

Dois jornalistas foram mesmo condenados a penas de prisão por alegada difamação, recorda a AI, referindo-se ao correspondente da Voz da América Armando Chicoca e ao diretor do Folha 8, William Tonet. Enquanto o primeiro foi condenado a um ano de prisão por difamação após escrever dois artigos sobre alegações de assédio sexual e corrupção por parte do presidente do tribunal provincial, o segundo foi condenado por difamação contra três generais do exército em 2007.

A AI acusa ainda as autoridades angolanas de terem continuado os desalojamentos forçados, embora reconheça que numa escala mais reduzida do que em anos anteriores. Ainda assim, milhares de pessoas continuam em risco de serem forçadas a abandonar as suas casas, alerta a organização, segundo a qual outros milhares de famílias anteriormente desalojadas continuam à espera de indemnizações.

Além disso, recorda, as 450 famílias de Luanda cujas casas foram demolidas entre 2004 e 2006 e a quem foi prometido realojamento ainda aguardavam novas residências no final de 2011.

A expulsão de Angola de 55 mil cidadãos da República Democrática do Congo ao longo de 2011 é outra das críticas expressas no relatório da AI, segundo a qual pelo menos seis mil dos congolezes repatriados foram vítimas de violência sexual. "Ninguém foi responsabilizado pelas violações dos direitos humanos nas expulsões de imigrantes congolezes em Angola nos últimos anos", lamenta a organização.

9.13 Queremos mais Polícias mais polícia

A Capital

26 de Maio de 2012

Falta de energia eléctrica, consumo exagerado de álcool, fraco patrulhamento do bairro pela polícia e a dificuldade na identificação dos grupos de malfeitores

que operam na zona, são apontados como causas do crescente índice de delinquência que está a tirar sono aos cidadãos do bairro Caop-B, em Viana, Luanda. Pelo menos foi o que fizeram saber à nossa reportagem alguns moradores.

Um deles é o senhor Pascoal, residente no bairro há 12 anos, na rua do Aviário, sector 50. Segundo ele, quase todos os dias acontecem assaltos no bairro, sobretudo no período nocturno, algumas vezes, por marginais considerados <<altamente perigosos>>, com o agravante de fazerem seus assaltos à luz do dia, fazendo-se transportar por motos de quatro rodas.

"Por exemplo, muito recentemente um cidadão oeste-africano, de 50 anos, foi assaltado por mais de três vezes, tendo sido espancado dentro da cantina onde vende. Até agora está internado numa das unidades -hospitalares do município", contou o morador.

Os marginais que segundo a nossa fonte começam a actuar a partir das 18h oo, são jovens na faixa etária dos 11 aos 18 anos. Andam armados e, diferente do que é comum, seus grupos são anónimos, ou, pelo menos, no bairro, são desconhecidos pelos moradores daquela bairro.

Lília Paulo Manuel, proprietária de uma cantina, disse à nossa reportagem que por três vezes seu estabelecimento sofreu assaltos, tendo os marginais partido os vidros da janela e rompido a porta que dá acesso ao interior do mesmo de onde levaram, para além de vários produtos ali comercializados, três geradores, cadeiras, um televisor e um leitor de discos.

"Vivemos inseguros. Quando chega a noite, ninguém mais sai de casa. Ninguém pode ficar na rua, com medo de sermos encontrados por um grupo de marginais e sermos suas vítimas", disse.

Um outro estabelecimento assaltado por marginais, no mesmo bairro, é o salão de beleza, denominado Aviário, cuja proprietária é a jovem Ana Vieira. Só no decurso deste mês foi vandalizado por duas vezes.

De acordo com a dona os marginais levaram, igualmente, um aparelho de som, DVD, um televisor, três aparelhos secadores de cabelo, bem como tintas de cabelo.

"Das duas vezes que nos assaltaram, eles romperam as duas portas do salão. Só demos conta do assalto no dia seguinte. Daí, fomos apresentar queixa à polícia que prometeu tudo fazer para que os marginais fossem encontrados", avançou Ana, acrescentando que, para seu espanto, algum tempo

depois as autoridades comunicaram-lhe que um dos marginais tinha sido encontrado.

Só que, "até agora as nossas coisas não foram devolvidas".

E não é só de assaltos que se fala. Os moradores denunciaram também um caso de homicídio que ocorreu na semana passada, do qual foi vítima o jovem que em vida respondia pelo nome de Francisco Jacinto. Funcionário de um armazém que comercializa bebidas diversas, segundo testemunhas, o jovem foi abordado por quatro marginais que se faziam transportar em duas motorizadas. Entraram no armazém, colocaram-no com armas do tipo AKM e, antes de o matarem, receberam-lhe algum dinheiro, não quantificado, em kwanzas.

Aflitos, os moradores queixam-se de que a polícia é vista na localidade a efectuar patrulhas, mas, observam, suas presas principais, são os mototaxistas a quem extorquem dinheiro.

Outro senão avançado pelos moradores, é o facto de as esquadras policiais que tentam garantir a segurança ao bairro, estarem localizadas muito distante do bairro, designadamente as esquadras da vila de Viana e do Capalanga.

"Quando está a acontecer um assalto no bairro, podemos telefonar para o piquete destas esquadras. Eles só aparecem no dia seguinte depois de os marginais já terem realizado todo tipo de desmando", lamentou, acentuando a seguir: "neste bairro estamos entregues à nossa sorte".

Na maioria das vezes assiste-se a vagas de tiroteios ao longo da noite, seguidos de gritos de socorro, sem que se possa fazer algo.

"Você pode ouvir o grito do seu vizinho e reconhecer a voz dele, porém, não se pode sair de casa, porque corre-se o risco de apanhar um tiro disperso ou mesmo ser atacado pelos marginais" ,acautelou, a jovem Ana Vieira.

Tudo quanto a população do Caop-B quer é um esforço conjugado, quer das autoridades policiais quer das administrativas, no sentido de se colmatarem estas que são as suas principais inquietações. Para além do reforço policial, as autoridades administrativas pedem a iluminação do bairro cuja falta propicia o livre arbítrio das gangs.

10. AMBIENTE

10.1 Angola trabalha na concretização de projectos de energias renováveis

Jornal de Angola
3 de Maio de 2012

Um dos maiores objectivos de Angola no sector energético é enfrentar e vencer as principais barreiras que se colocam na concretização de projectos de energias renováveis.

A revelação foi feita, em Hamburgo, Alemanha, pela directora nacional das Energias Renováveis, Sandra Cristóvão, quando falava no VI Fórum Germano-Africano de Energia, que decorreu de 22 a 25 de Abril, onde se debateu a energia solar, eólica, biocombustíveis, gás e petróleo.

Cerca de 300 especialistas, empresários e entidades governamentais, a maioria africanos e alemães, participaram no evento, que culminou com uma visita à Feira de Hanover, 151 quilómetros a sul de Hamburgo.

A República de Angola esteve presente com uma delegação chefiada pelo titular da pasta da Energia e Águas, João Baptista Borges, que incluiu o vice-ministro dos Petróleos, Aníbal da Silva, em representação do ministro José Botelho de Vasconcelos.

Sandra Cristóvão referiu que o potencial para o desenvolvimento do projecto de energia eólica ainda não está identificado em todo o país. "No entanto, através de um estudo que levou dois anos, sabe-se que na província desértica do Namibe há potencial para fazendas com mais de 100 mw", disse.

A directora nacional, Sandra Cristóvão, afirmou que estão a ser criados sistemas isolados de energia fotovoltaica, com destaque em projectos de grande alcance social, como escolas, centros médicos, instituições administrativas, num total de 21 infra-estruturas. Sandra Cristóvão acrescentou que no âmbito do programa de electrificação rural já foram instalados 17 sistemas e 50 candeeiros de rua.

A directora nacional das Energias Renováveis disse que, "sendo a energia renovável uma questão transversal, outros sectores como a agricultura, saúde, educação, indústria, comércio, ciência e tecnologia, finanças, transportes e construção estão a ser consultados para o desenvolvimento da estratégia nacional para as energias renováveis". Ao falar sobre

"As fontes de energia renovável em Angola, o seu estado actual e perspectivas", Sandra Cristóvão considerou que as perspectivas globais se colocam, a curto prazo, na conclusão da estratégia nacional para as energias renováveis, a médio prazo, no aumento da percentagem de população com acesso à electricidade nas áreas rurais através do uso da energia solar, e a longo prazo, na integração das energias renováveis, como a biomassa, solar e eólica na rede nacional.

Sandra Cristóvão disse que as políticas para promoção da sua utilização estão a ser desenvolvidas e os principais projectos a concretizar no futuro mais próximo estão identificados, sublinhando que o que falta agora é o domínio da tecnologia. A alta funcionária do Ministério da Energia e Águas sublinhou que a produção de energia no país é baseada em tecnologias sustentáveis, não apenas em termos de custos mas também de ambiente.

Além de participar nos painéis, os governantes angolanos reuniram-se com empresários e políticos alemães e com o comissário da União Europeia para a Energia, Günther Oettinger, com o intuito de reforçar as parcerias já existentes e buscar outras que possam ajudar a melhorar os serviços de fornecimento de energia eléctrica em todo o território angolano.

10.2 Ministros do Ambiente assinam acordo sobre a preservação das áreas florestais

Jornal de Angola
3 de Maio de 2012

Os Ministérios do Ambiente de Angola e do Congo vão assinar durante a Conferência sobre desenvolvimento sustentável "Rio+20", a ter lugar em Junho, no Brasil, um acordo de cooperação sobre as três bacias florestais tropicais do mundo, as florestas da Amazónia, da Ásia e do Congo.

A intenção foi manifestada segunda-feira entre os ministros dos dois países, durante um encontro realizado na capital angolana, no qual participou o antigo presidente da Guiana Inglesa e actual embaixador itinerante para as três bacias, Bharrat Jagdeo.

A ministra angolana do Ambiente, Fátima Jardim, assegurou que com a assinatura do acordo pretende-se transformar a temática florestal numa grande questão de desenvolvimento sustentável, que "hoje já é vista de uma forma abrangente". "Precisamos do apoio dos países desenvolvidos e o importante é que temos aqui já um pensamento comum", enfatizou.

O embaixador Bharrat Jagdeo considerou excelente o encontro entre os ministros. "Se de facto formos bem-sucedidos nesta iniciativa, vamos mudar a percepção do mundo sobre as florestas, porque elas devem ser preservadas de modo a contribuírem para o bem-estar das nossas populações", disse.

Bharrat Jagdeo disse que durante a reunião foi possível partilhar com a parte angolana os passos necessários para se chegar a um acordo. "Temos a certeza de que com Angola, sendo um país bastante

progressista, podemos trabalhar para traçarmos e alcançarmos os nossos objectivos no que diz respeito à preservação do ambiente", acrescentou, sublinhando que "é um grande prazer vermos África a liderar este processo".

O ministro congolês do Ambiente disse que o seu país pretende um acordo liberal voluntário, para que todos possam preservar o ambiente e os ecossistemas.

A I Cimeira sobre as três bacias florestais tropicais do mundo teve lugar de 31 de Maio a 3 de Junho de 2011 em Brazzaville, na perspectiva de se estabelecer uma cooperação Sul-Sul e Norte-Sul, com vista a uma gestão sustentável dos ecossistemas florestais.

10.3 Seca dispersa votos no deserto do Namibe

O País

04 de Maio de 2012

A estiagem prolongada que comprometeu as culturas da primeira época agrícola, com destaque para as províncias de Benguela, Kuanza Sul, Huambo, Huíla e Namibe, está a provocar nesta última a deslocação desordenada de comunidades de uma região para outra em busca de alimentos, devido à seca que afectou gravemente alguns municípios.

A Bibala, com uma comunidade constituída maioritariamente por grupos itinerantes, entre os quais os célebres guerreiros mucubais, é um dos municípios que está a enfrentar uma penúria alimentar, sendo que parte dos seus habitantes procuram contornar a situação noutros municípios da vizinha Huíla, como Quilengues e Humpata, onde a situação é menos grave.

Segundo apurou O PAÍS, esta região potencialmente agro-pecuária com uma população estimada em 211.020 habitantes (27 pessoas por quilómetro quadrado), produz em pequena escala o milho, o massango, a massambala, o feijão macunde e fruteiras. Mas a região está a viver um dos seus piores

momentos de escassez de alimentos. A situação agrava-se ainda mais numa altura em que se aproxima a época cacimbo (Maio, Junho e Julho).

Os alimentos escasseiam em toda a parte do município, sobretudo nas comunidades rurais, onde a situação inspira maiores cuidados. "Há pessoas que passam fome todo o dia, só mesmo bebendo água, porque não têm nada para se alimentar, nem dinheiro para comprar alimentos no Namibe ou no Lubango", disse uma estudante da Escola de Formação de Professores (EFP), actual denominação dos antigos Institutos Médios Normais de Educação (IMNE).

Segundo a fonte, uma jovem de 26 anos, devido à carência alimentar, muitos estudantes desprovidos de recursos financeiros para comprar comida estão a abandonar as aulas, voltando para as suas áreas de origem. "Muita gente está a desistir por causa disso, porque a maioria que estuda não é natural de cá", afirmou, reforçando que a situação está a contribuir negativamente em termos de assimilação das matérias.

O PAÍS apurou ainda que a maior parte dos que frequentam a Escola de Formação de Professores são oriundos do município piscatório do Tômbwa, onde, por ordens expressas, dizem (não se sabe de quem), foi encerrado o antigo IMNE. Com essa medida, os alunos passaram a fazer o curso na Bibala, uma situação que deixa o seu administrador municipal desconfortado e foi isso que disse numa conversa com O PAÍS.

"Não sei quem deu esta ordem para que fosse encerrado o Instituto de Educação que o município tinha e que facilitava a vida dos estudantes. Agora são obrigados a deslocarem-se de uma região para outra para dar continuidade aos seus estudos", resumiu João Guerra Freitas, o "homem forte" desta região desértica do Namibe.

Administrador reconhece situação

João Ernesto dos Santos, administrador municipal da Bibala, reconheceu que a deslocação das populações de uma região para outra poderá complicar a participação dos eleitores nas eleições de Agosto. Segundo o responsável, "a Bibala é a segunda praça eleitoral da província e com a saída dessas pessoas, a situação do voto poderá ser alterada, porque terão de votar noutras localidades que não escolheram inicialmente para exercer o seu direito de cidadania".

Preocupado com a situação, o responsável está de mãos atadas porque não encontra solução para contornar este quadro, já que a seca é uma obra da natureza e com a chegada do cacimbo tudo parece

mais complicado. "Infelizmente não depende de nós, se assim fosse já poderíamos alternar o cenário com os meios que nos fossem disponíveis, aliás, como sempre fizemos em termos de acudir as pessoas quando há calamidades naturais", disse o administrador.

Acrescentou também que face à situação a transumância do gado alterou significativamente, o que, na sua opinião, poderá comprometer o pasto normal durante os meses da época seca. "As chimpacas estão secas, os detentores das manadas fazem o esforço de levá-las para um outro sítio, mas também nem tudo está a correr bem, porque toda a região Sul está a sofrer o mesmo problema", lamentou.

Ernesto dos Santos mostra-se também apreensivo com esta realidade angustiante que a sua área de jurisdição está a viver. "A deslocação de uma área para outra do gado, ou seja, em território vizinho provoca conflitos, e ao nível do município temos o receio de que esta situação possa ocorrer já que os nossos municípios estão a atingir localidades alheias, embora tenham lá familiares", afirmou.

Com uma rede comercial e hoteleiro-turística pouco significativa, a Bibala, à semelhança do vizinho Camucuio, está a enfrentar uma forte penúria alimentar que poderá afugentar mais populares, caso a situação não seja contornada, o que poderá provocar a dispersão de votos no deserto. "Se não for superada a situação teremos problemas na contagem de votos depois das eleições, porque as pessoas votarão em lugares não programados por si", reconhece o administrador.

Com a excepção deste clima, o resto vai de "vento em popa" numa zona cujo desenvolvimento depende do aproveitamento das potencialidades agropecuárias e turísticas da região, que é feito em pequena escala devido à sua localização geográfica, agravada pela falta de vias de acesso à sede do município, assim como nas suas três comunas, Caitou, Lola e Kapangombe.

Com uma superfície de 7.612 quilómetros quadrados, representando 13,3 por cento do Namibe, Bibala dista 168 quilómetros da capital da província. Tem um clima temperado médio semi-desértico, com duas estações: uma chuvosa (de Outubro a Abril) e outra seca (Maio e Setembro).

10.4 GPL trava exploração ilegal de inertes na costa

Agora

05 de Maio de 2012

O despacho do pelouro, datado de 2 de Setembro de 2002, determina a suspensão da exploração de areias na costa, compreendida entre o Benfica e a Barra do Kwanza.

O instrutivo do Ministério, de acordo com a fonte formaliza igualmente a intervenção da Polícia e das administrações municipais para a paralisação da actividade de garimpo nesta orla e zonas de Viana, Cacuaco e no distrito da Samba.

A fonte disse ainda que foram criadas equipas de fiscais de actividades mineiras municipais adstritas à direcção provincial da Geologia e Minas e Indústria que se dedicam ao registo da proveniência dos carregamentos de materiais de construção de origem mineira.

A exploração desordenada de inertes como areia, burgau e rocha calcária, para a construção civil, tem estado a provocar sérios problemas à conservação do ambiente, uma situação que as autoridades deveriam estancar o mais rapidamente possível.

Estes problemas, segundo os especialistas, são mais visíveis na zona costeira, onde a fragilidade ambiental poderá colocar em risco a futura utilização daquelas áreas para múltiplos fins, assim como poderá promover a aceleração de fenómenos erosivos, cujos contornos são difíceis de prever nesta altura.

Dados da direcção provincial do Ministério do Ambiente dão conta que o problema da exploração de areia para a construção civil, em Luanda, remonta desde a década de 60, altura em que foi embargada a exploração de areias na Boavista, por fazer acelerar a erosão das barrocas.

Em 2003, o Conselho de Ministros recomendou ao então Ministério das Obras Públicas e ao CPL a desencadear acções conducentes a atenuar a degradação provocada pela erosão natural ao longo da estrada Luanda-Barra do Kwanza.

Entretanto, no Panguila, a exploração de areia tem preocupado os moradores que acham que pode provocar sérios danos à fauna marinha e não só. "Os camiões transportam areia ininterruptamente, e além de perturbarem a população, também contribuem para a degradação do meio ambiente. É preciso travar esta anarquia", defendeu um morador do bairro.

10.5 Recursos florestais em análise no Huambo

Jornal de Angola
05 de Maio de 2012

O representante em Angola da ONG Cospe, Matteo Tonini, informou na sexta-feira, na povoação de Chococolosso, município da Caála, província do Huambo, que os programas de combate à desertificação florestal dos anos 70 surgiram com o objectivo de melhorar a qualidade ambiental e de vida das famílias.

Em declarações à Angop, à margem do primeiro seminário provincial de gestão 'comunitária dos recursos florestais, realizado entre quinta e ontem e promovido pela ONG Cospe e pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Matteo Tonini sublinhou que as florestas representam, em todo o mundo, uma fonte muito importante na produção e conservação de recursos.

Acrescentou que as florestas, além de contribuírem para a preservação do meio ambiente, produzem também vários recursos naturais para a sobrevivência do homem e dos animais.

"É necessário compreender que o corte de árvores para a abertura de uma determinada lavra ou fazenda condiciona a fertilidade dos solos", acentuou Matteo Tonini, que elogiou o programa de combate à desertificação, por proteger o meio ambiente e harmonizar a actividade agropecuária.

Participaram no encontro, que se realizou no âmbito do projecto integrado de protecção e desenvolvimento das florestas costeiras angolanas, financiado pela União Europeia (UE), responsáveis de organizações da sociedade civil, líderes comunitários, estudantes e professores universitários.

A desflorestação é um assunto que preocupa os governos de todos os países do mundo.

10.6 Exploração ilícita de inertes prejudica o Estado

Jornal de Angola
07 de Maio de 2012

O ambientalista Vladimir Russo afirmou, em Luanda, que a exploração ilegal de inertes tem provocado enormes prejuízos na arrecadação de impostos pelo Estado.

O especialista disse à Angop que o Estado fica lesado em termos de arrecadação de receitas e pelo facto de não acompanhar essa actividade.

Acrescentou que nos últimos tempos se tem registado uma exploração intensa de inertes e que as autoridades não sabem onde decorre e não têm forma de poder fiscalizar no acto da extracção.

Do ponto de vista ambiental, a extracção de inertes altera a paisagem e afecta a qualidade de vida das pessoas, quando é feita em locais impróprios, salientou.

Um outro aspecto tem a ver com a degradação do habitat, resultante da remoção da vegetação e consequente afastamento dos animais.

10.7 Seca compromete colheitas na Chibia

Jornal de Angola
07 de Maio 2012

Cerca de 60 por cento dos 63.477 hectares cultivados na Chibia, no quadro da campanha agrícola 2011/2012, ficaram com as culturas atrofiadas em consequência da seca que nos últimos meses atinge a província. A previsão da colheita estava cifrada em 3.529 toneladas de diversos produtos do campo e também fica comprometida na mesma ordem percentual, afirmou à Angop a administradora municipal, Otilia Noloti Vianney.

Entre as culturas afectadas destacam-se os cereais, milho, massango, massambala e feijão, mas também as hortícolas. O quadro é o mesmo nas quatro comunas que compõem a Chibia (Capunda Cavi longo, Quihita e Jau). Situado 45 quilómetros a sul do Lubango, o município da Chibia tem uma população estimada em 200 mil habitantes.

Para atenuar a crise, Otilia Noloti Vianney pediu ao Executivo para distribuir sementes de hortícolas,

pois os meses que se aproximam vão ser marcados pela falta de alimentos. "Solicitamos às instâncias superiores que providenciem sementes diversas de hortícolas pois os meses que se aproximam apresentar-se-ão críticos em segurança alimentar", sublinhou.

Reembolso do crédito

A seca está também a criar dificuldades de amortização do Crédito Agrícola de Campanha por parte dos camponeses do município da Chibia,

considerou a administradora municipal Otilia Vianney.

O empréstimo contemplou 140 dos 270 camponeses organizados em cooperativas e associações que, por vias de meios agrícolas diversos, como instrumentos de trabalho, máquinas, sementes e fertilizantes, receberam um total 43 milhões e 769 mil kwanzas, disse Otilia Vianney à Angop.

"Os camponeses estão actualmente impossibilitados de fazerem o reembolso do valor à entidade credora, o Banco Sol, porque as sementeiras não vingaram por falta de chuvas", disse. Os camponeses apostaram no cultivo do milho, massango, massambala e feijão, culturas que mais foram arrasadas pela ausência de chuvas.

Segundo a administradora, o atraso que se verificou na concessão do empréstimo também não ajudou, pois alguns produtos foram entregues fora da época apropriada para o cultivo e os instrumentos e máquinas não garantiram a qualidade desejada.

10.8 Executivo disponibiliza milhões de dólares na recuperação de estações de investigação

Jornal de Angola

07 de Maio de 2012

O ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Pedro Canga, revelou na sexta-feira, no Lubango, Huíla, que o Executivo disponibilizou 100 milhões de dólares para a recuperação e reabilitação de infra-estruturas de investigação agronómica, veterinária e pesca.

Pedro Canga, que falava no final da sua visita de dois dias à Huíla, onde inaugurou o laboratório de produção de vacinas, lançou o projecto Jovem Empresário Agrícola e apresentou o projecto de caracterização de raças autóctones de bovinos e pequenos ruminantes, disse que o programa inclui também a formação de quadros.

O governante precisou que existem vários projectos por desenvolver e o Executivo já aprovou e alocou valores que estão a ser empregues nos mais diversos programas para o desenvolvimento do sector.

"Estamos a recuperar e a construir as Estações de Investigação Agronómica, as Estações de Investigação Veterinária e as do domínio das pescas", referiu.

Salientou que, no quadro desse programa, já foram reabilitadas parte das infra-estruturas da província do

Huambo e construiu-se o novo Laboratório Regional de Veterinária no município da Humpata na Huíla. Está em curso um programa que visa reabilitar o instituto da província de Cabinda e as estações de investigação nas províncias nessa mesma região, no Uíge, Kwanza-Sul e Huíla.

O ministro indicou que, durante os dois dias em que esteve na província, foi inaugurado o laboratório de produção de vacinas contra a doença de Newcastle, um projecto enquadrado no programa do Executivo destinado a resolver os problemas do sector.

"Existe ainda um conjunto de acções que está a ser incrementado no sentido de darmos capacidade funcional aos nossos investigadores, mas também para podermos resolver os problemas da saúde pública veterinária, e assim aumentarmos a produção alimentar e de boa qualidade", disse. Enquanto isso, um projecto de caracterização de raças autóctones de bovinos e pequenos ruminantes foi sexta-feira apresentado pela directora-geral do Instituto de Investigação Veterinária, Cleunice Costa. Financiado pela Agência Internacional de Energia Atómica em 120 mil dólares, tem o pendor de aumentar a produção do gado e melhorar a qualidade dos produtos animais.

A directora-geral disse, no acto de lançamento do projecto, que ele tem a duração de dois anos e vai ser feita uma caracterização do gado de raça mucubal, muquilengue e outros. Para a concretização deste programa, o Instituto de Investigação Veterinária vai precisar de pelo menos entre 100 a 150 amostras, num processo em que vai ser necessária a colaboração das autoridades administrativas, governos provinciais, administrações municipais, autoridades tradicionais e criadores. Cleunice Costa adiantou que, para que os resultados serem positivos, está em curso uma acção que visa a montagem de um laboratório de biologia molecular numa província a ser indicada, para a melhor gestão dos dados.

Participaram na cerimónia de apresentação do projecto o vice-governador provincial da Huíla para o sector Económico, Sérgio da Cunha Velho, membros do governo provincial e quadros do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca.

10.9 Começa hoje ciclo de debates sobre participação de Angola

Jornal de Angola

10 de Maio de 2012

A Juventude Ecológica de Angola (JEA) e o Programa das Nações Unidas para o Desen-

volvimento (PNUD) promovem, a partir de hoje, em Luanda, um ciclo de debates sobre o processo de preparação da conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, conhecida por Rio+20, a decorrer de 20 a 22 de Junho, no Rio de Janeiro.

Uma nota de imprensa da JEA, chegada ontem ao Jornal de Angola, indica que a iniciativa tem como objectivo principal encontrar plataformas comuns para que Angola possa participar na cimeira Rio+20 com êxito e contribuir para a obtenção de resultados globais positivos.

Com o debate, a Juventude Ecológica de Angola pretende, a nível local, recolher contribuições que possam enriquecer a estratégia de participação da Comunidade de Países de língua Portuguesa (CPLP) e de África.

"Esperamos, no final dos debates, ter um maior conhecimento do processo de preparação do país para a Rio+ 20 e mobilizar a sociedade civil angolana e o sector empresarial para que tenhamos uma participação activa", lê-se na nota.

A actividade de hoje marca também a abertura das jornadas alusivas ao 21º aniversário da primeira organização ambiental a surgir em Angola, a assinalar-se no dia 11.

A Juventude Ecológica de Angola é uma Organização Não-Governamental ambiental, fundada em 1991, que se dedica a questões de protecção, recuperação e preservação do ambiente, além da educação e sensibilização ambiental das comunidades e da melhoria da qualidade de vida das populações.

10.10 População atravessa crise alimentar devido à seca

Jornal de Angola
11 de Maio de 2012

Em Catete, um dos novos distritos da província de Luanda localizado a 60 quilómetros da capital, cerca de 70 mil habitantes aguardam mais apoio do governo provincial. Com a agricultura como base de sobrevivência, a população atravessa uma situação particularmente difícil devido à falta de chuva, que tem sido a principal fonte de irrigação das plantações. Em consequência disso, estão a surgir graves problemas sociais, principalmente devido à falta de alimentos, que uma boa colheita podia ter facultado.

A situação está a afectar principalmente os mais velhos que, pela idade que possuem, já não têm forças suficientes para trabalhar a terra, nem para

procurar alimento nos rios que, devido ao aquecimento global, estão a perder as poucas lagoas existentes na zona.

Neste momento, existe uma enorme falta de alimentos do campo, o que deixa os camponeses numa difícil situação, ao tornar essa actividade insustentável.

A administradora adjunta de Catete, Margarida Pedro, disse que, devido à falta de chuva, se perdeu toda a sementeira lançada à terra e que acabou por se estragar. "Tivemos pouca chuva este ano. Nem sequer possibilitou o amadurecimento dos produtos e a sua consequente recolha por parte dos camponeses, que muito esperavam daquele cultivo", sublinhou,

Margarida Pedro prometeu aos camponeses que a Administração vai fazer todos os possíveis para os ajudar a saírem da situação em que se encontram e apontou como solução possível um pedido de apoio ao governo de Luanda.

O soba Domingos Francisco explicou que além da situação da falta de chuvas, a p

esca, que servia para o sustento de muitas famílias, também deixou de fornecer uma quantidade suficiente de peixe para consumo. A caça, outro meio de sobrevivência, deixou de ser praticada devido à idade avançada dos caçadores e por falta de interesse dos jovens em se dedicar a essa actividade. "Os jovens estão mais preocupados em trabalhar nas empresas e os mais velhos há muito que deixaram de caçar devido à idade", referiu o soba.

A autoridade tradicional lamentou o facto de algumas empresas de construção civil terem ocupado, supostamente de forma ilegal, algumas áreas destinadas à agricultura, para a exploração de burgau. "A situação é extremamente grave, por isso pedimos a intervenção do governo provincial para acabar com o sofrimento destas populações", alertou.

Governo de Luanda

Para acudir no imediato à situação, o governo provincial entregou alimentos e material agrícola às autoridades tradicionais do distrito de Catete, município de Icolo e Bengo. Os bens, entregues pela vice-governadora para a Área Social, Juvelina Imperial, eram compostos de farinha de milho, arroz, açúcar, feijão, caixas de óleo vegetal, de e sardinhas, atum e maizena, panelas de cozinha, canecas, baldes, chapas de zinco, enxadas e picaretas.

Durante o encontro com a vice-governadora de Luanda, os sobas apresentaram-lhe várias preocupações, entre as quais a falta de transportes públicos e a

necessidade de reabilitar as vias de comunicação. Outro problema que aflige a população é a falta de abastecimento de água potável canalizada, o que obriga a que seja abastecida através de camiões cisterna.

Diversas melhorias e alguns problemas

Com a reabilitação de várias infra-estruturas, o município está a ganhar mais vida e já se regista um maior movimento de pessoas e automóveis, principalmente aos sábados e domingos.

Filho de Catete, onde nasceu e vive há 36 anos, Bartolomeu José referiu ao Jornal de Angola que, de um modo geral, o distrito está em crescimento, com a reabilitação de estradas, centros de saúde e escolas.

"Hoje, já temos um Centro Cultural, várias dependências bancárias, postos médicos, energia eléctrica, escolas", salientou. Na sua opinião, se Catete continuar a reabilitar e construir infra-estruturas, nos próximos dez anos vai ter um importante conjunto de equipamentos, necessários para o seu crescimento.

Adelaide Lobato, de 32 anos, considerou que a melhoria das condições de vida das populações tem estado a mudar, graças aos investimentos que o Executivo está a fazer, com a reabilitação e construção de infra-estruturas sociais. Apesar disso, o distrito continua a viver múltiplos problemas. Cerca de 90 por cento dos professores, funcionários administrativos e enfermeiros, vive em Luanda, por falta de infra-estruturas de alojamento, situação que preocupa as autoridades locais. As apreensões recaem principalmente sobre a falta de mais unidades sanitárias, escolares e infraestruturas de apoio aos serviços administrativos, a par da carência de médicos, enfermeiros, professores e pessoal administrativo.

Adelaide Lobato lamentou, ainda, a falta de ensino superior. "Hoje, já há jovens que reconhecem a importância de estudar, por isso é triste e lamentável ver muitos deles com vontade de prosseguir a sua formação, mas sem o poderem fazer por falta de uma Faculdade", salientou.

Além disso, há falta de armazéns de bens alimentares, vestuário, calçado e de materiais de construção. "Sem esses estabelecimentos comerciais, as pessoas são obrigadas a ir a Viana e ao Sambizanga para fazerem compras", explicou, acrescentando que é necessário construir mais centros de formação profissional para os jovens. "Uma vez formados, eles têm a possibilidade de mais facilmente conseguirem um emprego na área em que se formaram", concluiu.

10.11 Fábrica de montagem de energia solar inaugurada em Viana

Novo Jornal

11 de Maio de 2012

A primeira fábrica de montagem de equipamentos de energia solar, num investimento avaliado em seis milhões de dólares, foi inaugurada nesta terça-feira, 08, na localidade de Viana pelo grupo empresarial Opaia.

Trata-se da Green Power, unidade fabril, que permitirá criar inicialmente 30 postos de trabalho diretos e 70 outros indiretos até finais do ano em curso, com uma facturação até Dezembro na ordem dos 11,5 milhões de dólares, conforme deu a conhecer o seu diretor geral, Carlos Igrejas.

A empresa que se dedica exclusivamente à produção de materiais ligados à energia renováveis, deverá impulsionar o sistema nas diferentes províncias de Angola, estando já a operar em experiência piloto nas províncias do Namibe e Kwanza-Norte, sobretudo nas zonas rurais, contando para o efeito com apoio do Governo, na qualidade de potencial cliente na aquisição de kits de energia solar.

"Tirando proveito de que Angola é dos países do mundo com mais horas de sol, a empresa Green Power é considerando-se esta fonte energética gratuita, limpa e inesgotável faz sentido investir neste domínio", salientou Carlos Igrejas à margem da cerimônia inaugural da fábrica.

Segundo este responsável, a expansão da rede de energia solar vai reduzir a necessidade do uso de geradores, e ao país utilizar menos o petróleo para consumo interno, assim como proteger as futuras gerações. Já o presidente do grupo Opaia, Agostinho Kapaia considerou que os países que conseguem combinar o crescimento económico com o desenvolvimento social podem considerar-se países com os olhos postos no futuro.

"Angola será certamente um desses países e a Green Power quer liderar esta transformação energética", acentuou Kapaia.

A energia solar é captada através de painéis solares e posteriormente em energia eléctrica.

O corte dá fita coube ao secretário de Estado de Energia, Joaquim Ventura, que elogiou os promotores da iniciativa, frisando que vem a contribuir para minorar as condições de vida das populações mais carenciadas.

"É uma iniciativa louvável, pois vem de encontro às preocupações do Executivo no sentido de combater a pobreza no seio das populações", afirmou Joaquim Ventura.

A Green Power além de montar equipamentos solares vai dedicar-se também à distribuição, desenvolver, implementar e garantir a manutenção de sistemas multitecnológicos de energia renováveis, com particular realce para a energia solar.

Com equipamentos para iluminação pública fotovoltaica, kits autónomos de combate à pobreza, de iluminação de escolas, postos de saúde e casas, fornece sistemas de energia para alimentar captações de água para rega e sistemas solares térmicos para produção de água quente.

Tem neste momento disponíveis três kits, cujos preços. Variam entre os 2 mil e 15 mil dólares por unidade.

10.12 Chuva destrói habitações

Jornal de Angola
12 de Maio de 2012

A directora provincial da Assistência e Reinserção Social avançou, ao Jornal de Angola, que uma pessoa morreu por descarga eléctrica, no município do Puri, duas outras ficaram soterradas pelas paredes caídas de uma residência, no Negage, e mais de 230 moradias foram destruídas em consequência das chuvas, acompanhadas de ventos fortes, granizo e trovoadas, que caíram insistentemente sobre a região.

Adelina Pinto, directora provincial da Assistência e Reinserção Social (MINARS), disse que as referidas casas foram destruídas entre Fevereiro e Abril deste ano. Pelo menos 1.156 pessoas ficaram sem os seus haveres, e foram obrigadas a refugiar-se em casa dos parentes, vizinhos e amigos. "São casas construídas em zonas de risco e sem as mínimas condições de segurança ou padrões arquitectónicos, que garantam a estabilidade das paredes e telhados", afirmou Adelina Pinto.

A responsável provincial do MINARS assegurou que estão a ser envidados todos os esforços para apoiar os sinistrados com alimentos, roupa usada, utensílios de cozinha e chapas de zinco, para poderem erguer novas residências.

Adelina Pinto referiu que, de acordo com o levantamento feito pela sua instituição, são necessárias 3.700 chapas de zinco, para serem distribuídas aos sinistrados dos municípios do Uíge, Negage,

Bungo, Damba, Puri, Milunga, Songo, Bembe e Buengas.

A directora local do MINARS lembrou que, em 2011, as chuvas destruíram 3.290 casas, 52 escolas, 25 igrejas, quatro postos médicos, 15 residências sociais e 13 pontes. As chuvas provocaram ainda o surgimento de ravinas em diversas localidades da província.

No ano passado, mais de 17 mil pessoas ficaram sem os seus haveres, seis pessoas morreram e 24 outras ficaram feridas.

10.13 Seca prolongada ameaça populações no interior da província do Namibe

Jornal de Angola
17 de Maio de 2012

A campanha agrícola, que os camponeses do Interior da província do Namibe acreditavam, ser um marco no combate à pobreza, corre o risco de entrar para a história como "ano da desgraça" devido à falta de chuva.

Um sol abrasador, árvores, arbustos e capim ressequidos, são o cenário de um ano agrícola para esquecer na província do Namibe. O solo, que outrora encheu os celeiros dos camponeses com massango, massambala, milho e feijão hoje pouco ou nada dá, devido à seca extrema.

Em várias comunas e povoações dos municípios da Bibala, Virei e Camucuio, áreas mais afetadas pela seca, a campanha agrícola de 2012 está perdida e a fome ameaça algumas comunidades.

"O milho semeado em Agosto e Setembro não resistiu à falta de chuvas em certas localidades do município do Camucuio", diz João Cole, proprietário de uma lavra.

Nalgumas regiões atingidas pela seca, as águas subterrâneas são as principais fontes de abastecimento para as populações e o gado, mas à falta de chuva as pequenas albufeiras e poços secaram.

Os furos que captam as águas mais profundas são hoje a única alternativa segura no abastecimento às populações e ao gado, mas a maioria está inoperante ou deficiente por falta de assistência técnica.

Aldeias abandonadas

Em consequências da acentuada estiagem, populações inteiras da comuna do Cainde, município do Virei, estão a abandonar as suas casas dispersando-se pelas matas à procura de pastos para o gado e água para a sua sobrevivência.

Percorrem dezenas de quilómetros sem encontrar alimento para o gado. E encontram as pequenas lagoas secas. O director provincial do Namibe da Agricultura, Gabriel Félix, disse que a situação é crítica nos municípios do Camucuí e Bibala, regiões de grande incidência da transumância. "Ali, as populações não possuem excedentes agrícolas, pois o pouco que produziram na campanha agrícola anterior ou mesmo na primeira época desta já foi consumido, não há milagres e a esperança nas colheitas esfumou-se", refere Gabriel Félix.

Acrescenta que os camponeses precisam de sementes, pois ou perderam-nas sementeiras infrutíferas ou foram consumidas devido à carência alimentar. \

Gabriel Félix disse que a localidade do Mucungo, Namibe, ainda há pastos, o que está a gerar enormes disputas entre os muitos criadores tradicionais de gado.

Centenas de velhos e crianças estão a emigrar para terras onde as sementeiras são promissoras devido à humidade nas zonas baixas dos rios e vales, enquanto outros permanecem na região, à espera da bonança. A seca está a causar graves dificuldades aos camponeses, sobretudo na amortização dos seus créditos bancários. "O ano agrícola de 2012 era decisivo para o pagamento do meu crédito agrícola, mesmo com as poucas chuvas semeei milho, confiando que tudo ia correr às mil maravilhas, mas o milho que já tinha uma altura média perdeu-se por falta de água", refere Fernando Muhongo, camponês de 47 anos e dono de uma lavra de cinco hectares.

Como Fernando Muhongo, são muitos os camponeses que vivem dias de angústia por não poderem honrar os seus compromissos bancários devido aos fracos ou quase nulos resultados das sementeiras.

Com a seca, a sobrevivência de 500 mil-cabeças de bovino e um milhão de pequenos animais, como ovinos, caprinos e suínos está seriamente ameaçada. Os pastos naturais secaram e muitos animais correm sérios riscos de morrer à sede.

Indivíduos fortemente armados, saldos das localidades do Imputo (Huila), Chongoroi (Benguela) e Cunene estão a roubar muitos animais, ante a

impotência dos criadores, segundo relatos de sobas e camponeses.

O director da Agricultura no Namibe sublinhou que apesar de tudo, "a produção da primeira época da campanha agrícola nos principais pólos de desenvolvimento foi de 7.6 mil toneladas", diz Gabriel Félix.

"Nesta altura existe uma alternativa, que são as cinturas verdes dos municípios do Namibe e Tombwa para salvaguardar e recompensar o esforço do agricultor", afirmou Gabriel Félix.

10.14 Obras para estancamento de ravinas ficam concluídas em Agosto próximo

Jornal de Angola

26 de Maio de 2012

Os trabalhos de estancamento de ravinas, que ameaçam destruir a estrada principal e residências das populações, na sede municipal do Lucapa, ficam concluídos em Agosto deste ano, garantiu na quinta-feira,

no Dundo, o responsável da obra bel Correia. As obras começaram em finais do ano passado e fazem parte do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do Ministério do Urbanismo e Construção, numa acção concertada com o governo provincial da Lunda-Norte.

Abel Correia assegurou ao *Jornal de Angola* que as obras de contenção das ravinas, cujas proporções eram muito alarmantes, se encontram na fase final, sublinhando que os trabalhos estão voltados para a construção das valas de drenagem ao longo da via pública, onde estavam situados os referidos buracos.

As ravinas apresentavam 70 metros de comprimento e 40 de largura, resultantes da elevada concentração e resíduos sólidos produzidos pela população local e comerciantes.

O desvio do curso normal das águas residuais e fluviais provocam a impermeabilização dos solos locais e essa é, segundo o responsável, a principal causa do surgimento progressivo das ravinas a nível da sede municipal do Lucapa, sobretudo na época de chuvas. Abel Correia queixou-se da grande quantidade de lixo e outros detritos que levaram muitos meses a ser removidos, para permitir o equilíbrio e compactação adequada dos solos. Além do reforço do sistema de saneamento básico, através do estabelecimento de um horário próprio para a

deposição de lixo em locais indicados, considerou ser indispensável a construção de um aterro sanitário.

Tendo em conta a densidade populacional do município do Lucapa e a quantidade de lixo que a mesma produz, defendeu, ainda, a necessidade de administração municipal envidar esforços para a aquisição de meios modernos de remoção e tratamento de resíduos sólidos. As obras de contenção das ravinas no município do Lucapa devem merecer um trabalho de continuidade, através de acções de educação da população e com o reforço do sistema de saneamento básico, realçou Abel Correia. As valas de drenagem que estão a ser construídas, para permitir um melhor escoamento das águas residuais e pluviais, foram concebidas para um quilómetro de extensão, com vista a reduzir os elevados índices de erosão dos solos.

Acerca da criação de zonas verdes para o reforço do trabalho de impacto ambiental, o responsável da obra explicou que está igualmente a ser feita a reposição do manto vegetal do terreno que sofreu a erosão do solo, através do surgimento, no local, de um campo de futebol.

Além de técnicos da empresa, entre encarregados e topógrafos, o projecto de estancamento das ravinas da cidade do Lucapa empregou 17 jovens locais.

10.15 Técnicos Angolanos regressam ao país

Jornal de Angola
30 de Maio de 2012

Um grupo de seis estudantes angolanos que recebeu formação na área das energias renováveis no Leshan Vocational & Technical College da China regressou ao país, para dar o seu contributo no desenvolvimento do sector energético.

Seleccionados em institutos médios industriais de Luanda pela empresa angolana Ground 4-Engenharia, especializada na produção de energia renovável, os seis jovens receberam formação prática de dois meses sobre construção instalação e administração de estações e sistemas solares fotovoltaicos.

A acção formativa faz parte de um programa da empresa angolana para criar um leque de especialistas nacionais para fazer face aos desafios futuros do sector energético e, ao mesmo tempo, apoiar o mercado na área de energias renováveis.

O técnico Yuri Rosário Francisco valorizou a formação que recebeu dos especialistas chineses. "A

formação foi uma grande oportunidade para nós, porque estivemos em contacto com uma realidade diferente, num país que está muito avançado nas energias renováveis", afirmou.

A mesma convicção tem o técnico Ismael Manuel da Silva, que se diz preparado para a instalação de painéis solares em qualquer parte do país e contribuir para o aumento da capacidade energética. "Estamos numa fase de desenvolvimento da nossa economia e o nosso contributo para aumentar a oferta de energia, no sentido de alimentar as indústrias que vão surgir", disse.

Wang Xiao zhong, professor do Leshan Vocational & Technical College, um dos mais renomados institutos do Mundo na matéria, que acompanhou os técnicos, ficou satisfeito com o desempenho do primeiro grupo de angolanos formados na instituição.

Inserção dos jovens

Os técnicos que cumpriram o programa de formação na China foram seleccionados com o apoio do Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL), através do Gabinete de Inserção na Vida Activa (GIVA), criado no âmbito da implementação do sistema de reforma do ensino técnico profissional. O objetivo do gabinete é apoiar e orientar a inserção dos alunos no mercado de trabalho, para complementar e aperfeiçoar as suas competências sócio-profissionais, tornando-os capazes, habilidosos, criativos e eficientes no meio profissional. A Ground 4 - Engenharia possui pessoal especializado e uma rede de parceiros altamente qualificados, o que possibilita o desenvolvimento de produtos, instalação e manutenção de equipamentos para a produção de energia e aquecimento através de fontes limpas.

O seu principal parceiro, a Zhejiang Yuezhou, é uma das maiores empresas do ramo na China, responsável, entre outros projectos, pela instalação de estações solares fotovoltaicas no Tibete, com capacidade de 10 MW, na província de Henan, com capacidade de 2 MW, na cidade de Shaoxing, com capacidade de 1,8 MW, e da estação eólica na cidade de Cixi, com capacidade de 4,95 MW.

10.16 Exposição tecnológica abre hoje em Luanda

Jornal de Angola
31 de Maio de 2012

Expositores angolanos e estrangeiros exibem a partir de hoje, até sábado, na Feira Internacional de Luanda (FIL), tecnologias e serviços na segunda edição da

Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, promovida pelo Ministério do Ambiente, sob o lema "Energia Sustentável e Água para Todos".

Ao todo, 106 expositores estão presentes em representação de Angola, Portugal, Brasil, China, Dinamarca, África do Sul, Nigéria, Espanha, França, Alemanha e Estados Unidos da América.

O director nacional das Tecnologias Ambientais do Ministério do Ambiente, António Matias, declarou à agência de notícias Angop que a feira é benéfica para Angola, porque serve para colher a experiência de vários países sobre tecnologias e serviços considerados amigos do ambiente .

Nesta feira, disse António Matias, os expositores ocupam maiores espaços, o que lhes vai permitir, de forma "folgada e não apertada a apresentação das tecnologias ambientais e serviços disponíveis no Mundo.

Os expositores nacionais, acrescentou, vão aproveitar a ocasião para estabelecer parcerias com os estrangeiros. Caso sejam estabelecidas parcerias, sublinhou, os investidores nacionais e estrangeiros vão, em conjunto, apresentar soluções viáveis para os sectores da Energia e Águas, Indústria, Petróleos, Agricultura e Floresta, Urbanismo e Construção, que, no seu entender, influenciam significativamente o crescimento da economia nacional.

António Matias informou que 95 por cento dos expositores vão ser prelectores em conferências sobre a necessidade da redução de emissões de gases de efeito de estufa (GEE) e de outras acções em defesa do meio ambiente.

O alto funcionário do Ministério do Ambiente recordou que a Assembleia-Geral das Nações Unidas proclamou 2012 como o Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos.

10.17 ADRA ajuda a repovoar áreas florestais da Caála

Jornal de Angola

31 de Maio de 2012

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) está a desenvolver acções de repovoamento florestal na província do Huambo.

Maria de Lassalet, directora da ADRA no Huambo, disse ontem ao Jornal de Angola que o programa de repovoamento florestal comunitário é desenvolvido inicialmente na Caála, nas aldeias de Calue e Cambongue.

Os técnicos da ADRA vão aproveitar o trabalho para instruir as populações sobre os cuidados a ter na manutenção do ambiente .

O plano de repovoamento florestal comunitário pretende beneficiar, directamente, numa primeira fase, uma população de 658 famílias e indirectamente 3.290 famílias. O projecto tem o financiamento da petrolífera brasileira Petrobras, no valor de 86.714,40 dólares e é realizado num prazo de dois anos, de acordo com a directora da ADRA.

A execução do projecto conta também com a parceria do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Faculdade de Ciências Agrárias, Estação de Desenvolvimento Agrário da Caála e União das Associações de Camponeses da Caála. Com este projecto, a ADRA e parceiros pretendem mostrar que é possível mudar as coisas para melhor desde que haja consciência dos cidadãos.

No plano estratégico 2012/2016 da ADRA foram traçadas estratégias de trabalho educativo da sociedade, de maneira a promover o sistema de produção sustentável, através da introdução de boas práticas agro-florestais.

